Coleção MINEIRIANA
Série Obras de Referência

MINAS GERAIS E A HISTÓRIA NATURAL DAS COLÔNIAS: POLÍTICA COLONIAL E CULTURA CIENTÍFICA NO SÉCULO XVIII

ORGANIZAÇÃO E ESTUDO CRÍTICO
OSWALDO MUNTEAL FILHO e MARIANA FERREIRA DE MELO

BELO HORIZONTE

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS E CULTURAIS

2005

Supervisão Geral
Sylvana de Castro Pessoa Santana

Indicação de texto
Júnia Ferreira Furtado

Produção editorial e executiva
Ronara de Paula
Roseli Raquel de Aguiar

Design gráfico
Márcia Larica

Preparação e revisão de texto
Simone de Almeida Gomes

Editoração eletrônica
Túlio Linhares

Apoio administrativo
Luzia Oliva Barros

Reprodução fotográfica
Tibério França

Equipe técnica

Organização, estudo crítico e análise documental
Oswaldo Munteal Filho
Mariana Ferreira de Melo

Auxiliares de pesquisa
Flávia Maria de Carvalho
Lúcia Maria Cruz Garcia
Manuel Cândido Domingues
Maria Pia B. Baffa
Monique Sochazewsky

Índice onomástico
Leandro Araújo Nunes
Maria Detânia Scari

Apoio técnico
Maria do Carmo Andrade Gomes

Leitura crítica
Júnia Ferreira Furtado

Coleção
MINEIRIANA
Série Obras de Referência
MINAS GERAIS
E A HISTÓRIA NATURAL
DAS COLÔNIAS:
POLÍTICA COLONIAL E
CULTURA CIENTÍFICA
NO SÉCULO XVIII
ORGANIZAÇÃO E ESTUDO CRÍTICO
OSWALDO MUNTEAL FILHO e MARIANA FERREIRA DE MELO

Governador
Aécio Neves da Cunha

Secretário de Estado do Planejamento e Gestão
Antônio Augusto Anastasia

Presidente da Fundação João Pinheiro
Amilcar Vianna Martins Filho

Diretor do Centro de Estudos Históricos e Culturais
Leonardo Alves Lamounier

Minas Gerais e a história natural das colônias: política colonial e cultura científica no século XVIII/ Organização e estudo crítico Oswaldo Munteal Filho, Mariana Ferreira de Melo. — Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. 336p.; il. — (coleção mineiriana. Série obras de refências)

Inclui indice
Inclui ensaio bibliográfico
ISBN: 85-85930-44-6

1. Minas Gerais - história - "17". 2. Brasil - história - "17". 3. Minas Gerais - história ambiental - "17". 4. Brasil - história ambiental - "17". 5. Minas Gerais - período colonial. 6. Brasil - período colonial. I. Munteal Filho, Oswaldo, org. e estudo crítico. II. Melo, Mariana Ferreira de, org. e estudo crítico. III. Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, ed.

CDU 981.51 "17"

Apoio cultural
FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

APRESENTAÇÃO

A Fundação João Pinheiro, por intermédio do Centro de Estudos Históricos e Culturais, traz a público mais um volume, *Minas Gerais e a história natural das colônias: política colonial e cultura científica no século XVIII,* integrante da série Obras de Referência da nossa prestigiosa Coleção Mineiriana, programa de grande êxito editorial e científico, que tem cumprido o objetivo maior de divulgar e dar acesso a obras esgotadas e documentos inéditos, fundamentais para a cultura e a história de Minas Gerais.

O trabalho organizado pelos historiadores Oswaldo Munteal Filho e Mariana Ferreira de Melo, autores também do estudo crítico, reúne toda uma série de fontes arquivísticas inéditas, garimpadas em diversos arquivos portugueses e brasileiros, que permitem uma ampla visão acerca das iniciativas empreendidas pelo Estado Português no sentido de conhecer e promover a exploração dos recursos naturais na América portuguesa, em especial na capitania de Minas Gerais.

Ressalta-se a importância do trabalho, concebido com a finalidade de instrumentalizar as pesquisas de historiadores e demais interessados pela história natural e ambiental de Minas Gerais e do império colonial português. Até o momento, não se efetivou, em nosso estado, qualquer organização e seleção de textos ou documentos neste campo investigativo tão promissor, o que redobra a nossa satisfação em apresentar esta obra pioneira.

Agradecemos à FAPEMIG, em especial ao seu presidente, professor José Geraldo Freitas Drumond, aos diretores Mário Neto Borges e Paulo Kleber Duarte Pereira e ao ex-Diretor Científico, Naftale Katz, por mais esta inestimável parceria, que assegurou o financiamento desta publicação e também da pesquisa que a antecedeu.

Amilcar Vianna Martins Filho
Presidente da Fundação João Pinheiro

Leonardo Alves Lamounier
Diretor do Centro de Estudos Históricos e Culturais

LISTA DE ABREVIATURAS

ADB	Arquivo Distrital de Braga
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ANRJ	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
APM	Arquivo Público Mineiro
ARCL	Academia Real das Ciências de Lisboa
BACL	Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
BNRJ	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
BSGL	Biblioteca da Sociedade Geográfica de Lisboa
CLJCJ	Colecão Leopoldo José Collor Jobim (Departamento de História - PUC - Rio)
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
MAZUL	Museu Antropológico e Zoológico da Universidade de Lisboa
RGPL	Real Gabinete Português de Leitura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - ARQUIVOS E FONTES

ARQUIVOS E FONTES

I. A história do mundo natural estudada através dos arquivos representa um grande desafio para o historiador do século XXI. O problema da defesa do meio ambiente – a luta contra as queimadas, a preservação das florestas e das matas – tem sido objeto de muitas dissertações, teses e livros de divulgação. Há uma dificuldade que ronda o trabalho do historiador neste caso. E é precisamente o anacronismo com relação à tentativa de introduzir valores ou princípios ecológicos a outras épocas, onde seria impossível esse tipo de sensibilidade, até pelo profundo desconhecimento da composição do mundo natural. Outro aspecto da discussão refere-se à necessidade da concentração de estudos científicos a partir da região.

A generalização dificulta a percepção do significado da exploração da Natureza mineira, em função do peso que cada produto tinha na balança de comércio da Europa, e, além disso, de uma capitania para outra da América Portuguesa. Há um tipo específico de envolvimento da população local com o mundo das criaturas brutas. Há também uma forma especial de ação das autoridades metropolitanas e de especulação dos letrados coloniais face a uma maior ou menor aproximação com a Academia das Ciências, em Lisboa, ou com a Universidade de Coimbra. O século XVIII é um grande laboratório para a pesquisa acerca da *história natural*. *Jardins*, *Laboratórios de Experimentação*, *Hortos* e *Academias* formam um conjunto de instituições que se articulam o tempo todo às explorações do mundo natural das colônias.

Portanto, deve-se considerar a especificidade de Minas Gerais na história da exploração das colônias portuguesas. Os estudos sobre a história da Natureza física do Ocidente são abundantes a partir da história da ciência e da história econômica. Propomos aqui um trabalho que chama a atenção para alguns aspectos da política portuguesa e das autoridades em Minas Gerais. Nesse sentido, a história intelectual e a história política são ferramentas fundamentais para a compreensão desse movimento da história luso-brasileira e também de Minas Gerais. Há uma imbricação entre a capitania e o centro dinâmico da economia colonial, nesse processo de redescobrimento especulativo, utilitário e pragmático da América Portuguesa nos Setecentos.

Os arquivos e as fontes sob a guarda de algumas das principais Casas de Memória do país revelam uma atitude original acerca da pesquisa histórica sobre Minas Gerais no período

colonial. A idéia da utilização da expressão história natural das colônias está associada a um trecho de um dos documentos selecionados, que menciona a oportunidade de se realizar uma obra coletiva, capaz de sintetizar as explorações feitas pelos portugueses em Minas Gerais e na América Portuguesa de uma maneira geral. Essa intenção traz à nossa lembrança o esforço de realização da síntese do conhecimento humano pelos enciclopedistas franceses. O reformismo ilustrado, disseminado pela Europa e pelas Américas, insistiu em dois tópicos em sua agenda: em primeiro lugar, que era preciso reformar a gestão do Estado monárquico, e, em segundo lugar, investir numa nova compreensão do mundo natural, atribuindo a este não só a recuperação dos Reinos em decadência, mas, sobretudo, a certeza de que a Natureza seria efetivamente capaz de educar os homens para o futuro. Os homens seriam mais solidários, potencializariam o "primado da razão" e realizariam a igualdade, revogando para sempre a hierarquia, pois esta nunca foi autorizada pela lei natural.

Minas Gerais é um dos capítulos desta obra coletiva que jamais foi completada, mas foi projetada para muitos, muitos homens e infindáveis anos que, afinal, foram interrompidos pela crise do colonialismo ultramarino. O pesquisador deverá singrar estes documentos e refletir ainda mais longe sobre o lugar que cada um dos antepassados, desta parte da América, ocupava na lógica do mercantilismo ilustrado.

O Arquivo Nacional possui, na Coleção Negócios de Portugal e na coleção de documentos relativos à correspondência dos Vice-Reis com a corte de Lisboa, fontes importantes para a investigação da política portuguesa em torno de cada região da América Portuguesa. As consultas ao Conselho Ultramarino e os documentos avulsos de cada Capitania podem ser localizados no Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, que complementa o núcleo de documentos do Arquivo Nacional. Através do Projeto Resgate (microfilmagem da documentação de Minas Gerais) e dos registros documentais sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, pode-se proceder a um verdadeiro inventário das chamadas "produções naturais das colônias" nos arquivos luso-brasileiros. A quina, a cochonilha, descrições de bichos e plantas, narrativas sobre o clima e as condições hidrográficas constituem verdadeiros "verbetes" desta hipotética história natural de Minas Gerais. Nesta coletânea de fontes, o investigador poderá localizar registros de todos esses elementos, além de indicações para o aprofundamento das suas pesquisas. A Biblioteca Nacional de Lisboa possui, na Coleção Pombalina, um conjunto de códices que oferece, ao pesquisador da história de Minas Gerais, *fontes sobre a forma de ação da política colonial lusa*, os métodos de acondicionamento, dissecação e envio das produções pertencentes aos "três reinos da natureza" (mineral, animal e vegetal). A seção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro descortina, através de diversas Memórias, a forma de compreensão do espaço natural mineiro, assim como algumas peças documentais presentes no códice 807 do Arquivo

Nacional. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, através da documentação do Conselho de Estado e dos documentos transcritos e analisados em sua revista; o Museu Histórico Nacional, através das representações iconográficas da Natureza brasileira sob a sua proteção; e o arquivo de manuscritos do Real Gabinete Português de Leitura concorrem para a construção de uma identidade temática complexa.

O estudo da Natureza mineira – como de resto de outras capitanias da América Portuguesa – não pode se concentrar num único fundo ou coleção. A pesquisa documental exige uma certa abrangência e o foco deve estar localizado numa perspectiva sistêmica. Quer dizer, deve-se assumir uma posição teórica e metodológica que identifica, na história de Minas Gerais, aspectos particulares à sua natureza física e às potencialidades econômicas. Ainda nessa perspectiva, ao perseguir as rotas do caminho mineiro para a sua especialidade no contexto do Centro-Sul, pode-se perceber que as ordens dirigidas aos burocratas coloniais residentes em Minas Gerais não diferem das decisões direcionadas a Goa, Macau ou Luanda, províncias de outros mares. As medidas tomadas pelo poder régio em Lisboa, destinadas a Minas Gerais, serviam também para o Rio de Janeiro, Grão-Pará, São Paulo, Rio Grande de São Pedro ou Bahia.

A idéia de sistema ainda é fundamental para a compreensão do funcionamento das redes militares, fiscais e dinásticas entre as potências européias da época. As fontes para a história natural das colônias estão interligadas a uma maneira de pensar o longo século do colonialismo ibérico e este, por sua vez, associado ao fluxo de capitais e de forças, que formaram a lógica dos Estados nacionais do século XVIII.

II. Os critérios e razões que nortearam a seleção das fontes documentais para este estudo foram os seguintes:

a) Em primeiro lugar, a articulação entre os diversos núcleos documentais dispersos em arquivos brasileiros e portugueses, no que tange às explorações do mundo natural da Capitania das Minas Gerais.

b) A seleção obedeceu o critério de ineditismo da publicação do documento, levando-se em consideração essencialmente a lógica que presidiu todo o estudo. Portanto, a equipe selecionou cada peça documental a partir dos objetivos da pesquisa. Alguns documentos, nesse sentido, podem já ter merecido alguma apreciação ou citação anterior, entretanto, o enfoque privilegiado à fonte, por este trabalho, é original.

c) A seleção do material contou também com leituras dedicadas à história da ciência e à história política. Desta forma, o critério que integrou os documentos numa forma unificada obedeceu princípios historiográficos e teóricos coerentes com os debates mais recentes acerca das relações entre ciência e poder no século XVIII.

d) Deve-se considerar ainda como critério definidor do espírito deste trabalho a preocupação pedagógica da equipe. O material apresentado pode ser utilizado como instrumento de pesquisa, reflexão e memória nas escolas brasileiras. Há, portanto, uma orientação educativa neste estudo que a Coleção Mineiriana afinal mantém como tradição nas obras que publica.
e) Finalmente, a equipe de trabalho envolvida na preparação desta obra valorizou o princípio da análise qualitativa do material pesquisado, tentando penetrar em cada singularidade da Natureza mineira Setecentista. Os conceitos de exploração, Natureza, sistema e Luzes permeiam a forma de inclusão dos documentos.

Buscamos, através deste trabalho, apresentar fontes documentais expressivas da exploração das "produções naturais" da capitania e identificar, nos registros documentais selecionados, a orientação metodológica da pesquisa. Nesse sentido, valorizamos sobremaneira as fontes que interligassem a particularidade da região à perspectiva sistêmica que envolve a nossa compreensão acerca da longa duração do colonialismo mercantilista.

As partes constitutivas da seleção dos documentos são as seguintes: o reino e os domínios ultramarinos, as viagens filosóficas, os naturalistas e as "produções naturais", e a história natural da capitania. Esta separação obedece tanto à nossa concepção teórica, quanto à maneira como enfocamos um tipo de arranjo da documentação que seja capaz de alinhar temas, e não somente critérios espaço-temporais.
a) A parte denominada **O Reino e os domínios ultramarinos** foi concebida a fim de mostrar ao leitor a forma assumida pela política colonial e a semelhança com relação à ação dirigida a Minas Gerais. Como já dissemos anteriormente, o tema da Natureza mineira está ligado à ciência moderna e à política metropolitana, visando uma exploração de novo tipo do excedente colonial numa fase de crise hegemônica do sistema colonial luso-brasileiro.
b) **As viagens filosóficas** representam um dos mecanismos mais importantes para o reconhecimento do território. Essa parte do trabalho explicita a chegada dos burocratas/naturalistas às novas vilas, o reconhecimento da população, o material utilizado para a exploração, os conhecimentos adquiridos nos centros acadêmicos e universitários europeus, além, é claro, do tipo de ordens que recebiam da metrópole.
c) **Os naturalistas e as "produções naturais"** elucidam a prática dos homens que exploram a Natureza colonial. Freqüentemente os naturalistas lusos giravam pelo império colonial português – América, África e Índia – cumprindo missões extremamente semelhantes, muitas vezes repetitivas, e demonstrando inclusive uma grande capacidade de adaptação à diversidade local. Cada região de uma província ultramarina, no Império Português do Oriente ou do Ocidente, merecia um tratamento diferenciado, mas seguindo as regras do método científico herdado da Ilustração e decantado pelo despotismo esclarecido. O senso de utilidade permeia as missões dos naturalistas. Esses exploradores ou "espreitadores da

Natureza" deviam conhecer bem a planta a ser aclimatada em qualquer ponto do império. Além disso, pode-se observar nesse núcleo documental a preocupação com a extração das propriedades medicinais de cada "produção natural" como se dizia na época.

d) **A história natural da capitania de Minas Gerais** ocupa um espaço fundamental em nosso trabalho, pois, de uma forma quase especular, projeta o mundo do súdito e do soberano através da apreensão do que é específico de Minas Gerais. A capitania tem sua vida própria e, ao mesmo tempo, está interligada a um projeto maior de reconhecimento da América Portuguesa, onde ocupa uma posição estratégica. O caminho do ouro não é mais o sinal da prosperidade – e nesse aspecto cresce a relevância dos núcleos documentais selecionados. Chamamos a atenção para outras fontes de riqueza de Minas Gerais e a sua complementaridade com as demais regiões da América.

III. Os critérios de seleção de ordenação e seleção de títulos da Bibliografia Recomendada foram os seguintes:

a) O nosso projeto original não incorporava essa parte. Entretanto, para o leitor/pesquisador da história de Minas Gerais do período colonial e do Império Colonial Português, pareceu-nos extremamente apropriado acrescentá-la ao trabalho. A seleção das obras estão articuladas ao nosso estudo crítico e à seleção das fontes documentais.

b) As obras foram classificadas de forma temática, articuladas aos problemas e às questões suscitadas pela documentação pesquisada.

c) A pesquisa bibliográfica, hoje em dia, tornou-se muito importante, face às exigências cada vez maiores da inclusão de referências historiográficas internacionais, à releitura permanente dos clássicos e também ao contato com o material mais atualizado e de ponta.

d) O levantamento de periódicos torna-se igualmente fundamental, pois grande parte da literatura especializada está concentrada em revistas, jornais e coletâneas. O trabalho de levantamento bibliográfico de um pesquisador requer um conhecimento cada vez mais profundo do tema a ser investigado. Trata-se de uma pesquisa efetivamente, não só do esclarecimento de um ou outro aspecto da pesquisa – e este foi o estatuto conferido pela nossa equipe a essa parte do nosso trabalho.

IV. Critérios de transcrição dos documentos:

A publicação de documentos históricos requer uma atenção muito especial do historiador no que se refere ao tratamento paleográfico e técnico, no âmbito da transcrição. Algumas propostas de organização das fontes estão implícitas em nosso trabalho, aproximando-se mesmo de uma espécie de inventário analítico dos registros documentais. Os suportes utilizados foram explicitados no decorrer da exposição dos fundos e coleções, face à própria exposição/descrição peça a peça. A equipe de trabalho lidou com originais, cópias e cópias-originais, sendo que a grande maioria dos documentos selecionados é inédita e, entre os

documentos conhecidos, pode-se verificar que não foram anteriormente analisados. O arranjo da documentação não foi alterado no decorrer da pesquisa. A nossa proposta foi centrada numa organização temática da documentação, sem alterar qualquer tipo de notação. Alguns dados como proveniência, data do documento, autoria e condição de manuseio da fonte foram essenciais para o nosso trabalho.

Além da preocupação com a seleção e a ordenação dos documentos, impôs-se ainda a questão de *como* editá-los.[1] Ao publicarmos esta série de documentos coloniais, transcritos a partir de pesquisa feita em diversos arquivos, brasileiros e portugueses, optamos por realizar a atualização ortográfica dos mesmos, por entendermos que, dessa maneira, estaremos disponibilizando um material consistente do ponto de vista técnico, transparente quanto à linguagem e, ao mesmo tempo, acessível a um amplo público leitor.

O trabalho rotineiro de tradução/transcrição exigiu uma atenção especial relativamente à especificidade do tipo de documento que foi pesquisado. A linguagem e a nomenclatura são muito específicas, exigindo do trabalho de paleografia a máxima manutenção possível do original.

Nesse sentido, foram utilizados os seguintes critérios para atualização e normalização desses documentos aqui editados:
1) Os arcaísmos gráficos ou fonéticos foram atualizados, sendo preservadas as palavras ou expressões originais dos documentos, ainda que apresentassem um sentido diverso do atual.
2) A pontuação original foi mantida, com exceção da colocação de crase ou em casos em que a compreensão do sentido do texto estivesse muito prejudicada, assim como também a paragrafação.
3) A nomenclatura científica referente à classificação de plantas, animais e minerais sofreu pouca ou nenhuma alteração, tendo sido mantidas as listagens apresentadas em latim.
4) O uso de maiúsculas foi adotado apenas nos nomes próprios de pessoas, lugares, entidades ou instituições ou axiônimos de eminência ou reverência, sendo utilizadas as minúsculas em outros casos, como por exemplo, na referência a cargos ou títulos nobiliárquicos.
5) As datas foram padronizadas em forma de numeral no que se refere ao dia e ao ano, mesmo nos casos em que o documento apresenta a forma por extenso.
6) As abreviaturas foram evitadas, exceto nos casos referentes a eminência ou reverência.

---

[1] A respeito dos diferentes procedimentos de reprodução e edição de fontes documentais, com as características próprias de cada um deles, verificar os seguintes trabalhos de Emanuel Araújo: *Publicação de documentos históricos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985; e "Critérios de normalização editorial" in Códice Costa Matoso. MG: FAPEMIG / Fundação João Pinheiro, 1999.

7) As correspondências foram organizadas de forma que, logo abaixo da data, se identifique o destinatário e, em seguida, o remetente do documento.

8) Foram utilizados alguns sinais para indicar dificuldades ou opções estabelecidas na transcrição dos documentos, que são os seguintes:

(...) – subtração de trechos dos documentos, por opção dos editores

[ilegível] – situação em que uma palavra ou trecho do documento está ilegível

[fibras?] – dúvida na leitura do documento

[fibras] – interferência do editor para facilitar a compreensão do sentido do texto.

PARTE I - ENSAIO

OS JARDINEIROS DA RAINHA – O MUNDO NATURAL ULTRAMARINO NA ÉPOCA DA RAINHA D. MARIA I E DO PRÍNCIPE D. JOÃO

Pádua era o mundo do jardineiro Júlio Mattiazzi, o mundo da sua infância e das suas plantas, guardadas em um herbário que aprendera a cultivar e a colecionar com o seu pai. A península meridional constituíra-se no espaço secular das guerras e das vendetas entre as Cidades-Estado relativamente ao Vaticano e ao Continente europeu. Mattiazzi conhecera bem os príncipes meridionais e as suas articulações. O jardineiro habituara-se com o mundo da ciência de W. Harvey a partir das aulas de medicina e de história natural do seu mestre de produções naturais, Dr. Domenico Agostino Vandelli. Além disso, aprendeu muito com os ensinamentos dos naturalistas teóricos formados pela Escola de Pádua, que acabaram por marcar sua formação acadêmica e caracterizar sua visão de mundo, voltada para a aventura da redescoberta do mundo natural das colônias.

Pelo menos até 1768 a memória de Júlio Mattiazzi[2] remontava a esse espaço de sociabilidade intelectual e científica, quando então transferiu-se para Coimbra – com o professor de medicina e jardineiro Domenico Agostino Vandelli como seu jardineiro pessoal – a convite do Marquês de Pombal, no contexto da reforma dos estudos superiores de 1772, que acabou por alterar de maneira significativa os estatutos da veneranda Universidade.

Os jardineiros e naturalistas italianos logo travaram contato com a realidade portuguesa e de suas colônias. O reino encontrava-se depauperado do ponto de vista do conhecimento das suas entranhas, do âmago, tanto do território português continental propriamente dito, do Minho ao Algarve, quanto no que se referia às áreas coloniais lusitanas que formavam o Império Ultramarino, de Macau a Salvador.

O desconhecimento da Natureza era assombroso para aqueles estrangeiros vindos de uma área periférica, do ponto de vista dinástico-militar e econômico, da Europa. Eles ignoravam os segredos do descortinar atlântico do Novo Mundo[3] e o conhecimento científico que poderia emergir do contato com os domínios sob a jurisdição lusitana no ultramar.

---

[02] A relação entre a memória e a biografia foi explorada em detalhes numa obra sobre o percurso de um viajante italiano pelo Oriente. Vale conferir, pois: SPENCE, Jonathan D. *O palácio da memória de Matteo Ricci*. São Paulo: Companhia das Letras, 1984. Ver também o trabalho de DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. O império dos sonhos - Portugal e Sião na rota das especiarias. *Revista USP*, São Paulo (31), p. 210-226, set./nov. 1996.

[3] Conferir a este respeito: ELLIOTT, John H. Introduction. In: CANNY, Nicholas; PAGDEN, Anthony (Ed.). *Colonial Identity in the Atlantic World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

A canção do mar encantou os paduanos, que logo transfiguraram-se de estrangeiros em estrangeiros-estrangeirados a serviço de Sua Majestade. Procuraram percorrer intelectual e fisicamente a Natureza colonial[4] a partir de uma visão de mundo que articulava a ciência moderna ao aprendizado da experiência, herdeira do complexo cultural discursivo, sociogeneticamente associado à chamada "aventura" transoceânica e, especialmente, atlântica da época dos descobrimentos. Esta unidade intelectual de matriz cultural-discursiva apontou para um alargamento do léxico que, na perspectiva do historiador português Luís Filipe Barreto, representou um movimento mental e material que se consubstanciou na fixação da semântica conceitual do discurso científico-filosófico em torno da problemática do mar.

Consolidar uma prática científica entre os lusos foi a primeira e a mais árida missão dos paduanos,[5] diante dos desafios propostos pelo próprio reformismo ilustrado da Academia das Ciências, em suas Memórias e em seus trabalhos coletivos de uma maneira geral. Mattiazzi deveria atuar administrativamente sobre uma espécie de rede ou de uma densa estrutura de relações entre os homens que partiam para o Império Colonial e os projetos estabelecidos pela Academia das Ciências.

Na altura das décadas de oitenta e noventa do século XVIII essa rede já não dependia da vontade de um estadista ou de um grupo de cientistas para que se desenvolvesse. O processo de criação de um espaço de sociabilidade intelectual, deflagrado pela Academia das Ciências, engendrou uma forma de comunicação cotidiana, de cunho naturalista-utilitária, entre os sócios, e uma nova atitude científica fundada numa concepção coletiva de trabalho intelectual.

As reformas ilustradas, que visavam a redenção do reino e do império através da utilidade da Natureza, implicavam em uma tomada de consciência da crise do sistema colonial a partir do cientificismo. Os principais eixos dessa ação do Estado articulado ao projeto dos intelectuais ilustrados eram:
1- Os sócios da Academia de orientação cientificista e pragmática deveriam organizar ou dar forma a uma visão de mundo utilitária, com base na experiência do mundo natural das colô-

---

[4] Conferir sobre este aspecto o clássico: GERBI, Antonello. *La naturaleza de las Indias Nuevas*. México: FCE, 1978. Nessa obra, o historiador italiano elabora um vasto programa a fim de inventariar a História das Idéias acerca do Novo Mundo desde as origens de uma idéia de Novo Mundo. A. Gerbi promove uma rica ligadura entre a experiência sensível dos viajantes e "conquistadores" e a trajetória do pensamento clássico em sua intersecção com as descobertas. Ver também nesta perspectiva, ainda que com um alcance mais modesto: POLIAKOV, Léon. A antropologia das Luzes. In: _____. *O mito ariano*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

[5] A introdução dos novos campos disciplinares entre os lusos, a partir da entrada dos italianos, foi trabalhada nos estudos de ALMAÇA, Carlos. *The Beginning of the Portuguese Mammalogy*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1991; *Bosquejo histórico da zoologia em Portugal*. Lisboa: Museu Bocage, 1993; *The Beginning of Portuguese Carcinology*. Louisiana: Louisiana State University Press, 1993.

nias, paralelamente à assimilação de um conhecimento sistemático e sistêmico da Natureza.
2- Os naturalistas partiam com tarefas precisas e deveriam conhecer perfeitamente a importância de suas missões para o Estado que, por sua vez, investia pesadamente no êxito desse tipo de investida monopólica.
3- A burocracia lusitana deveria estar aparelhada para transmitir suas ordens, baseadas no vocabulário das Luzes, aos correspondentes no Novo Mundo, de uma forma adequada e direta. Os homens de Estado deveriam estar atentos, também, para os limites e perigos de uma eventual utilização massiva das palavras oriundas do discurso científico sob a forma de idéias sediciosas.
4- Além de tudo que já foi exposto, devemos ter em mira que o aparelho burocrático ostentava uma poderosa capacidade de rotação pelo Império colonial, adaptando-se às especificidades e às condições singulares de extração do excedente natural de cada região.

A necessidade de recuperar imediatamente o reino em crise superava qualquer transtorno episódico ou fato politicamente indesejável para a Coroa. A ordem era arriscar tudo, sem entregar nada. Uma espécie de absoluto mercantilista. O risco mundializou o continente, aproximou a ciência do Estado e trivializou a chamada "aventura" da partida em direção à África, à América e à Ásia.

Em Portugal, a partir do último quartel do século XVIII, as viagens tornaram-se relativamente freqüentes e cada vez mais especializadas e preparadas por riscadores ou desenhistas, jardineiros-botânicos, naturalistas e filósofos da Natureza.[6]

Independentemente do lugar de onde os pilotos e os naturalistas partiam, o centro do problema para os reformadores do ultramar revestia-se fundamentalmente de um novo padrão de exploração colonial, profundamente inspirado no mercantilismo. Esse conjunto de práticas deveria estar, nesse momento da ação da Coroa portuguesa, ancorado em

---

[6] As expedições e viagens realizadas de 1780 a 1808 podem ser muito bem mensuradas do ponto de observação da freqüência com que ocorriam e dos gêneros que eram colhidos pelos naturalistas, a partir da verificação destes registros documentais: BSGL: Bergantim Constancia – doc. respeitantes à atividade comercial deste navio, na sua viagem a Macau. 2 V. datados de 1801 e 1802, 9 Cadernos datados de 1801 e 1803, 13 doc. de 1803. Res. 5-A-Cx 3. Bergantim Galgo - doc. respeitantes às viagens aos Açores. 1 V. datado de 1793, 11 Cadernos datados de 1793, 23 doc. sobre remessas de especiarias, datados de 1793. Res. 5-B-Cx. 13. Brigue Delfim – doc. respeitantes às viagens a Moçambique e Brasil. 5 V. datados de 1794-1795, 1816, 1817, 1819 e 1820-1822, 28 Cadernos datados de 1795, 1799.... 357 doc. sobre as produções naturais datados de 1795 a 1799 e 1816 a 1823. Res. 5-A-Cx 5-6-7. Brigues e Galeras contendo produções naturais das colônias entre 1790 e 1808: Res. 5-A-Cx 8, 9 e 10; Res. 5-B-Cx 13; Res. 5-B-Cx 11 e 12; Res. 5-B/C-Cx 14 a 17. Galera Resolução e Santa Cruz - doc. respeitantes às viagens a Macau datados de 1786 a 1789. Res. 5-D-Cx 25-26. Galera Nova Providência – doc. respeitantes à viagem à Ilha do Faial, datados de 1800-1801. Res. 5-D-Cx 25. Além desses registros, devemos mencionar os seguintes documentos: BSGL: Res. 5-A-Cx 3. Livro da Carga do Brigue Constancia, de Macau para Lisboa, em 1802. Carregamento de chá e canela, com alguns caixotes de louça e cangas, com mais de 500 caixotes de produções naturais (plantas, animais e minerais), em sua maioria entregue. Res. 5-A-Cx 6. Ordens do Jardineiro Régio Júlio Mattiazzi, para que se cumpram com presteza as encomendas dos Laboratórios, Museus e Jardins, visando as produções naturais que possuem as colônias.

um instrumental científico. As estruturas de poder exibidas pelo antigo regime português articulavam-se, de certa maneira, às demandas econômicas inspiradas pelo ímpeto reformista que invadia os meios intelectuais lisboetas e coimbrãos. Os burocratas e naturalistas, por sua vez, ampliavam cada vez mais o fomentismo, no que se refere ao seu raio de atuação e à abrangência do fomento aos campos disciplinares até aquela época precariamente desenvolvidos.

Para os acadêmicos lisboetas, fiéis vassalos da rainha e do absolutismo, a prioridade era revigorar as bases do sistema colonial e estabelecer uma nova política ultramarina voltada para as potencialidades do mundo natural das colônias, redescobertas metodicamente pelo reformismo da Academia Real das Ciências. O reinado de D. Maria I e do príncipe regente D. João objetivara elaborar, dessa forma, um grande mapa científico das colônias.

A tradição da marinharia, a chamada sabedoria do mar, e o conhecimento dos matemáticos de Sagres se constituíram nos motivos condutores dos cientistas e dos homens de ação em Portugal. A atividade náutica forçou uma análise realista dos fenômenos da Natureza, bem como a sua interpretação e domínio. Das viagens e peregrinações pelo mundo, como marinheiros, apóstolos ou homens de negócios, foram colhidos os frutos de um conhecimento direto, vivido dos fenômenos da Natureza, de outras faunas e floras, derivado da prática, e não dos livros. Neste ponto, a Crônica da Guiné, de Zurara, lembra-nos das origens da cultura lusa e da dinâmica da descoberta, quando vocifera: "A experiência, que é madre das cousas, nos desengana e de todo a dúvida nos tira."[7]

As práticas discursivas de caráter cientificista dos Setecentos, no entanto, foram bem diferentes da experiência especulativa lusitana da época da ciência náutica, fase primeva da quebra da insularidade ibérica frente ao continente e ao conhecimento.[8] Época marcada por um outro modelo de experiência, como nos recorda o tradicional historiador português Joaquim Veríssimo Serrão, quando se refere aos homens dos Descobrimentos, afirmando que Henrique, o navegador que iniciara as grandes navegações, não era cientista, nem tinha

[7] CRÔNICA da Guiné. Lisboa: Edição da Agência Geral das Colônias, 1956, p. 44.
[8] Conferir a este respeito: RANDLES, W. G. L. *Da terra plana ao globo terrestre* - uma mutação epistemológica rápida (1480-1520). Campinas: Papirus, 1994; FONSECA, Luis Adão da. Lo imaginario en las travesías atlánticas: experiencia literaria, tradición religiosa y herencia del mundo antigo. In:_____. *Portugal entre dos mares*. Madrid: Editorial Mapfre / Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

objetivos específicos. Porém, a sua iniciativa, representada ou simbolizada aqui por uma propensão à atitude científica secular, desencadeara um movimento que se transformou na avalanche da erupção científica do século XVI.

Dois motivos foram, portanto, fundadores para o vislumbre desta novidade revelada pela época pombalina e ampliada durante a chamada "viradeira":

1- A emergência de uma atitude científica inspirada em um processo de secularização específico, como de resto todos o foram na Europa, fruto das singularidades da cultura intelectual e da trajetória do Estado em Portugal.

2- A imbricação entre a cultura e o poder produziu uma adesão aos esquemas mentais ilustrados também muito peculiar. O movimento de esclarecimento do Homem Ibérico, em especial o luso, foi incrementado pelo poder régio através do estímulo ao estrangeiro, aos filósofos da Natureza e aos homens de Estado. O recurso a um método demonstrável empiricamente, trazido pelos italianos, foi a grande novidade quando utilizado na exploração e decifração do mundo natural das colônias.

Devemos ter em mira que o despertar de um sentimento secularizado entre os lusos surgiu, dentre outros, com os paduanos[9] Mattiazzi, Vandelli e, muito especialmente, entre aqueles que com eles cuidavam do jardim de aclimatação de plantas úteis do Palácio de Nossa Senhora da Ajuda.

Aclimatar e descrever a História das Plantas marcaram a atividade intelectual e burocrática do jardineiro, que trabalhava debaixo da proteção da rainha D. Maria I e a serviço dos acadêmicos reformadores lisboetas e do Ministério da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, sob as ordens de D. Rodrigo de Souza Coutinho.

A forma pela qual foi manifestada esta inclinação ilustrada foi o resultado das condições de sociabilidade exibidas em Portugal e os limites impostos pelo absolutismo.[10] O jardineiro reunia a experiência do método, a vocação para uma atitude mental ancorada no cientificismo,

---

[9] Domenico Agostino Vandelli era médico e professor de História Natural e Júlio Mattiazzi era um simples jardineiro e um modesto naturalista. Os dois eram companheiros de estudos em Pádua e formados a partir de inspiração secularizada acerca da idéia de Natureza, presente nesta Cidade-Escola neo-aristotélica, como vem a asseverar KRISTELLER, Paul. *Tradição clássica e pensamento do Renascimento*. Lisboa: Edições 70, 1995. Conferir especialmente esta passagem relacionada à tradição do pensamento do norte italiano; em alguns trechos posteriores há uma reflexão acerca do averroísmo paduano e as suas conexões com o aristotelismo italiano: "...a medicina era a mais importante matéria de ensino, enquanto a lógica e a filosofia da natureza se consideravam como preparatórias para a medicina (...); no último lugar encontravam-se a gramática, a retórica e a filosofia moral, a matemática e a astronomia, a teologia e a metafísica. No norte, a lógica e a filosofia da natureza eram consideradas as disciplinas filosóficas mais importantes e ensinadas com base em Aristóteles e nos seus comentadores, mas este ensino era e permaneceu sempre ligado à medicina e sem relação com a teologia." p. 42.

[10] Sobre esta questão ver o clássico: MOUSNIER, Roland; LABROUSSE, Ernest. *Le XVIII^{e} siècle* - L' époque des lumières (1715-1815). Paris: PUF, 1953.

e contava com a chancela real[11] e com a "benção" de Vandelli, no sentido de administrar cotidianamente as rotas da atitude científica luso-brasileira pelo Novo Mundo, com a finalidade explícita de servir à Coroa e à manutenção do império ultramarino.

A trajetória do quase anônimo Júlio Mattiazzi foi caracterizada, nos primeiros anos da missão italiana em Portugal (1768-1777), ainda sob a égide do pombalismo, pela formação de quadros intelectuais e burocráticos preparados e profissionalizados nas aulas de história natural, medicina, metalurgia, física, ciência da agricultura, jardinagem e outras disciplinas secundárias.

Era fundamental o aproveitamento do legado da experiência empírica ultramarina, desde que adaptado aos novos tempos da Ciência Moderna e do Estado Absolutista Ilustrado. Os homens que enfrentariam a Natureza deveriam rever os seus conhecimentos astronômicos e náuticos, aperfeiçoar os instrumentos de navegação, desenvolver "as matemáticas", como se dizia na época, e, sobretudo, adquirir o hábito de observar a natureza e experimentar o método à luz dos fatos.[12]

As duas linhas de influência da mentalidade moderna portuguesa foram revividas sob novas bases, ou seja, a atividade ultramarina e o contato com a Europa culta foram dinamizados. Podemos considerar que, de certa maneira, houve uma maior convivência, nos Setecentos, com os meios intelectuais de além Pirineus, e que, por sua vez, esse contato foi deflagrado com o zênite dos Descobrimentos.

Mattiazzi apareceu em meio à afluência crescente de estrangeiros nas praças de comércio marítimas, e, paralelamente à própria presença de portugueses no mundo. A cultura lusíada, fazendo parte da história intelectual do século XVIII, sublinhou o papel dos práticos. O verdadeiro naturalista era aquele que conhecia o terreno em que estava pisando. Isto quer

---

[11] O problema da apropriação do saber científico secularizado pelas estruturas estatais do antigo regime foi desenvolvido em muitos trabalhos. Devemos, no entanto, marcar aqui o caráter pontual da análise ensaística de Giacomo Marramao, que enfoca a questão a partir da "trajetória do Estado Moderno, nascido das guerras civis confessionais dos séculos XVI e XVII... (...) O caráter absoluto da apropriação daqueles atributos por parte do soberano secular era, desse modo, garantido justamente pela perfeita correspondência formal à matriz: enquanto 'tradução' – hobbesianamente rigorosa – das prerrogativas teológicas em prerrogativas 'mortais' e 'mundanas', a secularização originariamente operada pelo direito público (Staatsrecht) não era ainda 'profanação', mas sim neutralização do conflito religioso mediante a instauração de uma nova ordem não mais confessional, mas integralmente civil e política". MARRAMAO, Giacomo. *Céu e Terra* - genealogia da secularização. São Paulo: UNESP, 1994. p. 69. Para um exame mais aprofundado no campo da história das idéias relativamente à especificidade do processo de secularização na ciência e na filosofia, ver: HAZARD, Paul. *La crisis de la conciencia europea (1680-1715)*. Madrid: Alianza, 1988; e o livro de CHARTIER, Roger. *Espacio público, crítica y desacralización en el siglo XVIII* - Los orígenes culturales de la revolución francesa. Barcelona: Editorial Gedisa, 1995.

[12] Para um aprofundamento das questões que cercam essa temática no âmbito da História das Idéias em Portugal e na Península Ibérica, conferir o clássico: DIAS, J. S. da Silva. Portugal e a Cultura Européia. *Revista Biblos*, Coimbra, n. 28, p. 203-498, 1952.

dizer, naturalistas, cosmógrafos e geógrafos teóricos cediam terreno cada vez mais para os naturalistas, cosmógrafos e geógrafos práticos, seguindo o raciocínio do historiador Lucien Febvre, em sua obra sobre o problema da descrença no século XVI e a emergência dos valores modernos. Além disso, devemos considerar que a mentalidade artesanal de cunho individual que marcou os primórdios da época moderna cedeu espaço, no século das Luzes, a um tipo de organização do trabalho científico voltado para um sentido de sociabilidade intelectual coletiva. Complementarmente, gostaríamos de afirmar, ainda, que o século XVIII foi o tempo da difusão ou disseminação de uma cultura da prática científica cotidiana, acompanhada do poder que a ciência começava a exercer, instrumentalizada ou, na maioria das vezes, a serviço do Estado Absolutista.

O espírito do século XVIII, na perspectiva de Ernst Cassirer,

> é geralmente descrito como "intelectualista". Mas se por intelectualismo se entende uma atitude fria e abstrata, um desligar dos problemas da vida prática, social e política, nenhuma afirmação se poderá fazer menos adequada e mais enganadora. Tal atitude era inteiramente estranha aos pensadores do Iluminismo. Todos eles teriam aceitado aquele princípio que foi mais tarde formulado por Kant como o "primado da razão prática". (...) Todos os pensamentos eram postos imediatamente em ação.[13]

Os portugueses que participaram do movimento literário estavam imersos nessa atmosfera intelectual ilustrada, ainda que não compartilhassem de todos os seus princípios, como, por exemplo, o materialismo de alguns iluministas franceses. Comungavam, entretanto, da dimensão secularizada da cultura científica que então emergia mais decisivamente na Península Ibérica com o período que se seguiu à época pombalina.

Mattiazzi realizava os seus experimentos no Real Gabinete de História Natural do Jardim Botânico do Palácio de Nossa Senhora da Ajuda. Nesse ambiente, o jardineiro incrementava seus estudos naturalísticos e preparava, cotidianamente, os viajantes que itineravam pelo mundo natural das colônias.

Em uma correspondência datada de 7 de junho de 1794,[14] o naturalista e burocrata Baltasar da Silva Lisboa avisou ao ministro do ultramar Martinho de Mello e Castro que várias produções mineralógicas, armazenadas em pequenas bolsas, e um caixotinho de resina estavam sendo enviados da Capitania do Rio de Janeiro para o jardineiro Júlio Mattiazzi no Real

[13] CASSIRER, Ernst. *O mito do Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 195-196.
[14] AHU Caixa 156. doc. n. 47. Rio de Janeiro. 7 de junho de 1794.

Gabinete da Ajuda. O paduano deveria, então, dar o tratamento pessoalmente a essas produções, ou, pelo menos, era o responsável pela escolha dos naturalistas capacitados para essa atividade. No mesmo ano, B. da Silva Lisboa demonstra uma certa preocupação com o hipotético atraso de uma remessa para Mattiazzi, quando escreve o seguinte para o mesmo Mello e Castro:

> Como a Fragata se vai demorando, tomei a resolução de enviar a V. Exca. estas duas produções da Natureza que me parecem mui dignas do Real Gabinete, e de serem apresentadas a V. Sa. a quem tanto devem as Ciências e o Brasil inteiro. Vou continuando a minha história natural do Rio de Janeiro, e fica a concluir o segundo volume que brevemente farei chegar a Presença de V. Exca.[15]

O Real Gabinete da Ajuda era o lugar onde o jardineiro da Rainha tentava transformar as experiências realizadas no Novo Mundo em um "estado de espírito"[16] que fosse além da intuição e alcançasse um conhecimento científico efetivo e útil. Tratava-se de buscar um modelo para Portugal que articulasse a vida do espírito à dos sentidos.

Os três reinos da natureza deveriam ser investigados metodicamente, no Real Gabinete, presididos pela história natural e pelos estudos sobre a agricultura, entendidas como fontes de acumulação de riquezas para o Estado.

A implantação das Ciências Naturais constituiu, talvez, a parte mais valiosa e profunda da Reforma de 1772, da criação do Colégio dos Nobres, em 1768, e do ato de fundação da Academia das Ciências, em 1779. Este movimento foi em larga escala confiado aos professores

---

[15] AHU Caixa 156. doc. n. 28. Rio de Janeiro. 20 de março de 1794. Conferir documento de teor cognato a este: AHU Caixa 124. doc. n. 27. Minas Gerais. 1 de abril de 1786.

[16] A esse respeito conferir: LÉVI-STRAUSS, Claude. *História de Lince*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Especialmente o capítulo "Relendo Montaigne", p. 190-203. Nessa parte da obra, o autor desenvolve uma discussão com a história das idéias, em especial com Lucien Febvre. O cerne do problema refere-se à descentração do Ocidente no que tange à assimilação de um conhecimento disponível ao alcance da mão e dos olhos no Novo Mundo e à lentidão da incorporação do "encontro" em termos da produção de um saber científico que se coadunasse com os séculos de experiência sensível e prática com o Novo Mundo que atravessaram a época moderna. Numa outra passagem, Lévi-Strauss valoriza qualitativamente a conexão do Velho com o Novo, a partir da História Natural: "Sem saber, Lineu reproduzia nessa escolha, restrita à nomenclatura ('o verdadeiro silphium, cujo nome Lineu talvez tenha se equivocado ao atribuir a um gênero da família das corimbíferas, originário da Louisiana, por também apresentar folhas aproximadas e até unidas por baixo. Mas não havia uma certa ambiguidade terminológica no espírito dos índios entre umbelíferas do gênero Peucedanum = Lomatium e uma composácea, vizinha do gênero Silphium...), a escolha, feita pelos índios, de uma composácea de um gênero vizinho, dotada da mesma propriedade, para substituir no ritual uma peucedânea ausente de seu território." p. 216-217. Ver ainda a respeito da relação entre a ciência e o pensamento na época moderna: FEBVRE, Lucien. Os apoios da irreligião: As ciências? In:–. *François Rabelais e o problema da descrença no século XVI*. Porto: Afrontamento, 1980. Conferir ainda: BARRETO, Luis Filipe. *Os descobrimentos e a ordem do saber* - uma análise sociocultural. Lisboa: Gradiva, 1989; e João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento. *Revista Oceanos,* Lisboa, Comissão dos Descobrimentos, n. 27, p. 15-27, jul./set 1996.

italianos Vandelli, Michelle Ciera, Franzini e G. A. Dalla Bella, além, evidentemente, do jardineiro-botânico Júlio Mattiazzi.

A aristocracia portuguesa instruiu-se em meio aos meridionais absorvendo a cultura letrada, especialmente em Florença, Roma, Nápoles, Milão e Pádua. Os portugueses tentaram se descolar do isolamento com a introdução da cultura européia nos círculos de sociabilidade intelectual. Tudo isto eivado do que Oliveira Martins caracterizou, em sua História da Civilização Ibérica, de secular humanismo universalista dos portugueses.

Os luso-brasileiros pareciam alimentar-se de uma dialética muito própria, que produziu uma espécie de antinomia lusitana, trazida à luz pelo embate entre a persistência da tradição religiosa e monárquica e a cultura estrangeirada que respirava os ares materialistas do cosmopolitismo das Luzes. Esta contradição acabou por espelhar os confrontos presentes no final da época pombalina e que teve na "viradeira" um dos ícones desta tensão e uma das fases mais dramáticas de um novo traçado do "destino" ibérico. Este talvez tenha se constituído em um dos centros nervosos da mais significativa expressão política e mental da Península Ibérica nos Setecentos: O absolutismo ilustrado.

A fundação dos espaços de sociabilidade intelectual representou um dos eixos da política fomentista assumida pelo poder régio. O processo de centralização da ciência se acentuou com os papéis assumidos pelo Real Jardim Botânico de D. Vandelli[17] e, sobretudo, pelo Real Gabinete de História Natural de Júlio Mattiazzi, localizado no Palácio da Ajuda, em Lisboa. A estes estabelecimentos científicos vieram se somar os Laboratórios de Química, os Gabinetes de Física, um Observatório Astronômico e outras instituições similares nas duas cidades.

Progressivamente as investigações científicas distribuíram-se pelas mais diversas regiões de Portugal e do mundo português, tendo a Academia como pólo catalisador do movimento pragmático. A Academia das Ciências incentivava a proliferação de instituições como Observatórios, Laboratórios e Gabinetes de História Natural, em Portugal e pelo Império Colonial. Estas instituições ficavam subordinadas às orientações dos acadêmicos lisboetas, principalmente ao Secretário da Academia, especialmente ao abade José Correia da Serra e aos seus colaboradores mais diretos.

Vandelli, cada vez mais Domingos, era um dos principais sócios da Academia e um articulador chave da conexão entre os estabelecimentos científicos na metrópole e nas colônias.

---

[17] Conferir acerca da criação dos Jardins em Portugal: PAIVA, Jorge; PEREIRA, Joaquim Tomaz M. *Um projeto (rejeitado) de Vandelli para o Jardim Botânico de Coimbra.* Lisboa: Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 1989. 13 p.

Soube como poucos distribuir funções entre os burocratas e naturalistas em Portugal e na América Portuguesa.

As viagens filosóficas pelo mundo colonial ficaram sob a ação de alguns exploradores chefes: João da Silva Feijó e Joaquim José da Silva (Angola e Cabo Verde), Manuel Galvão da Silva (Moçambique e Goa) e Alexandre Rodrigues Ferreira e Joaquim Velloso de Miranda (América Portuguesa),[18] todos sob a dupla coordenação de Mattiazzi e Vandelli no tocante à administração científica das remessas.

As expedições foram além do trabalho científico, em alguns casos, o que acabou por envolver também os interesses pecuniários mais imediatos e prebendários a longo prazo dos viajantes com o jardineiro da rainha. Este movimento podia ser observado desde a interferência de Mattiazzi e de Vandelli para a concessão de mercês, até o favorecimento para a troca de um posto a outro, como naturalista chefe nas explorações ao longo do Império Colonial.

O diretor do primeiro Jardim Botânico de Coimbra, Domenico Vandelli, começou a dividir as suas atividades após a reforma da Universidade. Passou a frequentar constantemente os ambientes intelectuais e cortesãos lisboetas, sobretudo após a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa. Face a esta realidade de acúmulo administrativo e relações sinecuriais, Vandelli nomeou definitivamente Júlio Mattiazzi, homem de sua confiança e da futura rainha, a partir de 1773, como responsável pelo Real Gabinete da Ajuda, para que pudesse, desta forma, dedicar-se ao desenvolvimento do projeto de criação de uma Academia das Ciências em Portugal.

De 1768 a 1779 os italianos, ao lado de portugueses estrangeirados e de naturalistas luso-brasileiros, organizaram uma complexa rede de estabelecimentos científicos, criaram cargos administrativos em Portugal e no além-mar, empreenderam viagens e promoveram contatos com o estrangeiro. Tudo isso fomentado pelo Estado luso. O Ministério do Ultramar, representado por Dom Rodrigo de Souza Coutinho, era o elo objetivo entre a ciência e o poder. Esta Secretaria de Estado acompanharia em detalhes as viagens e o inventário do novo mundo singrado pelos exploradores-naturalistas.

O Real Jardim e o Gabinete de História Natural eram contíguos ao Palácio da Ajuda. Após o terremoto de Lisboa de 1755 o rei Dom José I retirou-se com a corte para a Quinta de

[18] Para a obtenção de um maior detalhamento acerca da estrutura das viagens conferir: FERNANDES, Abílio. *A Universidade de Coimbra e o estudo da flora e da vegetação dos países africanos de língua oficial portuguesa*. Coimbra: Publicações da Universidade de Coimbra, 1993.

Cima, na encosta da Ajuda. A ala principal do Palácio dava para o Real Jardim Botânico que o rei decidira criar em 1768, juntamente com o Museu e o Laboratório e Real Gabinete de História Natural. Pretendia-se desenvolver o estudo científico e a exploração comercial de certas espécies e, para isso, foram chamados os italianos, em especial Vandelli e Mattiazzi, este trazido pelo médico paduano.

O jardineiro da rainha, J. Mattiazzi, após um ano em Coimbra (1772), onde colaborou na preparação do Jardim da Universidade, regressou a Lisboa, assumindo o Jardim e o Gabinete. As atividades do naturalista na Ajuda estavam basicamente ligadas ao recebimento e envio de plantas e sementes, recolhidas nos domínios ultramarinos, para posterior estudo e exame pelos naturalistas-filósofos da Academia das Ciências, que também possuía um Gabinete onde eram realizados, por exemplo, os experimentos médicos com fetos pelo sócio permanente Dr. José Mayne.

Era importante para o jardineiro proteger as plantas raras em coleções que foram aumentando lentamente, ficando essas coleções, plenamente constituídas entre 1791 e 1808, especializadas em plantas tropicais.[19] Na época das invasões francesas – 1807-1811 – Laura Junot, mulher do general Junot, envolvida na França com herbários e coleções de plantas, chegou a comparar o Jardim da Ajuda ao Jardin de Plantes de Paris e recomendava-o como o lugar ideal para estudar a curiosa e bela flora portuguesa, evidentemente repleta de exemplares dos domínios ultramarinos.

O interventor de Napoleão Bonaparte, o naturalista do Instituto de Paris Geoffroy Saint-Hilaire, confiscou, durante a primeira invasão napoleônica, os exemplares de plantas, em sua maioria exóticas. Além disso, recolheu as experiências científicas realizadas na Ajuda e remeteu todo o material para a capital francesa.[20]

---

[19] A título de informações adicionais conferir: CASTELO-BRANCO, Maria Cristina F. Ataíde. *O lugar e o significado* – os jardins dos vice-reis. Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa: 1992. 502 p. Tese de Doutorado; e BOWE, Patrick. *Jardins de Portugal*. Lisboa: Quetzal Editores, 1989.

[20] Sobre este aspecto da história institucional luso-francesa, podemos afirmar que ainda são muito escassos e superficiais os trabalhos acadêmicos, e a documentação praticamente intocada. Considerando que essa questão mobiliza e exige a pesquisa nos arquivos em França, no Brasil e em Portugal, sugerimos a consulta preliminar a este acervo: *Relação de produtos do Real Museu da Ajuda para o estrangeiro - 1803-1808*. MAZUL Manuscrito DIV-16a. A relação se inicia com "...os pássaros que se remetem deste Real Museu no dia 17 de outubro de 1805 a Ms. Lasnes, Embaixador da República Francesa nesta côrte. (...) Os pássaros (...) se tirarão dos dois Armários grandes, que vieram do Rio de Janeiro, e se receberam no dia 17 de junho de 1805..." O documento continua relatando o saque de conchas, experimentos, minerais e plantas. Conferir ainda este documento: *Relação de produtos naturais extraídos do Real Museu da Ajuda para o estrangeiro. 1807-1808*. MAZUL Manuscrito DIV-16a-b: "Ms. Vandelli Diretor do Gabinete da Ajuda remeteu a Ms. Geoffroy Saint-Hilaire membro do Instituto da França para fazer parte da Biblioteca do Museu de História Natural, as cinco obras originais que seguem: 1- Flora Fluminenses de Vellozo, 2- Descrição das Plantas, 3- Flora da América Meridional, 4- Plantas do Pará, 5- Plantas Fluminenses. (...) Todos estes livros tornaram para este Museu juntamente com os manuscritos do Duque de Cadaval em 10 de abril do referido ano, não veio porém nada do que levaram do Museu."

O Gabinete de História Natural, mesmo com todas as atribulações que envolviam a implantação do projetismo especulativo de J. Mattiazzi e de D. Vandelli, foi formado a partir de um pequeno Museu trazido de Pádua.[21] Chegando a Portugal, o acervo de produtos naturais foi imediatamente ampliado com as viagens realizadas pelos dois, de norte a sul do próprio território português.

Os dois acreditavam na necessidade da criação de condições objetivas para que um ambiente científico fosse criado. Contavam para tanto com o subsídio literário criado pelo Marquês de Pombal e mantido, no período mariano e joanino, debaixo da acolhida de Dom Rodrigo.

"Impressos" eram enviados para as colônias, e jornais científicos foram trazidos de diversos países para Portugal. Foram investidas ainda somas consideráveis na aquisição de objetos para as práticas laboratoriais e, progressivamente, foi sendo implementada toda a logística necessária para as atividades especulativas.

Era fundamental, ainda, que fossem formados homens esclarecidos para as viagens filosóficas e para os experimentos. Isto acabou por se constituir nas demandas dos italianos para a elaboração de uma história natural das colônias, colhida no curso das viagens e sistematizada a partir de um método preciso alimentado nos estabelecimentos científicos fomentados pela Coroa portuguesa.[22]

O Gabinete de Mattiazzi, por exemplo, era constituído de um laboratório com algumas curiosidades do "reino vegetal e animal", localizado em uma sala escura e antiquada se comparada com as descrições das instituições congêneres do continente. Encostadas às paredes viam-se várias estantes de carvalho, cujas prateleiras mais baixas encontravam-se sempre cheias de gigantescos in-fólios e in-quarto de couro negro, enquanto as mais altas comportavam pequenos volumes encadernados em pergaminho. Na estante central havia, em bronze, um busto de Hipócrates, com o qual, segundo alguns registros documentais, o jardineiro Mattiazzi e o doutor Vandelli se inspiravam. No canto mais escuro da sala havia um armário alto e estreito, de carvalho e porta escancarada, no interior do qual se percebia indistintamente um "escaleto". Entre as duas estantes, um espelho se dependurava da parede com uma comprida e poeirenta superfície emoldurada num caixilho "doirado" enegrecido. Entre

---

[21] Conferir a este respeito: MUNTEAL FILHO, Oswaldo. De Pádua a Coimbra. In:_____. *Domenico Vandelli no Anfiteatro da Natureza* - a cultura científica do reformismo ilustrado português, na crise do antigo sistema colonial (1779-1808). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1993. Dissertação de Mestrado.

[22] A esse respeito localizamos registros anexos a uma obra trazida de Pádua, contendo um plano para os estabelecimentos científicos em Portugal, ao lado de reflexões acerca do Sistema de Classificação de Lineu: *Hortus Olisiponensis exhibens plantas exoticas Horti regii specimenque Historiae cum novis generibus de D. V. 1771*. BNL Reservados. Códice 3750.

as histórias contadas sobre este espelho, dizia-se que as almas de todos os falecidos da época pombalina habitavam entre as suas bordas e fitavam os doutores, cara a cara, quando quer que eles olhassem para aquele lado. Em um relato ainda mais curioso sobre a tal sala, podia-se observar um pesado in-fólio encadernado em couro preto, com fechos de prata maciça. Não trazia inscrição na lombada e ninguém podia dizer o título do livro. Sabia-se, entretanto, que se tratava de um livro de magia.[23]

A importância dessas instituições pode ser flagrada quando lemos, por exemplo, um ofício enviado de Queluz, com as recomendações de Dom Rodrigo para Vandelli na Ajuda, constando a seguinte orientação:

> O Príncipe Regente N. S. manda remeter a V. Mce. um ramo da árvore de cravo do Pará, que o Governador e Capitão General daquela Capitania enviou com ofício de 2 de *fevereiro, cuja cópia lhe transmito,* para que haja de fazer classificar a referida Planta convenientemente, lembrando por esta ocasião a V. Mce. a importância de aumentar o nosso Horto Botânico, pondo-o em estado de poder servir de instrução e de ser útil.[24]

Para essas tarefas práticas, os jardineiros da rainha contavam com a literatura periódica e especializada da época. Alguns estudos, entretanto, sequer encontravam-se impressos e eram manuseados artesanalmente, de um naturalista a outro, sob a forma de pequenas instruções ou mesmo debaixo da forja de longos tratados comentados sobre a história natural.

Em alguns casos, os textos de maior fôlego científico constituíam-se em traduções das obras dos principais naturalistas franceses da época ou de tempos antanhos, muitas vezes remetidos ao período do naturalismo clássico da antiguidade. Os naturalistas lusos chegavam a copiar integralmente determinados estudos de outros países, adicionando comentários à margem, que acabavam por revelar os aspectos das instruções por eles mais valorizados.

A originalidade e a especificidade da ilustração luso-brasileira estava, de certa maneira, mais presente na forma e na intenção do que propriamente no conteúdo das discussões científicas. Ainda que possa parecer uma justificativa voluntarista, devemos ter em mira que a simples atitude de singrar o conhecimento pela experiência, através da leitura científica e da intercomunicabilidade entre os letrados, acabou por se revestir de grande significação para

---

[23] Cf. sobre esse aspecto a seguinte documentação: BACL. Pastas dos Sócios. Várias. Documentação sem identificação ou indexação de qualquer tipo até julho de 1996. (O acesso se faz percorrendo o corredor central da Academia das Ciências, e ao final dobra-se à direita e pode-se então localizar um armário antigo e um arquivo com as Pastas, de acesso extremamente restrito.) Ver também: MAZUL Correspondência Nacional. Fundo. G. S-H.

[24] MAZUL CN/C.94.

o movimento reformista em Portugal. Exceção feita aqui à França, que desenvolveu, através dos seus intelectuais ilustrados, um profundo percurso pelos chamados Sistemas da Natureza. Os ibéricos e os americanos, por outro lado, não constituíram um corpo doutrinal autonomizado e original.

O conhecimento que circulou no Gabinete da Ajuda, para além do seu eventual exotismo, foi proveniente das histórias das plantas. O Dicionário Botânico,[25] escrito pelos jardineiros em 1780, foi uma primeira tentativa de organizar os vegetais do Novo Mundo a partir das suas serventias, usos e propriedades.[26] Foram identificados os males e as curas para as diarréias e prisões de ventre, impotência, infecções generalizadas e as suas terapias através das sangrias, beberagens contumazes, ventosas e até mesmo intervenções cortantes.

Esse verdadeiro compêndio manuscrito é composto de uma primeira parte com os nomes das plantas e as suas características morfológicas. Os naturalistas chegavam assim cada vez mais no coração do Novo Mundo.[27] Os olhos dos portugueses fixaram-se na utilização da flora colonial como remédio para as doenças. Como corolário deste processo, a farmacopéia luso-brasileira acabou por extrair a maioria das suas poções do mundo vegetal. Não foi por acaso que duas das mais importantes instituições de caráter especulativo, em Portugal, tivessem sido criadas por dois homens ligados direta ou indiretamente à medicina.

A segunda parte dessa obra de Vandelli e Mattiazzi trata dos procedimentos que devem ser tomados quanto à sintomatologia e aos efeitos das patologias sobre o organismo humano. A exposição dessa parte é longa e refere-se à infusão das folhas, ao papel dos grãos, dos carrapatos, remete-se às plantas desidratadas e como devem ser tratadas necessariamente à luz de procedimentos químicos. Há ainda um infindável enumerar de elementos do "reino vegetal", pormenorizadamente examinados por esta verdadeira história das plantas.

---

[25] DICIONÁRIO BOTÂNICO. *1780.* ANTT Manuscritos da Livraria. No. 1854. 300 fl.

[26] Conferir sobre este aspecto: PÉREZ-MALLAÍNA, Pablo E. Botânica e cartografia: a explosão da ciência! In:____. *Sevilha, século XVI - De Colombo a Dom Quixote, entre a Europa e as Américas - o coração e as riquezas do mundo.* Lisboa: Terramar, 1995. p. 199-210; MCCLELLAN III, James E. Missionary Naturalists, Expeditions to Saint Domingue, Medicine and Medical Administration, Economic Botany and Animal Economy. In:____. *Colonialism and Science - Saint Domingue in the old regime.* Baltimore: John Hopkins University Press, 1996. p. 111-162. Ver também o clássico: VAN BATH, B. H. Slicher. As plantas. In:____. *História agrária da Europa ocidental (500-1850).* Lisboa: Presença, 1984. p. 262-281. Em uma passagem interessante Van Bath sublinha o caráter ou a forma em que se deu a penetração dos vegetais na modernidade européia: "Algumas destas plantas dão entrada na história da Europa Ocidental no período que decorre entre os séculos XVI e XIX. Outras, já conhecidas de longa data, passam agora a cultivar-se pela primeira vez como plantas de campo. Mediante a intensificação dos sistemas agrícolas, surgem nos campos numerosas espécies novas. O que é difícil apenas é determinar quando isso aconteceu." p. 262.

[27] Ver sobre este aspecto, a coletânea de documentos organizada por Luís Ferrand de Almeida, *Aclimatação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII.* Coimbra: Publicações da Universidade de Coimbra, 1976. Nessa obra, a documentação favorece-nos à percepção da evolução do processo de adaptação dos vegetais no mundo português. E talvez o mais importante: o giro das plantas de um pólo a outro do Império Colonial Ultramarino a partir das demandas da política fomentista do Estado luso.

Para além dos condicionalismos econômicos e ações políticas fomentistas de tipo agrário, acreditamos que as tentativas de aclimatação e uso das plantas relacionaram-se, na origem, à reforma da Universidade de Coimbra, com o consequente incremento do estudo da botânica. Mais tarde, o fomento científico associado à agricultura teve o seu arranque com o papel assumido pela Academia das Ciências como norteadora das ações econômicas e especulativas no Novo Mundo, tendo agora a história natural como eixo.

A atuação de Dom Rodrigo como ministro da Marinha e Ultramar (1796-1801) foi decisiva, pois acentuou o impulso dado às ciências da natureza e, designadamente, à botânica. Esse movimento foi possível com o ensino acadêmico voltado para o mundo natural, através das práticas científicas laboratoriais e das leituras das obras de Vandelli, Mattiazzi, Franzini, Dalla-Bella, Ciera, João de Loureiro, José Correia da Serra e Félix de Avelar Brotero.

Convergiam os estudos econômicos a que desde cedo se dirigiram os membros da Academia das Ciências de Lisboa, preocupados sobretudo com os problemas da agricultura nacional e com os progressos do comércio ultramarino, e a consequente recuperação dos males materiais da metrópole através do mundo natural das colônias. Nesse sentido, era fundamental conviver com as plantas e lançar um olhar redentor sobre o seu ambiente, para, num segundo momento, transportá-las para uma ambiência cultural que possibilitasse compreendê-las fora do caos dos trópicos.

Um impulso de cariz a principio isolado e particularista, dentro de um Gabinete ou entre as aléias de um Jardim da Rainha, foi assumindo contornos cada vez mais oficiais e estratégicos. O poder régio passou progressivamente a orientar o movimento de promoção de uma atitude científica "metódica" e de elaboração de um inventário do ultramar.

O estadista português Souza Coutinho demonstrava uma clara visão, na perspectiva do projetismo naturalista-utilitário da Academia, que viria a conviver com outras tendências dentro do Estado, da unidade do mundo português e das suas implicações e vantagens no plano econômico. O futuro Conde de Linhares tentou integrar naturalmente na sua política de fomento e exploração o comércio ultramarino à idéia da permuta de plantas dos diversos territórios e, em especial, ao projeto da aclimatação das plantas no Brasil.

Dom Rodrigo insistiu em fazer imprimir textos que fossem úteis aos naturalistas pelo *Império Colonial. A ordem do ministro era preparar textos em Portugal e distribuir no Brasil* sob a forma de numerosas publicações, originais ou traduzidas, sobre assuntos de interesse científico e prático para a vida econômica.

Os jardineiros do Gabinete contavam com o apoio do poderoso ministro do ultramar para o aumento das coleções, proporcionando assim uma visão mais completa do chamado "Teatro da Natureza", como era caracterizado o mundo colonial ultramarino pelos intelectuais-burocratas luso-brasileiros.

Mattiazzi e Vandelli tentaram ultrapassar os tradicionais compêndios que frequentavam as bibliotecas dos intelectuais ilustrados lisboetas, coimbrãos e coloniais. A história das plantas de Jean Vigier,[28] sobre as "virtudes dos vegetais", representava um profundo abstracionismo, do ponto de observação dos jardineiros, sem qualquer conexão com a verdadeira experiência do contato com o Novo Mundo, que deveria agora estar ancorada pelo menos numa verbalização do método experimental e no primado da utilidade. O estudo das ervas e das plantas, realizado pelo explorador, obedecia a critérios taxonômicos consagrados por Buffon e Lineu e, simultaneamente, respeitava as peculiaridades das floras locais.

Esse clássico estudo de Jean Vigier, que contou com grande divulgação entre os luso-brasileiros barrocos da época do rei sol português, Dom João V, foi paulatinamente substituído por outros dois compêndios, organizados pelos jardineiros, com o fito de ordenar o mundo natural das colônias.[29]

Um dos mais importantes naturalistas da Academia das Ciências e homem do jardim botânico da Universidade de Coimbra, Félix de Avelar Brotero, chamou a atenção para a relevância desses trabalhos de síntese do mundo natural, em uma correspondência, quando detalhou a sua viagem filosófica ao Alentejo e ao Algarve. Nessa epístola aos jardineiros, o coimbrão Brotero relatou: "Parto de Coimbra a 26 de julho do presente ano de 1792 no intuito de me instruir sobre a natureza dos terrenos Vegetais próprios do Alentejo e Algarve."[30] O naturalista retratou sobretudo os arvoredos, arbustos, árvores e a vegetação rasteira alentejana de uma maneira geral.

A leitura dos clássicos da filosofia natural, assim como o passeio pelo mundo da botânica, traduziam uma necessidade material e um estado de espírito que rasgou o século XVIII do "Atlântico aos Urais". Entre os portugueses, a dinâmica do encontro com a natureza trazia,

---

[28] VIGIER, Jean. *História das plantas* (1718). BNL Coleção Pombalina. Códice SA-24924. 2 tomos. Recentemente foram produzidos dois artigos sublinhando as atividades práticas do Gabinete. Para maiores detalhes a este respeito, ver: GUEDES, Maria Estela. Domingos Vandelli & Agostinho de Macedo. *Revista Literária Sol XXI*, Lisboa, n. 12, p. 3-10, março 1995. O trabalho a seguir reveste-se de ainda maior importância: COSTA, A. M. Amorim da. *Domingos Vandelli (1730-1816) e a filosofia natural na Universidade de Coimbra*. Memórias e notícias. Coimbra: Publicações do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra. No. 106, 1988.

[29] PRODUCTA mineralis regni in distrectis... (1772). AHU Pasta 128. pacotilha No. 60. 32 fl. DESCRIPTIO animalium quorundam brasiliensium. (1787). MAZUL CN/91. 50 fl.

[30] BNL Coleção Pombalina. Códice 687. fl. 295-299.

entretanto, no seu bojo, a especificidade da relação luso-brasileira metrópole/colônia, talvez única no contexto europeu.

Voltaire, em suas Memórias, fez a seguinte exortação relativamente ao tempo das plantas, do campo e da ciência em França:

> Eu estava farto da vida ociosa e turbulenta de Paris, da multidão dos presunçosos, dos maus livros publicados com aprovação e privilégio do rei, das cabalas dos homens de letras, das baixezas e da vilania dos miseráveis que desonravam a literatura. Encontrei, em 1733, uma jovem senhora que pensava de modo semelhante ao meu, e que tomou a decisão de ir passar vários anos no campo, para lá cultivar seu espírito longe do tumulto mundano; era a sra. marquesa du Châtelet, a mulher que na França mais tinha disposição para todas as ciências.[31]

A predisposição para a vida pastoril começava a povoar as mentes dos intelectuais modernos, no último quartel dos Setecentos. Viver próximo das plantas era uma arte para poucos. Os iniciados na cultura científica pragmática e utilitária, que o iluminismo fez questão de exportar para toda a gente, transmitiam de uma forma acelerada os seus conhecimentos ao cotidiano das cortes do antigo regime.

Intelectuais e clérigos; aristocratas e burgueses, estes em menor escala, compartilhavam do mundo das criaturas brutas, nos termos propostos pelo historiador e antropólogo Keith Thomas em sua obra *O homem e o mundo natural*, através da convivência doméstica dos homens com as plantas e com os animais.

Brotero não fugiu à regra em sua viagem pelo sul de Portugal, demonstrando obstinação na coleta de pequenos animais e de plantas consideradas úteis à política fomentista. Se há uma intercessão entre a produção ilustrada continental e a tradição peninsular, esta ocorre pelo "sentimento da natureza" presente singularmente entre os lusos a partir de uma determinada forma de apropriação utilitária do "acontecimento" cultural e transepocal novomundista.

A visão de mundo utilitária dos cortesãos e intelectuais-burocratas ibéricos transcendeu vigorosamente a nostalgia e a perspectiva de um distanciamento profilático da violência, que marcou a trajetória da nobreza francesa. Lembremos aqui, neste ponto, uma análise do

---

[31] VOLTAIRE. *Memórias que servem à vida do sr de Voltaire escritas por ele mesmo.* Rio de Janeiro: Imago, 1995. Ver também: CASINI, Paolo. Briareu em miniatura: Voltaire divulgador de Newton. In:_____. *Newton e a consciência européia.* São Paulo: UNESP, 1995. p. 83-105.

sociólogo Norbert Elias: "...o romantismo pastoril que já emergia de forma episódica no romance de cavalaria exprime a nostalgia dos nobres e das suas damas curializadas que sonham com uma vida campestre embelezada pela distância."[32]

Diversamente de outras experiências continentais, os portugueses pretendiam alcançar a regeneração da metrópole precisamente no mundo natural, numa espécie de dialética do deslocamento do "pacto colonial" pela via da natureza. Para tanto, fazia-se mister uma aproximação concreta com os "três reinos da natureza" presididos pelo projeto de elaboração de uma história natural das colônias.[33]

A idéia de uma apropriação material do mundo das criaturas brutas teve, por exemplo, no filósofo político e naturalista Jean-Jacques Rousseau, escritor das famosas Cartas sobre a Botânica, um dos seus expoentes. O iluminista francês em suas exasperadas e solitárias caminhadas sintetizou, como poucos homens do século XVIII, a relação entre a sociabilidade intelectual e a natureza física, ao lado do seu esforço pessoal de classificar para melhor compreender o espaço natural. Em meio ao sofrimento existencial, Jean-Jacques Rousseau emerge vital numa passagem absolutamente decisiva, ao descrever assim o seu infortúnio/encontro:

> Quinta-feira, 24 de outubro de 1776, após o almoço, segui os bulevares, (...) tomando atalhos através das videiras e dos prados. (...) Divertia-me em percorrê-los com este prazer e este interesse que sempre suscitaram em mim os lugares agradáveis e detendo-me algumas vezes para observar plantas entre a verdura. Percebi duas que via raramente ao redor de Paris e que achei muito abundantes naquele cantão. Uma era a Picris hieracioides da família das compostas e a outra, o Bupleurum falcatum, da das umbelíferas. Essa descoberta me alegrou e me distraiu por muito tempo e acabou pela de uma planta ainda mais rara, sobretudo numa região elevada, isto é, o cerastaum aquaticum que, apesar do acidente que me aconteceu no

---

[32] ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Lisboa: Estampa, 1987. p. 185.

[33] Conferir a este respeito: SELLÉS, Manuel; PESET, José Luis; LAFUENTE, Antonio. *Carlos III y la ciencia de la ilustración*. Madrid: Alianza, 1989. Especialmente o trabalho de A. Lafuente, "Las actividades e instituciones científicas en la España ilustrada". O estudioso da ilustração espanhola chama a atenção para o fato de que a história da natureza da América Hispanica se deu com a colaboração direta dos viajantes e naturalistas franceses: "A primeira expedição de Ruiz y Pavón ao Chile e Perú levou como botânico o francês Dombey. A cooperação científica entre a Espanha e a França teve início em 1736 com a expedição geodésica a Quito para medir um grau de meridiano terrestre. Nesta expedição além dos espanhóis Jorge Juan e Antonio de Ulloa, atuaram os acadêmicos Godin, Bouguer, La Condamine e o boticário J. Jussieu entre outros." p. 65. No nosso caso, somos forçados a lembrar que entre os lusos era impensável no século XVIII semelhante situação, por variadas motivações. Dentre elas, o legado da política do segredo presente decisivamente na história cultural dos descobrimentos e fartamente estudada por: CORTESÃO, Armando. *Portugal e a política do segredo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1960. Ver também o fundamental panorama da expansão marítima encontrada em: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. v. 1 - A época colonial (do descobrimento à expansão territorial). São Paulo: Difel, 1971. Para além disso, há o problema da ênfase da língua portuguesa pelo Império Colonial e o fato, talvez mais importante, de que os naturalistas estrangeiros deitaram raízes em Portugal e estabeleceram nexos culturais entre a tradição intelectual do Ocidente e a experiência oriental peninsular. Para maiores detalhes a respeito desse último aspecto, ver: WEBER, Max. Introdução. In:_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1980.

> mesmo dia, encontrei num livro que trazia comigo e que colocara em meu herbário. Enfim, após ter examinado detalhadamente várias outras plantas que via ainda em flor e cuja vista e catalogação, que me eram familiares, contudo, sempre me davam prazer, abandonei pouco a pouco essas pequenas observações para me entregar à impressão não menos agradável, mas mais tocante, que me dava o conjunto de tudo aquilo. (...) O campo ainda verde e vicejante, porém desfolhado em parte e já quase deserto, oferecia por toda parte a imagem da solidão e da aproximação do inverno. De seu aspecto resultava uma impressão ao mesmo tempo doce e triste, por demais análoga à minha idade e ao meu destino, para que não a aplicasse a mim. Via-me no declínio de uma vida inocente e infortunada, com a alma ainda cheia de sentimentos fortes e o espírito ainda ornado de algumas flores, mas já murchas de tristeza e dessecadas pelos desgostos. (...) Dizia a mim mesmo, suspirando, que fiz na terra? [34]

A arte luso-brasileira de viver entre os elementos da natureza, em especial entre os vegetais, dependia de dois fatores básicos:

1- O conhecimento empírico do mundo natural[35] através das remessas oriundas das colônias.
2 - O mapeamento dos domínios ultramarinos, possibilitado concretamente pela transmissão do método de classificação a partir dos "impressos" e/ou das "instruções" aos exploradores-chefes, naturalistas e riscadores do Novo Mundo.

A criação da atmosfera propícia à emergência de uma cultura científica à época da "viradeira" deveu-se, em grande medida, à institucionalização do Gabinete de Vandelli e

---

[34] ROUSSEAU, J. J. *Os devaneios do caminhante solitário.* São Paulo: HUCITEC, 1986. p. 32. Ver também a reflexão acerca da condição humana diante do domínio da natureza em: LA METTRIE. *O homem máquina.* Lisboa: Estampa, 1982. Em uma análise pontual sobre a obra de J. J. Rousseau: ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte.* Lisboa: Estampa, 1987. Sugere que: "É verdadeiramente impossível compreender J. J. Rousseau, a sua influência e as razões do seu êxito, se não o considerarmos como um representante da reação contra a racionalidade de corte e o recalque do 'sentimento' pela vida de corte. Uma análise cuidadosa da tendência para a 'distensão' que caracterizou o 'grande mundo' no século XVIII pode dar-nos um esclarecimento sobre as modificações estruturais que nalguns recantos da alma – mas de modo nenhum em todos – abriram caminho a uma emancipação relativa das pulsões emocionais espontâneas e à criação de uma teoria da autonomia do 'sentimento'." p. 87. Ver também complementarmente: CASSIRER, Ernst. A questão de Jean-Jacques Rousseau. In: *O pensamento político clássico* - Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. São Paulo: TAQ, 1980.

[35] A seqüência de experiências dos jardineiros teve o seu momento decisivo com a elaboração de diversas Dissertações acadêmicas e históricas, nas quais se trata da história natural das cousas do Brasil. 1780. BSGL Res. 3-D-7. Ver também as instruções dos jardineiros dadas aos exploradores: P. Joaquim José Pereira. *Memória sobre os nitros naturais sal de glauber quina e mais produções nativas inventariadas na capitania do Piauí e Maranhão, debaixo dos auspícios e de ordem de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor. 1799-1802.* BSGL Res. 3-D-17. 77 fl. Conferir finalmente as recomendações científicas elaboradas pelo jardineiro botânico J. Mattiazzi e prontamente acatadas pelo naturalista luso-brasileiro FEIJÓ, João da Silva. *Memória sobre a capitania do Piauí.* 1803. BSGL Res. 3-D-18 a 19, 3 fl.; Manuscritos sobre o ultramar português. [s.d.]. BSGL Coleção Vidigueira. Res. Est. 146-B-maços 1 e 2 (5 pacotilhas); o manuscrito denominado *Discurso filosófico e político sobre as ilhas de Cabo Verde e seu comércio por João da Silva Feijó, naturalista de Sua Magestade nas mesmas ilhas.* BSGL 1791. 4 fl. Neste estudo Silva Feijó considera: "...na Costa da Guiné, além das vinhas, finalmente ainda que de má qualidade, e que se pode dizer dão fruto todo o ano, há outros infinitos vegetais de conseqüência, e entre eles é a planta do anil, que nasce e se produz naturalmente por toda a parte, e a do Lenne / Cassia Tora, que também espontaneamente cresce em abundância principalmente nas ilhas do Maio, Boavista, São Nicolau, Sal, Santa Luzia e São Vicente." *Papéis sobre o salitre por João da Silva Feijó.* [s.d.]. BSGL Códice 610, 1 fl.; *Estado presente das experiências do salitre na ribeira d' Alcantara em o primeiro de março de 1798 por João da Silva Feijó - naturalista encarregado destas experiências.* BSGL Códice 610, 1 fl.

Mattiazzi e às experiências realizadas em seu interior. G. A. Dalla Bella, naturalista trazido pelo Marquês de Pombal na missão italiana de 1768, chamou a atenção, em uma Memória inédita, para o fato de que o Gabinete de história natural concorreu para a aproximação com importantes leituras dos mais famosos e experimentados autores das "cousas econômicas".

Além disso, os novos métodos eram praticados a partir do conhecimento das propriedades e dos usos dos vegetais. G. A. Dalla Bella oferece uma passagem importante a esse respeito:

> A história natural e as observações feitas com tanto merecimento das diferentes Academias da Europa nos dão os nomes, a natureza, à cultivação de tantos vegetais, que servem nas Artes (...) da Farmácia e em outros usos de utilidade econômica, nos ensinam a cultura de outras plantas, novamente procuradas que não se acham, ou são muito raras em Portugal: finalmente nos dão a conhecer novas ervas que formam prados artificiais, novas árvores para os Bosques, e que podem subministrar folhas abundantes para alimentar os animais. Quantos destes gêneros transportados nesse Reino [trecho rasurado pelo autor] em diferentes partes deste Reino não seriam convenientes a certas terras com vantagem da agricultura e do comércio.[36]

A fim de reordenar o chamado mundo natural das colônias, Júlio Mattiazzi preparou no Gabinete de História Natural da Ajuda o "catalogus plantarum botanici"[37] contendo a relação de 2715 árvores e arbustos[38] úteis à economia do reino. O exame posterior dos exemplares era feito pelos naturalistas do Gabinete e do Museu de História Natural da Academia Real das Ciências de Lisboa.[39] Essa tarefa foi então destinada ao abade José Correia da Serra, principal idealizador da "viradeira" científica, ao Dr. José Mayne e ao filósofo-viajante Alexandre Rodrigues Ferreira.

A distribuição de "impressos" pelas colônias ultramarinas, através do Gabinete de Vandelli e de Mattiazzi, foi significativa, sobretudo na última década do século XVIII. Dentre os estudos difundidos, podemos perceber que os que com maior frequência interessavam aos naturalistas metropolitanos, assim como aos intelectuais ilustrados coloniais, concentravam-se nas instruções para o acondicionamento de plantas e animais, os compêndios acerca dos

---

[36] DALLA BELLA, G. A. *Discursos preliminares aos elementos de agricultura acerca dos modos mais convenientes para animar essa nobilíssima Arte em Portugal.* BACL Série Azul. Manuscrito n. 199. [s.d.]. 22 fl.

[37] CATALOGUS Plantarum Botanici. 1782. BNL Coleção Pombalina. Manuscrito No. 30.

[38] PLANTAS do Brasil. 1780. BACL Série Azul. Manuscrito No. 300. 150 fl. [aprox.]. Em precário estado de conservação, esta importante fonte permitiu-nos uma visão que complementou o documento anterior, com os limites impostos, entretanto, pelo nível alto de oxidação do referido registro. Nos foi possível perceber, no entanto, apesar de todas as dificuldades técnicas, por exemplo, que estava por se elaborar no Gabinete da Ajuda com o auxílio do Museu da Academia um "capítulo" da História Natural das Colônias dedicado às plantas da América Portuguesa.

[39] Os procedimentos de compartimentação da atividade científica em Portugal foram profundamente estudados em muitos trabalhos pelo historiador da ciência Rômulo de Carvalho, em especial nesta análise e coletânea substanciosa de fontes: *História do Gabinete de Física da Universidade de Coimbra - desde a sua fundação (1772) até o jubiléu do professor italiano Giovanni Antonio Dalla Bella (1790).* Coimbra: Publicações da Universidade de Coimbra, 1978.

procedimentos taxonômicos e as obras que se relacionavam ao preparo dos terrenos férteis e dos baldios para a agricultura.

A divulgação dos chamados "impressos" era autorizada basicamente pelo Ministério do Ultramar. Os estudos eram assinados pelos sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa sob a forma de textos originais ou mesmo traduções comentadas, sempre em consonância com as necessidades e demandas dos naturalistas responsáveis pelos estabelecimentos científicos.

Como já dissemos, os temas dos "impressos" versavam, em última análise, sobre as necessidades imediatas do poder régio, no que tange ao cumprimento rigoroso dos cânones da política fomentista de cariz cientificista, projetada pela Academia das Ciências. Isso quer dizer que fazia-se mister a adoção do receituário do Gabinete de história natural também pela via da "leitura", ou seja, através de um determinado padrão de esclarecimento[40] fundado numa mentalidade reformista internalizada por intelectuais e burocratas, o que acabou por se constituir numa espécie de pré-condição para o sucesso das missões dos naturalistas pelo Novo Mundo.

Era essencial a aplicação dos princípios contidos nesses "impressos" paralelamente a um movimento de compreensão empírica mais global da realidade colonial. Muitas vezes a divulgação ou disseminação do conhecimento da natureza, no longo prazo, superava o nível de concretização[41] mais imediato das propostas embutidas nas instruções ou nas Memórias científicas e econômicas.

Os prolegômenos dos "impressos" apresentavam diagnósticos para os problemas mais diversos envolvendo o mundo natural do Império Ultramarino. No plano mais objetivo, entretanto, quando a Coroa exigia a resolução dos gargalos econômicos, os assuntos abordados por esses estudos adquiriam um tom mais específico no seu alcance.

Para exemplificar esses esforços dos naturalistas-utilitários poderíamos lembrar aqui a preocupação com o estudo do cultivo das batatas, da plantação do algodão, o método de preparação da coxonilha ou mesmo uma investigação sobre a combustão dos vegetais.[42]

---

[40] Para um exame de maior envergadura a este respeito conferir a coletânea organizada por: RAULET, Gérard. *Aufklärung - les lumières allemandes*. Paris: Flammarion, 1995. Ver também, acerca da conceituação de esclarecimento associada ao problema da formação epistemológica dos intelectuais: ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento - fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

[41] Cf. a este respeito a discussão de Eugenio Garin com Paul Hazard acerca do sentido mais geral da crise da consciência européia e as suas linhas de força dominantes, a partir de uma determinada filiação teórica do pensamento ocidental ao humanismo concreto de cunho pragmático oriundo do movimento renascentista. Para maiores detalhes vale conferir: GARIN, Eugenio. Vers un humanisme "concret". In:_____. *L' éducation de l' homme moderne - 1400-1600* - la pédagogie de la Renaissance. Paris: Fayard, 1995. p. 217-232.

[42] Para um entendimento mais amplo do problema que envolve a "mistura eclética de temas intelectuais díspares" no contexto da glorificação da razão e da ciência nos Setecentos, conferir: CASSIRER, Ernst. Natureza e ciência da natureza na filosofia do iluminismo. In:_____. *A filosofia do iluminismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. p. 65-135. Ver também esta discussão em: GAY, Peter. The science of man. In:_____. *The enlightenment* - the science of freedom. New York: W. W. Norton & Company, 1996. p. 167-216.

Tudo para os portugueses parecia relevante, porque o fundamental era investigar,[43] esboçar alternativas e soluções e preparar os recém-iniciados na arte de singrar o mundo natural. Fazia-se necessário, ainda, explorar racional e convenientemente a natureza, na busca do específico de cada colônia e do "exclusivo" no plano mais global. Esse era o conteúdo hegemônico do projetismo reformista ilustrado na sua dimensão mais primitiva ou original e, de certa maneira, rotineira.[44]

A descrição da natureza deveria vir sempre acompanhada da análise metódica. Essa era quase uma máxima da ilustração ou mesmo uma espécie de princípio fundador do enciclopedismo francês, na perspectiva de Ernst Cassirer, em sua obra clássica: *A filosofia do Iluminismo.*

Devemos considerar, entretanto, que os intelectuais ilustrados ibéricos, lusos ou especificamente luso-brasileiros, muitas vezes não observavam os procedimentos modelares do processo de elaboração do conhecimento sobre a natureza a partir dos paradigmas universalmente aceitos pela ciência moderna continental. O centro dinâmico da produção especulativa estava assentado na política fomentista colonial de orientação mercantilista, que objetivava estabelecer uma estratégia mais ampla de compreensão do ultramar consubstanciado nas suas riquezas naturais.

Isso não impediu que fosse elaborada uma espécie de experimentalismo lusitano, profundamente comprometido e enraizado no fomentismo dirigido ao mundo natural das colônias. Os homens da ilustração ibérica estavam sempre muito ocupados com a aventura de percorrer a natureza do Novo Mundo. Eles eram hábeis no trato das coisas da natureza, ao mesmo tempo em que preservavam a condição hierárquica de aristocratas e de fiéis súditos do Estado Monárquico. Os caminhos da ciência em Portugal nessa época, dependiam dramaticamente de uma sintonia fina entre os interesses do absolutismo ilustrado e o impacto do fomentismo cientificista sobre a economia do Império como um todo. O principal objetivo do Gabinete de Mattiazzi e das práticas utilitárias de Vandelli era oferecer respostas para essas demandas.

---

[43] Sobre o caráter investigativo iluminista de cunho material ver: DARNTON, Robert. *O iluminismo como negócio* - história da publicação da Enciclopédia (1775-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

[44] O ministro do ultramar, Dom Rodrigo, chamou a atenção das autoridades metropolitanas pelo mundo colonial, especialmente na América Portuguesa, para o fato de que os "impressos", como eram chamados os escritos instrutivos à época, poderiam ser muito importantes a fim de "...instruir os habitantes do Brasil em vários artigos de agricultura e outros objetos de que podem tirar muitas utilidades...". OFÍCIO anexo à Relação de Impressos para a Capitania do Espírito Santo. 1 de abril de 1799. AHU Códice 606. fl. 72-74. Ver também relativamente à articulação entre a difusão da cultura dos impressos e a política fomentista, algumas indicações centrais deste relevante núcleo documental: RELAÇÃO de Impressos. 1789. AHU Códice 607. fl. 126-287; RELAÇÃO de Impressos. 1799. AHU Códice 606. fl. 34-74. RELAÇÃO de Impressos. 1799. AHU Códice 610. fl. 120-150.

A respeito da ambiguidade entre a dimensão secular de "atitude" do "homem moderno" e a perenidade de sua inserção cortesã, vale a pena lembrar sumariamente a ópera iluminista-maçônica de W. A. Mozart, *A flauta mágica*, cujo libreto saiu da pena do literato e escritor Lorenzo da Ponte. Em uma ária (Cena 1 do Ato II - discussão entre o Orador e Zarastro), podemos flagrar uma interpretação artística do imiscuir da tradição nobiliárquica com uma dimensão intramundana e secularizada: Orador (levantando-se): Grande Zarastro, reconhecemos as tuas palavras cheias de sabedoria e maravilhamo-nos com elas; mas, poderá Tamino vencer as duras provações que o esperam? / Perdoa a liberdade em manifestar-te as minhas dúvidas. / O meu receio é pelo jovem. / E se agora, abatido pela dor, o abandonar o espírito e ele se deixar dominar pela luta? Ele é um príncipe. / Zarastro: E mais ainda... / É um ser Humano!

O "impresso" era uma peça de cultura científica admitida e fomentada pela fidalguia lusa, que unia o homem da corte ao homem da ciência na busca de um único objetivo: a exploração metódica da natureza e, consequentemente, a conquista da sua utilidade. Em uma recomendação do Ministro Dom Rodrigo de Souza Coutinho a Dom Fernando José de Portugal fica clara a preocupação com o tratamento conferido aos produtos oriundos das culturas nativas, pois deveriam ser, nas palavras do burocrata português,"preparados segundo o método referido nos ditos Impressos, devem ser aqui remetidos com todas as precauções para que cheguem bem acondicionados, e se possa examinar a sua qualidade... (...) Sua Mag. manda recomendar a V. Sa. estes Ensaios, devendo esperar-se que deles se colha uma grande utilidade para o aumento do comércio dessa Capitania".[45]

A experiência da conquista e a decodificação da "região", aliadas à leitura dos "impressos", deveriam ancorar o conhecimento acerca do Novo Mundo. O processo de transformação do "exclusivo natural" das colônias em "objetos" de consumo científico e/ou suntuário foi o *resultado de um amplo movimento, dotado de características multiseculares, tributário das* descobertas sucessivas das potencialidades ultramarinas.

Dentro dessa abordagem chamamos para a discussão historiográfica o historiador da cultura dos Descobrimentos, J. S. da Silva Dias que, ao lado dos trabalhos sobre os processos de intercomunicabilidade cultural (tese do historiador Luis Filipe Barreto) do quinhentismo lusitano, pensou o problema da experiência dos navegadores. Efetivamente, quando a atitude científica de cariz secular despontara no século XVIII, as formas de comunicação do Novo Mundo baseadas nos chamados "três reinos da natureza" já eram relativamente conhecidas através das "Crônicas" do Ultramar por toda a gente, e, paulatinamente, foram sendo

---

[45] OFÍCIO de Dom Rodrigo de Souza Coutinho para Dom Fernando José de Portugal. AHU Códice 607. fl. 121-122.

assimiladas pelos exploradores setecentistas luso-brasileiros de novo tipo. Acerca desse movimento de redescoberta cultural do Novo Mundo, o historiador J. S. da Silva Dias desenvolve a seguinte reflexão:

> ...o anti-mundo também era mundo, e animado, e habitado, e que as suas dimensões eram incomparavelmente maiores do que poderia imaginar-se; que os habitantes da terra recém-descoberta não se distinguiam, fundamentalmente dos da terra já antes conhecida; que os antípodas, afinal, sempre existiam; que a zona tórrida era uma região com vida vegetal, animal e humana: que além do nosso orbe, havia outro orbe terreno, para além dos mares, maravilhoso, real e humano, como este com que milenariamente nos encontramos.[46]

As novidades extraídas das produções naturais do Novo Mundo, especialmente da América e da Índia portuguesas, pelos exploradores, acabaram por reforçar a inclinação dos naturalistas da Academia das Ciências e do Gabinete da Ajuda para o estudo da filosofia experimental.[47]

A botânica assumiu um lugar privilegiado entre os burocratas de Queluz, assim como no interior dos espaços de sociabilidade intelectual lisboetas e coimbrãos. Foi criado um enorme contingente de observadores e exploradores, entre os quais o naturalista sueco Lineu, que iniciou no século XVIII o sistema de classificação por espécies e famílias.[48] Esse ilustrado talvez tenha se convertido numa das principais influências teóricas do reformismo português utilitário, pela sua conexão concreta com a prática científica voltada para as viagens filosóficas. Não era importante celebrar todas as correntes filosóficas do naturalismo, era importante isto sim, reconhecer dentre essas linhas, qual a que melhor serviria ao intuito do poder régio.

A predisposição para o estudo do mundo natural pode ser mensurada pela famosa máxima do Barão d' Holbach: "Oh, Natureza! Soberana de todos os seres!" O interesse por todos os

---

[46] DIAS, José Sebastião da Silva. Seiscentismo e renovação em Portugal no século XVIII. Coimbra, *Biblos*, [s.n.], p. 201-264, 1960. Conferir também acerca desta problemática: FRAGA, Maria Tereza de. *Humanismo e experimentalismo na cultura do século XVI.* Coimbra: Almedina, 1976.

[47] Cf. a este respeito: BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno* - séculos XVII e XVIII. Lisboa: Edições 70, 1990. v. 1; BUTTERFIELD, Herbert. *As origens da ciência moderna.* Lisboa: Edições 70, 1992.

[48] Para maiores detalhes a esse respeito conferir o trabalho de síntese: BRONOWSKI, J. *Introdução à atitude científica.* Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

aspectos da natureza manteve-se elevado e, na verdade, a palavra "natureza" tornou-se a pedra de toque do século XVIII.

O mundo das plantas e dos animais começava a ser ordenado, no Império Português, com o auxílio do método de classificação de Lineu e com a progressiva absorção das contribuições de Buffon expressas na sua obra: *A história natural*. O intelectual ilustrado Domenico Vandelli foi o homem indicado por Dom Rodrigo para "vulgarizar" a ciência moderna em Portugal.[49]

A cultura científica portuguesa soltava as amarras, desgarrava-se da sua secular dimensão pedagógica[50] e assumia contornos decisivamente comprometidos com a prática, através de uma nova atitude mental e política sugerida e parcialmente inspirada pelo pombalismo e, posteriormente, alavancada pela "viradeira". Essa nova feição cultural apresentava uma clara adesão aos esquemas mentais ilustrados mais gerais a serviço da Coroa. O absolutismo ilustrado investira pesadamente em uma forma de pensamento que atuasse sobre as questões econômicas, sobretudo sobre a agricultura, foco do credo regenerador luso diante da crise, de diversas procedências, do sistema colonial.

O poder régio mudava a sua perspectiva acerca dos intelectuais relativamente à época pombalina, se considerarmos que no período mariano e joanino a ordem era formular políticas pragmáticas coletivamente. Emergiu dos Laboratórios e dos Gabinetes de história natural uma espécie de corpo de práticos utilitários que serviam à Coroa e, ao mesmo tempo, simulavam uma autonomia de pensamento, pois estavam todos efetivamente atrelados às orientações do Estado e, consequentemente, às suas demandas.

Os estabelecimentos investigativos alimentavam e disciplinavam essa nova atitude científica diante das colônias. Esse caminho da ilustração luso-brasileira pode ser percebido nesta reivindicação projetista do naturalista luso-brasileiro João da Silva Feijó:

> Parece-me, e parece-me muito bem, que a este ponto estou ouvindo arguir-me de pouco inteligente, por não me lembrar e discorrer, que Portugal tendo outras Conquistas mais

---

[49] Domenico A. Vandelli produziu em 1780 um esboço da sua obra *Da história natural* denominado *Dissertação sobre a filosofia natural* aplicada às plantas, em latim. (1780). O tema central da dissertação se refere à utilidade das plantas no domínio da medicina, assim como menciona outros usos das plantas, importantes para o reino. BACL Série Azul. Códice 377. v. 5. 9 fl.

[50] A esse respeito ver os clássicos: ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1982. BRAGA, Teófilo. *História da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1940. 4 v.; e também DIAS, José Sebastião da Silva. *A Congregação do Oratório*. Coimbra: Publicações da Universidade de Coimbra, 1965.

> interessantes, e que devem ser contempladas com mais circunspecção, e não tendo gente suficiente para elas, como poderá distraí-la para colônias tão pouco interessantes? Convenho na proposição, porém será razão suficiente que por possuir o grande, o vasto, o belo e o rico País do Brasil, e outras porções de terreno nas outras partes do Mundo, se desprese torrões de terra tão povoados, que pela sua situação local, fertilidade e ricas produções se fazem recomendáveis, e até invejados por todas as Nações da Europa. Digão-no elas, que bem o conhecem, e os mesmos Portugueses antes que possuíssem outras Conquistas, não sou político, e os meus conhecimentos são mui rasteiros, e por isso deixo à classe daqueles sábios a resolução do problema.[51]

Silva Feijó foi um caso exemplar do burocrata/naturalista que conhecia muito bem os mais variados trechos do Império Colonial Ultramarino, servindo à Coroa em Angola, Cabo Verde e em algumas Capitanias da América Portuguesa (sendo que a expedição mais importante foi a da Capitania do Ceará). Demonstrou sempre uma grande capacidade de adaptação às peculiaridades locais, ao mesmo tempo em que apresentava uma visão alternativa à orientação hegemônica da Academia das Ciências e do Gabinete de história natural. O naturalista chamou a atenção também para o cansaço dos exploradores, para a repetição das missões sem maiores explicações e, principalmente, para a necessidade de um retorno prebendário e pecuniário mais efetivo.

Félix de Avelar Brotero, Dom Rodrigo ou João da Silva Feijó *não eram fisiocratas, liberais* ou mercantilistas ortodoxos. Esses homens se afirmaram como burocratas e intelectuais que articularam todas essas perspectivas a partir de um ecletismo reformista.[52] Mas o ponto essencial para nós diz respeito ao impacto de todo esse esforço naturalista-utilitário refletido em um tipo de mercantilismo-fomentista reestruturado no período da "viradeira". Entendemos a política econômica das monarquias modernas também como uma visão estratégica e inovadora da ação do Estado burocrático.[53]

Falamos aqui de um processo que exige uma análise com o auxílio de uma lente de aumento, pois se dá nos interstícios das tensões estamentais em um crescendo de burocratização do

---

[51] FEIJÓ, João da Silva. *Discurso filosófico e político sobre as Ilhas de Cabo Verde e seu comércio. 1791.* BNL Coleção Pombalina. Manuscrito B-14-6. 40 fl.

[52] Nossa análise nesse ponto é amplamente tributária às reflexões de: NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).* São Paulo: HUCITEC, 1979. Especialmente nas páginas 228-229. Também devemos marcar aqui as análises de: GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa.* Lisboa: Arcádia, 1978. p. 124-127.

[53] A noção de um Estado inovador na Península Ibérica, que fosse capaz de alterar as condições estruturais da economia lusa no período em questão, foi vislumbrada a partir da valorização schumpeteriana de um hipotético Estado-empreendedor ou "empresário" e motivador da alteração da base técnica da produção a partir da ação de uma elite de "reformadores sociais". Ver sobre esse ponto: SCHUMPETER, Joseph Alois. O fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico. In: –. *A teoria do desenvolvimento econômico.* São Paulo: Nova Cultural, 1982. p. 43-66. E também de: SCHUMPETER. Práticas monopolísticas. In: _____. *Capitalismo, socialismo e democracia.* Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p. 117-146.

Estado português, protagonizado agora pelos seus corpos intermediários formados por burocratas e intelectuais.

No momento em que esses homens de Estado adequaram ou amalgamaram diversas concepções de mundo, acirraram tensões internas e transformaram o ecletismo reformista numa forma de ação estatal, tendo o monopólio novamente como o seu eixo principal. Os Gabinetes atuaram como células desse movimento mais global que atravessou o pensamento luso-brasileiro na "época da viradeira". Mattiazzi e, principalmente, Vandelli atuaram pontualmente, imersos em um contexto mais amplo das mudanças paulatinamente exibidas pelos reformadores do ultramar.

Vandelli chegou em Coimbra no ano de 1772 para participar das reformas pedagógicas e científicas da Universidade. Trazia uma bagagem repleta de inspirações naturalísticas e filosóficas, como podemos verificar em algumas correspondências entre o italiano e autoridades que o esperavam. O começo das negociações para o traslado de Lisboa a Coimbra é documentado com uma carta do reitor, D. Francisco de Lemos, ao poderoso ministro de D. José, onde se lê:

> O Lente Vandelli deixou-me um Catálogo do que contém o seu museu que tem na Itália, e não tem dúvidas de o mandar vir para fundar o desta Universidade. Se for do agrado de Va Exa que assim se execute dentro de poucos meses poderá haver aqui um grande Teatro da Natureza, o qual, ajuntando-se muitas coisas que o mesmo Vandelli tem em Lisboa e o mais que principiará logo a vir, sem dúvida ficará muito curioso e digno assim do estudo da Natureza como da vista dos Estrangeiros.[54]

Vandelli tinha seguramente grande expectativa no que dizia respeito às reformas das cadeiras e dos cursos da Universidade de Coimbra. Os estudos que realizou no final da década de sessenta do século XVIII revelam sua evolução no sentido de uma visão mais abrangente do estudo das ciências naturais, como se percebe no texto intitulado *Dissertatio de arbore Draconis seu Dracaena. Accedunt: Dissertatio de studio historiae naturalis necessario in medicina, oeconomia, agricultura, artibus et commercio...*, com o qual ele deu início a investigações que acabariam por ter grande apelo entre os seus discípulos e alunos, mestres estrangeiros e naturalistas, mensageiros das viagens filosóficas.

[54] COLEÇÃO geral das ordens e providências para a nova fundação da universidade, 2/11/1772. CLJCJ- ANTT Ministério do Reino. v. 436, fl. 76.

Nos papéis relativos às suas atividades em Coimbra verificamos que o naturalista italiano enfatizava que era necessário "... fazer nascer o ensino das ciências da natureza: da física, da química, da história natural, auxiliar da medicina, porquanto ainda se estudava a natureza em Aristóteles, através dos seus intérpretes escolásticos, em Teofrasto, em Dioscórides...".[55]

A reforma pombalina favoreceu especialmente as novas faculdades de Matemática, de Filosofia e de Medicina, com a criação, inclusive, de estabelecimentos científicos a elas anexos.

Vandelli se referia também à necessidade da criação "... de um observatório, do gabinete de física experimental, do laboratório de química prática, de um teatro anatômico, de um dispensatório farmacêutico, de um Museu de História Natural e de um Jardim Botânico".[56]

O Museu de História Natural da Universidade de Coimbra foi inicialmente composto dos espécimes trazidos por Vandelli da Itália. O acervo do Museu foi progressivamente acrescido do material recolhido por Vandelli em Lisboa e Coimbra, sendo assim organizado o que o naturalista italiano chamava de Teatro da Natureza. O Museu se achava distribuído em três "Casas". Na "Casa Primeira" encontravam-se uma caixa grande de "vidros" com diversas aves (pavões, faisões, urubu, garça, papagaio, periquito, andorinha do Brasil); outra com peixes (peixe voador, pargos e outros) em número de quarenta; três caixas com andorinha grande do Amazonas, pega e falcão; quinze caixas com pequenos pássaros, entre eles o João-Congo do Brasil; uma caixa com feto humano monstruoso com duas cabeças; caixas de vidro com caranguejos e "outros insetos", e animais marinhos; fora das caixas havia arara, tucano, coruja, pisco, nega, patos bravos, galinhola, turdos, milhano, garça, ema etc., e esqueleto completo do roaz-de-bandeira (cetáceo). Numa outra sala (a "Casa Segunda"), expunham-se cinco caixas de vidro com borboletas do Brasil; duas caixas com insetos da mesma origem; sete caixas com insetos de Portugal; frascos "com aguardente" com pássaros do Brasil; abortos humanos "em aguardente", um negro e dois brancos; um pinto e um gato, ambos com duas cabeças; um pombo e um pinto, ambos com quatro pernas, vermes etc.; jacarés, caranguejos, lagartos, ovos de rais, ouriço cacheiro, tartatugas, ovos de ema e de pássaros do Brasil, macacos, coelho, tatu, dentes de elefante, de hipopótamo e de rinoceronte, peixe espada, cobras, ouriços do mar, estrelas do mar, corais, conchas, madeiras, cristais de rocha, espatos, topázios, jacintos, crisólitos, mármores, lápis-lazúli, pederneiras, enxofre, pedra-ume, minérios de ferro, cobre, chumbo, estanho, prata e ouro, carvão de pedra, petróleo, fósseis de plantas e de peixes, recipientes com terras, areias, resinas e bálsamos,

---

[55] VANDELLI, lente da universidade e inspetor do jardim botânico, assuntos relativos ao jardim. ANRJ Coleção Negócios de Portugal, caixa 463, pac. 2, 53, fl. 6.
[56] Ibidem. fl. 10.

frutos do Brasil e da Índia, madeira da Europa, Ásia e América. Na "Casa Terceira" guardava-se o herbário ou "plantas secas em papel". Consta ainda do documento a referência à existência, nessa casa, de um "Teatro de Demonstrações". [57]

Na *Relazione di quanto contenevano le otto cassette che Va Exa mando pel Laboratorio Chimico del Real Giardino Botanico 2*, com a assinatura de Vandelli, datada de abril de 1774,[58] constam ainda os seguintes materiais: oito caixas contendo, na primeira, minério de ouro e fragmentos de ouro virgem ou nativo; na segunda, quartzo com cubos de pirite; na terceira, um tufo ou tártaro; na quarta, tufo, nitro e estalactites; na quinta e na sexta cristais de formas singulares; na sétima, modelo de máquina com que no Brasil limpam algodão da sua semente; e na última, com o título de "Vem da Índia", grande pedaço de minério de cobre virgem, noz moscada, nitro, canela, madeiras e raízes de plantas.[59]

O Museu de História Natural instituído em Coimbra fez parte das reformas pombalinas na Universidade. A Faculdade de Filosofia, resultante dessa reforma, ministrava cursos de Botânica e Agronomia, Zoologia e Mineralogia, Física, Química e Metalurgia. O laboratório de física, criado na mesma oportunidade, foi chamado de *Teatro de Filosofia Experimental*.

As mudanças ocorridas na esfera educacional no decorrer da governação pombalina sinalizavam para uma maior adesão aos esquemas mentais ilustrados. Durante a Ilustração européia o estudo das Ciências Naturais motivou não só os ingleses e franceses, mas também os italianos e, no último quartel do século XVIII, os portugueses. A orientação pragmática foi dominante durante os períodos mariano e joanino. Nesse sentido, a Universidade de Coimbra teve um papel decisivo na difusão de um novo saber no período pós-pombalino. Esse novo saber contemplaria o estudo e os ensinamentos advindos das ciências físico-químicas e naturais. Seria constituído de um conjunto de cursos dedicados a investigações da natureza, os Teatros, como eram chamados os centros de atividade prática de dissecação, classificação de plantas úteis, isolamento de substâncias e invenção de artefatos mecânicos. A reforma da Universidade deveria articular esses centros de geração de conhecimento. Sendo assim, além do Museu de História Natural, o Laboratório químico surgiu na nova Faculdade como uma necessidade premente "...no qual, além de se fazerem as Experiências relativas ao Curso das Lições, se trabalhe assiduamente em fazer as preparações, que pertencem ao uso das Artes em geral, e da Medicina em particular".[60] Para dirigir esse

---

[57] CLJCJ - AHU Ministério do Reino, maço 2.695, [s.d.].
[58] CLJCJ - AHU Ministério do Reino, maço 2.701, [s.d.].
[59] CLJCJ - AHU Ministério do Reino, maço 2.701, [s.d.].
[60] ESTATUTOS da Universidade de Coimbra. Lisboa: Impressão Régia, 1772. p. 268.

Laboratório foi chamado Vandelli, que havia sido nomeado, pelo decreto de 11 de setembro de 1772, lente da cadeira de História Natural e de Química.[61] Na época da criação do Laboratório foram mantidos os primeiros contatos entre Vandelli e o abade Correia da Serra a respeito das atividades do Gabinete de Experimentação Química. Os dois, mais tarde, viriam a se constituir em articuladores decisivos para a formação de uma Academia das Ciências em Portugal.

O Gabinete de Experimentação Física ou Teatro de Experimentação Física se articulou também a um esforço de modernização do Estado português, que via nas investigações de caráter científico uma fonte importante para obtenção de vantagens materiais. A criação do Gabinete foi mais um aspecto da reforma pombalina de 1772. *O Teatro Experimental de Física*, através de J. A. Dalla Bella, também italiano, tornou possível a descoberta, em Coimbra, da lei fundamental das ações magnéticas.[62]

As inovações científicas promovidas pela reforma da Universidade assumem, na historiografia, ora um contorno apologético, ora apresentam um diagnóstico crítico, assentado na continuação/ruptura do ímpeto secularizante no reinado de D. Maria I. O curto período que se inicia com a reforma da Universidade, em 1772, e termina com a "viradeira" (fim do consulado pombalino) foi uma fase de assimilação do ideário ilustrado, cujo centro intelectual luso foi Coimbra. Essa assimilação se deu no campo propedêutico, plasmado pelo sentimento da necessidade de ilustrar o país. Para termos uma definição mais precisa desse sentimento, retomemos Immanuel Kant. Em sua resposta à pergunta "o que é esclarecimento?", o filósofo alemão afirmou:

> ... é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Separe aude! Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento.[63]

Os mestres estrangeiros, ou "estrangeirados", se esmeravam na formação de quadros intelectuais em Portugal. Viam com muita clareza a importância dos seus discípulos para a coleta

---

[61] Cf. a esse respeito CRUZ, Lígia. Domingos Vandelli - alguns aspectos da sua atividade em Coimbra. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra.* Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 17-21, 1976.
[62] Cf. artigo de SILVA, Mário Augusto da. A atividade científica dos primeiros diretores do gabinete de física que a reforma pombalina criou em 1772. In: *Congresso da atividade científica portuguesa. Congresso do mundo português.* Lisboa, v. 13, t. 2, p. 291-305, 1980.
[63] KANT, Immanuel. *O que é esclarecimento?* Petrópolis: Vozes, 1985. p. 100.

de espécimes raros e úteis às produções do reino nas "viagens filosóficas".[64] Estas colaborariam decisivamente para o auto-esclarecimento que foi uma constante nessa fase de penetração das Luzes em Portugal.

A necessidade de conhecer o mundo natural, de investigar os fenômenos físicos e químicos, relaciona-se também, de certo modo, com a tomada de consciência da crise econômica e financeira em que o reino se encontrava no final da administração pombalina. Acerca dessa relação, necessidades do Estado português/emancipação intelectual e científica, Francisco Falcon observa que: "Mesmo em se tratando de iniciativas reformistas situadas em dependência imediata do poder de Estado, o fato é que boa parte dos alvos por elas visadas transcendiam a esfera institucional oficial. Diretamente ou não, portanto, as práticas reformistas atingiam de algum modo o universo das formas de pensamento e de expressão intelectuais, artísticas e literárias."[65]

As reformas introduzidas na Universidade de Coimbra suscitaram várias interpretações sobre o grau efetivo das novas práticas científicas que, paulatinamente, se tornavam hegemônicas. Antonio Sérgio atribui grande responsabilidade aos mestres estrangeiros, que teriam deixado importantes trabalhos, pelo êxito da reforma universitária pombalina.[66] J. V. Serrão dá um peso considerável aos estragos que a "viradeira" teria causado no plano pedagógico pombalino, pois:

> ...ocorreu a viradeira e o doutor Francisco de Lemos viu-se contestado pelo excessivo zelo com que seguira os ditames do ministro em desgraça. Não se crê que o fizesse por subserviência, como referem alguns biógrafos, mas na concordância plena com as idéias pedagógicas de Pombal. Homem culto e aderente ao espírito das Luzes, deixou o nome ligado à Universidade de Coimbra, muito contribuindo para o prestígio desta na parte final do século XVIII.[67]

Consideramos relevante também a posição de Isabel Nobre Vargues quando discute sobre o reino "Cadaveroso" ou "da Estupidez", denominações frequentes para o Portugal de D. João V. Com referência ao poderoso marquês, a autora afirma:

> ... no seu projeto de reforma do ensino e particularmente no projeto reformador universitário, as coordenadas foram-lhes ditadas pelo pensamento iluminista que soube assimilar

---

[64] Cf. o trabalho inédito de JOBIM, Leopoldo J. Collor. *Os naturalistas e as viagens filosóficas*. São Paulo: [s.n.], [s.d.]. Mimeografado.
[65] FALCON, Francisco J. C. As reformas pombalinas e a cultura colonial. In: *América 92*, Rio de Janeiro, 1992. Mimeografado.
[66] ANTÔNIO SERGIO. *Breve interpretação da história de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1979. p. 123-127.
[67] SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal (1750-1807)*. Lisboa: Verbo, 1982. p. 270. v. 4.

> nas suas estadias pelo estrangeiro, mas fundamentalmente pelas influências de muitos portugueses que na Europa e no país, presenciavam, participavam e desejavam uma ruptura cultural com um passado dogmático e estático.[68]

A Universidade de Coimbra foi permeada, nos primeiros anos que se seguiram à reforma pombalina, pelo avanço da ciência moderna. Racionalismo, experimentalismo e jusnaturalismo podem ser chamados de grandes linhas de força do ensino universitário coimbrão.[69] A introdução desses princípios (pertencentes ao novo espírito que hegemonizava o conhecimento na época moderna) na Universidade de Coimbra pelo marquês de Pombal, através do seu projeto reformador, tentou conciliar o progresso científico com o ensino. O esforço no sentido de incutir esse novo espírito, a partir de 1772, representa um passo importante para o fomento do espírito científico bafejado pelas Luzes.

É certo afirmar que as novas leituras introduzidas para e pelo grupo dirigente pombalino não romperam de todo com a tradição escolástica e nem representaram, no plano das idéias, a apropriação mais original ou revolucionária do turbilhão provocado pelas transformações ocorridas nas sociedades européias centro ocidentais, na segunda metade do século XVIII. As idéias de imanência, secularização, racionalismo e individualismo tiveram, em uma primeira aproximação com a problemática ibérica,[70] na Universidade de Coimbra, o centro de contato mais avançado com o saber ilustrado, ainda que, recorrendo mais uma vez a Francisco Falcon:

> O radicalismo das práticas discursivas do reformismo pedagógico oculta a existência de limites e acomodações no interior mesmo das idéias e das medidas práticas: os discursos pombalinos apenas deixam entrever com sutileza o fato de que sempre haveria de ser essencial para o sucesso das reformas que estas fossem ajustadas, de fato, às condições da sociedade e às necessidades ou objetivos do poder absolutista. Daí não ter propriamente uma "aplicação" das propostas típicas do "Iluminismo" mas, sim, uma cuidadosa filtragem das "idéias modernas" que teve nas "Luzes" italianas seu principal elemento filtrante, quer dizer, "um iluminismo essencialmente cristão e católico" como se pode constatar tanto em Verney quanto em Genovesi.[71]

---

[68] VARGUES, Isabel Nobre. A ode a Fileno e a reforma da Universidade de 1772. *Revista de História das Idéias,* Coimbra, t. 2, p. 255, 1989. Edição comemorativa do segundo centenário da morte do marquês de Pombal.
[69] Ibidem. p. 256-257. Cf. também BRAGA, Teófilo. *História da Universidade de Coimbra (1700 a 1800).* Lisboa: Tip. da Academia Real das Ciências, 1898. t. 3.
[70] FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina.* São Paulo: Ática, 1982. p. 3-20.
[71] FALCON, Francisco J. C. As reformas pombalinas e a cultura colonial. In: *América 92.* Rio de Janeiro: 1992. Mimeografado. Sobre as influências do catolicismo no pensamento português e italiano, ver: PELLIZZARI, Achille. *Portogallo e Italia nel secolo XVI - studi i ricerche.* Napoli: Francesco Perella E. C., 1914.

A aproximação com o ideário ilustrado foi intensificada na "época pombalina" e teve seus desdobramentos no reinado de D. Maria I. A apropriação desse ideário assumiu novos contornos no período compreendido entre a queda de Pombal e a invasão francesa de 1807/1808. Uma das vertentes mais vigorosas do pensamento luso pós-pombalino foi justamente a de inspiração naturalística, que aliou as necessidades do reino em crise econômica com as novas concepções da ciência moderna. Vandelli, podemos afirmar, foi um dos expoentes dessa vertente naturalista, cuja aplicabilidade no plano da economia representou uma transformação na economia política portuguesa do último quartel do século XVIII.

A Universidade de Coimbra teve um papel importante também no sentido de abrigar vários naturalistas que mais tarde deram continuidade às suas investigações na Academia das Ciências (a partir de 1779). Esta foi um centro gerador de idéias num período de fomento ao espírito científico, em face do apoio dado pelo despotismo ilustrado. Podemos também lembrar Gilberto Freyre em *O luso e o trópico*[72] onde o autor discute a integração da cultura européia[73] num complexo novo de civilização luso tropical.[74] Ainda que não nos fixemos nos aspectos conceituais e procedimentos metodológicos, consideramos de grande interesse o papel atribuído por Freyre à Universidade de Coimbra,[75] no sentido de atribuir-lhe um papel de inspiração[76] aos quatro intelectuais lusos.[77]

A mentalidade ilustrada, erigida com a criação da Academia das Ciências, deu um passo importante no sentido do aprofundamento em Portugal das temáticas da Ilustração francesa (no campo das ciências naturais), da economia-política escocesa (relativamente à teoria do valor) e da Ilustração italiana (com destaque para o tipo de ação reformadora, mantendo para tanto o vínculo com o absolutismo e com a tradição católica). Os progressos realizados nas ciências naturais e na economia política, através de uma maior adesão aos esquemas mentais ilustrados, migraram da Universidade pombalina (Coimbra) para a Academia mariana (Lisboa). "O Reino da Estupidez", de Mello Franco, fala-nos de um determinado estado de estagnação em que se encontrava o ensino na Universidade durante o período do "reitorado do Principal Mendonça". A sátira recai sobre o espírito da "viradeira" e sobre seus arautos. Podemos inferir, portanto, que a crítica incide sobre a reação anti-pombalina, num período em que muitos atacaram as reformas introduzidas pelo ministro de D. José I. No entanto, parte das iniciativas pombalinas foram mantidas pela Academia e muitos quadros

---

[72] FREYRE, Gilberto. *O luso e o trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do 5º centenário da morte do Infante D. Henrique, 1961. p. 63.
[73] Ibidem. p. 64.
[74] Ibidem. p. 65.
[75] Ibidem. p. 70.
[76] Ibidem. p. 73.
[77] Ibidem. p. 74.

intelectuais foram mantidos apesar da "viradeira", é bem verdade que ao lado de figuras que haviam sido repelidas ou exiladas ao tempo da governação pombalina. Esse delicado período de transição da mentalidade ilustrada lusa, de Coimbra para Lisboa, pode ser muito bem observado na seguinte passagem de Francisco Falcon:

> Lendo as dezenas de "Memórias" produzidas logo nos primeiros tempos da Academia, podemos comprovar a perspectiva ao mesmo tempo emancipadora, "moderna" e pragmática que ali presidiu a recepção da "ciência moderna". Por outro lado, ainda que não minimizemos algumas mazelas do ensino da Universidade de Coimbra pós-pombalina, não podemos ignorar tampouco a importância dos progressos que nela se realizaram então no campo das ciências naturais, até porque foram eles que tornaram possíveis, em boa parte pelo menos, os trabalhos de naturalistas e pesquisadores luso-brasileiros eminentes, do final do século XVIII e começos do XIX, dentre os quais podemos citar: José Bonifácio de A. e Silva, Conceição Veloso, Arruda Câmara, Câmara Bittencourt e Sá, entre outros.[78]

Foi exatamente nesse período de transição que as atividades de Vandelli se complexificaram. O naturalista dedicava-se ao Museu, ao Laboratório e ao Jardim Botânico de Coimbra. Escreveu, já no final do período pombalino, a obra *Fasciculus plantarum cum novis generibus et specibus* (1776), além de alguns escritos que não podemos precisar exatamente a época em que foram produzidos, mas estimamos que se refere a um esboço de sua obra mais importante, Da história natural. Esse conjunto de Memórias é assim constituído: *Saggio d'istoria naturale del Modenese e del Reggiano, Historia naturalis agri mutinensis, Historia naturalis agri mediolanesis, Saggio della stiria naturale del lago di Como, Suplementum historiae naturalis Hetruriae e Historia naturalis urbis et agri olisiponensis, continens terras, lapides, petrofacta, thermas, plantas, animalia, eorumque usus in re medica, oeconomica et artibus.*[79] Logo nos primeiros anos em Portugal, Vandelli já havia se dedicado a dar instruções para a organização de um jardim botânico em Lisboa. Era o Jardim d'Ajuda. Para tanto, deixou seu jardineiro, Julio Matiazzi, vindo de Pádua, encarregado das atividades de aclimatação e ordenação das plantas "por Casas".[80] As primeiras sementes trazidas dos trópicos para o Jardim de Lisboa vieram em dois "Caixões": o de número três, continha cascas de Janaúba medicinal e casca de caju – adstringente; no "Caixão" de número quatro, o conteúdo era o seguinte: sementes de Caju, Mulungu medicinal, Saboeiro, Fruta de Conde, Metapasto, Periqui Perigoso, Beijos de Frades, Batata de purga, Buninas, Mamão, Quiabos,

---

[78] FALCON, Francisco J. C. As reformas pombalinas e a cultura colonial. In: *América 92*. Rio de Janeiro: 1992. Mimeografado.
[79] MENDES, Antonio Rosa. O naturalista Domingos Vandelli, novos elementos para a sua biografia. *Revista da Universidade de Lisboa*, Lisboa, v. 5, p. 103-120, 1984-1985.
[80] AZZI, Margherita V. *L'orto botanico di Padova e il giardino del Rinascimento*. Milano: Edizione del Polifolo, 1984.

Mandiroba medicinal, Jaca, Limas da Pérsia; Cascas de Giló ou purga de marinheiro, Angelim, Quina do Norte do Brasil; Caixa de Contraerva, Alcacer e Baunilha.[81] Progressivamente eram desenvolvidos os estudos de caráter pragmático com ênfase, mais uma vez, nas atividades realizadas em Coimbra.

Em Coimbra, organizou-se o núcleo inicial do Museu de História Natural, constituído pelas coleções que pertenciam a Vandelli. A reforma da Universidade, a criação do Museu e do Jardim Botânico de Coimbra configuraram uma aproximação com os esquemas mentais ilustrados e evidenciaram uma nova concepção de ciência entre os lusos.

Essa nova concepção foi se formando na medida em que os objetos da pesquisa foram se definindo (investigação acerca dos três reinos da natureza), assim como o lugar onde essas investigações seriam feitas: o Brasil. Tornara-se então evidente que o Estado português, ao promover os estudos científicos como parte da política fomentista, tinha em mira o engrandecimento das Artes e a recuperação econômica do Reino, sendo estas as prioridades reais. A reforma da Universidade deixa perceber com clareza as preocupações com o estudo das Ciências Naturais:

> *Sendo manifesto que nenhuma coisa pode contribuir mais para o adiantamento da História* Natural do que a vista contínua dos objetos que ela compreende, a qual produz idéias cheias de mais força e verdade do que todas as descrições mais exatas e as figuras mais perfeitas: é necessário para frisar dignamente o Estudo da Natureza no Centro da Universidade, que se faça uma coleção dos produtos que pertencem aos três reinos da mesma natureza.[82]

E, com relação às plantas, recomenda-se a criação imediata de um Jardim Botânico:

> Para que nele se cultive todo o gênero de plantas e particularmente aquelas, das quais se conhecer ou esperar algum préstimo na Medicina, e nas outras Artes; havendo o cuidado e providência necessários, para se juntarem as plantas dos meus Domínios Ultramarinos, os quais têm riquezas imensas no que pertence ao Reino Vegetal.[83]

Daí a reforma da Universidade prever a criação de um Jardim Botânico em Coimbra, onde seriam recebidas as plantas recolhidas do Brasil. Essas iniciativas reformadoras vão ultrapassar o período pombalino e alcançar o reinado de D. Maria I, durante o qual

---

[81] LISTA do que vai nos caixões n. 3 e 4 que se destinam para o Jardim Botânico de Lisboa, 1771. CLJCJ – AHU.
[82] ESTATUTOS da Universidade de Coimbra. Lisboa: Impressão Régia, 1772. p. 264.
[83] Ibidem. p. 266.

> Portugal se abriu mais largamente aos influxos da ilustração européia. A Academia Real das Ciências foi por excelência o centro de assimilação dessas novas correntes e de sua adequação à realidade portuguesa. Direta ou indiretamente inspirado ou estimulado pela Academia, todo um vasto movimento intelectual que se processa; o pressuposto cientificista e pragmático percorre todo o esforço: para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas é que elaboravam as Memórias Econômicas.[84]

O movimento reformador apresentava os seus limites em função da tensão existente entre a teoria do grupo dirigente, formado por diplomatas, cientistas e intelectuais, e as práticas adotadas pelo absolutismo ilustrado. Francisco Falcon, em Despotismo esclarecido, enfoca precisamente esses limites:

> Ao anunciar determinadas reformas como ilustradas, justificando-as através de um vocabulário ilustrado, os discursos dos príncipes e dos seus ministros descrevem um duplo movimento no seu percurso da teoria à prática: o primeiro desvenda as relações entre os princípios que se pretende transformar em práticas do Estado absolutista e os princípios inerentes a este último, não raro opostos aos primeiros; temos aí um primeiro nível de conflitos possíveis, capazes de inviabilizar ou não as propostas ilustradas: o segundo movimento revela diretamente a oposição possível entre a teoria do Estado ilustrado e a teoria da razão de Estado, pois o príncipe iluminado não deixa de ser o detentor do poder real absoluto e, como tal, comprometido com interesses e objetivos que não são necessariamente aqueles do Iluminismo.[85]

O incentivo às práticas científicas de cunho especulativo-pragmático foi constantemente mantido pela política fomentista do Estado português desde a segunda metade do século XVIII. O envio de plantas e sementes das colônias ultramarinas se intensificou após a criação dos Jardins d'Ajuda e de Coimbra. Entre 1763 e 1807 as remessas enviadas do Brasil para Portugal foram constantes, especialmente no período do florescimento das instituições de ensino e pesquisa que se voltavam para o espírito investigativo. Entre 1781 e 1783 são quarenta e um despachos dos Vice-Reis para a Corte.[86] Muitas remessas eram posteriormente enviadas para outros jardins da Europa, como os de Petrogrado, Berlim e Paris. O

---

[84] NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 224-225.

[85] FALCON, Francisco J. C. *Despotismo esclarecido*. São Paulo: Ática, 1989. p. 17.

[86] Despachos dos Vice-Reis para a Corte, datados de: 18/5/1781, 26/6/1781, 2/7/1781, 17/7/1781, 6/8/1781, 22/8/1781, 17/1/1782, 21/2/1782, 2/3/1782, 20/3/1782, 27/3/1782, 9/4/1782, 13/4/1782, 26/4/1782 (dois despachos), 29/4/1782, 26/9/1782, 28/9/1782, 4/10/1782, 11/10/1782, 19/11/1782, 8/1/1783, 23/1/1783, 17/2/1783, 18/3/1783 (dois despachos), 28/4/1783, 2/5/1783, 24/5/1783, 25/5/1783, 28/5/1783, 1/7/1783, 4/7/1783, 22/7/1783, 1/8/1783, 16/9/1783, 18/9/1783, 13/10/1783, 15/10/1783 e 6/11/1783. In: OFÍCIOS dos vice-reis do Brasil. Correspondência dirigida à Corte de Portugal, 1750-1800. ANRJ, Códice 64, v. 1, fl. 290-315. Cf. também a esse respeito: JOBIM, Leopoldo J. C. *Jardins botânicos e a política agrária setecentista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [s.d.]. p. 41.

Museu de História Natural de Coimbra tinha como uma de suas atribuições o estudo desses espécimes, sua classificação e a designação de suas posteriores utilidades para fins econômicos ou "práticos", como se dizia na época.

Vandelli era um entusiasta deste "excedente natural" que era extraído das colônias. Em uma Memória, expressando sua fé nas terras do "Novo Mundo", ele dizia: "Estas ilhas (as do Atlântico) poderiam conter um jardim das plantas mais úteis da Ásia, África e América."[87] A experimentação botânico-agrícola dependia dramaticamente do sucesso das expedições científicas ao "Novo Mundo", novo sobretudo pela sua flora e fauna, até então não devidamente exploradas. Sobre a necessidade de uma "viagem filosófica", escreve o naturalista italiano:

> Que esta viagem há de contribuir muito para o aumento da agricultura e perfeição das artes não se pode negar, pois só desta sorte se pode conhecer o que o nosso país tem, e o de que é capaz. Ora se são úteis as viagens feitas nos reinos estranhos, como todos os dias observamos, e se nós mesmos temos mandado a eles alguns filósofos nossos, quanto não seria mais interessante uma viagem feita no nosso país, se é que queremos que se diga que nos propomos saber o que há na casa alheia, ignorando o que há na nossa.[88]

A criação do Jardim d'Ajuda dá a exata medida da necessidade da integração entre os estabelecimentos científicos e da ampliação da quantidade de remessas vindas do ultramar. Vandelli reivindicava um aumento das remessas: "... não tendo atualmente mais de mil e trezentos e dezesseis, quando os jardins mais inferiores têm três até quatro mil."[89] Queria ainda estabelecer uma coleção de "plantas medicinais, e Econômicas", propondo, para tanto, a criação de um laboratório químico e de um centro de edições científicas.[90] O naturalista enfatizava a necessidade do estudo sistemático dos espécimes recolhidos e dos que deveriam ser aclimatados nos domínios de Portugal, e declarava que: "... baseando-se na recomendação expressa dos Estatutos (Coimbra), dedica-se a estudar conjuntamente Portugal e o Brasil como se de um único país se tratasse..."[91] Vandelli preparou alguns de seus discípulos para explorar as riquezas botânicas das colônias. Essas expedições foram denominadas de "viagens filosóficas". Entre esses alunos, teve um grande destaque o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, que percorreu grande parte do norte do Brasil.[92]

---

[87] VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos*. ANRJ, Códice 807, v. 24, [s.d.]. fl. 14.
[88] Idem.
[89] VANDELLI, Domingos. *Representação de Domingos Vandelli*. ABNRJ Rio de Janeiro: 1961. p. 277. v. 38.
[90] Ibidem. p. 278.
[91] Citado por: FERNANDES, Abílio. Florae lusitanicae et brasiliensis; panorama dos estudos florísticos em Portugal. *Anuário da Sociedade Broteriana*. Coimbra: 1963, p. 20-31. (Separata).
[92] Cf. dados biográficos de Alexandre Rodrigues Ferreira em: GOELDI, Emílio A. *Alexandre Rodrigues Ferreira*. Brasília: UNB, CNPq, 19, 1980.

No final da governação pombalina, Vandelli começa a dividir suas atenções e estudos. Continuava ministrando seus cursos em Coimbra mas, paulatinamente, vai se integrando ao projeto de recuperação econômica do Reino, empreendido pela Academia das Ciências. Quando retornou a Lisboa (após aquela breve estada assim que chegou a Portugal vindo da Itália), foi dirigir o Museu Real e o Jardim Botânico d'Ajuda, para onde vão sendo enviados os produtos das coletas efetuadas pelos naturalistas em Angola (Joaquim José da Silva), Índia e Moçambique (Manoel Galvão da Silva) e Cabo Verde (João da Silva Feijó). Vandelli ocupava-se sobretudo do Brasil, estudando particularmente as remessas de plantas que do Brasil lhe enviava outro de seus discípulos, Joaquim Velloso de Miranda. A preferência pelos estudos científicos por parte dos estudantes e, mais tarde, prováveis viajantes tem duas explicações básicas: (1) A nova mentalidade que se desenvolveu em Portugal a partir de 1772, com a reforma da Universidade de Coimbra; (2) A valorização dos estudos que necessariamente resultassem em atividades práticas para a sociedade. O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira dizia que "o grau de aplicação de uma ciência mede-se pela sua utilidade".[93] O Museu de História Natural de Coimbra, como já dissemos, completava as atividades desenvolvidas pelos jardins e pelo Laboratório. As reflexões de Vandelli no Museu foram de grande importância para a definição de sua concepção de natureza e do funcionamento do "Teatro da Natureza". "Que utilidade", exclamava Vandelli em um de seus escritos, "o Estado pode, e o Príncipe, tirar de Homens que nunca examinaram as produções da Natureza, e que somente instruídos em ciências especulativas ou de legislação, se ocupam em presidir às minas, casas de moeda, Agricultura e Manufaturas?"[94] O bom uso da Natureza dependia do perfeito conhecimento do seu "Teatro". Sendo assim, o seu estudo da disciplina, mãe de todas as outras, a História Natural, não se resumia apenas ao conhecimento dos nomes dos animais, mas também compreendia um saber que contemplasse, no estudo dos animais, a sua anatomia, maneira de viver e o modo de se multiplicarem e de se alimentarem; para as plantas, o seu interesse econômico e suas virtudes medicinais; e, para os minerais, as suas propriedades. Em Vandelli temos uma grande clareza sobre a relação obrigatória da descrição e observação com as exigências de auto-reflexão que a Natureza inspira ao visitante de um Museu de História Natural. Senão vejamos:

> Sendo o Museu de História Natural feito principalmente para instruir, e servindo também para divertir, devem ser dispostas as produções naturais com gosto e que interessem aos curiosos, e que possam instruir, e inspirem novas idéias aos sábios, mas satisfazer todas estas vistas sem apartar-se muito da Natureza, isto é muito dificultoso. A ordem é que faz

---

[93] FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem feita ao Brasil. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, p. 5, t. 48 a 51, [s.d.].

[94] VANDELLI, Domingos. *Memória sobre a utilidade dos museus de história natural*. CLJCJ- BACL Série Vermelha. Manuscrito 143, fl. 1.

um dos maiores merecimentos do museu. Um museu bem distribuído será o verdadeiro Teatro da Natureza.[95]

A conclusão de Vandelli é ainda mais elucidativa sobre as várias etapas do conhecimento científico: um museu bem distribuído significava, para além da disposição dos espécimes, a sua classificação criteriosa, o conhecimento das leis que regem a Natureza aliado à experiência.

Rômulo de Carvalho, em sua *História Natural em Portugal no século XVIII*, faz referência a esse mesmo documento, marcando a queixa de Vandelli relativamente à pouca consideração "em que muitos estranhos têm aqueles que se dedicam ao estudo da Natureza".[96] Alguns, afirmava o naturalista italiano, "que são instruídos em outros conhecimentos que não pertencem à Natureza, costumam por em ridículo tudo o que ignoram e principalmente a História Natural, considerando ineptos dos empregos públicos os que a esta se aplicam. [...] Mesmo quando condescendem em aceitar a importância deste gênero de museus, fazem-lhes sempre muitas restrições."[97]

Certamente Vandelli se refere a duas ordens de problemas: uma ligada ao espírito da "viradeira", que poderia vinculá-lo ao grupo pombalino, às reformas de Coimbra; outro que pode ser exibido sob dois desdobramentos: a objeção às investigações científicas, em função mesmo da dimensão religiosa da qual estava revestido o pensamento científico português do período, e a crítica de alguns naturalistas. O caso mais conhecido é o do viajante inglês Henry Frederick Link, que criticou o método de classificação das plantas utilizado por Vandelli, chamando-o de "pouco científico" (apontamentos feitos por Link em "Travels in Portugal"). Leopoldo Collor Jobim, a respeito desta querela, afirma que Manoel Joaquim Henriques de Paiva também fez objeções aos procedimentos científicos de Vandelli: "... médico e naturalista muito atuante no ambiente científico do fim do século, publica, no Jornal Encyclopedico, Lisboa, julho de 1788, uma crítica à Florae Lusitanicae e Brasiliensis Specimen, conimbricas, 1788, de Vandelli, João da Silva Feijó, discípulo de D.V., refuta-as em as Reflexões Botânicas sobre a censura do Jornal Encyclopédico à Florae Lusitanicas..."[98]

Vandelli, em sua Memória sobre os museus, deixava evidente a sua perplexidade aos que desprezavam a Natureza: "Como inúteis e de simples curiosidade alguns consideram as

---

[95] VANDELLI. *Memória sobre a utilidade dos museus de história natural*, fl. 10-11. (Grifos nossos).
[96] CARVALHO, Rômulo de. *A história natural em Portugal no século XVIII.* Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. p. 56.
[97] Idem.
[98] JOBIM, Leopoldo J. C. Domingos Vandelli e a Revolução Francesa. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, Faculdade de Letras, v. 10, p. 249, 1988.

conchas, os corais, os insetos, as petrificações, as ejeções vulcânicas, e por conseqüência não dignos de conservar-se em um museu que deve servir para instrução."[99] Vandelli insistiu em devolver a crítica aos que deploram a atitude de ilustrar-se e de conhecer a Natureza. Para ele, o sentimento de instruir-se e o conhecimento da Natureza são xipófagos. Na crítica aos que não compreendem o valor dos estudos de História Natural ele se escuda na religião: "Nenhum que se aplicou a estudar e observar as obras da Natureza foi conhecido ateu ou infiel porque a Ciência Natural está unida à Religião."[100]

O Real Jardim Botânico d'Ajuda, o Laboratório de Química Experimental e o Museu de História Natural estavam integrados, juntamente com o Jardim Botânico de Coimbra, ao espírito dos estatutos de 1772 que reformaram a Universidade de Coimbra. Esses estabelecimentos de investigação científica experimentavam, aclimatavam e tornavam as produções naturais úteis ao reino. Dependiam dos estudos realizados nas seis disciplinas que constituíam o curso da Faculdade de Filosofia: Química, Lógica, Metafísica, Ética, História Natural e Física Experimental. Vandelli lecionou entre 1772 e 1780 as disciplinas de História Natural dos Três Reinos e Química Filosófica e Médica. Manteve, após esse período, estreitos laços com os progressos que foram sendo realizados no campo da pesquisa científica. Escreveu nesta última fase, em Coimbra, duas obras de suma importância: *Florae et brasiliensis specimen (1788) e Viriarium Grisley lusitanicum Linnaensis nominibus ilustratum Olyssipone (1789)*. A Flora do Brasil e de Portugal foi escrita a partir da correspondência mantida com o naturalista sueco Lineu.

Podemos alinhar três posições marcantes na historiografia portuguesa a respeito do impacto das reformas efetuadas em Coimbra: a primeira é de crítica das reformas; a segunda, mais neutra, pois tenta tão somente narrar os fatos, de maneira apologética; a terceira, ainda que admitamos as diferenças teórico-metodológicas dos que a compõem, possui um denominador comum: a revisão crítica da cultura da mentalidade reformista-ilustrada lusa, à luz das modernas concepções da historiografia.

Vejamos, então, cada uma dessas posições:

1- Uma das posturas mais marcantes entende de forma extremamente negativa o período de reformas pelo qual os portugueses passaram ao longo do século XVIII. Destaca-se, nesta perspectiva, Antonio Sérgio, que chamou os séculos XVII-XVIII de períodos marcados pelo "Reino Cadaveroso" ou "Reino da Estupidez". Merece atenção a respeito da abordagem

---

[99] VANDELLI, Domingos. *Memória sobre a utilidade dos museus de história natural.* CLJCJ-BACL Série Vermelha. Manuscrito 143, fl. 8.

[100] Idem.

metodológica de Antonio Sérgio a exposição de Francisco Falcon sobre a maneira de polemizar com a historiografia de seu tempo:

> Sua preocupação foi dupla: combater uma certa maneira de fazer história e, ao mesmo tempo, desestabilizar a história feita. No primeiro objetivo, era importante descongelar a atitude do pesquisador, mostrar a inutilidade dos comentários eruditos acerca de novos documentos (inéditos). Era um chamamento ao presente, à necessidade de fazer da pesquisa histórica instrumento da compreensão/transformação do presente. Neste particular, muitas de suas afirmações são tipicamente "presentistas", afastando praticamente qualquer validade às abordagens mais compreensivas. Já em relação à segunda preocupação, o problema mais urgente se lhes afigurava como sendo a necessidade de produzir uma reinterpretação completa do passado, uma redefinição crítica do verdadeiro sentido do processo histórico português. No entanto, qualquer uma das preocupações está presa a algo fora delas: o uso dessa ferramenta – a história – para transformar a nação como um todo.[101]

A historiografia durante o período salazarista se dividiu com relação ao mesmo período, tendendo a uma inclinação desairosa ao pombalismo e suas reformas.

2- Verificou-se, relativamente ao período em questão, uma posição apologética quanto às reformas e aos progressos de Portugal, haurindo-se "a nação desenvolvida, civilizada e culta", a partir das reformas observadas durante e após o período pombalino. Teófilo Braga, em História da Universidade de Coimbra e também em D. Francisco de Lemos e a reforma da Universidade de Coimbra, faz considerações extremamente engrandecedoras da atividade universitária, que nos anos imediatos mostrou, em parte, pelo menos, que foi feito o devido esforço no sentido de que se começara a cumprir esse "audacioso plano de reforma". O Laboratório Químico (que rapidamente pode ser transformado numa fábrica de munições, quando das invasões francesas), o Jardim Botânico, o Gabinete de Física (os aparelhos aí reunidos constituem hoje, afirmou T. Braga, uma das melhores coleções conhecidas de instrumentos de física do século XVIII) e o Observatório Astronômico iniciaram trabalhos em que era evidente a intenção de "acompanhar a ciência da época". Como índice desse ambiente reformista, T. Braga referia-se que, pela primeira vez desde a fundação da Universidade, havia compêndios escolhidos que transmitiam aos estudantes uma formação de base acerca das matérias professadas na maioria das cadeiras.[102]

---

[101] FALCON, Francisco J. C. Historiografia portuguesa contemporânea: um ensaio histórico-interpretativo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, n. 1, p. 86, 1988.

[102] BRAGA, Teófilo. *História da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa, 1894, v. 3. Cf. também: ALBUQUERQUE, Luis de. Universidade. In: SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985. p. 228-233. v. 6.

3- Numa outra perspectiva podemos ver a reforma da Universidade em 1772 como um desdobramento das ações do absolutismo ilustrado português. Nesse sentido, as reformas contemplariam em parte os progressos científicos verificados no resto da Europa (centro-ocidental sobretudo), mais como reflexo do que propriamente apresentando algo de original. Por outro lado, essa nova mentalidade absorvida das Luzes estava a serviço do Príncipe e das necessidades de manutenção do estatuto colonial. Podemos destacar as contribuições de J. Serrão e J. Barradas de Carvalho no sentido de perceberem a ambivalência da "viradeira". As estruturas foram mantidas ao lado de um enorme esforço de revitalização do Estado luso e das formas de extração do excedente que o grupo dirigente português vislumbrava nos estertores do antigo sistema colonial, aspecto profundamente trabalhado por Fernando Novais. No âmbito do ensino das ciências naturais e da própria concepção de ciência forjada pelos lusos, Luis Reis Torgal e Francisco Falcon têm assinalado, em seus trabalhos, os limites do debate científico em Portugal, se observarmos a influência da religião.

A reforma de 1772 deu importantes contribuições no sentido de introduzir novos conceitos para o estudo das ciências naturais entre os lusos. Ancorado nos estatutos de 72 e na entrada da literatura científica através dos estrangeirados (principalmente da física com base experimental, das contribuições de Newton, Gassendo e outros), Luís de Albuquerque considera:

> Pode-se dizer sem exagero que ao iluminismo se ficou devendo a reforma a que a Universidade foi submetida em 1772 pelo marquês de Pombal, que desde 1759 dedicara uma parte da sua ação governativa à revalorização do ensino no País. Pombal e os seus colaboradores elaboraram uma reforma radical: toda a estrutura da Universidade foi submetida a revisão, criando-se um elenco de seis faculdades (Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina, Matemática e Filosofia), com novas cadeiras de programas atualizados e servidas por um quadro de professores (nacionais e estrangeiros) capazes de executar o plano elaborado. Os estatutos que estabelecem as bases para a execução desta reforma (e onde aliás se desce ao pormenor de indicar minuciosamente o que devia ser ensinado nas várias disciplinas) orientam-se pelas idéias que o iluminismo defendia: crítica ao aristotelismo formalista e verbalista, subordinação ao método experimental e consequente recusa de acolhimento de argumentos de autoridade e direito à prática da livre crítica no domínio da ciência.[103]

Vandelli sempre enfatizou a necessidade da integração dos estabelecimentos científicos. Isto fica bastante claro em uma Memória, denominada Relação da origem e estado presente do Real Jardim Botânico, Laboratório Químico, Museu de História Natural e Casa do Risco,

---

[103] ALBUQUERQUE, Luis de. Universidade. In: SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de História de Portugal.* Porto: Livraria Figueirinhas, 1985. p. 232. v. 6.

que consideramos que tenha sido escrita entre 1779 e 1780 aproximadamente, tendo como base as preocupações de Vandelli neste período e as referências que faz ao tempo de D. José e à necessária continuidade das investigações científicas no período mariano. Neste relatório, Vandelli pormenoriza os fatos decorridos nesses estabelecimentos científicos nos primeiros anos de fomento à investigação prática. O documento começa nestes termos:

> Pela ordem, que no ano de 1768 tive do Senhor Rei D. José de gloriosa memória, de estabelecer no Jardim Botânico, mandei vir, de Pádua, Julio Mattiazzi que tinha instruído nas minhas viagens do ducado de Milão, e que me servia no museu que na sobredita cidade possuía. Fiz vir dos mais ricos Jardins Botânicos, plantas vivas, e sementes. Se transmutou a Quinta de Ajuda e de Hortaliças do Palácio Velho da Ajuda em Jardim Botânico...[104]

Vandelli (como diretor do jardim) e Mattiazzi (como jardineiro) lançaram-se à execução do projeto absolutista ilustrado de realizar uma História Natural do Reino e de seus domínios. Vandelli ficou em Coimbra para organizar o jardim da Universidade e dirigi-lo em sua primeira fase. Depois seria entregue a João Rodrigues (jardineiro português). Mattiazzi fora jardineiro do Jardim Botânico de Pádua e já trabalhava com Vandelli há muito tempo, tendo o naturalista em suas investigações botânicas dedicado uma planta ao colaborador, denominando-a Anthericum Mattiazzi. Guido Battelli, em Domenico Vandelli e il Giardino Botanico di Coimbra, nos informa que a Anthericum passou a ser chamada posteriormente de Simethis planifolia, e o estudo de Gianna Franchi Melli, intitulado Un italiano in Portogallo, Domenico Vandelli, confirma a estreita relação entre Vandelli e Mattiazzi, atribuindo tal fato ao conhecimento de ambos da estrutura do Jardim Botânico de Pádua.[105]

Vandelli, na Relação da origem e estado..., detalhou minuciosamente as atividades de cada estabelecimento:

> Na casa pois destinada no Laboratório para conservar-se as amostras das produções Naturais das colônias, e os resultados das suas análises e experiências dei princípio ao Museu com algumas produções naturais daquele que eu tinha formado nesse Real Jardim, e que dei de presente a Universidade de Coimbra, com outras daquele que possuía em Pádova, e que veio para a mesma Universidade, e com algumas e os armários do Museu do cap. Vandeck. Este Museu teve considerável aumento pelo cuidado e zelo do sobredito

[104] VANDELLI, Domenico. *Relação da origem e estado presente do real Jardim Botânico, Laboratório Químico, Museu de História Natural e Casa do Risco*. CLJCJ - ANTT Ministério do Reino, maço 444, fl. 1.

[105] Ver também a esse respeito: AZZI, Margherita V. *L'orto botanico di Padova e il giardino del Rinasimento*. Milano: Edizione del Polifolo, 1984; e VENTUROLI, P. *Dizionario biográfico degli italiani*. Roma: Treccani, [s.d.].

> Ministro e principalmente com o que remeteram os quatro Naturalistas meus discípulos que por este efeito de enriquecer o Museu, e fazer em consequência a História Natural da Colônia, S.M. mandou nelas viajar. [106]

Vandelli menciona nesta passagem o papel dos viajantes naturalistas, um aspecto por ele sempre lembrado desde que chegou a Portugal. A História Natural do Reino e de suas colônias dependia das expedições científicas e das amostras trazidas. Vandelli reproduzia no Museu o que os naturalistas colhiam nas colônias. Depois disso, refletia sobre o que "via" no mundo colonial, sob a forma de Memórias, científicas ou econômicas, ou as duas coisas em uma só Memória. Vandelli ficou com a direção de todos os departamentos de História Natural, tanto na Universidade de Coimbra como no Jardim d'Ajuda. Dava mais atenção aos estabelecimentos de Coimbra por ser aí que desempenhava o duplo papel de mestre e cientista. Tinha ainda como função vital a formação de quadros científicos entre os lusos.

Vandelli e Mattiazzi, após a governação pombalina, se dividiram nos cuidados quanto à continuidade do projeto investigativo do Império Luso-Tropical. Vandelli, preocupado com os progressos do Jardim d'Ajuda, apontava para o seguinte fato:

> Devendo eu ir a Coimbra para reger as duas cadeiras de História Natural e Química, estabelecer o Museu, Laboratório Químico e Jardim Botânico, entreguei a Administração deste Jardim, não deixando de em cada ano no tempo das férias vir uma ou duas vezes a esta Corte, e dirigir as operações, mais necessárias para concluir este Jardim que vagarosamente se ia continuando, não obstante as enormes despesas que a título se faziam [...] Não deixando porém de continuar o comércio das plantas e sementes para o aumento do mesmo Jardim.[107]

Vandelli prossegue em seu relato expondo as condições dos principais estabelecimentos científicos em Portugal: "Estado presente do jardim – contém somente mil e duzentos espécies de plantas."[108] O naturalista italiano reivindicava um maior incremento das práticas de cunho especulativo-pragmático durante o reinado de D. Maria I. O interesse pelo Real Jardim Botânico não se limitava a torná-lo um lugar para os soberanos e meio de instrução e educação científica para os infantes. Servia também, e em larga escala, para nele se efetuarem experiências sobre cultura das plantas, das quais se pudessem vir a retirar benefícios de interesse econômico para a nação. Uma das funções do Jardim era, portanto, auxiliar o

---

[106] VANDELLI, Domenico. *Relação da origem e estado presente do Real Jardim Botânico, Laboratório Químico, Museu de História Natural e Casa do Risco.* CLJCJ - ANTT Ministério do Reino, maço 444, fl. 3.
[107] Ibidem. fl. 5-6.
[108] Ibidem. fl. 6.

progresso da agricultura. Vandelli iniciou suas investigações no plano da classificação e na sua inter-relação com o econômico quando afirmou:

> Ainda estão sem plantas as Divisões do plano inferior, nas quais devem cultivar-se as plantas medicinais para as Artes e Economia [...] O Viveiro das plantas era exausto, mas o Dr. Alexandre cuidou logo de fazê-lo plantar e semear. As plantas todas que estavam sem ordem alguma, agora se dispõem sistematicamente.[109]

A montagem do Teatro da Natureza ia paulatinamente se aprofundando entre os naturalistas lusos. As viagens filosóficas e os estabelecimentos científicos aliados à política fomentista do Estado luso iam se constituindo em bases da vertente ilustrado-naturalista do reformismo português pós-pombalino.

O estado em que se encontravam o Laboratório e o Museu logo após a "viradeira" era de parcial abandono, como que à espera das atitudes do novo ministério e da rainha. Apesar dessas condições, a coleta das produções naturais continuava:

> A maior parte destas produções estão ainda fechadas em caixotes, como vieram. Muitos animais, e principalmente insetos se perderam por não estarem expostos [...] Existem neles muitíssimas produções desconhecidas aos Naturalistas, entre os quais muitos minerais das Colônias e reino, que ainda se devem classificar. O copiosíssimo herbário das colônias contém gêneros e espécies novas e outras não bem conhecidas. Já estão riscadas e iluminadas muitas plantas e animais. Além disso se acha neste museu uma boa coleção de diferentes vistas do Brasil, figuras dos índios [...] Este museu não tem ainda Catálogo, e os nomes que algumas produções têm, necessitam de ser novamente examinados. Eu já fiz o Catálogo dos Peixes, os naturalistas antes de irem a viajar nas colônias complementaram aquele das Conchas, e das Aves, que naquele tempo existiram e o jardineiro auxiliado das estampas foi pondo nome a mais algumas produções, além dos Catálogos dos Minerais que vieram da Inglaterra, Alemanha e Rússia.[110]

Vandelli, objetivando um planejamento para as viagens filosóficas pelo Ultramar português, redigiu, em 1779, uma Memória para auxílio dos naturalistas viajantes. Intitula-se *Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações, deve principalmente observar,* onde expõe a necessidade de um Diário:

---

[109] VANDELLI, Domenico. *Relação da origem e estado presente do Real Jardim Botânico, Laboratório Químico, Museu de História Natural e Casa do Risco.* CLJCJ - ANTT Ministério do Reino, maço 444, fl. 17.
[110] Ibidem. fl. 8-9.

> Mui pouca seria a utilidade das peregrinações filosóficas se o naturalista, fiando-se na sua memória, quisesse fazer as suas relações e descrições sem ter notado antecedentemente, com a pena, todos os objetos que fosse encontrando no seu descobrimento. Não há hoje uma só pessoa que não esteja persuadida da necessidade dos Diários.[111]

Vandelli oferece detalhes dos procedimentos técnicos que deviam ser obedecidos: o papel dos Diários deveria ter uma preparação especial para não se deteriorar com as chuvas e a umidade, as suas folhas deveriam ter determinado tamanho, estar divididas em colunas a cada uma das quais competiria determinado título, e aí o viajante deveria anotar tudo, escrupulosamente, dos objetos das suas observações, o que fosse possível recolher, recolher -se-ia: plantas, animais, minas; o que não fosse possível, dever-se-ia desenhar com toda a exatidão e, de preferência, a cores. Para isso, deviam os naturalistas saber desenhar e pintar, embora fossem, ou pudessem ser, acompanhados por quem tivesse essas habilidades próprias. Deveriam também saber trigonometria, para determinarem os valores da latitude e da longitude dos lugares onde fizessem as colheitas. Em resumo, as questões tratadas nessa Memória são as seguintes: "Da necessidade dos Diários e método de os fazer", "Do conhecimento físico e moral dos povos", "Dos rios, fontes minerais e lagoas", "Do reino das plantas", "Do reino animal" e outros tópicos ligados aos métodos de classificação.[112]

A descrição de Vandelli tem por alvo principal o Brasil. Aconselhava o contato dos naturalistas com os "índios" da região, que poderiam fornecer inestimáveis informações a respeito das plantas. Vandelli de fato iniciou os estudantes portugueses em grande parte das matérias filosóficas programadas pela reforma da Universidade e, mais tarde, aprofundadas pela Academia das Ciências, além de desempenhar importante função no planejamento das viagens de estudos.

Rômulo de Carvalho reproduz uma importante carta de Vandelli, enviada de Coimbra para Lisboa e dirigida ao ministro do Ultramar, na qual ele informa só agora ter-lhe sido possível apresentar "...o rol dos instrumentos e outras coisas necessárias às viagens dos naturalistas para executarem as instruções que tiveram, e assim formarem com a maior diligência possível uma exata História Natural de tão vasto continente".[113]

Anexo a este documento, Rômulo de Carvalho apresenta uma lista de três páginas com o título: *Rol dos instrumentos, drogas e mais utensílios pertencentes à História Natural, Física e Química,*

---

[111] COLEÇÃO de história e Memórias das Academias das Ciências de Lisboa. CLJCJ-BACL Série vermelha. Manuscrito 405, fl. 3.
[112] Ibidem. fl. 10-11.
[113] CARVALHO, Rômulo de. *A história natural em Portugal no século XVIII.* Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. p. 82.

que são indispensáveis a um naturalista que viaja. A lista é extensa e inclui, além de livros e de cartas geográficas, lentes, microscópios, óculos, tenazes para apanhar cobras e outras para insetos, armações para apanhar borboletas, conchas e corais, martelos, machados, escopros, limas e serrotes, anzóis, espingardas, escalpelos, navalhas, tesouras, alfinetes e agulhas, sondas para o mar e lagoas, e outros instrumentos e quinquilharias pessoais.[114] Vandelli informa na carta que os naturalistas estavam prontos para partir e lamenta não ter sido possível treiná-los previamente no "exercício de uma viagem na qual eu os pudesse acompanhar",[115] porque as ocupações universitárias não o tinham permitido. Esta carta, assim como outros indícios, nos permitem avaliar efetivamente a ausência de Vandelli nas expedições científicas ao Ultramar luso.

Em sua *Relação da origem e estado presente...*, Vandelli explica como funcionam os estabelecimentos científicos em Portugal. Todas as "Casas de Ciência", como alguns memorialistas as denominavam, tinham o papel de classificar e dar utilidade ao material coletado nas viagens filosóficas. A Casa do Risco abrigava as plantas e, depois da observação, os naturalistas reproduziam-nas. Nesta Casa trabalhava um grupo de desenhistas cuja função era a de "riscar", isto é, desenhar os exemplares das plantas do Jardim Botânico e de todas as demais que lhes chegassem às mãos. Vandelli, na referida Relação, nos dá notícia de uma fase daquele estabelecimento em que nele se ocupavam cinco desenhistas. O naturalista italiano expõe que

> Nesta Casa agora se riscam as plantas e animais, que recolheu o Dr. Alexandre nas suas viagens ao Brasil [...] o que me parece respeito a esse Jardim e seus estabelecimentos anexos, porque se conservem e aumentem concluindo-se a História Natural das Colônias pelo qual principal fim o Sr. Rei D. José deu princípio a esta grandiosa obra, e com imensa despesa continuou S. Mag.[116]

Sobre o Jardim Botânico, o naturalista sugere

> Reformar-se as estufas, e ir acabando a pouco e pouco, o que fica por fazer-se. Continuar a fazer vir plantas e sementes das Colônias, e dos outros Jardins Botânicos. Incumbir ao jardineiro nas estações convenientes ir, ou mandar vir, sendo distantes as plantas e sementes mais raras e próprias deste Reino que continuamente são procuradas pelos Professores ou

[114] CARVALHO, Rômulo de. *A história natural em Portugal no século XVIII*, p. 83-84.
[115] Idem.
[116] VANDELLI, Domenico. *Relação da origem e estado presente do Real Jardim Botânico, Laboratório Químico, Museu de História Natural e Casa do Risco*. CLJCJ - ANTT Ministério do Reino, maço 444, fl. 9.

> Diretores dos outros Jardins Botânicos para continuar-se esta espécie de Comércio sem o qual não podem subsistir, nem aumentar-se os Jardins Botânicos.[117]

O Laboratório Químico era necessário para

> Ensaiar nele e fazer-se as experiências dos minerais e vegetais tanto das Colônias como do Reino: pelo cujo diário trabalho seria necessária outra pessoa, como seria Francisco Vieira das ilhas dos Açores Bacharel formado em Filosofia, muito inteligente de Química a qual com a minha direção, e assistência possível trabalharia nos ditos ensaios e experiências, mas também no mesmo Laboratório fazendo-se-lhe serventia fora do Jardim, poderia ter Aula de Química para os Boticários, Artistas, Engenheiros e Artilheiros, pagando-se por isso toda a despesa pelo subsídio literário.[118]

Quanto ao Museu de História Natural de Coimbra, Vandelli acrescenta que é necessário

> Aproveitar-se, quanto possível das Casas contíguas ao Museu para nelas fazer-se armários de pinho provisoriamente até a edificação do novo, e distribuir-se com sistema tudo o que está ainda fechado nos caixões. E fazer-se um Catálogo geral revendo-se e examinando-se tudo, porque a mudança de Bilhetes nas produções, falta de conhecimento de toda a História Natural do Jardineiro, e de exame Químico de muitos minerais, faz com que alguns nomes são errados, e outros trocados. E deste modo se podem concluir a História Natural das produções das Colônias, que nele existem.[119]

Por último, nesta Memória, Vandelli se dedica a explicar as atribuições da Casa do Risco no que diz respeito à sua integração aos outros estabelecimentos:

> Completados, que sejam todos os Riscos dos novos gêneros, e novas espécies de plantas, e de animais, experimentando-se os mesmos Desenhadores a abrir em cobre, abrirão em chapas todos os sobreditos riscos para unir-se à História Natural das Colônias, no caso que S. Mag. por glória do seu Reinado, utilidade pública e aumento da História Natural, resolva que essa História Natural se imprima. Não proponho Regimento, como é o costume neste Reino em quase todos os estabelecimentos, indicando as obrigações de cada sujeito empregado neste Jardim, Laboratório, Museu e Casa do Risco, porque o melhor de todos os Regimentos é a boa época de pessoas hábeis honradas e zelosas do serviço de S. Mag.;

---

[117] VANDELLI, Domenico. *Relação da origem e estado presente do Real Jardim Botânico, Laboratório Químico, Museu de História Natural e Casa do Risco*, fl. 9-10.
[118] Ibidem. fl. 10-11.
[119] Ibidem. fl. 11-12.

> como são as atuais as quais debaixo da Inspeção de um tão sábio-ministro, desempenharão as obrigações todas, que correspondem aos seus respectivos empregos. [...] Ficando o administrador, e o seu fiel responsáveis de tudo, o que contém o Jardim, Laboratório, Museu e Casa do Risco pelo seu Inventário. [120]

Vandelli qualificou, nesta Memória, as funções de Alexandre Rodrigues Ferreira à frente dos trabalhos científicos:

> Respeito ao Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira Administrador do Jardim, Laboratório, Museu e Casa do Risco, oficial da Secretaria de Ultramar, de cujo grande merecimento deu bastantes provas, até, das outras qualidades das quais é dotado, depois de ter concluído a História das suas viagens do Brasil, devia S. Mag. aproveita-lo para Deputado na Real Junta do Comércio, tendo vastos conhecimentos da Ciência Econômica e política, das produções das Colônias, e do seu Comércio.[121]

Vandelli planejou que os seus desenhistas começassem a abrir, em chapas de cobre, os desenhos das plantas já executados, para se mandar imprimir uma obra que ele denominaria História Natural das Colônias, pensando nas plantas que se desenvolviam nas possessões ultramarinas portuguesas. O objetivo inicial dos naturalistas lusos era o conhecimento da natureza do Novo Mundo, especialmente dos domínios portugueses e, principalmente, do Brasil, pela diversidade de sua flora, pela descoberta de uma fauna especial e exótica, e pelo papel central que o Brasil ocupava no processo de acumulação de riquezas da Metrópole portuguesa. O procedimento básico obedeceu a um método taxonômico, cujo estabelecimento científico mais importante era o Jardim Botânico.

O método adotado para a classificação também devia obedecer às exigências econômicas ditadas para a utilidade. Isto quer dizer que a maior prioridade era dada às plantas que alguma função tivessem na produção de riqueza, ou seja, de ganhos materiais para a metrópole e engrandecimento do Império Luso-Tropical. Ora, os Jardins Botânicos d'Ajuda e da Universidade de Coimbra tiveram um papel decisivo no processo de classificação e exposição dos espécimes trazidos do ultramar português, assim como na coordenação dos demais estabelecimentos científicos, sendo, portanto, o centro deflagrador dos resultados obtidos nas investigações sobre o mundo natural nas colônias.

---

[120] VANDELLI, Domenico. *Relação da origem e estado presente do Real Jardim Botânico, Laboratório Químico, Museu de História Natural e Casa do Risco.* CLJCJ- ANTT Ministério do Reino, maço 444, fl. 12-13.
[121] Ibidem. fl. 13-14.

Os jardins em Portugal, tal como no resto da Europa Centro-Ocidental, foram pouco a pouco abrigando o espírito especulativo das Luzes. Mais do que descrever, faz-se necessário traçar uma sumária evolução dos hortos e jardins botânicos rumo à classificação. Num primeiro momento, deve-se frisar o caráter utilitário dos jardins, para, posteriormente, entendê-los como estabelecimentos de caráter científico, introduzindo, desta forma, um campo de vasta cultura dentro do reino vegetal.

Embora com designação diferente, hortos botânicos, no sentido da utilização das plantas com finalidades medicinais, sempre existiram. Esse foi um fator que conduziu à formação de pequenos grupos dessas mesmas plantas. Podemos considerar esse um caso de formação de um pequeno horto botânico. Se, por um lado, não só do mundo vegetal se pretendia tirar o remédio que curava, como de igual forma a essência que produzia o melhor aroma, ou aquela que em infusão tingia com a melhor cor, a coleção alargava-se, o horto aumentava em extensão e importância. E é esse horto botânico embrionário que se desenvolveu, que transpôs as fronteiras de suas influências e se generalizou na época moderna, com características predominantemente funcionais.

Azevedo Coutinho, indo aos primórdios dos hortos botânicos, afirma que mesmo em períodos anteriores à época moderna, já existiam preocupações voltadas para os jardins ornamentais e artísticos,

> Foi o édito de Milão que em 313, reconhecendo a religião cristã, favoreceu não só o aparecimento de uma nova arquitetura como também o de uma nova arte de construir jardins, que podemos considerar como hortos botânicos visto que neles havia um predomínio de plantas medicinais, de pomar e de horta em relação aquelas mais próprias dos jardins de flores. No entanto, também estas tinham a sua posição especial e a sua finalidade marcada: a ornamentação dos altares.[122]

Ainda que muitos estudos busquem até mesmo na Antiguidade as origens dos jardins, é certo afirmar que foi com o desenvolvimento da Ciência Moderna que os hortos botânicos atingiram o seu apogeu e aperfeiçoaram o gosto pelo exótico, isto quer dizer, pelas plantas do Novo Mundo. Assim,

> ...por volta do século XIV praticavam-se verdadeiras anomalias vegetais, chegando-se ao ponto de enxertar em velhos carvalhos sementes de cerejeiras e uveiras de modo a obter

---

[122] COUTINHO, Manuel Sobral Azevedo. *O Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1948. p. 30.

> formas estranhas em que havia profusão de folhagens diversas e ramificações de igual modo diferentes. Nesta época a cultura de flores era feita em vasos para que se pudessem deslocar para o interior das habitações poupando-se assim do tempo adverso ao seu bom desenvolvimento.[123]

Recorrendo à exposição de Azevedo Coutinho relativamente à origem dos hortos botânicos na Europa, o referido autor chama a atenção para o fato de que:

> Em muitos livros de Horas, gravuras, quadros, etc., podemos ver que, principalmente nos claustros e cercas dos mosteiros se cultivavam muitas plantas mais para a utilidade da comunidade do que propriamente para recreio da mesma. Em muitos casos aparecem-nos descrições de tais hortos (por volta do século XIV) em que se advinha a sua configuração retangular, marcada com latadas de vinha. Ao centro uma fonte de estilo gótico e simetricamente dispostos alguns canteiros separados por minúsculos caminhos e onde se cultivavam árvores de pomar em especial citrinos e prunoldeas. Ainda aqui tem o seu lugar especial as plantas odoríferas, não só o rosmaninho e o alecrim, mas também a murta, loureiro, etc. E há também as plantas destinadas a manterem a permanência das suas folhas dando um aspecto sempre verde, como as palmeiras e os arbustos vários. E, para que se possa fazer sobressair mais o caráter utilitário destes hortos, pode-se acrescentar que eles servião não só para o estudo da botânica mas também albergavam aquários e aviários destinados ao estudo da zoologia.[124]

Não obstante a valorização significativa que os hortos tiveram antes do período consagrado pela historiografia européia como moderno, é inegável a aceleração do culto aos jardins taxonomizados, ímpeto resultante dos novos desafios da história natural pós renascentista. Podemos dizer que até a Renascença a grande maioria dos jardins não passava de hortos botânicos. Com esse movimento, cria-se uma nova concepção: o horto perde o caráter utilitário e transforma-se num recinto de prazer em que a vista se delicia com uma riqueza extraordinária de elementos arquitetônicos que predominam sobre a parte vegetal. As coleções de plantas organizadas segundo sistemas em que predomina o caráter taxonômico voltam com força no século XVIII, num momento em que o ideário ilustrado introduz uma perspectiva integrada do conhecimento, podemos assim dizer, utilizando critérios mais abrangentes em função dos quais os três reinos da natureza (vegetal, mineral e animal) se encontram ordenados em um Sistema da Natureza. Nesse momento, os jardins assumem uma nova feição (via enciclopedismo) em grande parte da Europa Centro-Ocidental.

---

[123] COUTINHO, Manuel Sobral Azevedo. *O Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1948. p. 32.
[124] Ibidem. p. 33.

Assim, com relação à Europa, alguns jardins botânicos foram criados com o intuito de ensinar de uma forma prática a história natural, para que, dessa maneira, fosse viável aprender as lições que a Natureza oferece ao homem. Nesse sentido, falamos da história natural, ou, melhor dizendo, da sua epistemologia, ou, como era mais comum à época, da sua filosofia. Esta questão foi e vem sendo intensamente discutida. Diante de uma considerável bibliografia, podemos citar alguns exemplos: Canguilhem,[125] Rossi,[126] Foucault,[127] e ainda trabalhos pioneiros no campo da história do conhecimento da Natureza: Roger,[128] Ehrard[129] e Thomas.[130]

Até a segunda metade do século XVIII o interesse pela classificação rigorosa e completa era extremamente diminuto. Os Jardins se prestavam, em muitas cidades da Europa, apenas para abrigar a intimidade.

> No imaginário europeu do íntimo e do eu em fins da Idade Média, determinados lugares ou certos espaços são considerados particularmente propícios à busca de si mesmo e ao encontro de dois seres [...] os jardins servem ainda de locais de contemplação e conversação. Seu aspecto se alterou entre 1500 e 1800, mas eles nada perderam de seus significados íntimos. O jardim clássico parece substituir para sempre o pequeno jardim privado; na realidade, porém, o bosque, com o porão aberto na sebe, e seu branco único, escondido na sombra, assume uma função idêntica à do jardim fechado.[131]

Os jardins fechados garantiam o indivíduo solitário, "...a sociabilidade do jardim fechado sempre é íntima".[132] O jardim da Luzes universalizou o seu conteúdo, mas o que se verificou até o final do século XVIII foi o lugar da distinção, da fragmentação do humano, o lugar essencialmente do ethos nobiliárquico. A ostentação, o luxo e a moda[133] apareciam nos jardins retratados pela e para a corte. No recinto da intimidade

---

125 CANGUILHEM, Georges. *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida.* Lisboa: Edições 70, [s.d.].

126 ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos.* São Paulo: UNESP, 1992.

127 FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas.* São Paulo: Martins Fontes, 1987.

128 REGER, Jacques. *Les sciences de la vie dans la pensée française du XVIII^e^ siècle.* Paris: Armand Colin, 1963.

129 EHRARD, Jean. *L'idée de nature en France a l'aube des lumières.* Paris: Flammarion, 1970.

130 THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

131 REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIES, P.; CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada, da Renascença ao século das Luzes.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 214. v. 3.

132 Ibidem, p. 215.

133 Fernand Braudel dedica algumas páginas ao consumo suntuário da moda, dos passeios nos jardins particulares e da ostentação da civilização capitalista em formação; cf. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo.* Lisboa: Edições Cosmos, 1970. (Especialmente o capítulo 4, primeiro tomo.) A extravagância e o luxo já haviam sido detectados em sua dimensão viciosa, porém inevitável, em fins do século XVII e início do XVIII, por Bernard Mandeville em sua irônica *Fábula das abelhas.* Na época, esta obra sofreu inúmeras críticas, às quais Mandeville respondeu, em artigos ainda mais preciosos do que a própria fábula. A crítica central à "Colméia Murmurante" era a de que continha uma justificativa velada para a natureza corrupta e viciada do homem. Cf. MANDEVILLE, Bernard. *La fable des abeilles. Paris:* Vrin, 1985.

> O ar fechado não é o mesmo da rua ou do campo. Está impregnado de odores de uma natureza superior – de rosa, água pura e santidade –, sendo capaz de não só curar o corpo, como de dar repouso à alma. Os humanistas e os eruditos da era clássica, cada qual a seu turno, vão tirar desse jardim tudo que é rústico e gótico e ali colocar colunas e bancos antigos, bem como bustos de filósofos capazes de edificar os visitantes, porém não reduzirão as potencialidades íntimas do local.[134]

Os jardins impressionavam e extasiavam, é certo, os eruditos e os filósofos. Num interessante e raro testemunho da admiração flagrada pela escrita de Francis Bacon, temos a exata medida do êxtase:

> Deus Todo-Poderoso foi quem primeiro plantou um jardim. Na verdade, plantar jardins é o mais puro dos prazeres humanos, isto é, aquele que constitui maior repouso para o espírito do homem; sem jardins, edifícios e palácios não passam de construções grosseiras; e vemos sempre que, à medida que os tempos desabrocham para a civilização e para a elegância, os homens se preocupam em construir edifícios grandiosos e a jardinar delicadamente, como se a jardinagem fosse o complemento máximo da perfeição. Eu deduzo da maneira como estão ordenados os jardins reais, os quais devem ser jardins para todos os meses do ano, durante os quais, frequentemente, belas flores devem então estar no seu tempo.[135]

Em detalhes podemos perceber que a jardinagem não é observada como um meio de apurar as melhores plantas, ordenando-as pelo uso, pela prática. Neste ensaio de Bacon a ornamentação submete o reino vegetal:

> Para dezembro e janeiro, e na última parte de novembro, deve-se escolher plantas que permaneçam verdes, no inverno; azevinho, hera, louro, zimbro, teixo, ananaz; abetos, rosmaninho e alfazema; pervinca branca, púrpura e azul; carvalhinha, a planta chamada alga, laranjeiras, limoeiros e murta, se conservados em estufa; e manjerona doce, também sob aquecimento.[136]

Segue o ensaio com as considerações das flores e plantas que melhor se adaptam à ornamentação e à arquitetura do jardim. Para janeiro e fevereiro, as árvores mezereon e o açafrão; para março, as violetas (especialmente as azuis); em abril, a violeta branca. Em maio e junho, os cravos; em julho, os goivos de todas as qualidades, agosto frutescem as ameixeiras,

---

[134] REVEL, Jacques. Os usos da civilidade, p. 215.
[135] BACON, Francis. *Sobre jardins*. São Paulo: W. M. Jackson Editores, 1952. p. 15.
[136] Ibidem. p. 16.

setembro são as uvas em cachos, as maçãs, papoulas, pêssegos, marmelos e peras. Em outubro e novembro, as sorveiras e as nêsperas. Tudo é harmonia, nas flores bem escolhidas e nos pórticos imponentes a abrigar a variedade das cores. Na atmosfera dos jardins era fundamental que se observasse que "...nada pode deleitar tanto como saber que são as flores e as plantas que melhor perfumam o ambiente".[137] Após detalhar o que é necessário para se organizar um jardim, Bacon conclui:

> Assim eu concebi o plano para um jardim principesco, estabelecendo alguns preceitos parciais; esboçando-os parcialmente; não se trata de um modelo, mas das suas linhas gerais; e, para realizá-lo, despendi sem contar; mas tamanha despesa nada representa para grandes príncipes, que, na sua maioria, para realizar semelhantes projetos, se aconselham com jardineiros, sem que, por essa razão façam mais economia...[138]

O artificial é valorizado como signo da sensibilidade interiorizante. J. Revel marca ainda que na Inglaterra e em suas colônias "...os casais refugiam-se na intimidade do jardim...".[139] Certamente um dos aspectos mais importantes do jardim pré-ilustrado na Inglaterra, na Holanda, em vários principados italianos, na França e em Portugal residiu numa dimensão contemplativa dos jardins, no sentido de que o "...verdadeiro repouso encontra-se na natureza que o homem não manipulou".[140] O Jardim não deveria ser o lugar onde se decodifica, se decifra, mas sim o recanto da alma, do flanar entre plantas e pícolos, e, como se trata do íntimo, da circunspecção, o lugar comporta também a elegia fúnebre.

De todo modo, não podemos dizer que a transição para o jardim de orientação taxonômica foi tranqüila. Assim como as estruturas, o conjunto de estabelecimentos científicos e as academias ainda durante o período moderno travavam contato com o "medievo".

Durante toda a modernidade européia, em especial entre os peninsulares, verificou-se a convivência da tradição católica com as concepções nascentes da ciência moderna, nas doutrinas econômicas e nas práticas discursivas do reformismo ilustrado. Os jardins não foram uma exceção nesta ambivalência. A presença da exasperação individual pode ser encontrada na filosofia da natureza ilustrada lado a lado com a orientação prática que os jardins, segundo alguns enciclopedistas, deveriam ter. Havia uma utilização dos jardins para o culto

---

[137] BACON, Francis. *Sobre jardins*, p. 17.
[138] Ibidem. p. 24.
[139] REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIES, P.; CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada, da Renascença ao século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 219.
[140] Ibidem. p. 220. Cf. também a este respeito: STRONG, R. *The Renaissance Garden in England*. London: Penguin Books, 1979.

do saber erudito por parte dos letrados e "philosophes", quer dizer, a jardinagem compunha um quadro do que seria interessante aprender. Os bons preceptores ensinavam-na ao lado da botânica. Assim, em referência à Europa, alguns jardins botânicos foram criados dentro de um novo "espírito", no caso, orientado para que fossem um lugar de estudo das plantas, de suas classificações segundo os métodos mais modernos à época, e, sobretudo, para que fosse dado às plantas um "uso prático". Entre os lusos, este último aspecto foi seguido criteriosamente. Desde o primeiro jardim, localizado em Pádua no ano de 1544, até os de Lisboa e Coimbra, com datas respectivamente de 1768 e 1773, podemos considerar que parte dos objetivos científico-práticos começaram, com maior ou menor intensidade, a serem executados. Vandelli, em uma Memória intitulada Memória sobre a utilidade dos Jardins Botânicos, à respeito da Agricultura e principalmente da cultivação das charnecas, chama a atenção para o incremento das atividades de cunho investigativo em muitos lugares da Europa, ativando seus viajantes para as missões relativas à coleta de plantas medicinais e exóticas. Vandelli comenta que

> A respeito de sua grande utilidade já foram estabelecidos em França 12 Jardins Botânicos, em Espanha 2, em Sabóia 1, em Itália 13, em Alemanha 20, em Inglaterra 3, na Prússia 4, na Holanda 8, em Dinamarca 1, em Suécia 3, na Polônia 1, na Rússia 1; além de muitos jardins particulares. Os monarcas não se contentaram somente com esta instituição, mas com grandes despesas mandaram a diferentes partes do Mundo Botânico para descobrirem novas terras, Felipe II, Rei de Espanha mandou o seu primeiro Médico Hernandez ao México para cuja viagem lhe deu 250.000 cruzados, e ele descobriu 700 plantas. Luis XIV, no meio de suas vitórias ordenou viagens a várias partes, às ilhas da América e mandou Plumier, ao Oriente Tournefort e ao Perú Feville. Luis XV mandou J. Jussieu à América, e Carina Gemean à Sibéria. Fernando VI, Rei de Espanha fez vir de Suécia Loesling e enviou-o à América. O imperador Francisco I mandou às ilhas Antilhas Joaquim. O presente Rei da Sardenha mandou Donati à Ásia. El Rey de Dinamarca Forskol ao Egito; além de muitos expedidos por várias Academias como da Suécia o Kalm e Pensilvânia, Osbek e Índia Oriental, Toren ao Surate, Hassalquist à Palestina, Albtroener à Europa Austral, e outros que de sua própria vontade foram viajar como Brown à Jamaica, e agora se acha na ilha S. Tomé, Anderson ao Senegal, e o Banks à ilha da Terra Nova, e às Ilhas do mar do sul.[141]

Vandelli apresenta-nos ainda uma relação dos nomes científicos das plantas, conforme a classificação adotada.

---

141 VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos, a respeito da agricultura e principalmente da cultivação das charnecas.* ANRJ, Códice 807, v. 25, fl. 6 – 7, [s.d.]. (Grifos nossos).

Para os portugueses, o século dos descobrimentos foi um fator determinante do enriquecimento progressivo dos hortos botânicos. De fato, em muitas relações de plantas e em Memórias Científicas, não raras vezes se encontram em jardins portugueses exemplares da flora indígena, principalmente nos séculos XVII e XVIII. Aos governadores das províncias ultramarinas eram expedidas ordens no sentido de enviarem para o continente plantas para seu estudo, ao mesmo tempo em que eram designadas missões naturalísticas com a finalidade de investigar as flores locais e organizar herbários.

Alexandre Rodrigues Ferreira, J. C. Velloso, M. da Silva Loureiro, Silva Feijó, Thamberg e outros enriqueceram com seus herbários o Museu d'Ajuda, anexo ao Jardim Botânico. É no século XVIII que os jardins portugueses encontram uma situação mais favorável para se desenvolverem lado a lado com os hortos botânicos. As melhores coleções de plantas ocupavam nas quintas, cercas e claustros os lugares de maior atenção, preparados para recebê-las. Rômulo de Carvalho e M. de Azevedo Coutinho oferecem um vasto campo de observação no que concerne à proliferação de jardins em Portugal no século XVIII. Efetivamente, outros jardins existiram antes e durante a criação dos d'Ajuda e de Coimbra.

> Além do Real Jardim Botânico da Ajuda, [...] e do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, outros do mesmo gênero existiam em Portugal no século XVIII. Um deles também era pertença da Casa Real. Designava-se Jardim Botânico de Suas Altezas, ficava situado no sítio de Pavalhã, em Lisboa, e destinava-se a recinto de passeio e de entretenimento para príncipes e infantes. Havia mais jardins Botânicos. Havia o Jardim Botânico anexo ao palácio do marquês de Angeja, [...] recinto extenso situado no Lumiar, com esplêndida vegetação [...]. Em Sebastião da Pedreira havia também o Jardim Botânico do 'provedor dos armazéns', em Benfica, o do marquês de Abrantes, situado na quinta denominada de Gerardo Devisme; e finalmente no Porto, o Jardim Botânico de um negociante inglês, de nome Francisco Biasly...[142]

No século XVIII a ênfase na importância dos jardins fez surgir em Portugal o primeiro Jardim Botânico em novos moldes, com um fim marcadamente de ensino e de culto à vida científica. A maneira de colecionar deixa de ser desordenada e passa a obedecer a sistemas que então os taxonomistas indicavam ser os melhores. É nessa ordem de idéias que nos aparece um plano de Jardim como uma coleção de plantas classificadas e ordenadas, ao passo que o restante do terreno era dedicado a ensaios de caráter investigativo, onde realizavam-se experiências com plantas trazidas do ultramar. Nesse mesmo século o comércio

---

[142] CARVALHO, Rômulo de. *A história natural em Portugal no século XVIII.* Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. p. 68.

de bolbos e rizomas com horticultores holandeses, alemães, franceses, italianos e outros menos importantes se inicia, proporcionando um grande enriquecimento dos hortos portugueses. Essa soma de espécimes dependia do comércio entre hortos e jardins e também das explorações. Sobre as viagens filosóficas Rômulo de Carvalho relata que:

> As explorações efetuadas, [...] não só no Ultramar como no território continental e insular, foram excelente impulso para que se reunisse um notável acervo de exemplares de animais, de vegetais e de minerais, tão notável que deu azo a que Vandelli se lhe referisse afirmando que o Real Museu "não inveja, pela riqueza e abundância de produções naturais, os mais famosos Museus da Europa". [143]

Vandelli, em uma correspondência, se dirige com muita satisfação a Luís de Vasconcelos e Souza, e lhe comunica o seguinte:

> As remessas que V. Exa tem feito por diferentes navios que tem chegado do porto dessa cidade, assim dos pássaros como das outras curiosidades, tem merecido a Real aprovação de Sua Magestade que manda louvar a V. Exa. o zelo com que tem feito empregar nesta diligência as pessoas que foram encarregadas dela. Todas as ditas curiosidades foram remetidas imediatamente para o Gabinete de História Natural, e para que V. Exa fique na inteligência da aprovação que ali tiverem remeto a V. Exa. a original carta que me dirigiram os naturalistas que se ocupam no sobredito Gabinete.[144]

Vandelli faz referência ainda a que a rainha mandou louvar a todos os participantes naquelas remessas e prometeu-lhes sua proteção.

Os jardins botânicos do século XVIII sofreram, de fato, profundas modificações ao longo das experiências realizadas em vários países. Os jardins de Coimbra e Lisboa acompanharam as transformações dos hortos e jardins de outros países da Europa. Como dizem alguns veteranos historiadores portugueses: "Nos vinham pôr a par, com séculos de atraso, de outros países europeus." Pisa criara o seu Jardim Botânico em 1544; Pádua, no mesmo ano; Bolonha em 1568, depois Leida, Leipzig, Montpellier, todos no século XVI; Paris e Oxford no século XVII; Madrid em meados do século XVIII e Portugal próximo do último quartel do XVIII.

---

[143] CARVALHO, Rômulo de. *A história natural em Portugal no século XVIII*, p. 70.
[144] VANDELLI, Domenico. *Notas sobre o Gabinete de História Natural*. ANRJ Coleção Negócios de Portugal, caixa 745, pac. 2, fl. 8, [s.d.].

Mas, afinal, como poderíamos explicar a transição do jardim que privilegiava o passeio, a música e o esconderijo, para o jardim que buscava entender os códigos da natureza, através da classificação, isto é, entendê-la na sua totalidade, classificando cada espécime, de todos os seus três reinos? Os jardins botânicos surgem em Portugal exatamente nesse contexto de passagem para o "Jardim de Transição".[145] Essa passagem revela as novas atitudes dos ilustrados naturalistas perante um jardim que não mais serve ao estilo. Voltaire descrevia os jardins de Ferney como os jardins "que não parecem com nada". Eram organizados, após a segunda metade do século XVIII, por linhas pouco ou nada respeitantes ao modelo estético do jardim fechado. O nada ao qual Voltaire se refere faz alusão muito mais à incapacidade de definir o "estilo" que propriamente a um esforço de conceituação. O "Jardim de Transição" estava marcado exatamente por esta característica: a da imprecisão de estilo. Numa primeira aproximação com esse novo tipo de jardim podemos entender que

> Na significação mesmo do termo "transição" está implícita a impossibilidade de medir temporalmente a fase histórica em questão, senão criando um sistema de referências genéricas: a transição está entre o desta data e o outro. No que concerne à história da forma artística, nós procedemos da mesma maneira; os parâmetros são os "estilos" ou as categorias estilísticas historicamente reconhecidas [...] as pesquisas mais recentes sobre a arte dos jardins nos provam o absurdo desta demarche: nada como o jardim que contraria tanto a lógica quanto as categorias estilísticas.[146]

O jardim pensado por jardineiros ilustrados e enciclopedistas tinha a natureza como centro vital. Ou melhor, podemos afirmar que o jardim das Luzes foi inspirado pela Natureza. Ainda que restassem alguns elementos constitutivos dos jardins clássicos (renascentistas), progressivamente trilhava-se o caminho de conferir maior clareza e definição à natureza do "Jardim de Transição", a fim de distingui-lo. Na França dos *philosophes*

> descobrimos um tipo de jardim caracterizado pela irregularidade de seus caminhos que se emaranham em torno de um espaço, regular de preferência, ocupado por um objeto arquitetônico ou escultural; os mesmos caminhos ligam as diversas salas verdes. Por conveniência, chamaremos este jardim o jardim da transição. Pelo contrário, quando o conjunto do traçado pré-existente de um jardim é só uma parte transformada (prática muito comum, senão dominante) estamos em presença de um jardim onde a multiplicidade de

---

[145] COREGUINI, Elizabetta. Les jardins des Lumières. In: COLLETTE, F.; PÈRICARD, D. *Les temps des jardins*. Seine-et-Marne: Conseil Général de Seine-et-Marne, Comité Départamental du Patrimonie, 1992.
[146] COREGUINI, Elizabetta. Les jardins des Lumières. In: COLLETTE, F.; PÈRICARD, D. *Les temps des jardins*, p. 94. Cf. também, sobre este aspecto: ADAMS, W. H. *Les jardins en France:* le rêve et le pouvoir. Paris: Éd. Équerre, 1980.

> partes representativas dos tempos e dos gostos diversos se substituem à unidade do projeto. Chamaremos esse jardim o jardim composto.[147]

O jardim composto é, em parte, resultado do movimento de idéias concomitantes às transformações políticas e sociais, que eclodiram no século XVIII, e que tiveram um equivalente na evolução dos jardins. Nesse sentido, podemos afirmar que o jardim de transição ainda retém as antigas formas (clássicas) em sua estrutura e passa a conviver com o jardim composto, que nada mais é do que o lugar privilegiado da Natureza, outrora lugar da intimidade, e que progressivamente torna-se o locus da classificação, ou, poderíamos mesmo dizer, da sociabilidade intelectual.

Do ponto de vista de uma teoria sobre o "Jardim de Transição", podemos nomear alguns de seus principais defensores ativos durante o século XVIII. Para alguns autores, como Keith Thomas e R. Strong, o movimento de taxonomização dos jardins verificado na França foi, de uma perspectiva mais genérica, atrasado em relação às atividades dos homens com o mundo natural na Inglaterra moderna. Entre os ingleses, as "criaturas brutas" e as plantas foram trazidas para dentro da casa ou tratadas como parte do cotidiano dos indivíduos. Na França, personalidades influentes no domínio teórico como Dezallier d'Argenville, J. F. Blondel, os enciclopedistas Jancourt e Tschudi, e um dos maiores entusiastas da natureza, Jean-Jacques Rousseau, deram importantes contribuições em torno de um tema principal: a exploração do jardim regular para a análise dos elementos constitutivos de uma nova composição. Esse problema enfocado pelos enciclopedistas acabou por oferecer um conjunto de elementos necessários à compreensão do "Jardim de Transição", oposto àqueles da época clássica. Era necessária a classificação dos elementos que habitavam os jardins de transição ou mesmo alguns dos compostos. A respeito de um dos primeiros jardins irregulares franceses (jardins que escapavam às normas da jardinagem clássica) temos a seguinte consideração de Elizabetta Coreguini, citando uma passagem de Rousseau:

> ...o primeiro jardim irregular francês foi composto só de palavras, saído da pena de Jean-Jacques Rousseau em 1761: "Eu caminhava pelas vias tortuosas e irregulares, cercadas desses pequenos bosques floridos e cobertos de guirlandas de vinhas da Judéia, de videiras verdes, de lúpulo, da bela da tarde [...] Essas guirlandas parecem jogadas displicentemente de uma árvore ou outra..." O Jardim de Clarens não é uma simples visão poética mas o enunciado dos princípios de Rousseau em matéria de jardinagem.[148]

---

[147] COREGUINI, Elizabetta. Les jardins des Lumières. In: COLLETTE, F.; PÈRICARD, D. *Les temps des jardins*, p. 95.
[148] Ibidem. p. 111.

Os jardins se prestaram às experiências dos naturalistas franceses ao longo da segunda metade do século XVIII, que, no entanto, precisavam de instrumentos, ferramentas para suas investigações. Os manuais de jardinagem surgiram com o fito de suprir essas necessidades, sob a forma de tratados, mas também através de cartas ou ensaios. Jean-Jacques Rousseau chegou a preparar um Dicionário de termos para o uso dos botânicos, assim como instruía uma sobrinha acerca do nome científico das plantas. Acreditava o enciclopedista francês que o ensino da jardinagem sensibilizava os corações e amenizava as asperezas do convívio entre os homens.

Georges-Louis Lerouge publicou, em 1766, um guia de "curiosidades de Londres e da Inglaterra", que era uma espécie de manual de jardinagem para os letrados. Como Rousseau, Lerouge baseou-se certamente nos guias botânicos de jardinagem. Os guias confeccionados no século XVIII privilegiavam, em sua maioria, os objetos da Natureza, isto é, dos seus três reinos, em detrimento do estilo e, de certo modo, da paisagem. Em 1774 aparece um novo gênero "literário", o tratado de jardinagem. Quatro dentre eles são publicados antes da revolução; o último, do abade Jacques Delille, é em verso. Sobre a escrita e os jardins do século XVIII Elizabetta Coreghini afirma: "As relações que se estabelecem entre jardinagem e a arte de escrever são variáveis: se o tratado de Delille é um poema, os jardins, eles próprios, são qualificados por seus autores de poéticos ou de 'romanescos'."[149]

Mas nem só de poesia viviam os jardins, e as reflexões de Maupertuis, Voltaire, Rousseau e mesmo de alguns autores libertinos desacralizaram a concepção puramente edênica dos jardins. Quanto ao marquês de Girardin, com a ativa colaboração de Hubert Robert, criou seu jardim de "Ermenonville" em pintura. Mas seus "quadros" têm uma forte conotação filosófica e literária: admirador de Rousseau, reproduziu as vias cercadas por árvores, sebes e plantas brandas sinuosas e os bosques de Clarens. O marquês é igualmente um anglomaníaco convencido. Nos anos setenta ele visitou a Inglaterra e seus jardins mais famosos: os de Stowe e aquele de Lea Sowes, perto de Birmingham, que seu proprietário, o poeta William Shewstone, semeou ao longo de 1740 de referências literárias e de seus próprios poemas. Girardin rendeu homenagem a este último, em seu parque, fazendo gravar seus versos sobre um bloco de pedra. Todavia, seu propósito essencial era dividir com seus visitadores suas convicções em matéria de filosofia. As cabanas rústicas e, até certo ponto, primitivas ilustram as especulações de Rousseau sobre as origens da sociedade e de seu comportamento. Um templo circular em ruínas é um monumento erigido à filosofia moderna.

---

[149] COREGUINI, Elizabetta. Les jardins des Lumières. In: COLLETTE, F.; PÈRICARD, D. *Les temps des jardins*, 1992.

Todos os elementos de construção compreendem blocos que evocam ou citam grandes filósofos ingleses, como Newton e Penn, assim como os franceses Descartes, Voltaire, Montesquieu e Rousseau, valorizando sobretudo a filosofia das Luzes. Girardin, quando acolheu Rousseau durante os últimos anos de sua vida, construiu a "choupana do filósofo", na qual, mais tarde, ele escreveria "Jean-Jacques Rousseau é imortal". Ao lado das experiências de Girardin, muitos outros, ao longo do século XVIII, tornaram os jardins ambientes propícios às sociabilidades intelectuais.

> O primeiro tratado de jardinagem, o *Ensaio sobre os jardins* de Claude-Henri Matelet, data de 1774. Como todos os outros que seguem, ele está fundado sobre as publicações britânicas recentes: *L'art de former jardins modernes* de Thomas Whately, traduzido e publicado na França em 1771, e a *Dissertation sur le jardinage de l'orient* do arquiteto William Chambers cuja tradução aparece em Paris em 1773.[150]

Os jardins da Luzes tiveram, portanto, uma dupla função: (1) Eram locais onde filósofos, jardineiros e naturalistas se encontravam, eram retratados ou mesmo apenas idealizados como pertencentes ao mundo botânico. (2) Eram centros de investigações e de classificação de plantas úteis e exóticas trazidas do Novo Mundo.

Portugal não ficou distante desses dois mecanismos gestores dos jardins ilustrados. Em primeiro lugar observaremos a formação do Jardim Botânico d'Ajuda.

Criado em 1768, no reinado de D. José I, com o apoio do marquês de Pombal, numa quinta do sítio de Nossa Senhora da Ajuda que D. José I tinha comprado ao conde da Ponte, o Jardim Botânico da Ajuda teve grande importância na vida e na obra de Vandelli. Suas iniciativas reformadoras-ilustradas dependiam de um conhecimento aplicado, dado que, para ele, a penetração das Luzes se daria na medida em que se conhecessem os três reinos da natureza e suas utilidades. As reformas, que tinham os jardins como eixo das práticas discursivas, estavam atreladas às suas atividades propedêuticas formadoras de uma nova mentalidade. Vandelli embuiria seus discípulos luso-brasileiros do sentimento da necessidade de ilustrar-se para que, posteriormente, propagassem as Luzes em Portugal e em seus domínios.

Embora no século XVIII, como já discorremos, proliferassem por Lisboa e seus arredores quintas e jardins onde se colecionavam plantas raras, o Jardim da Ajuda foi o primeiro a ser criado em novos moldes, com fins marcadamente de ensino, em que as plantas deixam de ser

[150] COREGUINI, Elizabetta. Les jardins des Lumières. In: COLLETTE, F.; PÈRICARD, D. *Les temps des jardins*, p. 112.

colecionadas desordenadamente, passando a obedecer às regras indicadas pelos taxonomistas da época. Podemos, deste modo, afirmar tratar-se do primeiro Jardim Botânico português.

> ... O jardim em estilo neoclássico, com traçado de influência italiana e francesa, estendia-se como atualmente por uma área de 3,5 hectares. Foi dividido em dois patamares. O superior constituía na época o "quadro das classificações" e escola prática de botânica, e o inferior destinava-se a culturas experimentais. No plano superior foram construídos três lagos de pedra com repuxos e duas grandes estufas de madeira encostadas à fronteira Sul do Palácio. No plano inferior, em dois lagos circulares e um central ricamente ornamentado com esculturas de animais amigos d'água, era possível cultivar grande número de plantas aquáticas. Os dois patamares estão enquadrados por vegetação. Ao sul do patamar inferior foi construído um edifício destinado à instalação de um Museu de História Natural e Gabinete de Física que nunca chegaram a funcionar [...]. No tempo de Vandelli o jardim foi bastante enriquecido com plantas vindas em grande número dos territórios ultramarinos chegando a atingir as 5.000 espécies. Mas quando do exílio de Vandelli em 1810, Felix Avellar Brotero lhe sucedeu na direção do Jardim, encontrou-o bastante degradado devido às invasões francesas e à falta de recursos para a conservação, restando no seu catálogo 1.200 espécies..." [151]

Anexo ao Jardim Botânico d'Ajuda funcionavam dois departamentos: um Laboratório Químico e uma Casa do Risco. No Laboratório, além da atividade desenvolvida no campo da investigação mineralógica, efetuavam-se as análises químicas dos produtos vegetais e dos solos para o seu aproveitamento na agricultura. Na Casa do Risco, tal e qual em Coimbra, os desenhistas e naturalistas "riscavam" (desenhavam) as plantas, com destaque para as que fossem úteis à agricultura e ao comércio. No Jardim d'Ajuda ia sendo gradualmente fomentado o estudo da história natural, assim como a instrução dos botânicos e todos os que quisessem dedicar-se a deslindar os "segredos do mundo vegetal".

O Jardim d'Ajuda teve, desde a sua criação até os primeiros anos do século XIX, a vocação de estabelecimento científico e local em que se reuniam mestres cientistas e seus discípulos. Por essa razão, entendemos o Jardim como um locus da sociabilidade intelectual, no sentido conferido por Revel e Daniel Roche.[152]

No último quartel do século XVIII é extremamente significativo o investimento do Estado luso no envio de missões botânicas às possessões ultramarinas, com o objetivo de estudar as

---

[151] COUTINHO, Manuel Sobral Azevedo. *O Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1948. p. 1-2.

[152] REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIES, P.; CHARTIER. R. (Org.). *História da vida privada, da Renascença ao século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; e ROCHE, Daniel. *Le siècle des Lumières en province; académies et académiciens provinciaux, 1680 - 1789*. Paris, Haia: Mouton, 1978.

flores locais e de lá trazerem herbários e plantas vivas para o Jardim Botânico d'Ajuda. Especialmente aquelas que os naturalistas e autoridades ilustradas julgavam de maior utilidade para o estudo e aplicação na medicina, nas artes e na economia.

Vandelli, como primeiro diretor do Real Jardim, tratou de investir seus esforços também no sentido de proporcionar um Jardim à Universidade de Coimbra, nos moldes do modelo taxonômico. O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra foi uma das instituições previstas pelos novos estatutos, e logo se procurou dar início à sua construção, uma vez que serviria não só à Faculdade de Filosofia, mas também à de Medicina. D. Francisco de Lemos, em carta de 2 de novembro de 1772, anunciava ao Marquês de Pombal a ida à Corte, em cumprimento da ordem recebida dos professores Ciera e Vandelli, e ponderava, entre outros assuntos, a necessidade da criação do Jardim, pedindo que, em seu regresso, estes mestres trouxessem as instruções necessárias para dar início ao Jardim Ilustrado. A ordem para que se mobilizassem esforços no sentido da fundação do Jardim partiu do poderoso Marquês que, sendo membro do Conselho de Estado de El Rei, seu Plenipotenciário e Lugar Tenente na Fundação da Universidade de Coimbra, avisava em 10 de dezembro de 1773:

> Faço saber aos que esta provisão virem: Que havendo o mesmo Senhor considerado, que os Estatutos da Faculdade de Medicina, antes escurecidos, e infrutuosos na mesma Universidade nem poderiam ser inteiramente restabelecidos; nem prometeriam úteis e, necessários progressos, a que em benefício da conservação da saúde humana devem dirigir-se; sem que por meio de sólidos Estabelecimentos se instituíssem todos os outros Estados, que preparam, auxiliam, e conduzem ao perfeito conhecimento das Disciplinas da sobredita Faculdade: Que sendo, entre aqueles conducentes Estados, um dos mais necessários ao sobredito fim, o do Estabelecimento de um Horto Botânico, onde pelo exame das Plantas, e sério estudo das suas qualidades, se preparem os Estudantes de Medicina para adquirirem novas idéias, e novos conhecimentos Teóricos, e Práticos da Sua respectiva Faculdade. Procurando Eu na Honrosa Comissão, que Sua Magestade Houve por bem confiar-me da Nova Fundação da sobredita Universidade, estabelecer o referido Horto Botânico em um lugar próprio, e ajustado a tão importante Objeto: E sendo informado de que em nenhum outro ficará mais propriamente estabelecido, que não seja em uma porção da Cerca do Colégio dos Monges Beneditinos da mesma Cidade de Coimbra; que confronta com os Arcos dos Aquedutos da Cidade, com a Estrada Pública, que se dirige a São José dos Marianos, e com vinha pertencente aos mesmos Religiosos Marianos: Ei por serviço de Sua Magestade; Que o Corregedor da Comarca da sobredita Cidade de Coimbra, José Gil Tojo Borja e Quinhones, ou quem seu lugar servir, conferindo com o Reformador Reitor da Universidade, proceda logo à avaliação do sobredito Terreno, e compra dele por parte da mesma Universidade; Que o referido Reformador Reitor com o

> Conselho dos Decanos eleja Pessoa, que bem lhe parecer para como sua representativa assistir, e celebrar a dita compra; e tomar posse do referido Terreno por parte da sobredita Universidade: Que a Junta da Fazenda Faça o pagamento do preço em que for avaliado, e toda a mais despesa necessária ao Estabelecimento do referido Horto Botânico conforme os planos que para ele se tirarem: Fazendo-se de tudo o acima mencionado...[153]

Lígia Cruz, em seu estudo sobre as atividades de Vandelli em Coimbra, faz menção à escolha do local mais apropriado para o Jardim e as querelas posteriores à ordem de Pombal. Em função da ordem

> recebida do Marquês, o Reitor e os Professores de Ciências Naturais foram à Quinta dos bentos, mas depressa verificaram que não era o melhor sítio indicado por Pombal, pelas despesas imensas que acarretaria, dado os grandes desníveis existentes no terreno. Também por igual motivo não foi aprovado o local onde se achava a Horta do Convento, que, aos inconvenientes apontados, juntava ainda o das possíveis inundações do Mondego, pois estava situado na Alegria, e muito longe da Universidade. No entanto, encontraram um lugar que lhes pareceu ideal e a contento de todos, perto da Universidade, cuja adaptação não ocasionaria grandes dispêndios de dinheiro e para onde seria fácil conduzir a água, aproveitando as vertentes de Celas para o Cidral, pois poderia ser transportada pelo aqueduto das Freiras de Santa Ana. Situado na parte superior da cerca, o terreno confrontava com os Arcos, e estrada para o Convento de São José dos Marianos.[154]

Vários ofícios e correspondências entre autoridades de Coimbra e de Lisboa foram levantados para dar-nos uma maior nitidez da especificidade do Jardim de Coimbra, se o compararmos ao da Ajuda. Após a ordem do Marquês de Pombal seguiram-se, em 1774, dez ofícios regulamentando os estatutos pelos quais o Jardim seria regido. Entre 1775 e 1780 foram quinze as ordens vindas de Lisboa, do Marquês de Pombal e, depois, de D. Maria I, para que se acelerassem as remessas de plantas das colônias ultramarinas para o referido Jardim e para que, o quanto antes, o fruto dessas remessas se convertesse em riqueza para Portugal. Na verdade, a solicitação era no sentido de que fossem organizadas expedições para a coleta de sementes e plantas úteis. Podemos perceber duas questões a partir destas solicitações: (1) Em termos de solicitação de viagens científicas ao ultramar o número é significativo se considerarmos que o caráter desses ofícios não era o de um pedido específico sobre uma determinada semente ou animal para dissecação, mas era, isso sim, uma solicitação ainda

---

[153] ANRJ. Correspondências entre autoridades, 1772-76. Coleção Negócios de Portugal, caixa 711.
[154] CRUZ, Lígia. Domingos Vandelli: alguns aspectos da sua atividade em Coimbra. *Boletim do Arquivo da Universidade,* Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 22, 1976.

maior do que os próprios naturalistas já se haviam disposto a empreender. Isso mostra o interesse do grupo dirigente luso, que então chegava ao poder após a "viradeira", em dar continuidade às viagens filosóficas e até mesmo em intensificá-las. Do nosso ponto de observação, tratava-se de uma tomada de consciência da crise, a qual, progressivamente se metamorfoseava em necessidade do Estado português de extrair um excedente natural das colônias. (2) Administrativamente, os ofícios aos quais nos referimos fornecem-nos o método de acolhimento das sementes e plantas (no período de implantação dos Jardins Botânicos). Primeiro são enviadas as remessas na sua totalidade para o Jardim d'Ajuda, onde são recolhidos os espécimes considerados por riscadores e naturalistas como úteis para o comércio e a economia, sendo estes enviados a Coimbra para serem estudados, classificados e, se fosse o caso, aclimatados em outras colônias. Por exemplo: uma espécie do reino vegetal que chegasse de uma remessa de Goa poderia perfeitamente, dentro da lógica e da orientação fomentista lusa, ser testada no Brasil e adaptada ao clima e ao terreno. No Jardim d'Ajuda ficavam retidos os espécimes com fins marcadamente ornamentais, residindo aí uma clara convivência do Jardim Clássico ao lado do Jardim taxonomizado.

O Jardim Botânico de Coimbra pode ser dividido em duas fases: uma, que vai de 1772 até 1791 (período de sua implantação e funcionamento), e outra, de 1792 até 1808. Esta periodização considera apenas a direção de Vandelli e os primeiros passos dados por seu discípulo Félix de Avellar Brotero.[155] Vandelli presidiu a criação do Jardim e monitorou toda a sua infância. Foi um período de intenso contato com o naturalista sueco Lineu e com as questões relativas aos métodos de classificação. Com o incentivo e sugestões de Lineu, o naturalista italiano observou, não só na Itália mas também em Portugal, os fenômenos periódicos da vegetação. Na direção do Jardim, investiu de forma decisiva para que o estabelecimento cumprisse os fins para os quais havia sido destinado. Em 1777, mandou que se fizessem herborizações, em 1784 instruiu Antônio José Ferreira para que explorasse a Serra da Estrela com o objetivo de cultivar, em Coimbra, grande número de plantas indígenas. Julio A. Henriques afirma ainda, em sua história do Jardim Botânico de Coimbra, que Vandelli "empregou todos os meios a fim de conseguir que algum discípulo seu fosse percorrer, como naturalista, as vastas e ricas terras de Santa Cruz. Auxiliando-o, o Visconde de Villa Nova de Cerveira, a quem neste propósito se tinha dirigido em 1772".[156] Durante o período da direção de Vandelli muitos viajantes e naturalistas de outros países da Europa visitaram o Jardim d'Ajuda e o de Coimbra, dentre eles o polêmico Link que, à época, afirmava:

---

[155] Essa periodização segue a sugerida pelo trabalho clássico de HENRIQUES, Júlio Augusto. *O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1876.

[156] HENRIQUES, Júlio Augusto. *O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1876. p. 15.

> Quando o Sr. Brotero entrou no serviço da sua cadeira e a ser inspetor do Jardim Botânico, este estabelecimento da Faculdade de Filosofia achava-se então apenas principiado, mal murado, sem ornatos, sem canteiros, sem distribuição alguma metódica; e somente nele se viam umas cinquenta espécies de plantas confusamente amontoadas em um canto de um pequeno local, quase inteiramente inculto. [157]

O viajante alemão, em outra passagem pelo Jardim d'Ajuda, descrevia:

> A situação deste jardim é encantadora (this garden is charminggly situed); oferece uma linda vista do rio e do mar, e do mesmo modo que o de Paris domina uma parte da cidade. Está muito longe de ser espaçoso, e as estufas são pequenas; mas há ali um lago para as plantas aquáticas. Conserva-se em bom estado de asseio, e é muito interessante para os Botânicos, os quais podem fazer ali alguns descobrimentos; porque tudo o que se recebe é plantado, e à natureza se deixa o cuidado posterior de desenvolvimento. Sucede também que para este Jardim são mandadas muitas plantas do Brasil e de outras partes. Nesta ocasião encontro aqui algumas plantas de especiaria, que estão crescendo para serem enviadas para o Brasil, a fim de serem ali cultivadas. Não se pense, porém, que tudo aqui seja feito com grande apuro: Vandelli folheia o sistema vegetal de Lineu, da edição de Murray, e se encontra alguma descrição que combina com a planta, põe-lhe imediatamente o nome, sem mais averiguação alguma... [158]

Henry Frederick Link acreditava, em primeiro lugar, na convivência do jardim ornamental ao lado do jardim taxonomizado. Em segundo, suas críticas à metodologia de Vandelli, no que diz respeito à classificação botânica, repousavam na verdade sobre a expressa positividade que Vandelli atribuía à Natureza tropical, o que certamente causava dúvidas quanto ao grau de cientificidade de postulados que se alicerçassem no princípio de uma Natureza benévola. Outras críticas existiram na mesma época, como a de Joseph Andrés Cornide y Saavedra, dirigindo-se a Joseph Lopes de la Torre y Gallo, dizendo o seguinte com referência ao Jardim d'Ajuda: "El Jardim dudo que ocupe una quarta parte del nuestro (de Madrid), esta bien arreglado hay en el algunas plantas americanas que no tenemos, pero tambien tenemos otras que aca se carece..."[159] Na *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal* localizamos uma importante referência de Balbi sobre os jardins lusos:

---

[157] RIBEIRO, José Silvestre. *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia.* Lisboa: Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa, 1871-1893. p. 345. v. 10.
[158] Ibidem. p. 346-347.
[159] Ibidem. p. 350.

> Não há em Portugal senão dois "Jardins Botânicos", o de "El-Rei na Ajuda" e o da Universidade de Coimbra. O primeiro está superiormente bem situado e mantido: o célebre Brotero é o administrador dele, bem como do museu anexo. Não é vasto o Jardim; as estufas são pouco espaçosas; mas tem um excelente lago para as plantas aquáticas. Assegurou-nos o Sr. Brotero que o Jardim contém 1.200 espécies diferentes, no número das quais se encontram muitas do Brasil, de Angola, de Cabo Verde, e de outras possessões portuguesas...[160]

Muitas outras "relações históricas" nos oferecem um quadro suficientemente rico das condições de conservação e das culturas mais encontradas nos dois jardins. Dentre as várias críticas feitas à Vandelli, não trataremos aqui da disputa arriscada do "quem tem razão", mas sim do problema de fundo que subjaz ao "debate" Link/Vandelli: Link defendia o pleno domínio do mundo natural pelo homem, no sentido da domesticação dos animais e do perfeito conhecimento (científico) das plantas e sementes. Vandelli, por sua vez, tinha na ponta da lança os métodos da ciência moderna e no horizonte os interesses do Estado luso que, através de uma fração de seu grupo dirigente, elaborava planos e projetos que viabilizassem uma maior, mais racional e, digamos assim, científica exploração das colônias ultramarinas. O conteúdo pedagógico que é possível extrair da natureza vem através da História Natural, enfocada como uma disciplina capaz de informar os homens sobre as leis do mundo natural, e auxiliá-los na interação com os outros seres viventes, como se dizia à época. O naturalista italiano considerava a história natural um elemento fundamental para sua exposição do Teatro da Natureza. Suas reflexões em uma Memória sobre a Química são marcantes para o peso que atribuía a essa disciplina:

> Nunca me veio ao pensamento, que eu devesse ser o primeiro, que nesta Ilustre Universidade houvesse de ensinar a ciência Química, a qual eu tão somente me tenho aplicado para investigar os segredos da Natureza corpórea, quando pela experiência se pode alcançar; e juntamente para descobrir os usos, que as diferentes produções da Natureza podem subministrar as Artes, a Economia, e ao Comércio. Nem eu empreenderia arogiadamente o explicar uma Ciência tão dificultosa, se um Supremo, e impreterível preceito me não tivesse constrangido e determinado. Preceito que tanto mais me obriga, quanto é mais excessiva a confiança, que de mim faz para este fim um Rei Sábio, o qual para securar mais a Providência, com que se pretende fazer feliz os seus vassalos na grande enchente de conhecimentos com que os ilustra, tem cometido a execução dos seus desenhos a um Ministro seu Lugar Tenente, o qual pela sua prudência, e fidelidade tem feito a presente época memorável aos vindouros.[161]

---

[160] RIBEIRO, José Silvestre. *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*, p. 345.
[161] VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a Química*. 17 de maio de 1774. CLJCJ - AHU Ministério do Reino, papéis avulsos, fl. 3.

Vandelli, nessa Memória, divide a Química em quatro "usos": a Física, a Técnica, a Comerciante e a Econômica. Antes de qualquer definição específica dos usos que se pode ter, Vandelli se dedica intensamente às conexões mais gerais da Química com o conhecimento da Natureza:

> A Química é para os corpos tais quais a natureza os representa relativamente, como é a Álgebra para a quantidade toda considerada. A Álgebra ensina a decompor e desenvolver as quantidades para descobrir os seus princípios, e as verdades, que destas nascem; a Química ensina a decompor os corpos, que a Natureza oferece para chegar aos seus princípios, e deduzir todas aquelas verdades, que deles dependem; de sorte, que a Química é a Álgebra dos corpos, da mesma sorte que a Álgebra é a Química das quantidades.[162]

Vandelli, a seguir, detalha os possíveis usos da Química Experimental. A Química Física

> ...é a prática da Química feita em pequeno, e com este método se podem descobrir algumas das causas dos efeitos físicos, como são os Vulcanos, os Terremotos, as Vegetações, e deste modo fazer na Natureza novos descobrimentos [...] A Técnica tem por objeto a aplicação da Química Física a utilidade imediata de uma Arte em particular, propondo o modo de inventar, ou aperfeiçoar a mesma Arte. Desta parte da Química dependem as Manufaturas dos Metais, como são o Ouro, a Pedra hume, os Sais [...] a arte de conservar as madeiras ilesas, [...] a arte de extrair as resinas, [...] a arte dos vinhos, [...] e enfim a arte farmacêutica. A Química Comerciante é a aplicação da Química Física, e Técnica ao estabelecimento, e adiantamento de algumas partes do Comércio em particular, empregando-se na execução em grande de todas as Artes químicas, das quais se pode tirar comércio. Ensina também os diferentes métodos de preparar, condensar, conservar, e fazer mais fáceis para se transportarem as substâncias naturais, e artificiais, ajuntando a isso o método com que se devem defender as injúrias do tempo, do mar, e de muitos outros acidentes. A Química Econômica não é outra coisa mais, do que a aplicação das sobreditas a utilidade, e necessidades ordinárias da vida.[163]

Vandelli associa o estudo da Química às utilidades que os elementos já contidos na Natureza podem oferecer ao homem. As investigações no campo da Química e da História Natural remontam a tempos antanhos. São fartas as referências do naturalista à plêiade de autores que compõem um quadro de filósofos e cientistas, preocupados com as questões relativas à Natureza no Ocidente. A esse respeito

---

[162] VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a Química.* 17 de maio de 1774. CLJCJ - AHU Ministério do Reino, papéis avulsos. fl. 5-6. fl. 4.
[163] VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a Química.* 17 de maio de 1774. CLJCJ - AHU Ministério do Reino, papéis avulsos. fl. 5-6.

Não se sabe o tempo, em que esta ciência começou, nem também qual foi o primeiro, que a cultivou. É porém bem certo, que ela é muito antiga: Pois que lemos na Sagrada Escritura, que depois de Adão, o seu oitavo descendente, quero dizer, Tubalcain, trabalhava em cobre, e em ferro, e isto para diferentes fins, e usos, o que certamente não poderia fazer sem extrair os sobreditos metais das suas respectivas veias, sem os fundir, e se aplicar a outros mais particulares trabalhos, que são próprios da arte Química; donde podemos concluir a grande antiguidade desta ciência, ao menos, por que pertence a metalurgia; a qual se cultivou na Ásia, donde passou para os Egípcios, e destes para os Gregos, daqui para os Árabes, e destes enfim para outras Nações, sofrendo sempre várias mudanças, e aplicando-se sempre diferentemente aos diversos usos das artes, até que pouco a pouco se chegou a formar uma Ciência, e nesta figura é, que foi tratada no tempo de Becher, Boyle, Hombergo, Geoffoi, Lemery, Stala, Hoffman e Boeraave, continuando a aperfeiçoar-se muito com as experiências de Henkel, Pott, Margraff, Newman, Grossi, Hellot, Lewis, Maquer, e Bomé, tendo-se na Afinidade descobertas algumas Leis Gerais.[164]

A conceituação utilizada por Vandelli para definir "Afinidade" é a de que o termo significa atração química, que não é outra coisa senão uma tendência das partículas da matéria para se unirem, quer elas sejam homogêneas ou heterogêneas.[165] A Memória

---

[164] VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a Química.* 17 de maio de 1774. CLJCJ - AHU Ministério do Reino, papéis avulsos. fl. 5-6. fl. 7 - 8.

[165] Cf. HALL, Rupert. *A revolução na ciência, 1500-1750.* Lisboa: Edições 70, 1988 (especialmente p. 247-291); e VIDAL, Bernard. *História da Química.* Lisboa: Edições 70, 1986 (especialmente p. 32-37).

Os caminhos da Química Experimental foram acompanhados por Vandelli em sua Memória sobre Química. Inventaríamos alguns dos autores indicados por Vandelli ou químicos que remontam às tentativas alquímicas e herméticas, que se debruçaram sobre as técnicas mineiras e metalúrgicas na expectativa de transmutarem a matéria. A Alegoria do andrógino hermético é um exemplo clássico. Simbolizava a redenção do casal alquímico pela união dos opostos e sua vitória final sobre a matéria (1415).

A química técnica deu os primeiros passos na direção de diagnósticos mais seguros nos séculos XVI-XVII, banindo o apriorismo, e teve como expoentes Vannoccio Biringuccio (1480-1538), Georg Bauer (1494-1555) e Bernard Palissy (1499-1589). Todos produziram tratados de técnica química. A química de laboratório teve como um dos mais representativos J. R. Glauber (1604-1670), que empreendeu investigações em química mineral sobre os ácidos, o que proporcionou o aperfeiçoamento dos métodos de fabricação do ácido sulfúrico. Foram os passos mais decisivos para a superação dos paradigmas da química técnica. Outros deixaram suas marcas no século XVII, como Jean-Baptiste Van Helmont (1577-1644), que estudou o gás-carbônico e suas reações no ar. Libavius (1540-1616) dedicou-se à preparação do cloreto de estanho, Homberg (1652-1715) estudou a neutralização dos ácidos pela soda. Finalmente o autor mais citado por Vandelli: Robert Boyle (1627-1691), que conduziu definitivamente a química pelos caminhos da experiência. John Desmond Bernal considera que Boyle foi um experimentador meticuloso, que fez um largo uso da balança. Boyle exprimiu a Lei da compressibilidade dos gases, introduziu o uso do nitrato de prata para caracterizar os cloretos, o amoníaco gasoso para caracterizar o gás clorídrico. Ele aproveitou a mudança de cor do xarope de violeta para diferenciar um ácido de uma base (passagem do vermelho ao verde). Boyle ultrapassou o nível da experimentação em laboratório pelo impulso que deu a uma reflexão racional na interpretação dos fenômenos químicos. Cf. mais detalhes em: BERNAL, J. D. *Ciência na História.* Lisboa: Livros Horizonte, 1975- 8. 7 V.

sobre o ensino da Química prossegue com uma extensa discussão de Vandelli sobre a teoria do flogístico.[166]

Em seguida, encerra a Memória sobre a Química sinalizando para os deveres de seus discípulos e nos fornecendo "pistas" do seu percurso científico quando elege alguns autores essenciais para um estudo prático das Ciências Naturais. Refere-se ao fato de que elas (as várias classes das operações químicas)

> são muito suficientes para dar uma boa idéia da Química, querendo porém adiantar-vos nesta ciência, deveis ler principalmente um Lemery, um Hoffman, um Boeraave, Geoffroy, Pott, Marquer, Bomè, e outros; e além disso deveis para vos mesmos muitos ensaios de experiências; de outra sorte ficareis com uma simples tintura desta Ciência, e o mesmo vos sucederá na História Natural, se vos não exercitardes a examinar as produções da Natureza, e isto com o método sistemático.[167]

Em seu último trabalho marcante durante o período em que lecionou Química e História Natural, no caso, a Memória sobre a utilidade dos jardins, Vandelli enfatiza o respeito à religião e o fato de que as leis de Deus têm uma influência na interpretação que os homens fazem da Natureza. Em sua Memória sobre a Química existem referências ao Livro da Criação, no caso, ao paraíso, que era fruto de uma natureza harmônica e perfeita. A história da Criação esteve sempre articulada à sua concepção de Natureza pois, segundo o naturalista, há muito tempo que os seres viventes foram criados para viver em harmonia, tanto que "no princípio Deus criou o céu e a terra. A terra, porém, estava nua e vazia; e as trevas cobriam a face do abismo; e o espírito de Deus era levado por cima das águas".[168]

---

[166] A química setecentista foi marcada pelas teorias da oxidação e do flogístico. Antes tinha passado pela química das combustões e pelas teorias atômica e do corpuscularismo. Vandelli refere-se ao flogístico demonstrando conhecer a evolução da química experimental. A referência a esta teoria também revela que seus estudos estavam orientados para os problemas atinentes à transformação da matéria. Bernard Vidal afirma que o químico dispunha, no início do século XVIII, de uma grande quantidade de fatos experimentais para resgatar uma teoria da combustão, mas falhou a descoberta mais importante: a do oxigênio. "[...] os químicos basear-se-ão no que puderem para observar sobre a combustão, isto é, o fogo, que parece brotar da matéria, para desenvolver uma teoria." Cf. VIDAL, Bernard. *História da Química.* Lisboa: Edições 70, 1986. p. 39. O elemento fogo foi chamado "flogístico" por George Ernest Stall (1659-1734), que elaborou uma teoria sustentada na experiência de que o flogístico é o fogo fixado na matéria. Ele penetra na matéria e escapa dela durante a combustão. Quando se calcina um metal, a sua separação deixa uma "cal" (chamada hoje: óxido). Pode-se regenerar o metal se se transferir para a cal o flogístico contido em corpos que nele são ricos. Assim, o tratamento pelo fogo das "cales" metálicas em presença de carvão (carbono) permite voltar ao metal:

METAL <__CALCINAÇÃO__
__________________> CAL METÁLICA + FLOGÍSTICO
ADIÇÃO DE CARVÃO

Conforme KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de história do pensamento científico.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

[167] VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a Química.* CLJCJ - AHU Ministério do Reino, papéis avulsos, 1774. fl. 15.

[168] BÍBLIA SAGRADA. *Gênesis.* São Paulo: Edições Paulinas, 1980. p. 1.

Desse modo, nos três primeiros dias Deus preparou três regiões (a sidérea, a atmosférica e a terrestre), no quarto dia colocou nela os respectivos habitantes; astros na região sidérea; aves e peixes na atmosférica, porque a água e o ar são tidos como da mesma espécie; no quinto dia, os animais na terrestre e, como obra especial, o rei da criação para coroar tudo. "Disse também Deus: façamos o homem à nossa imagem e semelhança, o qual presida aos peixes do mar, às aves do céu, às bestas, e a todos os répteis que se movem sobre a terra. E criou Deus o homem à sua imagem: fê-lo à imagem de Deus, e criou-os macho e fêmea."[169]

Após a tentação e queda veio a condenação do Senhor aos seres viventes:

> E o Senhor Deus disse à serpente: Pois que tu assim o fizeste, tu és maldita entre todos os animais e bestas da terra: tu andarás de rojo sobre o seu ventre, e comerás terra todos os dias da tua vida. Eu porei inimizades entre ti, e a mulher, entre a tua posteridade e a dela. Ela te pisará a cabeça e tu procurarás mordê-la no calcanhar. E disse também à mulher: Eu multiplicarei os trabalhos dos teus partos. Tu parirás teus filhos em dor, e estarás debaixo do poder de teu marido, e ele te dominará. A Adão porém disse: Pois que tu deste ouvidos à voz de tua mulher, e comeste do fruto da árvore, de que eu te tinha ordenado que não comesses; e a terra será maldita por causa de tua obra: Tu tirarás dela o teu sustento à força de trabalho. Ela te produzirá espinhos e abrolhos: E tu terás por sustento as ervas da terra. Tu comerás o teu pão no suor do teu rosto, até que te tornes na terra, de que foste formado. Porque tu és pó, e em pó te hás de tornar. Adão pôs à sua mulher o nome de Eva, por que ela havia de ser a mãe de todos os viventes. Fez também o Senhor Deus a Adão, e a sua mulher, umas túnicas de peles, e os vestiu com elas. E disse: Eis aqui está feito Adão como um de nós, o bem e o mal. Mas agora, para que não suceda que ele lance a mão, e tome do fruto da árvore da vida e coma dele, e viva eternamente. E o Senhor Deus o pôs fora do paraíso, para que cultivasse a terra, de que tinha sido formado. E depois o deitou fora do paraíso, pôs diante deste lugar de delícias a um querubim com uma espada cintilante e versátil, para guardar a entrada da árvore da vida.[170]

Para Vandelli, a reconciliação do homem com a natureza veio através da utilidade. E como a natureza pode ser útil ao homem? Através da agricultura, é a resposta do naturalista. Há muito,

> os autores que escreveram da política como Platão, Xenofonte, Aristóteles, fizeram da Agricultura uma parte essencial dela. Os Heróis de Roma aplicavam-se à cultura da terra;

---

[169] BÍBLIA SAGRADA. *Gênesis*, p. 1.
[170] Ibidem. p. 2-3.

> e esta como diz Plínio se gloriava de ser cultivada por mãos virtuosas, e triunfantes. Varrão cita 50 autores gregos que escreveram sobre este assunto. Catão, Columella, Varrão fizeram ver as suas investigações a grande extensão e utilidade desta ciência. De alguns países se pode dizer o que Columella escreveu no tempo de Tibério: Vejo em Roma Academias de Filósofos, Oradores, Geômetras, e Músicos; vejo homens que estudam as artes, que tem objeto o paladar e o ornato dos cabelos e ao mesmo tempo contemplo desprezada a Agricultura.[171]

Os jardins seriam extremamente apropriados ao culto à Natureza na sua dimensão de ode à Criação e, essencialmente, como suporte da atividade econômica, que tinha na agricultura um dos elementos salvadores do Império em crise.

Vandelli explica que, com os antigos, a natureza já era observada e mesmo venerada. Mas havia a necessidade, para que as nações progredissem, da formação de um campo específico na ciência moderna, no caso, o campo da ciência da agricultura, que

> consiste principalmente no conhecimento dos vegetais, da sua natureza, e de clima, e terreno em que nasceu; na causa da fertilidade da terra, na influência do ar sobre os vegetais, e nas regras práticas necessárias para a boa cultura.
> O primeiro conhecimento adquire-se com o estudo da Botânica, o segundo com experiências e reflexões físicas, o terceiro e quarto com um Jardim Botânico, no qual é necessário cultivar os vegetais de todos os climas e terrenos.
> Um Botânico ignora inteiramente quais sejam os terrenos estéreis (se exceptuarmos um chão cheio de ocre, enxofre ou tal) por cuja causa pode escolher entre treze mil e mais plantas que se conhecem, as que são úteis à economia e próprias à qualidade do terreno; pois que é certo que existem plantas proporcionadas a todos os diferentes terrenos, por exemplo: para as terras que os franceses chamam franche, que são os ordinários terrenos cultivados; para os lugares cheios de barro, greda ou areia; para os campos áridos, aquosos e arenosos marítimos.
> Duas são as opiniões a respeito da fertilidade da terra. A primeira é que a terra serve somente de matriz aos vegetais, e de nada mais; a segunda, que os vegetais formam o maior nutrimento da terra. O que é porém incontestável, é que o maior nutrimento das plantas depende da água, e principalmente da chuva, a qual com as partículas diferentes que traz da atmosfera e dos sais e óleos depositados na terra concorre muito para a vegetação. Além do que contribuem o calor, a luz e matéria elétrica.

---

[171] VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos, a respeito da agricultura e principalmente da cultivação das charnecas.* ANRJ, Códice 807, v. 25, fl. 6, [s.d.].

> Se eu quizesse dilatar sobre esse assunto que tem sido tratado por muitos autores de Agricultura, seria muito difuso; basta que se saiba que uma terra a qual não dá passagem às águas, como o barro, nem admite a influência do ar, é estéril para algumas plantas e fecunda para outras; e que um terreno arenoso o qual não retém as águas nem os sais necessários, é infecundo para muitas plantas e fecundíssimo para outras.[172]

O que a Natureza pode oferecer em troca do conhecimento dos vegetais e minerais, e da domesticação das criaturas brutas, que podem também sofrer o processo de dissecação para o conhecimento da anatomia animal? Para Vandelli, ela pode, através dos Jardins Botânicos, contribuir com lucros importantes para Portugal. A Natureza teria, assim, que se metamorfosear em grãos, em terras férteis, enfim, a agricultura seria o braço utilitário do mundo natural. Primeiro o botânico conhece, observa e classifica; depois, o Estado extrai o excedente natural de uma forma mais eficiente e racional. Vandelli avalia

> Quão grande seja a utilidade de um Jardim Botânico (além do gosto de ver juntas as plantas de todas as partes do mundo e do proveito que delas recebem a Medicina, as Artes, o Comércio, etc.) para a Agricultura só o ignora aquele que não sabe quantas plantas de regiões remotas, por meio dos Jardins, são hoje comuns e ordinárias na Europa, e cujo número se vai cada dia aumentando; de que é prova evidente França, Suécia e Alemanha. Por quanto com o conhecimento Botânico adquirido nos mais célebres Jardins, tem os Ingleses e Franceses examinado e reconhecido a maior parte das plantas que nascem nas ruas da América, e tem tirado utilidade, e cada vez poderão tirar maior lucro.
>
> Muito me dilataria se quizesse referir todas, algumas das quais são da América meridional. Este vasto campo se me oferecia agora para uma dilatada digressão, mas nem o tempo nem a minha ocupação nem o assunto o permite.
>
> Nos Jardins Botânicos como se cultivam as diferentes plantas de todos os climas e terrenos, conhecem-se e escolhem-se as mais próprias e adequadas ao País.
>
> Quantas plantas são hoje comuns, ordinárias que trazem a sua origem das regiões mais distantes? O Trigo, ainda que não se saiba verdadeiramente o lugar de seu nascimento, não é planta da Europa. O Milho painço é da Índia. A Aveia é da Ilha de João Fernandes; as Borragens vieram de Aleppo. O Nabão da China; o Milho da América; o Arroz é planta que se julga da Etiópia, que antes se cultivava na Índia; a Fava é do Egito; a Amoreira branca da China; os Tomates da América, a Beringela é da Ásia, África e América; o Pimentão do Brasil; a Cidreira, o Limoeiro da Ásia Média; Assíria; a Laranjeira da China; o Igname, a Açafroa é do Egito; a Piteira é da América, etc. Quase todas as nossas árvores frutíferas são

---

[172] VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos, a respeito da agricultura e principalmente da cultivação das charnecas.* ANRJ, Códice 807, v. 25, fl. 1, [s.d.].

> de outros países. Deixo de falar de tantas árvores, plantas da Ásia, África e América que estão já introduzidas na Europa, ou para ornato dos Jardins, ou para outra utilidade, porque faria um dilatado catálogo, principalmente se ajuntasse todas as plantas de outros países, que neste Real Jardim Botânico tenho experimentado serem adequadas e próprias para este feliz clima. Basta que se saiba, que muitas delas úteis à Economia, às Artes, e ao Comércio se dão felizmente e que são raríssimas as plantas da América Setentrional que aqui não se dão bem, e de umas partes delas pode servir de prova o Jardim de Mur de Wisme.
>
> Além das plantas da Ásia, África e América, com a instituição dos Jardins Botânicos em várias partes sabe-se que plantas úteis de vários climas da mesma Europa se podem transplantar para cada País.
>
> A outra suma utilidade que se tira da Botânica, e dos Jardins é saber quais plantas úteis na Economia, etc. se podem cultivar nos diversos climas e terrenos, de modo que dos terrenos incultos e comumente tidos por estéreis se possa tirar grande proveito.[173]

Vandelli entendia que na agricultura não bastava conduzir-se por princípios corretos na escolha dos vegetais, sendo necessário saber, complementarmente, quais os terrenos que lhe são próprios. Para tanto, Vandelli insistiu muito na cultivação das charnecas,[174] pois

> Os terrenos incultos que vulgarmente se chamam Charnecas não são estéreis, e se podem fazer úteis; do que temos vários exemplos em Inglaterra, Irlanda, Dinamarca, Suécia e no Anjon nas fazendas do Marquês de Turbilly; em Sépia nas terras vizinhas à Fábrica de Vidros de G. Stephens.
>
> A mesma observação mostra que semelhantes terrenos não são infecundos, pois neles (como nos do Alentejo) nascem várias espécies de plantas naturalmente como Tomilho, Estevas, Camarinhas, Urzes, Guarqueja, Rosmaninho, Aderno, Herva das sete sangrias, Canasco, Aroeira, Pinheiro, Zimbro, Golbarbeira, Roselha e muitas mais, a que faltam os nomes portugueses.
>
> Uma grande parte do Alentejo é totalmente inculta por ser terreno arenoso no qual não podendo semear trigo, milho, etc., com proveito, se deixa inculto e se chama estéril.

---

173 VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos, a respeito da agricultura e principalmente da cultivação das charnecas.* ANRJ, Códice 807, v. 25, fl. 2-3, [s.d.].

174 A preocupação de Vandelli com as charnecas era justificada pelo fato de que as rochas nessas áreas são principalmente ácidas, e isso se reflete na vegetação e no solo. Com a falta de cal registra-se fartura de urzes e musgos, tojos e giestas. Também ocorrem fetos e samambaias. Poucas árvores se encontram nessas áreas, e geralmente crescem ali velhos carvalhos e faixas. Às vezes, segundo alguns naturalistas, se fazem quebra-ventos plantando renques de árvores no alto das colinas e das charnecas, acima das terras cultiváveis. Os pássaros incluem cotovias, curiangos, maçaricões e cucos. Lagartos e cobras costumam freqüentar as rochas e pedras aquecidas pelo sol e nos caminhos toscos, no meio das urzes, se encontrarão inúmeros insetos, como abelhas e escaravelhos, que depositam seus ovos em bolas de esterco.
Mais detalhes sobre a fertilidade dos solos, cf. HARRIS, Reg. *História Natural.* São Paulo: Melhoramentos, [s.d.]. (Especialmente p. 132 -137).

Por ventura faltam meios para fazer melhor este terreno? Ou faltam plantas úteis em alguma parte da Economia que lhe sejam próprias? Certamente não.

Para fertilizar estes lugares incultos basta somente queimar as ditas plantas com as suas raízes, cuja cinza faz mais fértil o terreno.

Em alguns lugares não faltam bancos de barro com que se fazem melhores os ditos terrenos impedindo a passagem mui fácil da água. No caso que debaixo do terreno arenoso se não ache água nem barro, nem greda, que se busca com a sonda, encontra-se muitas vezes em alguns oiteiros vizinhos, nos quais se acham também leitos de conchas marinas, que são excelentes para a vegetação das plantas.

Se o terreno que se deseja cultivar é vizinho ao mar, poder-se-ão servir dos testaceos marinhos, que ficam na praia, onde também houver a turfa (como junto a Setúbal na Comporte) como este se poderá fertilizar o terreno; ou se na vizinhança correr algum rio servir-se-ão dele; e nos lugares em que ficam encharcadas estas farão os terrenos capazes de dar com utilidade trigo, etc.

No caso de faltarem todos estes meios, e achando-se um lugar sem alguma planta (cousa muito rara no Alentejo) por-se-ão plantas suculentas que tomam o maior nutrimento das folhas e necessitam pouco de suco da terra e que apodrecendo dão um sal volátil urinoso e terra muito útil para fertilizar mais o terreno. Entre as plantas suculentas algumas são aqui ordinárias como a Figueira do Inferno, a Herva babosa, alcaparra o Telesio a Figueira brava que se conserva muitos anos em lugares onde a raiz não é regada por uma gota de água.

Os sulcos cultivam as areias móveis e delas tiram bastante proveito. Que grande utilidade se poderá logo tirar destes que são mui superiores e aptos para muitas plantas? O trigo Serraceno dá-se muito bem nos lugares arenosos.

Que proveito se tiraria se se reduzissem a pastos esses lugares incultos? Há muitas plantas próprias para estes terrenos, como Bromus fecalinus, Poa rigida, Melica ciliate, Aira caryophyllata, Aira flexuosa, Aira canescens, Agrotis stolonifera, Hocus lanatus, Phleum arenarium, Lupinus luteus, etc., e com estes pastos se multiplicariam os rebanhos e os gados. E também se poderiam semear Pinheiros, que em poucos anos dariam muito lucro. A Amoreira branca nasce bem em semelhante terreno, e nele dá as folhas mais secas e por isso mais úteis para o sustento dos bichos da seda; e plantando os ramos das raízes velhas das Amoreiras dentro em quatro anos dão folhas grandes.

Em algumas partes seria útil a cultura do lírio dos tintureiros, da Ruiva e do Pastel para as cores.

Nos lugares arenosos marítimos seria muito útil a cultura da flor de Cristal, ou loda que serve para fazer o vidro, e o sabão, como também a de outras plantas proveitosas.

As plantas que nos lugares secos e onde há greda se dão bem são muitas, algumas das quais servirão para pastos. As plantas próprias para lugares úmidos e aquosos e de lagoas também dariam alguma utilidade.

> E por ora basta; porque para se tratar a fundo qualquer destes objetos seria necessário mais tempo.
> Se corresponder a aceitação do Público aos meus sinceros desejos, ocupar-me-ei em fazer experiências sobre as plantas que se cultivam e se cultivarão neste Real Jardim Botânico a fim de conhecer as mais adequadas para este feliz clima, e aquelas que multiplicadas poderão dar maior utilidade: farei mais exatas observações sobre os lugares incultos; indicarei os meios proporcionados conforme as situações e produções, tratando fundamentalmente de todos estes objetos. [175]

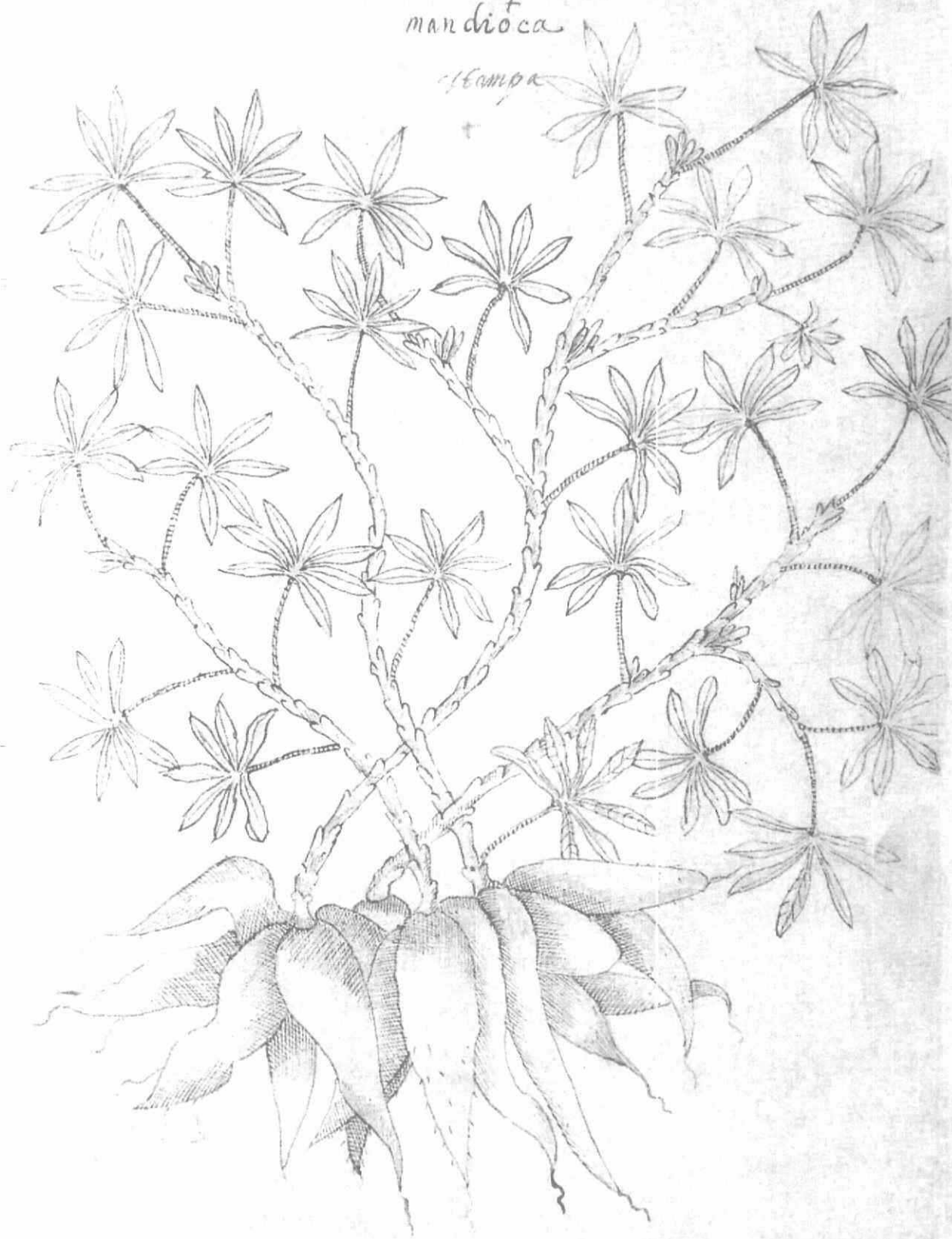
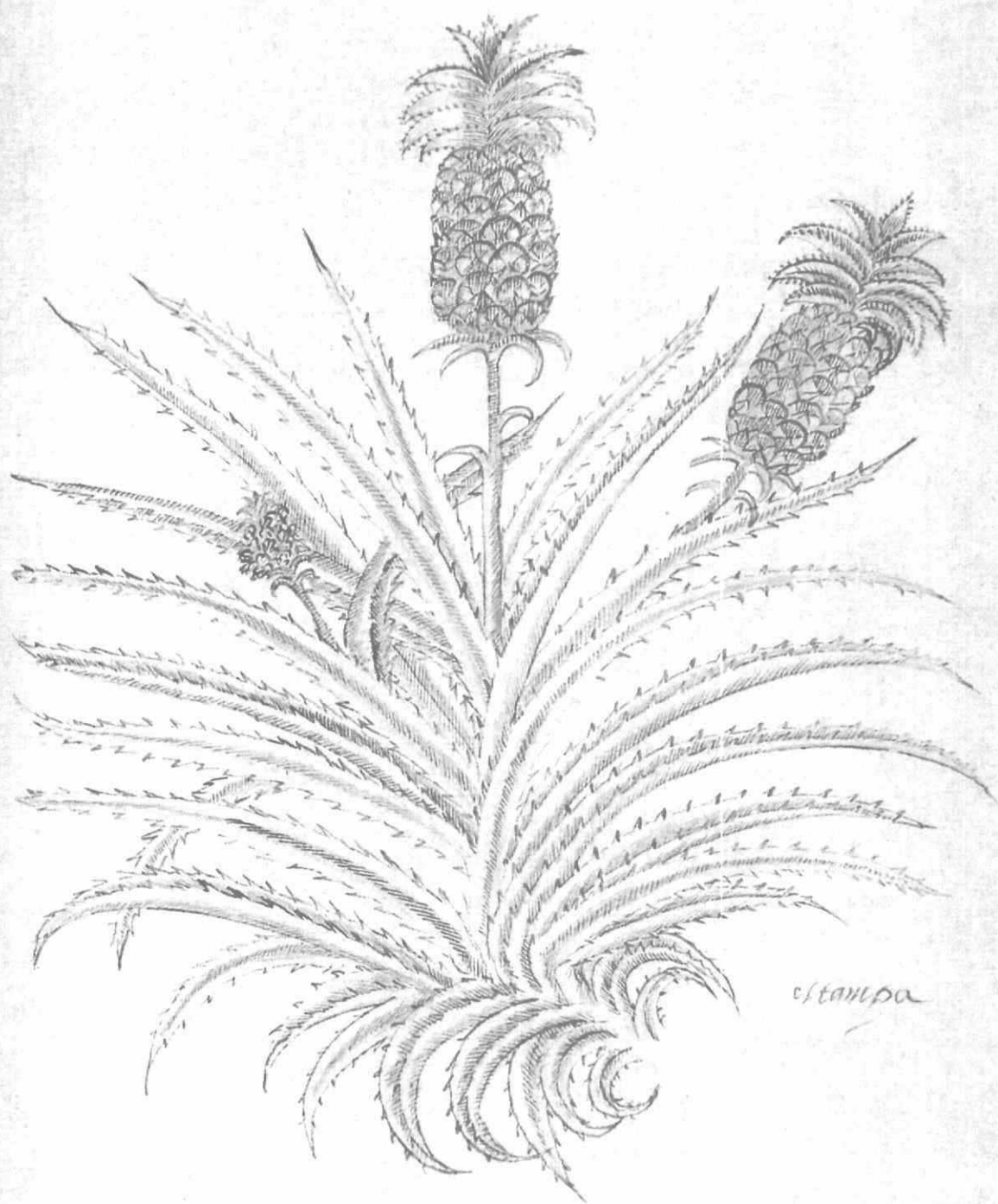
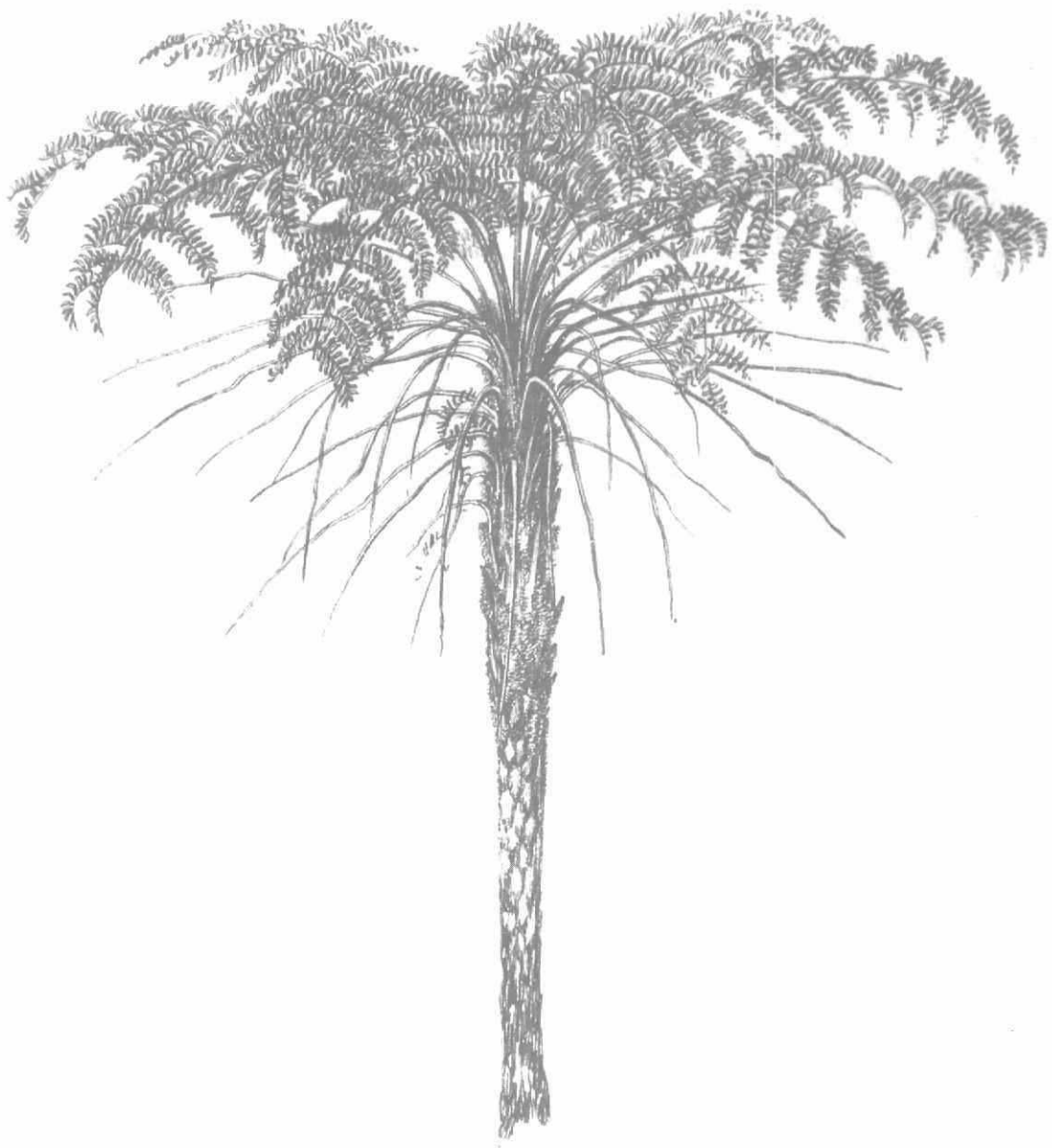
O Jardim Botânico de Coimbra passou para as mãos de Félix de Avelar Brotero no período de 1792 a 1810, que se abasteceu das investigações e aulas de seu mestre italiano. O Jardim da Universidade passou a ter, com esta Memória, uma divisão de solos, seguida do estudo da economia rural.

Os estudos de Vandelli apresentaram uma virada importante quando este passou a dedicar-se integralmente à Academia Real das Ciências de Lisboa, o que aconteceu a partir de 1782. Cada vez mais Vandelli condicionava seus estudos de caráter científico às preocupações econômicas de Portugal.

---

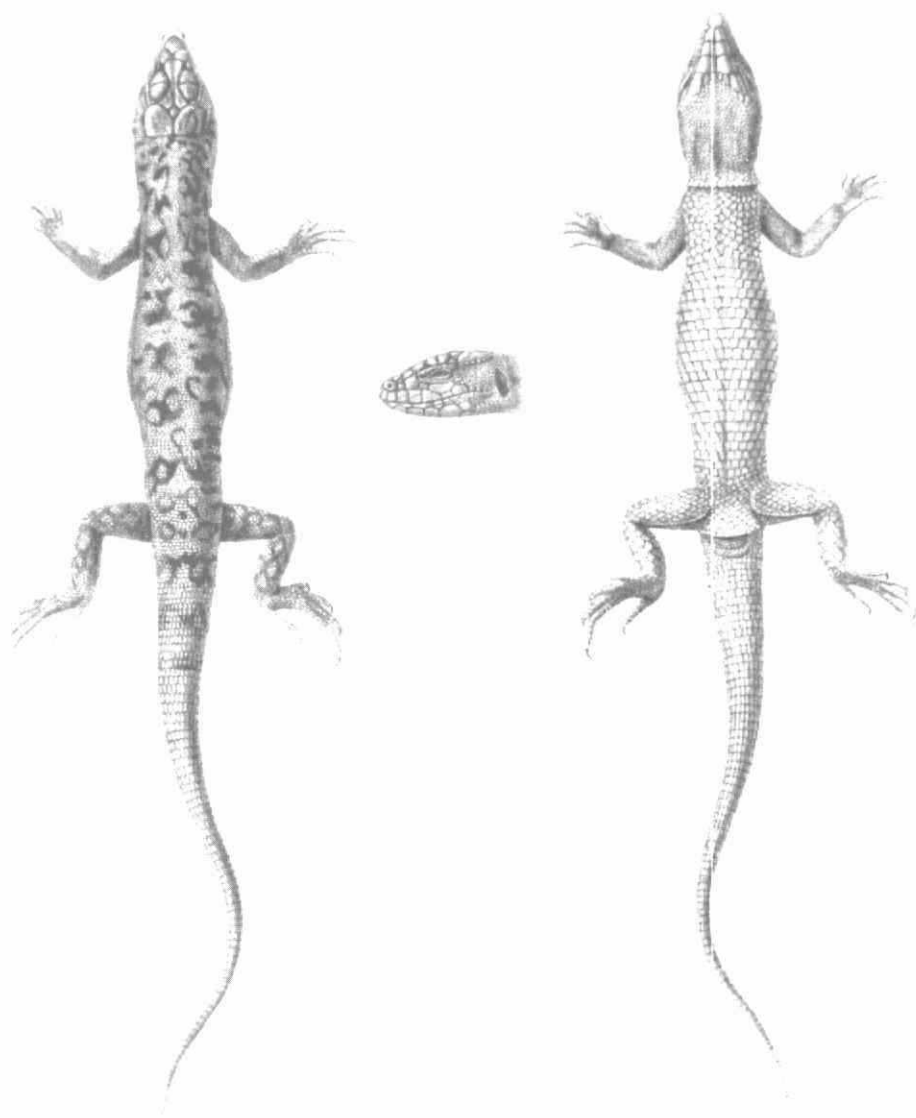
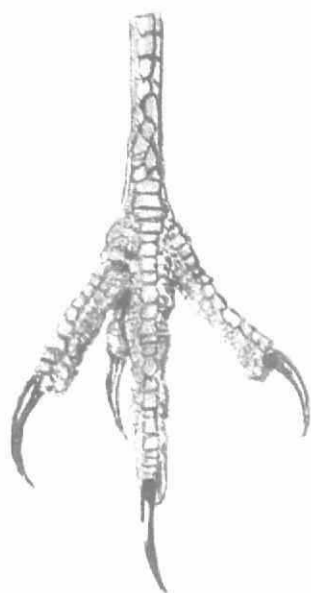
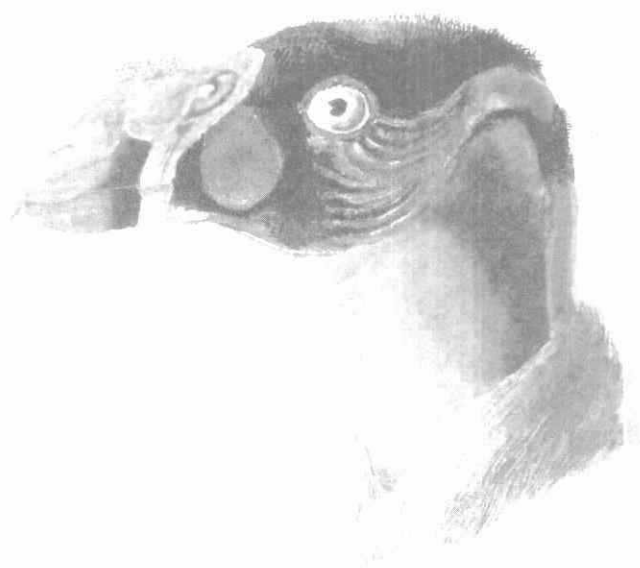
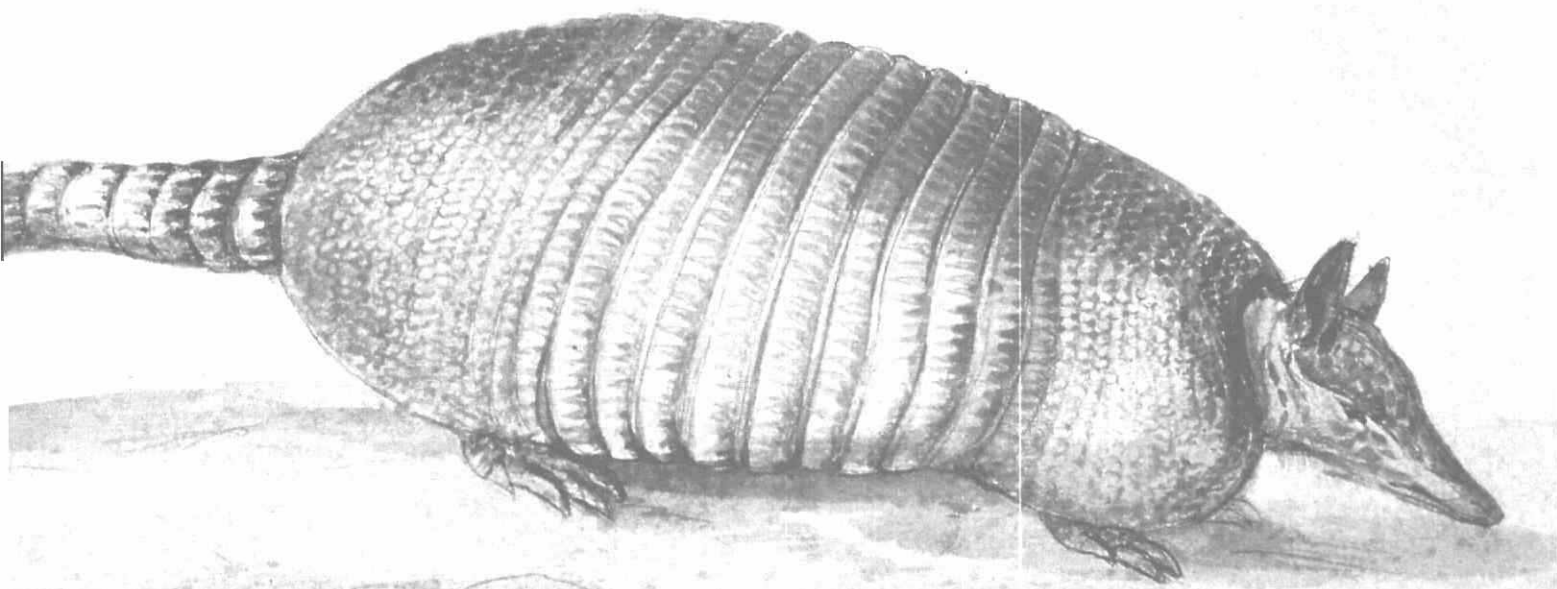
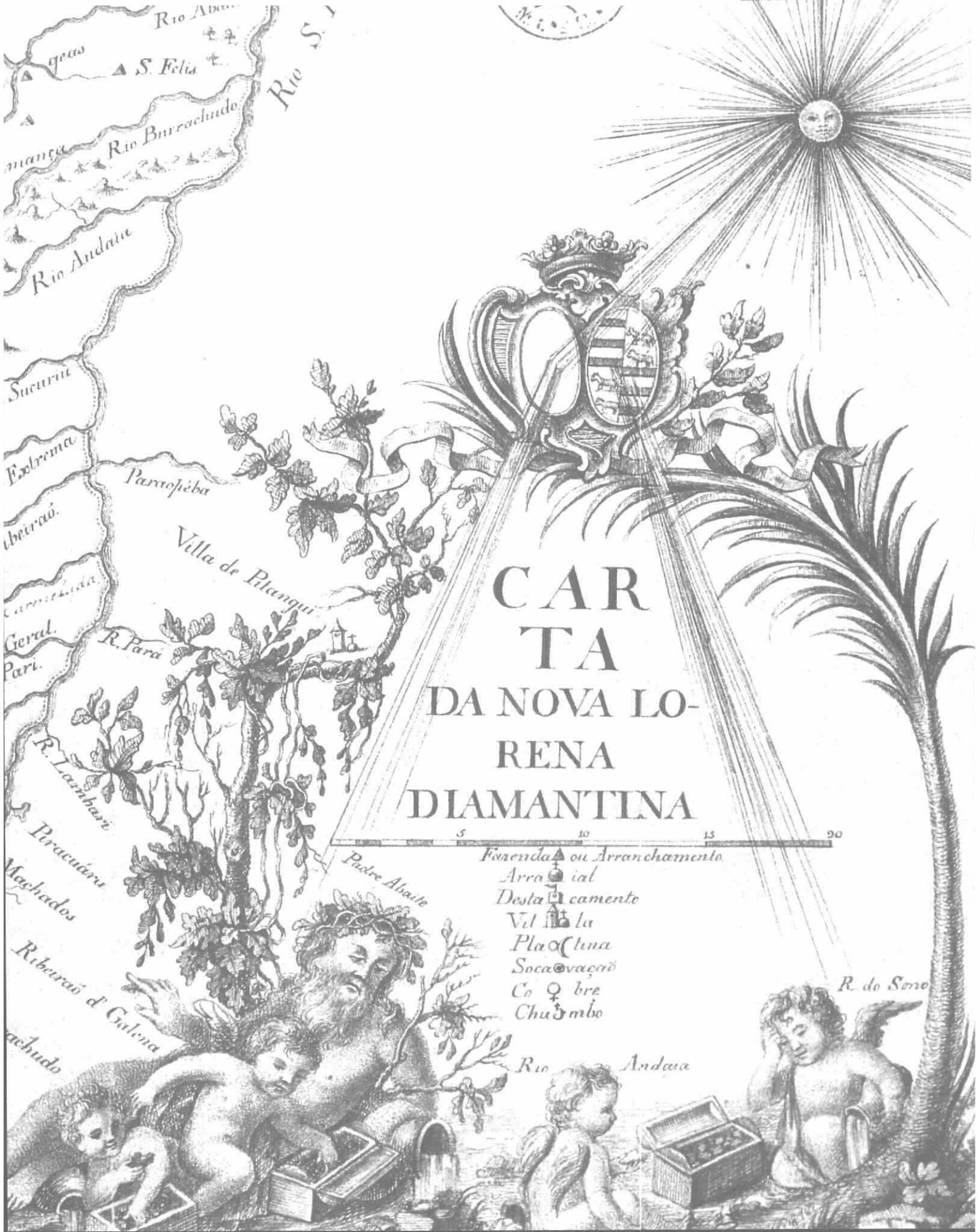
[175] VANDELLI, Domenico. *Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos, a respeito da agricultura e principalmente da cultivação das charnecas.* ANRJ, Códice 807, v. 25, fl. 4 -5. [s.d.].

1824 Minas Geraes Rugendas f

Mandioqua
mandioca

ANANAS
120
estampa

N° 19

[illegible] Barbacena a
22 Mai 1824 } Prov.a d. Rio de Janeiro.

Rugendas fecit

CARTA
DA NOVA LORENA
DIAMANTINA
5
10
15
20
Fazenda ou Arranchamento
Arraial
Destacamento
Villa
Placatina
Socavação
Cobre
Chumbo
Rio Abaite
S. Felis
Rio Burrachudo
Rio Andaia
Sucuriu
Extrema
Paraopéba
Villa de Pitangui
R. Pará
Geral
Pari
R. Lambari
Peracuára
Machados
Padre Abaite
Ribeirão d' Galena
R. do Sono
Rio Andaia

PARTE II - COLETÂNEA DE FONTES

ARCL - Série vermelha - Manuscrito 697

Nenhuma outra arte ou ciência pode tanto jamais influir na bondade pública, que a da agricultura campestre e pecuária, a história dos povos de mais alta antiguidade tem confirmado tanta verdade, chegavam os romanos a consagrar cultos aos deuses, que a superstição e a política fazia crer que presidiam a cultura das terras, seus supremos magistrados com as mesmas mãos com que vitoriosos tinham arrancado coroas das frentes dos reis inimigos, passavam para o arado, e eis aqui porque o grande Catão dizia, que o maior elogio que se deveria dar a um cidadão romano, era chamar-lhe agricultor, ocupação, que segundo Cícero se reputava pela mais digna de um homem livre. (...) Vemos daqui portanto, qual poderá ser a influência dos estudos da história natural, em todas as suas partes, natural, física, metalúrgica, econômica, moral, política, com a química sua inseparável companheira, que felizmente se ensina na universidade, ainda que não sei porque desgraça não desenvolveram, como se era de esperar, suas utilidades, não teríamos acaso magníficos museus sobre soberbos edifícios de história natural e física, grande laboratório químico, espaçoso jardim botânico, que excitasse o gosto da mocidade a provar as delícias de uma ciência, que por si só forma a glória da nação, e a opulência do Estado? Não haveriam mestres de ensino público? O crédito público e a sustentação devia logo ser, esta ciência, como intrusa na universidade desprezada, e mesmo escarnecida pela maior parte dos que compunham a academia, e quando muito mereceu, que se mirasse o brilhante externo de algumas suas produções. Nascia daqui a necessidade de ser tanto mais animada e promovida, fazendo ver ainda aos olhos dos rústicos os verdadeiros fins desta ciência, o que não era praticável sem a freqüente aplicação no livro da natureza. Esta requeria viagens, para que dessas resultassem os mais apurados conhecimentos, nos exames internos e externos dos países, pela agricultura, artes, e indústria, riqueza, ou pobreza, nos campos, vales, colinas, ou montes. Era pois conveniente convidar os estudantes com prêmios, segundo foram representados a Sua Majestade, que Deus em santa glória tem, pelo excelso prelado porém a universidade perdeu aquele chefe, de que jamais teve outro igual, em zelo, e sabedoria, quando a filosofia natural ia na sua carreira, e princípio, seus frutos não ficaram sazonados, pois sendo fundada há mais de treze anos, vimos

apenas algumas descobertas do Exmo visconde de Barbacena, nos contornos de Coimbra, tais foram as particulares espécies de mármores nobres (...) apresentada pelo grande prelado ao Ministério e sustentada até hoje pelo zelo e sabedoria do Exmo sr. Martinho de Mello e Castro, ministro de Estado dos Negócios Ultramarinos. (...) No mesmo tempo que se faziam públicos aqueles louváveis, e importantíssimos cuidados do Exmo visconde, em bem comum da nação, se erigiu nos subúrbios de Coimbra uma sociedade de mancebos patriotas, para trabalharem nos diferentes ramos da filosofia natural, divididos em quatro classes, para a história natural e agricultura, artes, e comércio. (...) Não falo da infinidade de cristalizações, para enriquecerem os gabinetes, não digo das plantas cuja cultura intensa a nação, como a ruiva que se acha em Coimbra, e nos arenosos terrenos das calcadas e em outros países, o livio dos tintureiros, (...) e outras produções que espontaneamente crescem em nosso continente, além das que podem entreter as vistas dos jardineiros botanistas. (...) É evidente, que os conhecimentos da filosofia natural, não se referem só às produções da natureza, mas que têm um fim mais sublime. Mas servem para mostrar as relações, com os interesses do Estado, além de confundir os espíritos temerários, obrigando-os a confessar e admirar a imensa bondade, grandeza, onipotência e providência de um Deus. (...) Mas quem duvidará, que as mais importantes vantagens desta ciência deve aparecer na história natural do Brasil, e mais conquistas? O continente da América descoberto há tantos anos, como tem sido explorado? Que riquezas não ocultará? Começando pelo reino vegetal, que exemplo não nos dá. (...) Felizmente temos hoje as plantas no Real Jardim conservadas pelos cuidados do sr. Julio, homem verdadeiramente amante das belezas da natureza, ignoramos contudo os seus nomes do Brasil, que devem sem dúvida descobrir-se nas observações botânicas do país. A facilidade de apanhar Avehiatri Petropolitani, esta planta nos campos, a comodidade de a transportar seca, a necessidade que dela há, o preço pelo que compram os russianos, mostram bem a necessidade dessa cultura e comércio. Muitas outras ignoramos, sabemos sim que os índios conhecem muitas plantas que são específico remédio para muitas enfermidades de lá e que a humanidade tem recebido tantos bens como o bálsamo peruano, o de cupaiva, a salsa parrilha, a ipacacoenha, a contraherba, a quina, a caipa, e muitas outras contra o mal venéreo, para vomitórios, purgantes, febres podres, gangrenas. Muitos se referem na Flora Brasiliense, e matéria médica Brasiliense, escritos da Sociedade que se erigiu no Rio de Janeiro no governo do Excelentíssimo marques de Lavradio. (...) Quem não sabe, que se dá bem a canela no Brasil. (...) O cravo do Maranhão, só na figura difere ao das Molucas, não seriam certamente inúteis seus exames para as virtudes médicas. A pimenta dá-se igualmente bem na Bahia, ainda hoje se conserva uma pimenteira no hospício da Senhora do Pilar, que dá muita pimenta, que é mais miúda que a de Ásia

pela falta de cultura. Consta das nossas histórias termos possuído todas essas drogas naquele continente, exportadas da Ásia, que foram arrancadas por uma lei política do sr. dom Manoel, e não só tínhamos a da Ásia, mas algumas da Europa. Lê-se no padre Vasconcelos, na sua Crônica da Companhia de Jesus, que havia excelentes uvas no Rio de Janeiro, São Vicente. Mas hoje, que não possuímos os frutos dos nossos antepassados, era ao menos de desejar, se aperfeiçoassem aqueles, que possuímos. A cultura do açúcar tão antiga não tem a perfeição desejada, o nosso é inferior ao de fora. Este não é senão o sal essencial da cana. (...) Por própria experiência fomos convencidos das utilidades das culturas recentemente tentadas do anil, café, que ainda carecem de maior cultura, e perfeição para fornecer a toda a Europa. (...) Passando ao reino animal, vemos que só o boi é considerado capaz de produzir a carne e o couro (...), e sendo certo que floresce a agricultura a proporção dos pastos, e criação e multiplicação dos animais, como se verifica o contrário no Brasil? É pois evidente, que a indolência, inércia, falta de indústria, e de zelo nos generais e magistrados daqueles Estados se devem reputar verdadeiramente por causa daqueles tristes efeitos. (...) Não devo omitir a cultura da cochonilha, que faz um dos mais poderosos ramos das riquezas de Espanha. Negam alguns sua introdução no Brasil, porque dizem que se serram as figueiras e, por conseguinte, improvável a exação deste inseto, ao que devo responder, que os espanhóis concederam aos índios muitas gratificações para obterem esta cultura. (...) Já na Academia das Ciências se leu uma memória do doutor José Henriques, já citado, anotada por seu irmão doutor Manoel Joaquim de Paiva, intitulada, História do Descobrimento da Cochonilha, onde vemos o modo com que a podemos possuir, e com efeito já hoje consta-nos, que no Rio de Janeiro se há de cultivar este inseto. Enquanto a mineralogia, que importantíssimos objetos nos não oferecem a admiração? (...) É de esperar que os naturalistas, que animados pelo patrocínio e autoridade, do Exmo senhor Martinho de Mello e Castro, nos farão ver os portentos, que a natureza ocultou naqueles paraísos, onde parece que em nenhum outro, quis ostentar tanto seu majestoso poder.

Balthazar da Silva Lisboa
Discurso Político

1 - O REINO E OS DOMÍNIOS ULTRAMARINOS

AHU - Códice 606

Espírito Santo

Sua Majestade é servida ordenar a V. Mce que para o fim de que haja nesta Secretaria de Estado melhor informação do estado físico, e político dos domínios ultramarinos; e para que as providências necessárias a promover o bem dos seus vassalos sejam dadas com todo o conhecimento de causa; V. Mce proceda logo ao exame circunstanciado de todos os objetos aqui enunciados; e dos mesmos me remeta todas as informações que puder haver: seja em relações circunstanciadas, seja em mapas individuados de cada um dos mesmos objetos. Em primeiro lugar a descrição geográfica e topográfica do seu governo, com a individuação dos limites e confins com as outras capitanias vizinhas, assim como das estradas de comunicação atualmente estabelecidas para as outras colônias; e notícias dos mapas geográficos que existem desse governo. Em segundo lugar o estado da sua povoação em brancos, negros e pardos em cada uma das terras, cidades e lugares do mesmo governo; unindo-lhe a nota dos nascidos, mortos e casados; que V. Mce ficaria obrigado a mandar depois de ofício todos os anos a esta Secretaria de Estado. Em terceiro lugar a relação, a mais exata que for possível haver, da qualidade e quantidade dos produtos dessa capitania; justamente com a informação do que se exporta dos mesmos produtos, seja para o Reino, seja para os outros domínios ultramarinos; juntamente com a individuação dos gêneros que do Reino se importam para essa capitania, notando-se em particular os que são produções próprias de Portugal.

Deus Guarde V. Sa

Antonio Pires da Silva Pontes
Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 605, fl. 60

Bahia

Sua Majestade é servida que V. Exa remeta a esta Corte toda a qualidade de pássaros grandes e pequenos que houver nessa capitania. E que repita essas remessas por todos os navios que se oferecerem enquanto se lhe não mandar as contas, ordenando V. Exa que aí se façam viveiros proporcionados aonde a grandeza dos mesmos pássaros com separação deles e tudo o mais que se julgar preciso, para evitar que morram no caminho. Igualmente fará V. Exa remeter toda a qualidade de animais quadrúpedes que houver e se puderem descobrir, com o mesmo resguardo acima indicado. Sendo o linho cânhamo uma das plantações mais importantes, e que nos será mais útil se a pudermos produzir na América, remeto a V. Exa um saco da referida semente, para que mandando-a semear em diferentes partes, sendo todas de terras baixas e úmidas, se possa ver em qual delas produz melhor, recomendando V. Exa, a alguma pessoa ou pessoas curiosas o cuidado desta diligência.

Deus Guarde V. Sa

Lisboa, em 8 de julho de 1780.
marquês de Valença
Martinho de Mello e Castro

AHU - Códice 605, fl. 69

Bahia

Por diferentes cartas tem Sua Mejestade mandado recomendar a esse governo fizesse remeter dessa Corte toda a qualidade de pássaros grandes e pequenos, que se pudessem descobrir nessa capitania, e que se repetissem estas remessas enquanto se não mandasse ordem em contrário. E igualmente se remetesse também toda a qualidade de animais quadrúpedes que se pudessem descobrir, e tudo com as cautelas, e reguardos declarados nas referidas cartas. Novamente manda a mesma Senhora recomendar a V. Exa a continuação das ditas remessas excetuando-se delas cotias, macacos, araras, e papagaios, que não tenham alguma raridade fora do comum. Recomenda-se porém muito a remessa de saguins brancos ou cor de pérola, no caso de o haver nessa capitania. Para o devido fim mandará V. Exa os homens que achar mais práticos dos sertões dessa capitania, e mais próprios para o apanho dos referidos

pássaros e animais quadrúpedes, para que possa ter a sua devida execução esta ordem de Sua Majestade. Devo recomendar a V. Exa queira remeter toda a quantidade de piriquitos dos pequenos que se puderem apanhar, na conformidade dos que ultimamente vieram, e que se continuem as ditas remessas. Na mesma conformidade se escreveram às autoridades seguintes, menos o que vai alinhado. Ao vice rei do Brasil, ao governador de Pernambuco, ao governador de Angola, ao governador de Cabo Verde, ao governador das ilhas de São Tomé e Príncipe, ao governador do Pará e ao governador do Maranhão.

Bahia, em 26 de abril de 1781.
marquês de Valença
Martinho de Mello e Castro

MAZUL - Manuscrito CN / M 58

Pará

O Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor Martinho de Mello e Castro me ordenou que avisasse a V. Mce em como todos os produtos naturais que V. Mce remeteu a este Real Gabinete vieram perfeitamente condicionados, e que certamente até agora são os primeiros que assim chegaram. O dito senhor vendo a curiosidade e diligência de V. Mce me ordena que dê parte a V. Mce dos produtos que faltam neste Real Gabinete, porque sendo V. Mce amigo do nosso doutor Alexandre possa com a sua curiosidade remeter tudo o que o nosso amigo não pôde mandar por falta de tempo. Os produtos que faltam são os seguintes, peixes, cobras, e animais quadrúpedes, e a estes não é necessário mais que tirar-lhes as entranhas e metê-las em barris ou pipas segundo o seu tamanho, com aguardente que assim se livra da traça e baratas a que estão sujeitos vindos preparados ao natural, e como o sr. capitão remeteu em perfeitíssima aguardente, assim poderá usar a dita que virá tudo perfeitamente. Também bem faltam neste gabinete, conchas do mar, conchas de rio, plantas marinhas. Das minas todas as qualidades são necessárias, e se forem de bom tamanho tanto melhor, e se for possível que sejam pegadas a sua matéria. As mostras das pedras devem ter um palmo de comprido, três quartos de largo e dois décimos de grossas. Semelhantemente ninhos de pássaros, pássaros, borboletas, insetos e tudo mais que V. Mce e a sua grande capacidade achar. O que seria preciso a este Real Jardim Botânico são plantas, árvores, arbustos, que certamente os dois caixotes que V. Mce

mandou vieram perfeitos, e particularmente a da Contra Erva. O (...) Martinho de Mello e Castro lhe recomenda muito que mande plantas vivas por que de nenhuma parte da América podem vir mais perfeitas do que do Pará.

[ ], 19 de março de 1785.
Luiz Pereira da Cunha
Julio Mattiazzi

AHU - Códice 605, fl. 162

Bahia

Recebi a carta de V. Sa número dez com data de 18 de janeiro do presente ano, que acompanha a remessa das vinte arrobas da casca denominada de grem, ou por outro nome pau para tudo segundo a descrição, que há da dita casca, o hábil ouvidor da comarca dos Ilhéus, Francisco Nunes da Costa, a qual a casca, não obstante ser tão vulgar até agora se não conheçam nesta Corte, e muito menos a sua virtude de que mandarei fazer as experiências necessárias e de tudo será V Sa informado, como também do que se praticar com outra casca, que remete o mesmo ouvidor, chamada tratingui ou cavaco de anta. Logo que de lá vier porção suficiente com que se possam fazer iguais experiências, ficando ao meu cuidado não deixar esquecido, o zelo, inteligência e atividade do mencionado ouvidor, que V. Sa com tanta razão recomenda.

Bahia,1 de abril de 1786.
Rodrigo José de Menezes
Martinho de Mello e Castro

AHU - Códice 606, fl. 64

[Bahia ?]

Sua Majestade é servida que V. Sa mande recolher, acondicionar e remeter por conta de sua Real Fazenda, para o Seu Real Jardim Botânico, todas e quaisquer plantas que forem naturais deste país, principalmente aquelas que tiverem alguma utilidade médica

ou econômica, transportando-se as referidas plantas vivas e dispostas em caixões, que venham cheios da mesma qualidade de terra matriz donde se tirarem, e vindo cada remessa acompanhada de uma relação, na qual se declare não somente o nome vulgar de cada planta, se o tiver, mas também o lugar onde nasce e o uso ou préstimo que tem. O que participo a V. Sa para que assim o faça executar.

Lisboa, 12 de setembro de 1795.
dom Fernando José de Portugal
Martinho de Mello e Castro

AHU - Códice 605, fl. 150-151

Bahia

O governador e capitão general do Maranhão remeteu a esta Secretaria de Estado uma pequena porção de uma planta, que naquela capitania chamam crava, e que lhe pareceu poderia servir para o mesmo ministério que serve o linho cânhamo. Com efeito as experiências que aqui fizeram com a dita planta tiveram o maior sucesso, e para elas se repetirem escrevo ao Maranhão pedindo maior quantidade da mesma planta, a qual me dizem ser também conhecida na capitania da Bahia pelo mesmo nome de crava. E para se combinarem as experiências umas com as outras, ordena Sua Majestade, que V. Mce faça procurar a dita planta, de que vai inclusa uma amostra, e me remeter cinco ou seis quintais dela, informando-me se se acha em grande abundância nessa capitania, e demais que lhe ocorrer a esse respeito.

Bahia/Maranhão, 9 de outubro de 1785.
Rodrigo José de Menezes
Marttnho de Mello e Castro

AHU - Códice 606

Bahia

Tendo representado a Sua Majestade Domingos José Correa, boticário nessa cidade, que em pouca distância da mesma havia abundância de ótimo salitre, de cobre finíssimo,

e de ótimo Pau de Brasil, V. Sa o mandará chamar a sua presença, e lhe declarará no Real Nome de Sua Majestade que fazendo ele essas descobertas e indo logo estabelecer uma oficina de lavagem de salitre, e fazendo remessas da mina de cobre e do Pau Brasil, logo que as mesmas descobertas se acharem verificadas, e se conheça por experiências em grande que delas resulta utilidade ao Estado, tem V. Sa ordem para lhe dar uma pensão de quatrocentos mil réis, que lhe será conservada toda a sua vida; a que Sua Majestade não duvidará acrescentar depois novas graças, se a produção do salitre e do cobre, assim como a do Pau Brasil, corresponder à expectativa que me dá. V. Sa examinará a verdade de todas estas proposições, que sendo bem fundadas são dignas da maior consideração.

Igualmente passará V. Sa ordem aos correios marítimos e às fragatas de guerra que tocarem neste porto, que se encarreguem de todos os caixões de plantas vivas, ou de produtos, que o mesmo boticário me queira remeter para o Jardim Botânico e serviço de Sua Majestade.

V. Sa procurará ver também se pode mandar-me a planta, que o mesmo boticário descobriu, que tem as mesmas qualidades da quina, e que é um antifeburgo admirável.

Bahia, 27 de junho de 1798.
dom Fernando José de Portugal
Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 588

Pará

Foi entregue a caixa que V. Sa remeteu pela Sumaca Minerva, na qual vinham vários embrulhos com produções de história natural e de plantas desse país; mas como, não obstante virem numerados, não se achou a relação correspondente, em que se demonstrassem a sua nomenclatura e descrição para que por meio delas se possam as mesmas produções arranjar e classificar no Real Museu Jardim Botânico para onde se mandaram.

Pará, 28 de janeiro de 1799.
Francisco de Souza Coutinho
Rodrigo de Souza Coutinho

MAZUL - Manuscrito CN / S-51

Santa Catarina

O governador da ilha de Santa Catarina Joaquim Xavier Curado participou-me em carta sua de 02 de junho do ano próximo passado, ter remetido para ser entregue a V. Mce como diretor do Jardim Botânico um caixão de sementes de trinta e cinco diferentes árvores compreendidas em um livro em que vem configuradas as trinta e outras plantas com os seus frutos silvestres que produz a mesma ilha e promete fazer igual remessa por segunda via.
Deus Guarde a V. Exa

[ ], 14 de março de 1804.
Domingos Vandelli
Luiz de Vasconcellos e Souza

AHU - Códice 573, fl. 266-267

Rio de Janeiro e outras capitanias

O interessante cuidado com que Sua Majestade se aplica a promover tudo o que pode ser útil aos seus fiéis vassalos, tem feito que a Mesma Senhora ordenasse que à custa da sua Real Fazenda se imprimissem algumas memórias próprias para se espalhar entre os habitantes do Brasil conhecimentos de que se lhes pudessem seguir vantagens consideráveis. Nesta ocasião se remetem a V. Exa alguns destes impressos que são os que constam da relação inclusa, dos quais V. Exa fará o uso que possa melhor corresponder às benignas intenções de Sua Majestade para o aumento da riqueza nacional. Nesta mesma conformidade se escreveu aos governadores e capitães generais das capitanias seguintes, Bahia, Pernambuco, Pará, Maranhão, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Angola, Cabo Verde, Ceará, Paraíba, Piauí, e Rio Grande.

Relação dos Impressos que se remetem para as diferentes capitanias do Brasil - Memória sobre o Loureiro Cinamomo ou Caneleira de Ceilão, por Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Memória sobre a Caneleira para acompanhar a remessa das plantas de canela, Memória sobre a reforma dos alambiques por João Manso Pereira, Método de preparar a Cochonilha, Memória sobre o Salitre – trasladada de Theodoro D'Urtubie – extrato do modo de se fazer o salitre nas fábricas de tabaco da Virgínia,

Exposição de um novo remédio curativo e preservativo da peste pelo conde de Berchtold, Descrição da Quina Quina, Memória sobre a prática de se fazer o salitre.

[ ], 3 de janeiro de 1798.
conde de Resende
Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 606

Espírito Santo

O grande aumento de riqueza de que são suscetíveis os domínios portugueses no Brasil, se neles se introduzir uma maior facilidade nos trabalhos e um melhor método na cultura e preparo das produções do país; fez que Sua Majestade tenha mandado imprimir uma Coleção de Instruções coligidas do que a experiência tem mostrado ser mais útil e vantajoso entre as outras nações, cujas colônias têm chegado a um grau de prosperidade, que dá bem a conhecer as utilidades que se seguiriam se nós adaptássemos os mesmos princípios de agricultura e preparação dos gêneros que elas seguem, e que agora se vão dar a conhecer a esses habitantes. O que presentemente se remete a V. Mce, e que por hora está pronto, é o que consta da relação inclusa. Vmce. distribuirá estas obras pelo modo que lhe parecer mais conveniente, advertindo que a obra intitulada O Fazendeiro do Brasil se deve vender a dez tostões cada tomo, e remeter-se o produto desta venda ao oficial maior desta Secretaria de Estado, para indenizar a Fazenda Real do custo da impressão desta; e das outras publicações que se irão continuando em benefício do Brasil.

25 de julho de 1798.
Antônio Pires da Silva Pontes
Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 607

Por ordem de Sua Majestade remeto a V. Mce os impressos que constam da relação inclusa, destinados a instruir os habitantes do Brasil em vários artigos de agricultura, e outros objetos de que podem tirar muitas utilidades: V. Mce os fará distribuir pelo modo mais conveniente e pelos preços apontados na dita relação, remetendo a importância ou produto da sua venda ao oficial maior desta Secretaria.

Ao governador da capitania de Sergipe D'El Rei
Caetano Pinto de Miranda Montenegro
Bernardo Joze de Lorena
ouvidor da comarca de Ilhéus
ouvidor da comarca de Porto Seguro

Palácio de Queluz, 1 de abril de 1799.
dom Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 606

Bahia

Dom Fernando Jozé de Portugal, governador e capitão general da capitania da Bahia, do Meu Conselho: Eu A Rainha vos envio muito saudar. Sendo as madeiras e paus de construção que se exportam do Brasil um objeto do maior interesse para a Marinha Real, e de que a Minha Real Fazenda pode tirar um grande rendimento, estabelecendo cortes regulares das mesmas madeiras para vender às nações estrangeiras: E sendo necessário tomar todas as precauções para a conservação das matas no Estado do Brasil e evitar que elas se arruinem e destruam, Sou servida encarregar-vos das seguintes ordens que executareis com a maior pontualidade, ficando responsável por qualquer falta que houver na exata observância do que ao diante determino, e na inteligência de que não podereis pretender, nem vós nem vossos sucessores nesse governo, despacho dos vossos serviços sem que primeiro mostreis ter lhes dado a maior fiel execução.

Em primeiro lugar, declarando ser da propriedade exclusiva da minha Real Coroa todas as matas e arvoredos a borda da costa, ou de rios que desemboquem imediatamente no mar, e por onde em jangadas se possam conduzir as madeiras cortadas até as praias, não só proíbo que para o futuro se possam dar sesmarias em tais sítios mas

vos ordeno que informeis dos meios por que se poderão restituir a Minha Real Coroa as sesmarias já dadas indenizando os proprietários com terras equivalentes no interior do país, impondo desde logo aos ditos proprietários a obrigação de conservarem as madeiras e paus Reais, e estabelecendo igualmente as mais severas penas contra os incendiários e destruidores das matas.

Em segundo lugar vos ordeno que façais demarcar sem a menor perda de tempo, em toda a extensão dessa capitania os lugares da costa ou dos rios que desembocam no mar, onde se acham estas matas, e que mandeis levantar mapas dos mesmos sítios e deis as mais circunstanciadas informações sobre tudo o que disser respeito a este importante objeto remetendo amostras das diferentes madeiras indicando os seus nomes, propriedades e usos, quais são aquelas matas que pela sua extensão e fertilidade necessitam de ministros para conservadores e mostrando a forma de administração mais conveniente para se conseguirem estes fins, primeiro: da conservação das matas e arvoredos; segundo, da maior economia nos cortes e conduções; terceiro, da maior facilidade nas remessas; quarto, do estabelecimento de uma perfeita contabilidade que mostre o preço porque sai cada peça das que se tiram dos mesmos arvoredos e matas.

Em terceiro lugar; considerando que as matas das Alagoas e Cairú merecem uma particular atenção: Tenho determinado nomear para cada uma delas, um juiz conservador, que será para as Alagoas o atual ouvidor daquela comarca Jozé de Mendoça de Mattos Moreira, e para o Cairú quem Eu for servida nomear, os quais ajuntareis com o novo intendente dos armazéns da Bahia, e com alguns práticos das mesmas matas nessa cidade, e fareis que em vossa presença se estabeleça a futura ordem que deve seguir-se para que haja a maior regularidade, exatidão e prontidão nos cortes que ali se mandam fazer.

Em último lugar, procedeis da mesma forma a examinar as madeiras que há na capitania do Espírito Santo, onde mandareis fazer alguns cortes, para que se conheça a utilidade que deles se pode tirar, particularmente sobre o rio Doce, de que fareis examinar as margens em todo o seu curso, servindo-vos dos fragmentos e notícias que aí hão de existir das viagens de João Fernandes Tourinho e Antônio Dias Adorno no mesmo rio, e no reinado do Senhor Rei dom Sebastião de saudosa memória: fareis reservar sem exceção sobre as margens desse rio Doce toda qualidade de paus e madeiras, que se encontrarem nas suas extensas matas, e nas das suas vertentes: deixando outrossim livres a todos os que forem povoar o mesmo rio, o corte das madeiras que lhes forem necessários para as precisões e necessidades dos seus estabelecimentos, tomando

porém todas as precauções para que não abusem ou intentem fazer cortes para as exportarem. Igualmente procurareis que se construam engenhos de serrar madeira por meio de máquinas movidas pela água, tendo rios navegáveis, ou caminhos firmes por onde se possam transportar aos armazéns, que se construirão nas margens do mesmo rio Doce, ou nas praias, onde julgardes mais conveniente. Procurareis também examinar se sobre o mesmo rio ou em alguma enseada vizinha ao mesmo podeis mandar estabelecer estaleiros em que se possam construir a bom mercado embarcações, que depois possam trazer a este Reino madeiras de construção, e que dão assim dobrada vantagem, podendo também servir a construir pequenas embarcações, que sirvam a cruzar sobre estas costas, para as defender e evitar o contrabando, e a trazer avisos, ou para o novo estabelecimento dos correios, que tenho mandado estabelecer: Encarregando-vos finalmente de evitar todo o procedimento arbitrário na execução destas ordens; cuidando em que não sejam violadas as propriedades já estabelecidas, ou à borda do mar ou sobre rios, que admitam navegação ou jangadas: dando-me conta de tudo o que praticardes a este respeito com aquela individuação e clareza que requer um negócio de tanta importância.

Palácio de Queluz, 13 de março de 1797.
dom Fernando José de Portugal
O Príncipe

AHU - Códice 588

Pará

Tendo-se recebido nesta Corte excelente anil, e melhor que de outra alguma parte do Brasil; manda Sua Majestade recomendar muito a V. Sa que promova nessa capitania com particular desvelo a cultura e fábrica desta preciosa droga em que tanto interessa o nosso comércio.

Palácio de Queluz, 16 de janeiro de 1799.
dom Francisco de Souza Coutinho
Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 607

Bahia

Levei à Real presença de Sua Majestade os ofícios de V. Sa que decorrem do número 292 até 347 e vou aqui comunicar a V. Sa as resoluções da mesma Senhora sobre os negócios que eles contém, e a que não responde separadamente em outras cartas. (...)

A respeito dos comboios de que trata o ofício de V. Sa número 303, devo participar-lhe que o comandante da esquadra, Antônio Januário do Valle, se tem ordenado repetidas vezes que de comboio todos os três meses aos navios dessa praça; e igualmente que tenha na altura da Bahia e Pernambuco, embarcações de guerra cruzando sobre as costas, para evitar os danos que fazem os corsários franceses ao nosso comércio; e Sua Majestade manda novamente recomendar ao dito vice almirante esta necessária e indispensável disposição.

Por este comboio remeto a V. Sa mais alguns exemplares do Fazendeiro do Brasil, que se devem vender, e remeter o seu produto na forma ordenada no ofício a que V. Sa responde na sua carta número 340; igualmente remeto alguns impressos que podem ser de muita utilidade a essa capitania, particularmente os que tratam da cultura da pimenta e da canela, e V. Sa fará um grande serviço a Sua Majestade se introduzir entre esses lavradores estes dois importantes gêneros de que se pode seguir a essa capitania em particular, e ao Reino em geral a maior utilidade: Da relação inclusa verá V. Sa os impressos que agora se lhe remetem.

Lembro a V. Sa a criação dos jardins botânicos em que já lhe falei precedentemente, e da capitania do Pará pode V. Sa haver as plantas exóticas, de que aquele governador tem ali estabelecido a cultura. (...)

Finalmente pelo que diz respeito ao que V. Sa expõe no ofício número 303, sobre as precisões e faltas de meios para suprir as despesas extraordinárias dessa capitania, Sua Majestade espera que V. Sa faça preencher o empréstimo que aí se mandou abrir, para que do mesmo e da circulação de algumas apólices, se tirem todos os recursos para as ditas despesas extraordinárias, enquanto se fica pensando nos novos impostos que Sua Majestade poderá lançar no Brasil, para segurar os referidos recursos que se procuram por meio do empréstimo; devendo V. Sa sobre este assunto solicitar uma resposta do Real Erário.
Deus Guarde a V. Sa

Palácio de Queluz, 29 de janeiro de 1799.
dom Francisco de Souza Coutinho
dom Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 607

Bahia

Levei à Real Presença do Príncipe Regente Nosso Senhor a carta que V. Mce me dirigiu com data de 16 de agosto próximo passado, pela qual S.A.R. fica muito esperançado no bom êxito da estrada, e do estabelecimento dos Ilhéus, que podem propagar toda a cultura da mandioca, de que tanto se necessita, e cuja falta nasce de se não como devera, e do absurdo prejuízo de que só por cruéis e intoleráveis derrubadas é que ela se pode cultivar; sendo extraordinário que uma pessoa das suas luzes sustente uma tão erudita opinião. S.A.R. fica esperando o resultado dos trabalhos a respeito do salitre, e verá com muito gosto estender-se a cultura da pimenta que tanto deseja promover por todos os modos.

A chegada de seu irmão poderá sem dúvida concorrer para o adiantamento dos trabalhos, de que V. Mce está encarregado, e nos quais o Mesmo Senhor tem as mais justas e bem fundadas esperanças.
Deus Guarde V. Sa

Palácio de Queluz, 25 de novembro de 1800.
Joze de Sá Bitencourt e Accioli
dom Rodrigo de Souza Coutinho

MAZUL - Manuscrito CN / c. 94

Pará

O Príncipe Regente Nosso Senhor manda a V. Mce um ramo da árvore de cravo do Pará, que o governador e capitão general daquela capitania enviou com ofício de 2 de fevereiro, cuja cópia lhe transmito para que haja de fazer classificar a referida planta convenientemente; lembrando por esta ocasião a V. Mce a importância de aumentar o nosso Horto Botânico, pondo-o em estado de poder servir de instrução e de ser útil.

Palácio de Queluz, 11 de maio de 1802.
Domingos Vandelli
dom Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 608, fl. 184

Bahia

Subiu a Real Presença do Príncipe Regente Nosso Senhor o ofício de V. Mce que trazia a data de 16 de setembro do presente ano e acompanhava a semente da preciosa erva intitulada pelos naturalistas Panicum Altissimum e S.A.R., a quem foi muito agradável esta remessa, manda louvar o zelo e desvelo com que V. Mces procuram contribuir para o adiantamento da agricultura nessa capitania.

23 de novembro de 1803.
Aos deputados da Mesa da Inspeção da capitania da Bahia
visconde de Anadia

ARCL - Série Azul - t. 3 353

Mato Grosso

Pelo Dr. Joaquim de Amorim Castro, juiz de fora desta vila da Cachoeira em 14 de abril de 1787 tive eu a honra de receber a estimável carta que V. Exas me remeteram, com a data de 10 de novembro de 1785, resposta da que com o primeiro tomo dá História dos Reinos Vegetal, Animal e Mineral pertencente à Medicina enviei, e como V. Exas me rogavam a continuação de coisas novas, a fim de satisfazer os seus preceitos, foi estímulo bastante para eu prosseguir o principiado projeto. Sem perda de tempo eu coloquei em execução o segundo tomo, com espécies de animais quadrúpedes, aves, anfíbios, peixes, e insetos e mariscos, todos descritos nas suas figuras e cores, e muitos na sua grandeza estampados, anatomizados todos, e com virtudes medicinais, muitos tudo de baixo da ordem e termos de Lineu. (...) Além disso descritas as plantações e manufaturas dos tabacos, das farinhas, dos açúcares.

Vila da Cachoeira, 8 de dezembro de 1793.
abade Correia da Serra
Francisco Antônio Passos

ARCL - Série Azul - t. 2 374

Rio de Janeiro

Uma das coisas, entre as muitas maravilhosas e raras que mais fixou a minha atenção e cuidado no espaço de tempo de quase doze anos que estive no Brasil, e a maior parte no Rio de Janeiro, aonde passei acompanhando ao Exmo sr. marques do Lavradio vice-rei daquele Estado, na qualidade de seu médico assistente, foi o descobrimento da cochonilha, como um objeto de suma importância e utilidade. Conseguido este e, por certo, para mim um tão precioso e excelente produto da natureza, me cresceu logo e

primeiro que tudo o desejo de averiguar o modo da sua geração para depois passar ao da sua propagação, cultura e colheita, pois que tinha sido por muito tempo controversa e reduzida esta matéria, e não totalmente concluída e averiguada entre os mais célebres naturalistas, como ainda hoje se acha, depois de se ter conhecido ser um inseto. Feitas todas as diligências que me foram possíveis, escrevi a fiel e exata história do seu descobrimento, e depois de reiteradas observações e experiências, a sua geração, propagação, cultura e colheita e igualmente das plantas em que se acha e produz, com as suas figuras propriamente e ao vivo (...) Passarei depois a apresentar nesta Academia muitas das outras memórias e dissertações acerca de vários produtos daquele vastíssimo país, dos quais remetemos para esta Corte, e fiz patente nós os poderíamos vender e transportar aos estrangeiros. (...) Assim espero seja esta a época feliz em que para nós e para os outros as riquezas, (...) que a nossa América produz, além do ouro, e pedras preciosas (...) que esta sábia Academia seja o instrumento, que promova, que fertilize e que faça aumentar a nossa felicidade.

[s.l.]
[s.d.]

ARCL - Série Azul - 17

Maranhão

Eu desejo, se posso, contribuir com as minhas limitadas forças para o incremento deste Museu de História Natural visto que todas as partes dela cultivadas são úteis ao progresso dos conhecimentos da humanidade social no descobrimento de algum ente a que a natureza dirige a sua obra pela vegetação das suas produções. (...) Que em todos os três reinos observa a natureza a mesma regra e a mesma ordem progressiva, que em todos eles a primeira matéria é um caos seminal (...). Quase sempre ela segue as suas regras, não porém aquelas que os homens lhe querem pôr, porque estes costumam se enganar e perturbarem-lhe por conseqüência as suas produções, quando lhes parece que as melhoram, por este princípio se mostra que a natureza pela confusão dos seus entes nos oferece a incerteza de muitos seres que existem, mas que a história natural não pode de todos ainda fazer menção. É a natureza um artífice realmente sábio porque assim como produz, reproduz, assim como separa, une e assim como farefaz, concreta e cristaliza, de sorte que alterando todos os entes lhes dá todas as modificações, e pela lei da agregação a configuração assim as partículas homogêneas como as heterogêneas. Se a natureza pode

extraviar-se da sua carreira desfigurando os mesmos entes por algum acidente, pelo qual não possam reparar a tortura das árvores que em comum são direitas e perpendiculares como se observa na carnaúba, catole, coqueiro, buriti na América portuguesa, no pinho de Flandres e no nosso castanheiro, como se observa nos animais no acréscimo de algumas partes dos seus membros, igualmente nos minerais quando estes se emigram, ou desaparecem no ato da sua criação pela força dos ácidos, que o resolve em outra nova produção, ou por outro motivo que se pode dar mais justo? Com justo motivo parece se deve a ela mesma chamar um imenso labirinto de produções e sobre ele é que se tem formado a história natural, o estudo dos filósofos, dos físicos e dos químicos, que a indagam, pesquisam, combinam e analisam os seus princípios, e como espreitadores da natureza, eles formam as suas idéias metódicas, e se desejam fazer instrumentos da mesma natureza – por este princípio parece que não é muito que o homem erre nos fins a que se propõe.

Joaquim José Pereira

MAZUL - Manuscrito CN / F-13

Cabo Verde

Snr. João da Silva Feijó

O Ilmo e Exmo senhor Martinho de Mello e Castro pede daqui um riscador que sirva para riscar os produtos naturais de todas essas ilhas, que novamente quer que sejam examinadas uma por uma por se não achar satisfeito dos exames que Vmce. até aqui tem feito.

S. Exa. manda ordem ao governador, que ponha tudo pronto para dar princípio novamente ao exame dos produtos da Ilha do Fogo, que é a mais interessante pela produção do enxofre.

S. Exa. ordena, que Vmce. faça um cálculo da despesa que fará o recolher o dito enxofre e dos transportes do seu nascimento até o porto capaz de poder embarcar (coisa que Vmce. tinha obrigação de já o ter feito e não esperar que o administrador da Companhia mandasse uma amostra oferecendo a S. Exa. navios dele; e Vmce. achar-se aí dormindo), V. Exa. não é só satisfeita do cálculo da despesa de o recolher e transportar; mas quer uma planta da dita ilha com o seu prospecto, notando e descrevendo todos os lugares onde se acha tal produto, assim como: todas as amostras do dito enxofre, advertindo que Vmce.

há de descrever novamente, e remeter todas as pedras e larvas, desde a base da ilha até sumidade do tamanho da medida que agora remeto, para que não nasça a desordem que Vmce. tem feito na última remessa remetendo pedaços de penedos inúteis sendo quase todos da mesma qualidade. Vmce. crês [que engana?] S. Exa.. com uma monstruosidade de volumes que parece tenha mandado mar e mundo e no fim fica Vmce. enganado havendo de dar contas de todas as despesas supérfluas que tem feito. (...)

Eu remeto a Vmce. o papel incluso com o desenho do modo com que Vmce. há de remeter os peixes em aguardente, marcado o dito desenho com as Letras A.B.C.D. e E.- Letra A é inteiro; B marca a abertura natural da parte inferior; C marca o fio de arame, para introduzir a letra B para extrair todo o interior sem ofender as peles dos peixes, depois de *extraído todo o interior, é preciso lavá-lo muito bem com água, para extrair todo o* sangue, depois de tudo isso é necessário enfaixá-los em tiras de pano de linho, ou algodão, como mostra a figura D; a figura E mostra os pontos com que se devem segurar as ditas faixas sem ofender a pele, assim preparados os meterá Vmce. em barris, ou pipas com aguardente, e deste modo o movimento do mar não quebrará as barbatanas, isto se entende dos peixes que podem caber nos barris, ou pipas. Os peixes grandes só precisam de lhe tirar as peles, se não seria preciso um tonel de aguardente para os meter, as ditas peles virão embrulhadas em panos, em modo que não se lhe arruinem as suas barbatanas, e depois metidas também em aguardente nos ditos barris, ou pipas, o que recomendo a Vmce. é: que não faça tirar os olhos a nenhum peixe, nem aos grandes, nem aos pequenos, advirto-lhe que os grandes dos quais há só as peles, que a cabeça venha inteira com todos os seus ossos e olhos, e as peles que venham bem conservadas, sem rotura alguma mais do que aquela por onde se lhe extraiu a carne. S. Exa. quer que Vmce. esteja um ano em cada ilha porque assim terá tempo de examinar todos os produtos exatamente o outono, inverno, e a primavera será para se recolher as plantas e as sementes das ditas estações do ano, e lhe sirva de exemplo um botânico que está nas Ilhas dos Açores há mais de oito anos, que se acha nas ditas Ilhas a despesa d'El Rei de Inglaterra somente para recolher sementes, a fazer herbário de todas as plantas das ditas Ilhas, até agora Vmce. não remeteu no seu herbário se não de esqueleto de plantas mais que um até dois e a maior parte sem flores e nem fruto capaz de se examinar, além disso uns esqueletos muito mal feitos e incapaz de se poderem desenhar e neste modo Vmce. não achará desculpa da seca da estação, e poderá comodamente fazer uma flora de todas as plantas dessas Ilhas mandando riscar as fortificações das plantas que a Vmce. lhe parecer *novas, no tempo da seca Vmce. poderá empregar-se nas observações das serras, na* pesca, e em muitas outras coisas que há de fazer tendo Vmce. vontade de trabalhar. Lembre-se dos musgos e [ilegível] que os há de haver com abundância nessas Ilhas.

Vmce. diz que nessas Ilhas há quantidade de goma arábica, e que seria de utilidade a este Reino, que a planta de mimosa nilótica é tão abundante Vmce. fará recolher uma boa porção e faça o seu cálculo da despesa que fará em recolhê-la e transportar até ao porto onde comodamente se pode embarcar, e o dito cálculo o remeterá a S. Exa.

Remeto a Vmce. diversas caixas de folha de flandres para lhe servir de remeter os pássaros e outros produtos que sejam sujeitos a traça recomendo-lhe se acha como diz: qualquer pedaço grande particularmente do coraço do quinzo, ou de outro qualquer vulcão extinto de larva, ou fundição vulcânica remetê-lo-á que neste gênero será bem empregado todo o trabalho, e não nos penedos que Vmce. mandou nesta última remessa. Perdoe tanta impertinência e se em mim considerar algum préstimo nesta terra, ocupe-me que me há de achar sempre pronto como amigo de Vmce.
Deus Guarde a V. Exa.

João da Silva Feijó
Julio Mattiazzi / Vandelli

MAZUL - Manuscrito CN / S-23

Angola

Sr. Julio Mattiazzi

Meu amigo e senhor, por um navio que partiu de Benguela para o Rio de Janeiro, escrevi a Vmce. e a S. Exa. sobre a demora de remessa da história natural, ainda que não fiz com a clareza que só por boca se pode executar: mas o dito navio arribou a Angola, e a bem poucos dias que daqui partiu onde o achei, quando entrei para este porto de retirada de Benguela. (...) Não vai um escrupuloso catálogo de tudo que mando por julgar ser escusado, sabendo para onde e para quem vai. Lembro a Vmce. que sendo de suma ou de toda a dificuldade os transportes, vão muitas amostras tais que eu podia nas marchas, levar nas algibeiras, como pedras [ilegível]. Seguro a Vmce., que se se mandar um corpo de gente só ao fim de recolher as pedras, veria Vmce. as amostras das granites mais formosas do mundo: mas para isto seria necessário partirem de Benguela alguns soldados com oficiais de cantaria que cortassem as amostras onde eu indicasse.

Que nem um naturalista olhe para as descrições que envio de algumas plantas, e árvores, como de outros tantos gêneros novos e espécies novas decididos por tais, pois

essas coisas não se determinam só com Lineu, mas em geral descrevi as que me pareceram menos bem vistas por Lineu, segundo ele o recomenda, e as que presumo são na realidade novas. A respeito dos nomes que levam algumas, nem é o meu intento que os conservem, nem por hora servem de outra coisa mais, que de eu mesmo as conhecer, quando houver de as carregar; pois o dito catálogo não é por hora mais que uma memória ou borrão: e assim fui pondo algumas os nomes que me lembraram no meio dos matos, e que agora não mudei por não demorar a remessa.

Amigo e senhor em quanto ao mais toda a minha vida lamentarei a falta que me tem feito os desenhadores mortos, e o preparador que me não deram: mas Sua Majestade perdeu muito nesta falta. Se o Exmo. senhor Martinho de Mello e Castro mandar outro naturalista com esta companhia ele só poderia fazer muito grande parte do Real Museu, que com esta condição é que eu o disse a S. Exa : mas este deve estar de assento em Angola, e mandar para autoridade Real aos diversos capitães-mores que lhe remetam tudo que for o objeto da história natural. Senhor Julio Vmce. não sabe quanto foi nociva a esta expedição a sujeição ao general no concernente à história natural: escolha se embora com a maior exação um homem de procedimento irrepreensível, como eu o tenho sido, para naturalista de Angola, mas este deve vir munido da autoridade régia, com independência como disse. Senhor Julio eu tenho passado à vista de todos os indivíduos destes Reinos coisas incríveis todas concernentes ao atrasamento da história natural. Ora diga-me Vmce., como hei eu de evitar a vida infernal do sertão, se eu neste país em que o meu tratamento deve ser distinto, e em que todos os gêneros são tão caros nem me felicito negociar, nem por conseguinte possível repartir com ninguém os meus ordenados e emolumentos. Eu estive desta vez no sertão dois anos, julgando-me antes melhor assim, que obrigado a fazer tão ameadados transportes. Com tudo isto reparto com parente o que, digo, com vontade aparente o que tenho; porque diz o ditado "Mouro que não poder haver, dão pela tua alma." Porque do contrário, nem agüentarei lugar nesta cidade: e se Vmce. me perguntar por que razão não me declaro mais, ou o não tenho feito a mais tempo, responderei, que tenho mais medo da tirania do que da fome, e [ilegível] que talvez tenho de experimentar, acabada esta diligência. (...)

Agora me fico dispondo para a diligência do cavalo marinho e peixes-mulheres, segundo as ordens de S. Exa.
Deus Guarde a V. Exa.

Angola, 9 de julho de 1787.
Julio Mattiazzi
Joaquim José da Silva

AHU - Códice 605, fl. 147-148

Benguela

Pelo navio Campellos, que fez escala pelo porto dessa capitania se receberam os três pássaros e macacos, que Vmce. remeteu, e como na mesma capitania há quantidade de outros de várias qualidades. Ordena Sua Majestade que Vmce. remeta para os viveiros das Suas Reais Quintas os que se puderem descobrir, grandes e pequenos, prevenindo os capitães das embarcações, que as conduzirem, que os tragam com o maior resguardo, para que possam chegar vivos, e aprontando-lhes para o dito fim todo o mantimento necessário, para que não possam desculpar-se como costumam, de que a sua falta é ocasionada por esse motivo. E recomendo aos governadores das capitanias do Brasil, aos quais devem vir remetidos igual cuidado na remessa, que devêm fazer deles a esta Corte. Pode Vmce. para as mesmas remessas aproveitar igualmente as ocasiões dos navios, que vieram aqui em direitura, como naus de viagem e outros. Devo dizer a Vmce. não ser preciso, que as remessas que fizer dos ditos pássaros vão à Luanda, mas sim em direitura, como acima fica referido, porque igual recomendação se faz ao governador e capitão general para os que se puderem descobrir naquele Reino. O que a mesma Senhora manda muito recomendar a Vmce.
Deus Guarde a V. Exa.

Lisboa, 29 de julho de 1785.
Pedro José Correia de Magalhães (governador de Benguela)
Martinho de Mello e Castro

BNL - Manuscrito B-14-6

Cabo Verde

Discurso Filosófico e Político sobre as Ilhas de Cabo Verde e seu comércio

(...) Além da grande abundância de milho, sendo os anos favoráveis nas chuvas, feijão, frutas diferentes, entre elas a belíssima laranja, o excelente limão de todas as qualidades, a hortaliça, a mandioca, a cana, de que os habitantes de Santo Lago fazem grande porção da excelente aguardente, e algum açúcar, que sendo tão pouco, e sem dúvida o mais saboroso do mundo, além da bem conhecida Urzela, que nasce por toda

a parte das montanhas, do algodão que produz duas vezes no ano, e de que se fabricam os panos do país tão interessantes ao comércio na Costa da Guiné, além das vinhas, finalmente ainda que de má qualidade, e que se pode dizer dão fruto todo o ano, há outros infinitos vegetais de consequência, e entre eles é a planta do anil, que nasce e se produz naturalmente por toda a parte, e a do Lenne/Cassia Tora, que também espontaneamente cresce em abundância principalmente nas ilhas do Maio, Boavista, Sal, São Nicolau, Santa Luzia e São Vicente, a qual pela sua particular força catártica merece a preferência ao do Levante, a árvore do espinho chamado preto/Mimosa, que além de ser a sua madeira de merecimento, dá as bases, a que no país denominam Nemeneme, *para os costumes*, e a *sua* goma arábica, as purgueiras/Latropa Curcas, de cujos pinhões se faz o azeite, de que usam no país para as luzes, os dragoeiros, que produzem o sangue de drago, resina bem conhecida nas artes e medicina, e há finalmente outros de iguais merecimentos, como os tamarindos, a Canafistula, Eis aqui os principais vegetais destas ilhas, passo aos animais ou zoologia.

Cabo Verde, 1791.
João da Silva Feijó

3 - OS NATURALISTAS E AS "PRODUÇÕES NATURAIS"

MAZUL - Manuscrito CN / S-55

Mato Grosso

Sr. Domingos Vandelli,

Por várias vezes tenho procurado o gosto das suas boas notícias, tanto por via do Pará, como do Rio de Janeiro; remetendo-lhes por ambas as direções alguns pequenos efeitos de história natural, da produção destes países; porém como não tenho obtido em até o presente notícias alguma de Vmce., fico ainda na incerteza se lhe terão sido entregues.

Pela presente ocasião, remeto ao meu correspondente Paulo Jorge uma boceta com a semente da jalapa, que lha recomendou o Sr. Lineu; como também a casca de uma planta da produção desta capitania, em alguma coisa semelhante a quina; a qual produz aqui os mesmos efeitos, tirando as seções com felicidade para que Vmce. possa fazer as experiências que julgar mais proporcionadas.

E igualmente remeto a semente de uma espécie de tulipa, que aqui descobri; a qual é planta de cebola, que dá uma flor bastante engraçada; e ultimamente, a semente de outra árvore de jardim muito agradável, não só pelos ramalhetes que produz, mas até pelos mesmos grãos: mas ainda não fiz experiência se terá alguma propriedade que seja útil.

Tenho pedido da província de Tucuman, a planta, e a semente do Bálsamo do Perú, que se me tem prometido; e em chegando a remeterei a Vmce., assim como também as diferentes espécies de epicacoanha do Brasil, que não há nesta capitania: e espero que Vmce. se não esqueça de me mandar dizer, se tem outro nome em português, a celebrada Spigelia do senhor Lineu, o qual dizendo que é muito comum em todo o Brasil, se não pôde até agora descobrir por esse nome; e o mais seguro seria que Vmce. mandasse o debuxo dela, para se poder reconhecer com mais facilidade.

Para tudo o que for do serviço, e agrado de Vmce. fico muito pronto com aquela reconhecida vontade com que sou e serei em todo o tempo.
Deus Guarde a V. Exa.

Mato Grosso, 1 de novembro de 1770.
Domingos Vandelli
Luiz Pinto de Souza

MAZUL - Manuscrito CN / C - 111

Mato Grosso

Por via de meu correspondente nessa Corte, Paulo Jorge, recebi a favorecida de Vmce. dos 30 de abril do ano passado, em que me pede alguma quantidade de todas aquelas produções deste país, que podem constituir nos três diversos reinos químicos, uma grande parte da história natural dele, para sobre cada classe de espécies, e de drogas, fazer as convenientes observações, e experiências de que é tão capaz o seu talento. E depois de segurar a Vmce. o grande desejo de comprazê-lo, e faço também certa a vontade com que fico de contribuir às suas curiosas e utilíssimas idéias, para o que aproveitarei quaisquer intervalos livres que me permita o desempenho das obrigações do meu encargo. A fim de fazer relativamente ao objeto proposto os possíveis exames e averiguações, solicitando adquirir as mostras daquilo que possa parecer uma variedade na Europa, para lisonjear o gosto de Vmce. pela útil aplicação da história natural, a que também professo alguma curiosidade e algum amor. Agradeço a Vmce. o compêndio das novas descobertas, com que tem ultimamente enriquecido os proveitosos conhecimentos da botânica. E as belas estampas, que o acompanham. E não descuidarei de enviar-lhe tudo que possa descobrir a minha diligência para poder servir de emprego aos seus profundos estudos da natureza (...)
Deus Guarde a V. Exa.

Mato Grosso, 25 de maio de 1773.
Domingos Vandelli
Luiz de Albuquerque de Melo

MAZUL - Remessa 386

Moçambique

Ilmo. e Exmo. Sr.

Recebi a carta de V. Exa de 1 de abril de 1783, em que me participa que para Secretaria do Governo de Moçambique vinha despachado Manoel Galvão da Silva naturalista conduzindo debaixo da sua inspeção a Antonio Gomes riscador, e a José da Costa jardineiro botânico, os quais vinham vencendo ao serviço de Sua Majestade. A saber o primeiro o ordenado que compete ao referido emprego de secretário, e o segundo, e terceiro ordenado de trezentos mil réis cada um por ano com a obrigação de se empregarem debaixo das ordens do governador e capitão general daquela capitania, em examinar e descrever tudo o que houver nela relativo à história natural, em recolher, preparar e remeter a essa Corte tudo que houver de dirigir-se a ela, na conformidade dos exemplares das Instruções que a Academia das Ciências de Lisboa publicou a este respeito, e das instruções particulares que trazia o dito naturalista, debaixo de cuja instrução deviam trabalhar os outros dois que trazia na sua companhia, fazendo o mesmo governador que estes lhe obedeçam em tudo o que fizer a bem do Real Serviço que aos mesmos se ordenava sigam em tudo as ordens do dito governador, e capitão general, que os mandará auxiliar nas jornadas, ou viagens que se fizer preciso para o mesmo fim que vinham destinados. Que pareceu porém a Sua Majestade que os referidos antes de se estabelecerem em Moçambique viessem em direitura a este Estado para nele fazerem todas as observações, e recolherem todas as produções que puderem descobrir; e nesta inteligência que eu lhes determinasse e regulasse os sítios e lugares onde hão de ir, fazendo os comunicar com o coronel Assa, e Charmont para aproveitarem tudo o que se puder descobrir respectivo à história natural, de que me devia dar conta para eu remeter a esta Corte com as observações que eles tiverem feito; e as despesas que se fizerem com as comedorias, transportes, e tudo o mais necessário para estas expedições, e fazerem viagem para Moçambique; que ordenaria sejam pagas pela Junta da Fazenda deste Estado passando-se-lhe as clarezas necessárias para levarem em conta no Erário Régio. Que logo que chegarem o dito naturalista e os dois que o acompanham, deviam sem a menor perda de tempo correr a costa e margem da Ilha de Goa, e mais ilhas das províncias adjacentes, fazendo as suas jornadas por água e podendo saltar em terra naqueles sítios onde puderem achar ou descobrir tudo que respeita à história natural; que depois os fizesse passar ao exame dos Gates, província de Pondá, Bicholim, e Sanquelim, para recolherem tudo o que pertencer a mesma história, e fazendo remeter para Goa o que forem achando o que eu mandaria encaixotar com todo o cuidado para se remeter para

esse Reino não só por este navio de viagem, mas sucessivamente nos outros que aqui aportarem empregando o dito naturalista e seus companheiros neste trabalho os meses que aqui se demorarem desde a sua chegada até a partida do navio de viagem para Moçambique, no qual navio deviam infalivelmente fazer viagem sem maior demora.

Logo que aqui chegou o navio que foi a 4 de dezembro de 1783 mandei apresentar ao naturalista, riscador, e jardineiro botânico, e lhe fiz intimar as ordens se Sua Majestade que comunicassem com os coronéis Assa, e Charmont para os sítios e lugares em que deviam fazer as observações. Determinei ao capitão ajudante de agricultura Simão Rodrigues Moreira, pessoa hábil e inteligente com muito conhecimento do país e suas produções, para que lhes assistisse e os acompanhasse nestas Ilhas de Goa, e adjacentes e nas províncias de Ponda, Bicholim, e Sanquelim até os Gates. Eles gastaram o mais do breve tempo que aqui residiram em fazerem os descobrimentos e observações relativas à história natural. Do conhecimento junto número um, constam os caixotes e latas em que vão as produções que descobriram, e do documento número dois as observações que fez o dito naturalista. Mandei concorrer-lhe pela Fazenda Real com todas as despesas de comedorias, transportes, e todo o mais necessário para estas expedições, e para a viagem que fizeram para Moçambique no navio destinado de viagem àquele porto que partiu em 31 de janeiro deste ano. Aos ditos riscador e jardineiro botânico mandei lhes concorrer com o subsídio que requereram para os seus vestidos, e alguns preparos por conta dos seus ordenados.
Deus Guarde a V. Exa.

Moçambique, 1 de abril de 1783.
Frederico Guilherme de Souza
Martinho de Mello e Castro

MAZUL - Manuscrito CN / C - 6

Cabo Verde

Sr. Mattiazzi

Pela corveta São Francisco de Paula, capitão Francisco de Faria Salgado, escrevi a Vmce. avisando-o de dois caixotes que remetia para o Exmo. senhor Martinho de Mello e Castro, com várias plantas das melhores árvores que há nesta ilha, agora por este Bergantim de que é capitão Joaquim Adria, remeto a S. Exa. uma caixa com os

produtos que constam da relação que mando ao mesmo senhor. Estimarei tenham boa a captação, e que conheça o desejo que tenho de satisfazer ao que devo, as sementes são todas novas que se podem semear e assim parece mais seguro por que as plantas em caixotes, não havendo grande cuidado, será difícil chegarem com vigor.

O naturalista João da Silva se acha nesta ilha por ordem do governador por ofício de continuar a sua expedição eu me inteirado nela pela recomendação que tenho de S. Exa. e por isso me animo de dizer-lhe que pelo que sei pouco fruto se tirará dela e muita despesa que já anda em perto de cinco mil cruzados, e o que se tem remetido melhor saberá Vmce. o seu merecimento, e combinando Vmce. uma coisa, e outra, com estes princípios poderá julgar o fim.

Apeteço a Vmce. com saúde e felicidades e a tudo que lhe diz respeito servindo-lhe da mesma inutilidade no que for servido.
Deus Guarde a V. Exa.

Cabo Verde, 17 de julho de 1783.
Júlio Mattiazzi
José Maria Cardozo

ARCL - Série Azul t. 3353

Goa

Tenho a honra de encaminhar na presente ocasião para o Museu da Academia Real das Ciências, debaixo da proteção de V. S.ª, um pequeno caixotinho com três peles de morcegos deste continente, e mais alguns insetos dissecados, que escaparam da destruição que o próximo rigoroso inverno dilacerou, o que tinha ajuntado para mais avultada remessa. Não só fico com este dissabor, mas ainda de não poder aperfeiçoar varias descrições, que espero completar para o ano. Apenas tenho o gosto de apresentar a descrição que fiz do morcego raiado, raro, e extraordinário nas suas cores, que não se encontram mais que por casualidade neste país.
Deus Guarde a V. Exa.

Goa, 4 de abril de 1790.
abade Corrêa da Serra
Francisco Luís de Menezes

MAZUL - Manusc. CN / S - 50

Ilha Marajó

Sr. Domingos Vandelli,

Não quero deixar de corresponder com a mesma lembrança, a todas as atenções que lhe devi durante a minha [estada?] nessa Corte; e de manifestar-lhe, não só o apreço que faço da sua pessoa, mas também o muito que farei sempre da sua correspondência.

Por via de S. Exa. o senhor marquês de Angeija, mando a Vmce. um caixotinho, com algumas produções deste país, e suas vizinhanças; porém, como o tempo que aqui me demorei, foi todo ocupado em disposições para a mesma viagem, que amanhã continuo; por isso, me não pude aplicar [ilegível] a conhecimento algum; e menos a fazer preparações, que pedem desvelo e tempo: tenho me unicamente contentado de fazer o desenho de algumas plantas e animais; e ajuntar outras no meu herbário; das quais, mandarei na primeira ocasião a amostra e descrição.

Remeto a Vmce. uma raiz da planta jalapa, com uma parte da vara da sua produção, que me veio remetida da Ilha de Marajó, ou Joanes, situada na boca do rio Amazonas; porém, veio tão mal conservada que já não trazia folha alguma: dizem que no Maranhão há outras espécies; e que esta é mais inferior; porém, como ainda não vi a do Maranhão as não posso comparar; e farei maiores diligências para descobrir e descrever: esta do Marajó me parece ser aconvolvubo folhisvaris: desta se faz uso nas oficinas extraindo-lhe da raiz ou batata, a sua resina por meio do espírito de vinho: os naturais do país a chamam – ijnhames.

E quanto a jpecacuenha, me asseguram haver nestas vizinhanças três espécies; branca, parda, e negras, que é a mais forte para o uso do vomitório; tem-me permitido de a trazerem, e estimarei que venha a tempo para remeter as amostrar.

Da planta espigelia da que falava Lineu, não pude ter aqui nota: o melhor será que Vmce. me mande na primeira ocasião uma descrição circunstanciada e o melhor será também uma estampa, para se poder descobrir mais facilmente: como também da planta litoral de que não tenho nota.

E quanto ao bálsamo peruano, lisonjeio-me que na mesma viagem poderei descobrir a sua árvore, pois me asseguraram que é conhecida; e a há nos nossos domínios.

Também desejo que na primeira ocasião me mande uma descrição da planta Sisthorpea.

Ofereço-me muito respeitosamente na lembrança de S. Exa. o senhor conde de Escarnafige, quando tiver ocasião: e diga-me ao doutor Gavazi que me não descuidarei da sua recomendação. Fico esperando em Mato Grosso as suas ordens que me pode dirigir por via do meu correspondente Paulo Jorge morador na [ilegível] protestando-me sempre.

Domingos Vandelli
Luiz Pinto de Souza

AHU - Códice 573, fl. 229-230

Rio de Janeiro

Sua Majestade manda remeter a Lisboa o desenho junto da árvore da quina do Perú (Cinchona Officinalis / segundo Lineu) para que V. Exa. a entregue a algum naturalista hábil, incumbindo-lhe a diligência de descobrir a tal árvore, sendo de esperar, que diligências eficazes a este respeito não sejam frustradas, pois que o célebre Dombey disse ao padre Velozo, que em todas as serras entre trópicos havia quina, e que lhe provava pelo fato de a haver descoberto em lugares fora do distrito onde os espanhóis a encontram. Igualmente ordena a Mesma Senhora, que V. Exa. envie cópias do referido desenho aos governadores da Bahia e de Pernambuco, recomendando-lhes o mesmo que fica dito a V. Exa. Nesta conformidade se escreveu aos governadores e capitães gerais das capitanias de Goiás, Mato Grosso e Pará.

Palácio de Queluz, 29 de março de 1797.
conde de Resende
dom Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 606, fl. 133-134

Bahia

Sua Majestade manda remeter a V. Sa. vários exemplares da estampa da árvore da quina do Perú (Cinchona Officinalis de Lineu) e igualmente outros exemplares da descrição da mesma planta, para que V. Sa. os reparta por algumas pessoas inteligentes e ativas em diferentes partes dessa capitania, recomendando-lhes que procurem descobrir esta árvore o que será de grande utilidade, e de muita glória para o primeiro que fizer este descobrimento. Igualmente manda Sua Majestade recomendar a V. Sa. todas as diligências para se achar o salitre, de que tratei na minha carta de 31 do [ilegível] passado, remetendo então a V. Sa. vários exemplares de um impresso intitulado, "Memória sobre a prática de se fazer o salitre". Este gênero, pelo preço a que tem subido, e pela necessidade que há dele para a nossa fábrica de pólvora, seria um artigo da primeira ordem, se o pudéssemos ter das nossas colônias. Nesta conformidade se escreveu aos governadores das capitanias seguintes, Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo.
Deus Guarde a V. Mce.

Palácio de Queluz, 23 de abril de 1797.
dom Fernando José de Portugal
dom Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 606

Espírito Santo

Havendo remetido com um ofício com data desta a Vm.ce alguns exemplares de várias obras, tendentes ao aumento da cultura no Brasil, e ao descobrimento de alguns gêneros: ordena Sua Majestade que Vm.ce entregue a algum naturalista hábil a obra e desenho da árvore da quina, encarregando-o da diligência de a descobrir, e de tudo o que sobre este objeto ocorrer dará Vm.ce parte por esta Secretaria de Estado.
Deus Guarde a V. Mce.

Palácio de Queluz, 25 de julho de 1798.
Antônio Pires da Silva Pontes
dom Rodrigo de Souza Coutinho

Pará

Senhor sargento-mór João Bernardes Borralho

Por ordem do Ex.mo senhor general dirigida por Vmce. me foi determinado ver a descrição da descoberta de quina feita na Vila de São José de Macapá e assim mesmo indagar se era ou não verdadeira casca de quina. Esta grande descoberta devemos ao zelo incansável do nosso Ex.mo senhor general que cheio das maiores fadigas e cansaços em promover a defesa deste Estado em tempo tão crítico, ele se não esquece ao mesmo tempo de zelar a Real Fazenda de construir continuadas embarcações, de descobrir canais aonde com mais comodidade vão carregar os navios reais madeiras para construir outros vasos em Lisboa, e finalmente de conseguir do Real Trono a inteira liberdade dos índios deste Estado que apesar de se nomearem livres se podiam considerar escravos pelo método a que eram promovidos pelos diretores das respectivas povoações. Eu quisera agora ter o dote da maior eloquência para exaltar a um herói que parece a providência só se esgotou em lhe dar talentos para reger povos, aumentar Estados, e beneficiar habitantes; nesta consideração é que me atrevo a falar desta ordem de política; desta medicina universal tão atendida dos legisladores fundada nas leis da natureza, e nos incontestáveis conhecimentos que temos da boa física; eis aqui o que me sugeriu para servir de base as leis que devem decretar aqueles a quem está encarregada a conservação e aumento dos povos: até agora parece que esta medicina política não entrou como devia na consideração dos seus antecessores: por esta razão os erros das mais artes, e ciências rara vezes arruinam mais do que a fazenda; mais quem erra a medicina política mata: e vem a ser por último esta ciência mal administrada, a mais perniciosa de um Estado.

O exame que tenho feito é de uma verdadeira quina, porém vista a casca a um primeiro golpe de vista pelo muito recente que está, e mesmo por ser tirada da sua árvore antes de perfeita [ilegível] abunda em muitos ácidos, recentes a qual sendo administrada no Estado presente sem se lhe fazer o benefício da sua dessecação pode ser nociva para o uso da saúde; porém levada a um grau de dessecação ela se deixa bem ver ser a chinchona oficionalis de que fala Lineu, e outros naturalistas, e botânicos: a sua forma de casca é em pedaços de diversos comprimentos, enrolhados, ou chatos; alguns canudos algum tanto delgados, e outros mais grossos, quebradiça, por fora engelhada, áspera, cheia de algumas rachas a outra vez, coberta de musgo esbranquiçado, de cor parda, para amarela, por dentro cor de canela; ou de ferrugem, e

avermelhada, quebrando-se aparecem as extremidades lisas; outras bem fibrosas, e ásperas. A sua propriedade é de cheiro de mofo; o sabor é amargoso em extremo, brandamente estílico, e por fim alguma coisa aromático. As qualidades que se deixam ver na casca de quina amarela são as mesmas que encontram nesta; aquela em ácido parte gomosas, e resinosas, e esta em as mesmas qualidades; porque levando-a a corpo de extrato na sua efervescência, exalava um perfeito cheiro aromático (qualidades de uma perfeita quina) depois de tirar o extrato do vaso em que foi feito lhe deitei um pouco de água para desmanchar algumas partículas de extrato que ficaram pegadas às paredes do vaso, e passadas três horas, com pouca diferença fui ver o dito vaso, e achei abundância de partes gomosas pelas paredes do mesmo vaso, isto é prova de ser quina, e quando esta não seja decisiva bastará dizer que três onças mal pesadas desta casca recente me deu três oitavas de extrato quando da quina que está em uso do comércio é preciso uma libra de casca, e há de ser da boa, para dar meia onça de extrato que são quatro oitavas; é verdade que me poderão dizer que a casca da quina recente abunda em mais extrato do que a casca seca de muito tempo, porém direi que a proporção de três de casca recente para doze onças que tanto tem uma libra de botica faz uma decisão que bem deixa ver ser realmente quina, e boa, porém se estas provas não forem concludentes para realizarem a sua qualidade temos os fatos da experiência aonde não pode haver dúvida nem controvérsia para os homens de senso e não de espíritos esquentados que negam a verdade (ainda que seja palpavelmente conhecida) fundando somente as suas razões nas Leis Peripatéticas, e azedume dos seus carates; não tanto pelo zelo da humanidade, e espírito de com patriotismo, mas sim por satisfação a etiqueta médica, e por mostrarem o espírito inquieto de que foram sempre animados os verdadeiros discípulos dos estragados empíricos, os averrões, e os avicenas.

Pará, 8 de abril de 1799.
Sargento-mór João Bernardes Borralho
José Manoel Antunes da Frota – Cirurgião-mór do Regimento de Macapá

Bahia

Tendo levado à Real Presença do Príncipe Regente Nosso Senhor as cartas que V.S.ª me dirigiu ultimamente pelo Comboio que aqui entrou felizmente no dia 22 do corrente; e principiando a comunicar a V.S.ª as Reais ordens, que tenho recebido a respeito dos diferentes objetos de que elas tratam, se me oferece dizer-lhe que foram muito agradáveis a Sua Alteza Real todas as informações que V.S.ª dá no ofício número 343, seja sobre a árvore, em cuja casca se supõem virtudes análogas à quina, seja sobre a árvore, cuja casca, madeira, e folhas, oferecem um grande remédio para a hidropisia, seja sobre a carne em pó, e a geleia, para suprirem as tabletas de caldo; e o mesmo Augusto Senhor fica esperando pelas remessas das árvores, que têm a virtude da quina, e o remédio contra a hidropisia, para se mandarem fazer as convenientes experiências nos hospitais, e se avaliar a utilidade de que podem ser à humanidade. Pelo que respeita ao salitre, de que trata o mesmo ofício, é tal a abundância, que se espera das capitanias da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e ainda de outras, que pode Sua Alteza Real consolar-se de que aí o não haja, o que se conforma com os princípios da química; pois que a grande vizinhança do mar não é muito favorável ao trabalho das nitreiras. (...)

Pelo ofício número 348, e mapa que o acompanha, fica Sua Alteza Real ciente do Estado do Jardim Botânico nessa cidade; e o mesmo Augusto Senhor manda louvar muito a V.S.ª pelos esforços, com que tem aumentado o mesmo Jardim, de que para o futuro se hão de seguir os melhores efeitos, os quais ainda que ao princípio sejam vagarosos, com o tempo e com o efeito lento, mas sucessivo da razão, hão de fazer-se úteis, e palpáveis; e para este fim ordena Sua Alteza Real que V.S.ª deixe disposto o modo porque se hão de ir sempre aumentando particularmente as espécies preciosas, quais árvores a pão, caneleiras, pimenteiras, cravo da Índia, árvores de café, árvores de construção; e como desse viveiro se hão de ir distribuindo para as outras capitanias, V.S.ª deve oferecê-las aos seus respectivos governadores, logo que as tenha em maior abundância. Igualmente ordena Sua Alteza Real que V.S.ª dê alguns prêmios aos que promoverem mais uma cultura útil, ou nova, e que proponha com as suas luzes e atividade o que julgar mais conveniente para excitar esses espíritos indolentes ainda mais pelo clima, que habitam, do que por qualquer outro motivo; e o mesmo senhor espera que V.S.ª até neste artigo deixará lançadas as raízes de um grande bem para o futuro. (...)

Palácio de Queluz, 31 de julho de 1799.
dom Francisco de Souza Coutinho
dom Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 608, fl. 285

Bahia

O Príncipe Regente é servido que V. Sa. faça aprontar e remeter dessa capitania na primeira ocasião oportuna trinta arrobas de quina de camamu da melhor qualidade, que são necessárias para o uso dos Hospitais Militares, e que deverão vir bem acondicionadas, para que se não arruinem. E na carta que V. Sa. me escrever, quando fizer essa remessa declarará que a dita quina foi pedida pelo ministro secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em aviso de 24 do mês passado, a fim de que lembre logo a repartição a que deve ser enviada. Previno a V. Sa. que pelo Erário Régio se expede agora a competente ordem a Junta da Fazenda dessa capitania para a satisfação da despesa que se fizer em se aprontar a sobredita encomenda. Nessa conformidade, exceto nas quantidades e qualidades dos gêneros que são diferentes, se escreveu aos governadores de Pernambuco, Maranhão, Goiás, Índia, Angola, Cabo Verde e Piauí.

1 de agosto de 1801.
Francisco da Cunha Menezes
visconde de Anadia

MAZUL - Manuscrito Cn / V - 50

Rio de Janeiro

O físico mór do Reino está encarregado de examinar e fazer as competentes experiências sobre diferentes amostras de quina vindas de Pernambuco, e atualmente existentes no Real Jardim Botânico; nestes termos Vmce. determinará que se franqueie ao dito físico mór a entrada naquele Jardim todas as vezes que lhe forem necessárias as sobreditas experiências.

9 de agosto de 1804.
Domingos Vandelli
visconde de Anadia

MAZUL - Manuscrito CN / V - 70

Rio de Janeiro

Remeto a Vmce. dois caixotes com cascas de duas espécies de árvore de quina descobertas no Rio de Janeiro, assim como a descrição botânica feita naquela capitania por Vicente Gomes da Silva: Ordena o Príncipe Regente Nosso Senhor que Vmce. fazendo-as repartir pelos médicos de maior nota nesta Corte com recomendação de observarem os seus efeitos na sua aplicação às moléstias para que é próprio semelhante remédio; me informe depois Vmce. sobre o resultado destas observações; para que eu possa vir no conhecimento do valor que merece esta descoberta.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1807.
Domingos Vandelli
visconde de Anadia

MAZUL - Manuscrito CN / B - 93

Mato Grosso

Sr. Domingos Vandelli

Recebi com a maior satisfação a última carta com que se dignou favorecer-me; e li com especial gosto a memória sobre a utilidade dos jardins botânicos, a respeito das artes, e agricultura: dando a Vmce. os parabéns, de ser senhor; que depois de muitos anos mostrou aos portugueses o que verdadeiramente convém aos seus interesses; e o que lhe é inseparável da glória das nações.

Os grandes progressos do Jardim Botânico, e do Gabinete Régio, anunciam a Portugal, uma fermentação considerável nos espíritos: e a proteção que Sua Majestade dá às artes mais proveitosas à sociedade, completaram a nossa fortuna: assim se as academias de agricultura, aumentassem e estendessem nas províncias este Régio influxo; e se aplicassem as pessoas, a examinar cuidadosamente: a diferente natureza dos terrenos, e a formarem tabuadas exatas deste ponto, para se formar um verdadeiro sistema de agricultura; e aconselhar os lavradores a dirigirem as suas operações com mais conhecimento: o que espero ver executado. O Delfim Lavrador, é um dos mais gloriosos monumentos do presente século, e o mais agradável: o [ilegível] não é menos augusto do que a espada.

Em recompensa da sua excelente obra lhe remeto esse conto e uma pequena fábula, em forma de poema; que fiz para me ensaiar, a ver se me achava com forças para descrever a minha obra botânica, que entregarei à correção apenas chegar a Lisboa; e é tudo quanto pode fazer um homem que se tem visto por muitas vezes quase cego nestes países; o que tem quebrado o fio das minhas curiosidades: porém, sempre hei de mostrar a Vmce. muitas plantas, aves, animais, peixes, e anfíbios exatamente desenhados, quando aí chegar; com a sua descrição, sistemática, na forma do método do Sr. Lineu.

Em toda a sua obra admiro tudo e somente notarei, que a naturalidade do [ilegível] que Vmce. refere com mesmos a Etheopea, se lhe deve dar maior atenção; pois na realidade é planta natural da nossa América; aonde cresce espontaneamente nos pantanais; e que os primeiros descobridores, assim espanhóis, como portugueses, encontraram no país, sem cultura.

O pimentão é na realidade da América; em parte alguma se produzem tão diferentes espécies; só aqui em Mato Grosso, tenho observado cinco ou seis: Este país tem quase as mesmas plantas das Antilhas; e muito poucas das que descreveu o [ilegível], deixam de aqui aparecer.

Nada me podia ser mais estimável, do que a honra de querer apelidar o novo gênero com o nome da minha casa: o meu coração nunca conheceu outro interesse mais do que o da glória; e a da literatura não é a menos estimável: assim, depois de Vmce. render as devidas graças lhe rogo, que se entre as mais produções que eu for mandando, se descobrirem novos gêneros, me condecore ainda, pondo-lhes os nomes seguintes - Pinthuinda = coxufelia = limilia = lalonimurgila = carinthia = Erponsa = .

Rogo a Vmce. que queira estabelecer correspondência para o Rio Negro na capitania do Pará, com o vigário geral José Monteiro de Noronha, homem do maior talento que eu tenho conhecido por estas partes e a quem previno: aquela capitania é a mais abundante de todas, com plantas, e produções [ilegível]; e poderá Vmce. obter o pucheri, o caragirã, o guaraná, o omeri e mil outras plantas raras, que até o presente se acham desconhecidas: e mande Vmce. pedir do Pará, a semente do beriba, que é outra espécie de alta; dos cubios, das sorvas de serpa, das ginjas do Pará que são muitas frutas, do abacate; das mangabas, goiabas brancas, figos da terra, e jambo; eu mandarei daqui as plantas, que tenho nascidas, e o jenipapo.

E quanto a mangaba, tenho descoberto na sua flor um fenômeno particular; e vem a ser; que tendo a maior parte delas, cinco estames e um pistilo; tem não obstante,

muitas flores na mesma árvore seis estames, e um pistilo; o que se reconhece em todas as flores compostas de seis lâminas; suposto que o regular é serem só de cinco. Com que, Vmce. me resolverá o problema.

Também se Vmce. quiser ter correspondência para a Beira; lhe remeto inclusa para o doutor José de Magalhães Bargido, professor de medicina em Lamego; homem douto, e muito aplicado à botânica, se bem que pelo sistema de Turneforceo: porém creio que já terá em seu poder [ilegível] Lineu pois eu lhe recomendei há muito tempo.

De São Paulo, da Bahia pode Vmce. fazer ir as frutas de jabuticaba, e do umbu que me [ilegível] muito, e são pouco conhecidas: a primeira é de São Paulo a outra da Bahia: eu aqui as semeei, mas não nasceram: E quando eu chegar a esse Reino, havemos de ir a Serra do Gerez, na província do Minho, que é a mais abundante de Portugal, em plantas raras, e árvores de jardins: os meus Vales de Balcemão, e Saborbeas de [ilegível] também são férteis em plantas, e relvas.

Eu tenho descontinuado há tempos as remessas, desgostoso com os maus sucessos que tenho tido; e na verdade as dificuldades do trânsito por cachoeiras, em que é preciso descarregar mais de vinte vezes, e transportar tudo as costas, já desculpam os maus sucessos.

Por fim pelos últimos avisos que acabo de saber, sei que de vários caixões de plantas que remetia a Vmce., e para o senhor Dewime, tudo chegou quebrado, e destruído; e uma coleção de serpentes, e outros anfíbios, que remetia duplicada, também para Vmce. e para o senhor Vandek; em duas frasqueiras bem acondicionadas; nem um só frasco deixou de ir quebrado e vazio, e consequentemente tudo perdido: não me sendo possível remete-las em barris, por aqui não haver tanoeiros: porém, sempre arrisco ainda uns caixotinhos de plantas, e algumas sementes que constarão da nota adjunta, que espero Vmce. repartirá com o dito senhor Dewime, na forma que lhe aviso.

Do Pará, pode Vmce. mandar ir também, a planta da Sumanrouba de Mr. de Joussiù, que ali se conhece com a denominação de Marùparùba; a qual é bem conhecida: e o físico alemão daquela cidade a conhece perfeitamente; ainda que sendo bom médico, é muito fraco botânico.

Enfim para a primeira ocasião, em que me achar melhor, remeterei a Vmce. um catálogo de todas as plantas mais famosas do Brasil; com os lugares das suas produções; e por ele se poderá Vmce. se prover do que lhe faltar, e parecer mais útil.

E não só aceito o favor da obra de Lineu, mas desejo que se Vmce. descobrir em Lisboa o Martigravei e Pizon, se digne de me fazer essa remessa; sem perda de tempo, porque desejava conferir algumas coisas com a dita obra.

Eu escrevo a S. Exa. o senhor marquês de Angeija; e a Vmce. rogo lhe queira suplicar a sua proteção, para que Sua Majestade se digne resgatar-me deste cruel clima, aonde; é impossível que eu possa resistir muito tempo, suposto o deplorável estado de saúde em que me acho; com maus olhos, piores ouvidos; sem cabeça, nem estômago; na figura de um esqueleto ambulante; e sem maior corpo do que um ventre intermecido.

P.S. Os caixões de plantas em que lhe falo, não puderam ir; porque a canoa de aviso, é tão pequena que não acomoda coisa alguma: em recompensa, vão outras curiosidades miúdas para o Gabinete Régio que constam da nota.
As sementes para Mr. Dewime vão a parte; a ele remetidas: e a minha fábula; poema irá em janeiro próximo.

Mato Grosso, em 1 de dezembro de 1771.
Domingos Vandelli
Luiz Pinto de Souza

José Vieira Couto - Memória sobre a capitania de Minas Gerais – 1799

1a parte: Território, clima, e produções metálicas

A capitania das Minas Gerais é uma vasta província de sertões do Brasil, cuja verdadeira posição com pouca diferença se estende desde 16 a 22 graus de latitude da banda do sul, e coisa de 40 até 50 léguas alongada da costa do mar: pela parte do sul prende com as capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo, ao oeste lhe fica Goiás, e a Bahia ao norte. Um extenso cordão de grossas matas habitadas somente de gente bárbara e selvática corre ao longo de todo o lado oriente, e tolhe a comunicação desta capitania com a do Espírito Santo e Porto Seguro.

Divide-se em quatro comarcas com quatro ouvidorias, e quatro casas de fundição de ouro. A primeira comarca, e a que fica mais ao sul, é a do Rio das Mortes, e a sua cabeça a Vila de São João d'El Rei. Segue-se a de Vila Rica, e assim há o nome de Vila Rica sua cabeça, e ao mesmo tempo capital de toda a capitania, e residência de seu governo. A comarca de Sabará a mais ocidental de todas é a terceira em ordem, cuja cabeça é a Vila Real de Sabará. A do Serro do Frio segue-se em último lugar, e fica como encravada entre a comarca de Sabará, e cercada desta pela parte do sul, e do poente, o seu lugar chefe é a Vila do Príncipe.

BNRJ 1,1,4

Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais, oferecida ao Ilmo e Exmo senhor Pedro Maria Xavier de Ataíde Mello do convento de Sua Alteza Real, governador e capitão general da capitania de Minas Gerais - 1807.

Descrição geográfica da capitania

Artigo 4

x1 - Fértil de todo o gênero de grãos a capitania abasta de poucos tempos a esta parte de café, do qual se faz lucrativa exportação para os portos de beira mar, e destes para os da Europa. A produção de cana é prodigiosa: os algodões dão não só para o vestuário das famílias pobres, e da escravaria, mas também em supérfluo, que faz um ramo de comércio.
A cultura do anil, e cochonilha não se tem por ora adiantado. (...)

x5 - Bem é de sentir, que das riquíssimas produções vegetais deste país, senão tenha feito emprego na medicina, postas em uso por médicos, que aos conhecimentos da sua arte unissem os botânicos das propriedades de cada uma delas, e das doses análogas às enfermidades, e aos enfermos. Temos a quina, a salsa, e mil outros simplices vegetais, descobertos pelo doutor Joaquim Veloso de Miranda. Seria para desejar que este valente botânico transmitisse ao público suas laboriosas explorações. Os empíricos pelos sertões da capitania não curam com as drogas das boticas, senão com raízes vegetais, e avançam idades, a que não chegam os habitantes das cidades e vilas. Regra geral: a natureza derramou por toda a parte simplices para curar os diferentes males, que em qualquer delas costumam afligir a espécie humana.

Natureza Animal

Artigo 5

x1 - Seguem-se as espécies animais: tendo a tratar de todas, começarei pela fera. Entre elas, a Onça Tigre, a Pintada, e a Sussurana são as mais ferozes. (...)

Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos - Breve descrição geográfica, física e política de Minas Gerais - 1807.

Natureza Mineral

Artigo 3

x1 – (...) E na diligência de cativar os índios, lançaram os fundamentos à capitania de Minas, a que depois deram nome de Gerais, por aparecer ouro mais ou menos em toda a sua extensão.

x16 - Entre as pedras preciosas vence primeiro lugar o diamante. Bernardo da Fonseca Lobo os descobriu pelos anos de 1729 e 1730 na Comarca do Serro. Têm sido desde então constantes os serviços diamantinos; e tão vantajosos no princípio, que há notícia de diamantes de todos os lados entre os quais se menciona (em ordem de 13 de Agosto de 1738) que se dizia ter Manoel Rodrigues Nunes, com o peso de 26 oitavas sem lhe darmos crédito, é de saber, que em diversos tempos alguns têm aparecido de peso de uma até quatro e meia oitavas (...)

x17 - A descoberta das esmeraldas data de tempos mais antigos. Fernando Dias Paes, nos últimos anos do século dezessete demandando os Sertões do Serro Frio, as achou ao oriente do rio Itamarandiba, que vadeara em um lugar em que Marcos de Azevedo fizera outras explorações. (...)

x19 - O rio Pinohi, e alguns outros do Distrito de Minas Novas do Arassuahi, abastam de crizolitas. Tudo o que se diz dos Rubis tem pouco fundamento, tanto assim que examinadas em Lisboa para onde foram remetidas algumas pedras debaixo deste nome, do que é feita relação em aviso de 24 de Outubro de 1733, se concluiu que o não eram. Em outro que igualmente vive na Secretaria de Minas Gerais de 24 de janeiro de 1738, se trata de certas mostras de aljofares extraídas de um rio junto à Vila de Pitangui: mas ou porque o não fossem ou porque fossem raros, jamais se tornou a falar deles. O de três de maio de 1746 persuade-nos ter passado a Lisboa uma pedra a que chamaram amianto, e que não era tal, segundo os exames dos entendidos. Correm naquele Serro por Jacintos outras pedras, mas são raras e mínimas. Há sim grande cópia de pingos d'água que depois de partidos e postos em obra, principalmente os da [ilegível] do Deserto de Minas Novas; brilham de modo que facilmente se equivocam com os diamantes. (...)

x20 - As últimas explorações a este respeito foram mandadas fazer pelo governador Conde de Sarzedas em o ano de 1800 nos rios Abaeté, Indaiá, Bamboi, Borrafundo, Piracatú, Rio do Sono, da Prata, e Escuro, no das Almas, Catinga, Santo Antônio, e Rio Preto. (Estes rios são todos diamantinos, mas o doutor Couto não passou com as suas explorações além dos do Indaiá e Abaeté.) O hábil naturalista doutor Couto, encarregado dos exames pelo governador, afirma em suas memórias que nos mencionados rios aparecem mais ou menos diamantes entre os cascalhos, precipitados dos montes pela sucessão dos tempos; mostrando águas de diferentes cores, das quais puxam umas para verdes, azuis e escuras, e outras para claras, e encarnadas. Já em o ano de 1792 tinha Antônio Gomes apresentado ao governador visconde de Barbacena um diamante de sete oitavas. A pedra de sete oitavas a três quartos um vintém foi achada por um escravo de Manoel Gomes Batista no rio Abaeté, segundo a voz universal destes sertões; único que sustenta havê-la extraído no Braço do Norte do Abaeté onde existe a galena é o dito Gomes. Também no Rio Abaeté foi o doutor Couto fazer escavações, de que (dizem) resultaram os diamantes, que o menciona achado nas cabiceiras do rio Gallina, aonde o doutor Couto com os da sua comitiva houveram depois muitos outros, entre os quais foram os mais notáveis um de oitava, e outro de três quartos de peso. Afirma também, que aparecem naqueles sítios as safiras, granadas, bem que moídas e moles, ágatas, platina, prata, chumbo, que já aquele Antônio Gomes tinha delatado, e abundância de cobre, de que parece alastrado todo o território de Minas.

x21 - Não falta o ferro, existe a caba rosa, o salitre, o enxofre, e antimônio são em grande cópia, e em tempos mais recuados mostram o acaso nas margens meridianas do Piracatu uma mina de pedra ume excelente. Todos os sertões do Rio São Francisco abundam de minas de sal, de que fazem cotidiano uso os sertanistas. Em quase todas as Gerais aparece ocre amarela, branca, e de muitas cores a que dão nome de Tabatinga, e de que se usa na pintura. Tempo virá, e já não está longe (graças aos desvelos do Príncipe Regente Nosso Senhor) em que homens hábeis farão aproveitar as riquezas minerais ainda intactas e ocultas da capitania.

Artigo 4

Outros muitos lugares podem povoar-se, que produzam muita riqueza, o que penso factível com pequena despesa, alguma proteção, privilégio, e isenção temporária de direitos, que representassem aos povoadores; cujo objeto, e relações deveriam ser privativas do intendente geral da polícia, o qual poderia ser acompanhado de um engenheiro mineralógico: Levando sempre por princípio estabelecido que sem que os vassalos

tenham com que pagar, o Soberano não pode receber deles; pelo que, e pelo bem da humanidade convém todas as medidas capazes de por os homens num bom pé, e V.S.ª conhece bem a importância destes povos, e desta importante região, a qual ainda que visse finalizadas as suas ricas minas de ouro, e pedras preciosas, aliás inextinguíveis, podia ser sempre muito interessante em algodão, açúcar, tabaco, anil, couros, queijos, e muitos outros gêneros de comércio, especialmente ajudando-se a facilidade do transporte com boas estradas, navegação de rios, como o de São Francisco, e Doce, diques, o que seria outro ramo importante do trabalho do intendente de polícia.
Deus Guarde a V. S.ª

Sabará, 30 de março 1805.

BNRJ 3,1,35

Basílio Teixeira Cardoso Savedra Freire - Informação da capitania de Minas Gerais - 1805.

(p.2) (...) A capitania de Minas Gerais, que fez as grandes riquezas dos felizes reinados do senhor dom João o quinto, e do senhor dom José primeiro de feliz memória, se acha em estado de pobreza e de miséria; abundância das suas minas se fez sensível no abatimento do valor da moeda na Europa interior, foi inveja de muitas nações, e este país se acha agora num extremo de miséria. (...)

(p.5) Os direitos do ferro, do aço, da pólvora e do sal, pagos em Mathias Barbosa / registro, ou alfândega na entrada da capitania / e gêneros sem os quais se não pode minerar, fazem aumentar a dificuldade da mineração, particularmente por ser esta atualmente em morros e vieiras de pedras na maior parte, que prometem perpetuidade da riqueza do ouro; mas de muito maior despesa dos ditos gêneros, e em que cada homem não tira a quarta a quinta parte, em muitas vezes nem a décima do que antigamente extraía nos rios e suas margens em igual porção de tempo, e por isso precisam estes mineiros mais benefício, e proteção. (...)

(p.8) Convém notar que a criação de um lugar de Intendente Geral de Polícia neste continente com um ordenado e autoridade conveniente, com regimento oportuno, que evite competências de jurisdição, e que ele fosse obrigado a girar a capitania, a conhecer os lugares, os costumes, os vícios, e os remédios; que procedesse sumariamente,

e de plano (ainda com assistência dos ministros territoriais) dos crimes leves, e próprios de semelhante processo, seria de suma vantagem: deveria devassar dos extravios, e faria desnecessário o intendente do ouro, cometendo-se aos ouvidores a presidência econômica e civil das casas da fundição. Notando também que nesta capitania se acha ainda terreno incomensurável ocupado de gentio chamado botocudo, o mais bravo do Brasil, particularmente nas margens do rio Doce, que é constantemente reputado por muito rico de ouro, e muito fértil em todos os gêneros, aonde, expulsado o gentio, descortinado o rio, e feitas povoações capazes de resistir ao mesmo gentio, se podem empregar muitos destes braços, ou inúteis ou prejudiciais, que impregnam esta capitania. O atual vigário da freguesia de São Miguel de Mato Dentro com alguns companheiros intentou alargar para esta parte a povoação de sua freguesia; atestam as mais decididas vantagens, porém as incursões dos botocudos os obrigaram a retroceder com muita perda, e mortes cruéis: (...)

BNRJ 7,3,31

Minas Gerais. Histórico 1694-1772. p. 57-58.

Os rios Pará e Peraupeba são de bastante grandeza: neste se extrai ouro na maior parte de sua extensão, e naquele se pesca excelente peixe que serve de regalo aos moradores da Vila de Pitangui. O rio Paracatú é navegável, e nas suas cabeceiras tem diamantes, e os mesmos se acham nos rios Catinga, Sono, Alinas e Santo Antônio, que todos se perdem naquele, e do muito peixe que nele se pesca se utilizam os moradores do Julgado do Paracatú. O rio [Orucuia?], tem as suas vertentes na Serra da Tabatinga, e correndo para o oriente, vai engrossando com a recepção de outros muitos rios e ribeiros para enfim se perder no de São Francisco na parte ocidental dele: É o rio Orucuia medonho pela variedade de bichos que nutre por quanto nele se vê jacarés de deformes grandezas, as cobras sucurius de demarcado comprimento, e grossura, que acometem as canoas quando sucede vadearem estas aquele país. (...)

Nas Minas se encontra toda qualidade de minerais, quais sejam o ouro, a prata, o cobre, o ferro, o salitre, o enxofre, e antimônio; na comarca do Sabará nas margens meridionais do rio Paracatú, se descobriu uma mina de pedra ume tão perfeita como a que nos vem da Europa. Na cidade Mariana se vê excelente oca amarela, e branca: a esta dão o nome de Tabatinga, que depois de preparada, e limpa supre as faltas do Alvayade, e dela se usa em várias pinturas.

Há variedades de tintas, o anil, a cochonilha, o sangue de drago, que se tira de uma árvore do mesmo nome, cortando-a e de sua incisão sai um licor tão encarnado que nas pinturas supre a falta do carmim. (...)

MAZUL - Remessa 637 -

Memória de alguns gêneros de vários reinos de Lineu, que me fizeram mais espécie na digressão que fiz de cento e oito léguas da Vila de São João até a barra do Rio das Velhas sem me poder demorar, nem ter tempo, e nem meios para os poder reduzir, e nem marcar os lugares.

Pedra Sino.

Há desviado de Pitangui sete a oito léguas pelos cumes dos morros e faldras de uma célebre área, que absolutamente não me ocorre o nome, umas pedras soltas quase a flor da terra, que a maior parte delas, sendo da mesma natureza umas dão som, e outras não. Remeto duas e pela brevidade do comboio não posso prepará-las nos termos, mal pus na mais fina o arame, pelo que dependurada, e tocada com qualquer metal parece ser um sino. Assim se deve preparar a grande, tendo cuidado que seja com arame por ocupar menos superfície, e que a azelha por onde fica dependurada não toque na pedra. Não se deve fazer buraco, nem moça, nem fenda na pedra por que imediatamente fica sem som.

Vai o pedaço muito pequeno para se fazer a sua análise.

Aljoferes, e pérolas pequenas em todos os córregos em torno da dita vila e principalmente no córrego chamado Macaco há grande abundância de mariscos, que tem aljoferes, e pérolas pequenas, em julho de 99 os abri, e de tais mariscos tirava vinte a vinte e cinco / quatro a seis perfeitas pérolas (segundo me lembro, cuja prova remeti ao doutor Vellozo). A abundância, que dá deles, examinado o tempo próprio da colheita poderá fazer muita conta. Para o rio de São Francisco abaixo há grandes conchas, que darão pérolas de bom tamanho.

Anil de Ramada, ou latada

De Pitangui até a fazenda de Santa Rosa há uma planta, que cobre grande latada a proporção da sua cultura, e me parece que resistirá ao frio na Europa, pisadas as suas folhas, e com elas esfregadas o pano de algodão, quanto mais velho fica mais azul ferrete, e brilhante fica o pano com a lexivia do sabão, a sua ramificação é muito cheia de suco, e as folhas bem carnosas, não tinha flor nem eu, Lineus, ou outros autores para a poder determinar: mas é certo que será de grande uso para a tinturaria.

Barú, árvore bastante grande

Nos contornos da barra do Rio das Velhas há esta árvore em abundância, muito bem ramificada, e copada com muita regularidade, a qual carrega com abundância os seus frutos, que são cônicos do comprimento de duas polegadas e meia coberta a sua noz com uma maça doce bastante, e muito macia, o gado a come, e não digere anos, que é somente de uma válvula, bastante rija, tendo uma amêndoa, que crua parece-se com o quarto do feijão preto, e torrada com o amendoim, comem-nas bem os porcos, e os povos fazem suas matalutagens delas torradas.

Parece-me de grande utilidade para montados. (...)

[s.d.]
[s.a.]

MAZUL - CN / M-71

Senhor doutor Domingos Vandelli,

Meu mestre e senhor do meu maior respeito. Há poucos dias recebi uma [carta] de V.Sa feita em janeiro do presente ano, e com ela tive o gosto das suas notícias, que já muito desejava; por não ter há muito tempo recebido carta sua.

No papel incluso faço menção dos produtos naturais, que podem dar uma nova matéria para algum ramo de comércio. Entre estes creio que vão alguns dignos de maior atenção, e principalmente depois que eu acabar as observações médicas, em que me acho juntamente com o cirurgião mór do Regimento de Cavalaria destas Minas, a respeito do bálsamo de copahuba na cura da Mosfea. Correu aqui a notícia de que na

Ajuruoca, distante desta capital três dias de jornada, se curava a dita moléstia com o mencionado bálsamo, e que alguns ficavam perfeitamente sãos, e outros não; e procurando saber o método da sua aplicação soubemos que nele entravam superstições populares, e muitas superfluidades, com grande falta das disposições necessárias para melhor acertar o remédio.

Intentamos fazer observação e para a subsistência dos enfermos se pediram aqui algumas esmolas, com as quais se compôs uma casa, e nela recebemos treze doentes a 4 de outubro do presente ano. Procuramos dispor os enfermos com tudo o que fosse capaz de abrandar-lhes a pele, adoçar os humores, e evacuar a maior copia; e depois se lhe aplicou a unção. Com efeito tem desaparecido em quase todos uma boa parte dos tumores, tem-se cicatrizado chagas terríveis, e nem um só deixa de sentir melhora. Só o que todos os dias observo de melhoras, sem ainda chegar ao fim, me faz não duvidar de que este seja o específico desta moléstia: a excessiva evacuação que o bálsamo move por suores continuados, e por velas faz considerá-lo com um poderoso inconsciente, além de vulnerável meio e por consequência próprio para fazer a cura.

Vamos continuando com todo o cuidado no tratamento dos ditos enfermos, e no fim mandarei o resultado das nossas observações.

Agora faz um ano que fui suspenso da diligência em que andava, pela Junta da Fazenda destas Minas. Ficam aqui quase trezentas estampas de plantas com muitos gêneros novos, e alguns de animais, os quais por ordem do meu general se acham ainda na minha mão.

Desejo a V. Sa muitas felicidades, e todas as ocasiões, em que eu possa mostrar que sou de V. Sa discípulo o mais obediente.

Vila Rica, 2 de dezembro de 1794.
Senhor doutor Domingos Vandelli
Joaquim Vellozo de Miranda

AHU - caixa 57, doc. 65 / APM rolo 49

Relação dos Rios e Ribeiros de Diamantes
- Rio Parauna dasagua no Rio das Velhas.
- Ribeirão dos Pousos Altos no Parauna.
- Rio das Pedras que dá princípio ao do Jequitinhonha.
- Ribeirão do Inferno que dá também princípio ao sobredito.
- Ribeirão do Macaco desagua no Ribeirão do Inferno.
- Ribeirão do Tavares desagua no mesmo.
- Ribeiro do Pendurado desagua no dito.
- Ribeiro do Cafundó no Rio Jequitinhonha.
- Ribeiro do Bom Sucesso desagua no Ribeirão de Sta. Maria.
- Ribeiro do Mosquito desagua no mesmo.
- Ribeirão de Sta. Maria no Rio Jequitinhonha.
- Ribeirão do Palmital desagua no mesmo.
- Ribeirão do Pistola desagua no Ribeirão do Pinheiro.
- Ribeiro dos Moinhos desagua no mesmo.
- Segundo Rio das Pedras no mesmo.
- Ribeirão da Areia desagua no mesmo.
- Ribeirão de São João desagua no Rio Pardo.
- Rio Pardo desagua no Rio das Velhas.
- Ribeiro da Paciência no dito Ribeirão do Pinheiro.
- Ribeiro do Machado desagua no mesmo.
- Ribeirão do Pinheiro desagua no Jequitinhonha.
- Ribeirão Caetémirim desagua no Inhaý-Assu.
- Ribeirão do Inhaymirim desagua no Caetémirim.
- Ribeiro Inhaý-Assu desagua no Jequitinhonha.
- Outro ribeiro da Areia desagua no Rio Pardo.
- Ribeirão da Bandeyrinha desagua no mesmo.

c.a. 1750.

AHU - caixa 123, doc. 89

Ilmo e Exmo Sr.

Correndo por toda esta capitania a notícia de ter aparecido em uma lavra do padre José Lopes ao pé do Arraial dos Prados, comarca do Rio das Mortes, no tempo em que se andava aumentando a mesma lavra, um esqueleto de cinquenta e seis palmos de comprido, e na altura de quarenta e seis palmos; e não me parecendo desprezível uma semelhante extraordinária notícia, sem embargo de me ter sido um pouco duvidoso, sempre mandei indagar qual seria a sua origem, e achando maior certeza de ter sido assim mandei logo o sargento-mór Simão Pires Sardinha examinar o estado do dito esqueleto e sua qualidade; por ser um dos mais hábeis naturalistas e mineralogista que presentemente há nesta capitania.

Este pelas providências que para um semelhante exame lhe mandei dar, e de necessidade eram precisas, achou ainda com os restos resíduos que tinham ficado da grande desordem que houve quando conheceram serem ossos de algum animal, depois de haver três dias que os pretos da mesma lavra tinham andado cobrando os mesmos ossos com as alavancas cuidando que eram raízes de árvores: os extraordinários ossos que remeto em um caixote pequeno com o subscrito a V. Exa ; e a análise ou relação que ele me fez do estado e circunstâncias físicas em que achou os referidos ossos do dito esqueleto, para o fim de V. Exa o fazer presente a Sua Majestade; como uma coisa extraordinária que me pareceu digna de lhe ser apresentada; e igualmente que por este extraordinário acontecimento, e saber eu terem aparecido já naquela mesma comarca mais três esqueletos também de uma extraordinária estatura de que se não fez caso algum, que já mandei dar a providência necessária para ser avisado logo que se encontrar algum mais, ou outra qualquer coisa extraordinária com vestígios que indiquem antigüidade; por todas as grandes escavações que continuamente se andam fazendo pelas lavras de toda esta mesma capitania.
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 26 de agosto de 1785.
Martinho de Melo e Castro
Luiz da Cunha Menezes

Descrição de uns ossos não conhecidos que apareceram em maio de 1785 na capitania de Minas Gerais do Estado do Brasil.

Chegando a notícia do Ilmo e Exmo senhor Luiz da Cunha Menezes, governador e capitão general de Minas Gerais, que na comarca de São João d'El Rei, uma das do seu governo, no lugar chamado Prados, em uma lavra do padre Joaquim Lopes, pela altura de quarenta e seis palmos de desmontes já na piçarra firme, acharam os escravos trabalhadores uma ossatura de gigante de extraordinária grandeza; e apresentando-se pois ao mesmo Exmo general umas confusas relíquias de um dente, que não deixavam dúvidas de que eram ossos, e serem antediluvianos, por se acharem na terra chamada Piçarra.

Como este senhor é dotado de uma vasta erudição, e cheio do mais ardente zelo pelas ciências, o que se prova pelas rigorosas ordens que ele tem dado na sua capitania para que se lhe apresentem diariamente notícias de tudo quanto sucede e aparece de raro na sua capitania; para fazer a mais perfeita geografia, e verídica história de um país ainda não conhecido; pois com esta mesma diligência, durante o seu governo de Goiás, fez uma exata carta geográfica da mesma capitania, e uma perfeita história desde a sua fundação até finalizar o seu governo; no qual teve a felicidade e glória de deixar a capitania em paz com os bárbaros caiapós, bororos e outros que de contínuo a invadiam; e reduzir os mesmos à religião evangélica, deixando-os em avultadas povoações debaixo do domínio português.

Era voz pública, que a tal ossatura fosse de quarenta palmos; porém não aparecia parte da mesma ossatura que verificasse esta notícia. Fui chamado pelo mesmo senhor, e por sua ordem mandado e este exame.

Cheguei à mencionada lavra: e observando o lugar, onde se tinha achado a ossatura, vi ser certo a referida altura de quarenta e seis palmos de desmontes até chegar à terra firme a que chamam Piçarra.

Era este lugar coberto de três diferentes capas de terra : sendo a primeira de terra vermelha vegetal de doze palmos; a segunda de catorze de uma argila verde misturada com argila branca a imitação de granito; a terceira de vinte de argila preta, onde se achava a ossatura, a qual ocupava o terreno (pouco mais ou menos) de cinquenta palmos, conforme as tarefas dadas aos mesmos escravos por medição do feitor.

Foram os escravos trabalhando sobre esta monstruosa ossatura na suposição que era uma grande árvore enterrada e já podre pela facilidade com que cortavam, com as enxadas

e alavancas; não advertindo estes rústicos, que quando cortavam este terreno e juntamente a matéria suposta árvore a achavam branca; e passados alguns instantes ficava da mais fina cor azul de Prússia; mudança esta bastante para os obrigar a fazer alguma reflexão; porém não sucedeu assim: foi preciso encontrarem um dente e alguns cabelos já no fim da tarefa. Então chamaram o padre dono para mostrarem o que tinham achado, já depois de terem incessantemente destruído e pisado toda a ossatura. Foi-me preciso fazer nova indagação no desmonte que os escravos tinham feito; porém como eles no lançar a terra, que traziam em batoias, foram reduzindo a mais pequenos pedaços, do que aqueles que as enxadas e alavancas tinham feito; ainda mais que pisando eles esta matéria no lugar do desmonte a reduziram a parcelas tão diminutas que não obstante achar-se novamente quantidade de ossos, pela destruição em que se achavam não deixam ver a que parte do corpo de animal pertencem; por mais exato e cuidadoso trabalho que houvesse em procurá-los no referido desmonte.

Os ossos achados mostram evidentemente pertencerem a monstruoso corpo. Nestes mesmos restos achei dois dentes, que não deixam certo conhecimento de que animal possam ser, sendo a figura destes a imitação de raízes de dentes, contudo têm eles um esmalte mais brilhante do que costuma ter as raízes; só próprio este esmalte à parte superior dos dentes, bem que as raízes podem ficar esmaltadas, gasto que seja o prioste. Estes dentes não são de animal conhecido no Brasil, pode ser que sejam de algum animal, que pelas revoluções do tempo se tenha perdido a sua espécie. Os cabelos porém achados mostram serem humanos, e não me causou admiração a conservação deles, por que no mesmo lugar vi em perfeito estado raízes da árvore jácarandá; ramos de pinheiro do Brasil e alguns pinhões secos; nesta suposição seria o gigante de quarenta palmos em razão dos dentes pela boa ostologia.

Verifiquei ser certo que no sair a matéria óssea da argila preta estava esta branca, passados porém alguns instantes, se desfazia em pó à semelhança da mais fina cinza azul de pintor; fenômeno este tão raro que não consta o ter-se encontrado em todos os mais ossos fósseis que se têm achado até o dia de hoje; como se pode ver diariamente no Jornal de Física do abade Rosier as exatas descrições feitas pelos filósofos sobre os ossos fósseis que se tem achado; como seria uma por Mr. Gaillard em 1773; outra de Mr. Morveau em 1776; outra por Mr. Robert de Paul de Simanon em 1780; outra por Mr. Berniard em 1782; outra de Mr. Coudremier, e outros muitos.

Conforme o método de Mr. Guilherme Henrique Sebastião de tirar a cor azul dos ossos pela mistura de sal tártaro e depois com o ácido marinho, pode-se atribuir, que a argila,

onde estavam estes ossos, era abundante de sal tártaro, e que passados alguns instantes, por causa das partículas do ácido Marinho que o ar introduzia nos ossos extraídos, viesse a finíssima cor azul. E se a cor azul depende das pequenas moléculas combinadas com o flogístico, como querem os filósofos, é certo que os ossos humanos são os mais abundantes destes princípios. E por estes motivos se pode de alguma forma julgar que os ossos sejam humanos. Porém ofereço este exame a pessoas de maiores conhecimentos, que com os mesmos ossos possam fazer as mais exatas experiências, para delas poderem tirar o fim desejado a tanto tempo pelos indagadores da natureza; e direi o que dizia Mr. Rouch sobre uns ossos fósseis achados nas vizinhanças da cidade Aix na Provença, que ele daria toda a sua fortuna se pudesse verificar se alguns dos ossos achados eram humanos.

O lugar da lavra o sítio do Coqueiro do Córrego da Beta, o qual vai desaguar no Ribeiro dos Prados, e este no Rio das Mortes, uma das vertentes mais distantes do Rio da Prata.

A perpendicular deste lugar sobre o nível do mar, segundo o padre Capaci, é a mais alta do Brasil; e assim o mostram os rios maiores da América Portuguesa, que (pouco mais ou menos) desta altura têm os seus princípios. A sua latitude é de vinte graus ao sul da linha.

Achei ser certíssimo que na lavra do coronel Vilanova entre a vila de São João d'El Rei e a de São José, aparecera uma ossatura semelhante, porém dela não fizeram caso algum, e a deixaram ficar em confusos pedaços nas vizinhanças do Rio das Mortes. Dista esta lavra da primeira, onde se acharam os ossos fósseis, quatro léguas para o este.

No lugar chamado de Sutil, termo da vila de São José, três léguas para o norte da mesma lavra em questão, se acharam ossos fósseis a quatro ou cinco anos na lavra de Tereza de Souza. No ano de 1783 apareceu a mesma qualidade de ossos fósseis na lavra do primeiro fundidor da Casa da Fundição de São João d'El Rei Anastácio José, com o qual, e com o intendente da mesma Casa Félix Vital Noge, fui ao lugar para ver se fazendo nova escavação se poderia achar coisa que caracterizasse os pensamentos destes moradores; porém não foi possível porque as enchentes do Rio das Mortes formaram nesta velha lavra uma grande lagoa, que existe ao presente. Se espera porém verificar brevemente com toda a certeza que qualidade de ossos fósseis sejam essas; porque o mesmo Exmo General tem ordenado aos mineiros destas circunvizinhanças para que achando matéria semelhante nas suas lavras não a confundam e desprezem, como têm feito até o presente os mais mineiros.

Simão Pires Sardinha

AHU - caixa 124, doc. 04

Havendo-me sido encarregado por ordem de Sua Majestade; e repartição do Real Erário o mandar eu averiguar se haveriam ou não nas campanhas do Arraial de São Luís ou Santa Luzia da capitania de Goiás quando eu tive a honra de governar aquela capitania, uma qualidade de pedras encarnadas iguais a umas que a diretoria da administração dos diamantes desta capitania tinha remetido à presença de Sua Majestade pela mesma repartição do Real Erário, na inteligência de que tinham aparecido as ditas pedras encarnadas nas referidas campanhas pela denúncia que das mesmas tinham ido fazer a mesma diretoria; e não tendo havido nenhum feliz sucesso em todas as mais exatas diligências que mandei fazer ao sobredito respeito, e tem sido mandadas continuar pelo general que me sucedeu naquele governo: E querendo eu conseguir totalmente a sobredita diligência, a fim também de me desenganar de alguma equivocação que me parece ter havido em semelhante descoberto, por se me dizer que no Arraial do Piracatú havia alguma inteligência das mesmas pedras, pois que as suas campanhas são confinantes com aquelas ou da mesma natureza; e tendo por este princípio mandado da parte de cá fazer todas as maiores averiguações, e as mais exatas que tem sido possível fazerem-se pelo tenente do meu Regimento Joze Antônio de Mello comandante dos destacamentos daquela repartição; ultimamente acabo de receber dele umas pedras encarnadas única resulta das sobreditas averiguações que suposto não pareçam mais que umas grosseiras granadas, sempre as faço remeter pela Junta da Real Fazenda, e repartição do Real Erário à presença de Sua Majestade nesta ocasião, que é a mesma em que pela mesma Junta se remetem os mais cabedais régios, assim como o faço certo pela relação adjunta assinada pelo escrivão e deputado da mesma junta; igualmente de umas pedras brancas que o mesmo tenente me remeteu e se vê da cópia da sua mesma carta, que pelas experiências que nas mesmas mandei fazer, até mesmo as do fogo desvaneceram a dúvida em que se estava de serem ou não diamantes, por terem sofrido um fogo muito mais forte e ativo que não podem sofrer as grizolitas, que sem embargo de se não evolatirizarem sempre deram aquelas pequenas demonstrações que remendam os autores da mineralogia: Em conseqüência do que, eu bem a meu pesar mandei averiguar com bastante exação o verdadeiro lugar do rio ou córrego onde apareceram as ditas pedras, para mandar proibir qualquer extração que se possa fazer no dito lugar, ou que se queira continuar a fazer algum serviço no lugar onde apareceram as referidas pedras por conhecer que as antigas e Reais ordens que há a respeito destas proibições são de alguma maneira diametralmente opostas ao útil fim a que são dirigidas, de preservarem os Reais interesses de qualquer inconveniente, porque sendo a sustabilidade

desta capitania consistente na mineração, os diamantes sendo gerais por toda a parte se se forem proibindo todos os córregos ou rios onde aparecerem assim como já se tem proibido muitos em consequência das sobreditas Reais ordens que tanto o recomendam, certamente o seu útil e único sistema da mineração virá a restringir-se cada vez mais, e por longo tempo a parar de todo; e enquanto isto não venha assim a suceder, como uma consequência certa, sempre vai indicando e facilitando cada vez mais o seu inevitável extravio; porque o mineiro que tem a sua fábrica de minerar e serviço assentado com muito custo no rio onde se lhe permitiu extração do ouro, de que depende a sua subsistência e da sua família; vendo que por ser obrigado a denunciar qualquer diamante que na sua mesma lavra apareça, que imediatamente se lhe proíbe o poder continuar na extração do ouro, e que perde não só a sua mesma lavra; mas o seu estabelecimento e o custo que tem feito com o seu serviço; certamente que o não há de denunciar se não na extrema e última necessidade de desconfiança de que venha a saber-se, e que ocultando-o, e vendo que em uma pedra de pequeno volume encerra um valor extraordinário, que há de certamente preferir o extraviá-lo, à fiel denúncia que deve de dar.

Estas tão temidas como certas consequências me dão lugar a que eu cumpra com a obrigação que me parece tenho pelo lugar que atualmente tenho a honra de estar exercendo nesta mesma capitania; de pôr na Real e Augusta presença de Sua Majestade pela mão de V.Exa: que sendo uma das mais importantes deste Estado do Brasil, pela sua natural situação produzir os dois melhores haveres que se conhecem no mundo visível e na estimação dos homens, como são os diamantes e ouro; que a persuasão é que Sua Majestade teria dos ditos diamantes os Reais direitos que lhes são devidos como soberana Senhora, e que tem reservado para si, o que na verdade teria sido assim; e como devia de ser; se não fossem os inconvenientes que se tem encontrado no sistema atual da sua arrecadação, os quais me persuado, que o meio mais pronto de se poderem evitar e destruir, e em utilidade ao mesmo tempo desta capitania: que é o de se permitir a extração dos mesmos diamantes livre ao povo, assim como se está praticando com o ouro; reservando Sua Majestade dos mesmos para si os de um certo valor, e dos mais tirar-se do seu justo valor o seu Real Quinto; comprando-se-lhe depois do seu Real Quinto tirado, o mais resto pelo seu mesmo valor; com a aplicação dos quinhentos mil cruzados que todos os anos se despendem com a dita atual administração e pelas seguintes razões.

Primeira, de se evitar ao povo do Arraial do Tejuco e suas vizinhanças a grande vexação que está sofrendo, e sacrifício a que está exposto todo aquele povo, podendo ser o mais feliz.

Segunda, de ser o único meio de se evitar o seu grande extravio, porque de outra maneira será sempre impossível, assim como a experiência o tem mostrado e está mostrando; porque o vassalo de Sua Majestade que se aplicar à livre extração dos ditos diamantes; não desprezando como não há de desprezar o ouro que juntamente se tira, principalmente pela incerteza de encontrar ou não diamantes no seu serviço de valor, e seguro de lhe ser certamente remunerado o seu valor, nunca se há de expor a perder-se pelo crime de extraviador; muito mais não encontrando nos negociantes dos portos do mar (quando a isto se queira expor) preço igual ao valor das pedras extraviadas, por depender também o interesse dos mesmos negociantes do baixo preço porque os compram.

Terceira, de se evitar igualmente o grande prejuízo que esta dita capitania está sofrendo, e sempre exposta a sofrer pelas muitas lavras ricas e rios igualmente ricos que estão proibidos, e se vão proibindo, conforme as sobreditas Reais e antigas ordens; por terem aparecido nos mesmos alguns diamantes, e a proporção de que vão e forem aparecendo, como é bem natural, por ser bem certo que a natureza não os criou nem os vai nutrindo somente na pequena e limitada extensão da demarcação denominada Diamantina, e da pequena parte que nesta se inclui do Rio Jequitinhonha, depois de este ter cento e oitenta léguas de extensão tanto nesta capitania, como na da Bahia até se meter no oceano Brasílico, toda ela igualmente rica tanto de ouro como dos ditos diamantes; assim como se verificou na grande serra denominada de Santo Antônio do Itacambicossu, que suposto não seja sua verdadeira margem, sempre corre o mesmo rumo, e assim como se está verificando todos os dias em quase todo o país de minas deste Estado do Brasil; na proibição que há de se minerar nas denominadas Pillões e Rio Claro pertencente à capitania de Goiás, e na de Mato Grosso também outras terras diamantinas: pelo que se presume, e é bem presumível de que uma grande parte dos ditos diamantes que se extraviam; e os comerciantes dos portos do mar deste mesmo Estado do Brasil introduzem da Bahia em Holanda pela Costa d'Africa, e pelo Rio de Janeiro na França pelas naus que todos os anos vêm relaxar na Ilha Grande; que são a maior parte ou quase todos extraídos no dito Rio Jaquitinhonha, na grande parte da sua dita extensão, que não está compreendida na dita demarcação, nem dentro dos limites desta mesma capitania; e de todos os mais rios que não estão à mesma sujeitos.

Quarta, de se evitar ao mesmo tempo a grande e inútil despesa que Sua Majestade está fazendo com a dita atual Administração Diamantina de mais de setecentos mil cruzados produzidos do ouro que se extrai nos serviços daquela mesma Administração e os

quinhentos mil cruzados da sua anual assistência, com os grandes e avultados ordenados até oito mil cruzados de feitores, administradores, caixas, e mais ministros; não servindo estes grandes ordenados daqueles inúteis lugares de mais nada, do que de sair cada um dos empregados nos mesmos no fim de quatro, cinco, seis e mais anos, com cem, duzentos e trezentos mil cruzados de seu.

Quinta, de se evitar também a grande fraude que experimenta o Real Contrato das Entradas, de se estar passando pelos registros desta mesma capitania muita fazenda para negócio, debaixo do título de serem feitos para a dita Administração Diamantina, e valendo-se deste indulto para não pagarem os respectivos direitos de entradas, como não paga, por ordem de Sua Majestade tudo quanto é pertencente à mesma Administração, assim como a Junta da Real Fazenda desta mesma capitania, já deu conta pela repartição do Real Erário.

Sexta, e última, de se evitar enfim a continuação, ou aumento da grande dívida que se presume estar devendo a dita atual Administração, visto que ela se acha atualmente pagando com assistência do último semestre do ano próximo passado de 1785, a despesa que fez em 1783: E no caso de que estes meus referidos conhecimentos e o zelo que os mesmos me fazem produzir do aumento dos Reais interesses, e destruição dos seus inconvenientes, não sejam, ou não pareçam tão úteis como me persuado, me animo a representar, que ao menos se dê alguma mais justa, necessária, e pronta providência na referida Administração, não só pelos acima referidos inconvenientes, pelo prejudicialíssima que ela é; mas também pela inutilidade que me parece haver na mesma de um semelhante corpo composto de um intendente, um fiscal, três caixas, e mais administradores, podendo-se fazer toda a pequena obrigação de todos os ditos e inúteis lugares, por um administrador geral, um escrivão de sua receita, e despesa, escriturários quantos bastem, e mais administradores dos serviços; tudo dirigido e administrado pela Junta d'Administração da Real Fazenda desta mesma capitania e da mesma maneira que ela administra tudo o mais que é pertencente aos Reais interesses, e sua arrecadação, pois que aqueles não são de outra natureza.
Deus Guarde a V. Exa muitos anos.

Villa Rica, 11 de janeiro de 1786.
Ilmo e Exmo Martinho de Mello e Castro
Luis da Cunha Menezes

AHU - caixa 124, doc. 279

Ilmo e Exmo Senhor.

Os grandes heróis devem como tais proteger os desvalidos, que procuram o seu amparo e proteção. Eu, Exmo Senhor, sou o mais infeliz de todos os viventes; porquanto servindo a Sua Majestade Fidelíssima nesse Reino, donde vim por ordem da mesma Majestade para este novo mundo, nele tenho dado provas do meu zelo e agilidade na factura de diferentes apetrexos de prevenção para a defesa desta capitania, na descrição dela em carta corográfica e ultimamente em história, com a notícia de seu descobrimento, estabelecimento, rendimento e despesa por ano. Obra esta tão útil como interessante pela individual notícia que dá da capitania de Minas Gerais, das suas produções, costumes e haveres. Todas estas obras, ou parte delas, têm sido remetidas a V. Exa pelos governadores que têm governado a mesma capitania. Nunca fui contemplado senão para atropelar riscos, expondo muitas vezes a vida a ser devorado pelas feras na penetração dos densíssimos sertões, sem mais interesse que a utilidade do serviço do Soberano, e por isso indigente, sem amparo nem estabilidade para poder passar o resto dos anos como um homem de bem. Estes estímulos me levam à presença de V. Exa, pois que o não posso fazer de outra sorte, a rogar-lhe com as mais ternas e submissas persuasões se compadeça das minhas misérias, recomendando-me ao atual governador das Minas, ou ao futuro sucessor, na certeza de que favorece uma alma sincera que nunca vendeu suas obras e por isso digna de proteção de um esclarecido herói como V. Exa que Deus Guarde como é mister por muitos anos. O mais atento criado.

Vila Rica, 1o de abril de 1786.

Ilmo e Exmo Senhor Martinho de Melo e Castro
José Joaquim da Rocha

AHU - caixa 125, doc. 35

Ilmo e Exmo Sr.

Pelas acíduas recomendações que tenho feito e faço a todos os comandantes dos distritos desta capitania sobre todos os conhecimentos físicos, e naturais que me puderem adquirir: Um dos mais úteis que novamente se tem conhecido é o de que me dá conta o comandante do Distrito de Sapucaí, da comarca do Rio das Mortes, Campanha do Rio Verde, na distância de sessenta léguas desta capital, em uma carta de que é a cópia inclusa de haver aparecido na distância de doze léguas daquele seu distrito umas águas termais tão virtuosas, e úteis, que têm curado entre várias moléstias a do grande mal de lepra, que tanto persegue este continente americano.

Do mesmo lugar já havia uma ignorante notícia e bem própria de povo pouco iluminado de que naquele mesmo sítio andava o Diabo, por se ter visto aparecer por várias vezes lanças de fogo tão fortes, e tão enxofradas que haviam chegado a queimar os matos de uma grande parte da sua circunferência e com o terrível cheiro do dito enxofre; das quaes não se pode tomar presentemente outro conhecimento mais do que o que a experiência das suas curas for mostrando; o que tenho novamente recomendado ao mesmo comandante; visto não haver nesta capitania possibilidade nem pessoa capaz de ser encarregada de vir fazer a sua análise, nem haver instrumentos próprios para isso, e como era bem necessário, a fim de eu com mais certeza o poder mandar fazer público por toda essa capitania, e comunicar esta interessante notícia as mais confinantes.

Igualmente apareceu em uma das lavras de extrair ouro no Serro do Frio uma qualidade de ouro tão singular e raro na figura que pela mesma raridade de ser facetado imitando os diamantes na qualidade das suas pedras, que me pareceu digno de apresentar a V. Exa na pequena amostra inclusa, e única que pude alcançar para V. Exa a poder apresentar no Real Museu de Sua Majestade, principalmente por não haver notícia de ter aparecido ainda nestas Minas ouro de semelhante feitio. (...)

O que participo a V. Exa por me parecer digna esta notícia de ser também presente a Sua Majestade.

Deus Guarde a V. Exa .

Vila Rica, 6 de setembro de 1786.

Ilmo e Exmo Sr. Martinho de Mello e Castro

Luiz da Cunha Menezes

Ilmo e Exmo Sr. Luiz da Cunha Menezes

Dou parte a V. Exa em como neste distrito daqui onze ou doze léguas apareceu um olho d'Água Caldas legítimas, é tão quente que se não pode abusar dentro dela, causa suores gravíssimos tudo o que são feridas galicas e galicos tudo sara com brevidade; sarou um quase lázaro já com empolas grandes por todo o corpo. Faço ciente a V. Exa. porque poderá carecer saber e para o que quizer.
De V. Exa humilde servo.

Santana do Sapucaí, 15 de junho de 1786.
Sr. Luiz da Cunha Menezes
João de Almeida da Fonseca
Comandante

AHU - caixa 125, doc. 36

A Junta de Administração Diamantina do Arraial do Tejuco, pôs na presença de Sua Majestade pela repartição do Real Erário umas pedras encarnadas, com a parte de terem aparecido nas campanhas do Arraial de Santa Luzia de Goiás de que resultou; como já tenho comunicado a V. Exa., receber eu ordem pela mesma repartição para mandar examinar nas ditas campanhas, o lugar onde teriam aparecido as ditas pedras, para no mesmo lugar se mandar fazer um serviço por serem de uma qualidade singular:

Não tendo resultado coisa alguma das mais exatas diligências que mandei fazer nas sobreditas campanhas, e foram continuadas pelo meu antecessor naquele governo; e ainda das que eu mandei fazer pela parte desta capitania, no território pertencente ao Arraial do Piracatu por confinar com aquelas mesmas campanhas, o comuniquei à mesma Administração Diamantina, remetendo-lhe todas as qualidades de grosseiras pedras que apareceram nas sobreditas diligências.

Dei conta a Sua Majestade pela mesma repartição do Real Erário, igualmente que pela mão de V. Exa; e ultimamente na data de 11 de janeiro do corrente ano, e na mesma ocasião em que remeti pela mesma repartição umas grosseiras granadas, e umas pequenas pedras brancas que indicavam serem diamantes; única resulta da eficaz continuação das sobreditas diligências.

E como eu dizia a V. Exa que ficava com alguma desconfiança de não ter sido nas sobreditas campanhas, que apareceram as sobreditas pedras, me persuado que felizmente vim a verificá-lo, pois que mandando eu debaixo da mesma desconfiança examinar o córrego da Onça compreendido dentro da Demarcação Diamantina, e no lugar onde teve uma lavra o primeiro caixa da mesma Administração Diamantina Manoel Batista Landim, e que hoje é de outro possuidor, por venda que ele da mesma fez; se extrairam as pedras inclusas, que remeto a presença de V. Exa; que por serem mais finas que jacinto, as julgo iguais às mencionadas que a dita Administração remeteu.

Pela mesma repartição do Real Erário dou também nesta ocasião conta a Sua Majestade e remeto outras iguais pedras;

No dito córrego mandei proibir que se continuasse a tirar das ditas pedras, assim como se estava praticando, e fica proibida a dita extração até que Sua Majestade resolva a esta minha conta como lhe parecer mais justo.
Deus Guarde a V. Exa por muitos anos.

Vila Rica, 6 de setembro de 1786.
Ilmo e Exmo Sr. Martinho de Melo e Castro
Luiz da Cunha Menezes

P.S. As pedras de que se trata levou-as João Antônio Pinto da Silva, em 25 de dezembro de 1787. Passaram para o Julio em 06 de setembro de 1788.

AHU caixa 143, doc. 58

Na Margem: Respondida em 20 de setembro de 1798

Ilmo e Exmo Sr.

Acuso recebidas as cartas de V. Exa. de 15 de dezembro de 1796 e 18 e 30 de março de 1797, em que se me ordenou todas as indagações necessárias para se achar terra própria para extrair o salitre que mande visitar as salinas do Rio de São Francisco e que mande recolher nos matos todas as sementes com a declaração dos nomes próprios da raíz, se os tiverem: com a maior brevidade possível executarei o que Sua Majestade determina: Presentemente remeto a V. Exa. a amostra inclusa de chumbo acompa-

nhada da sua competente nota, uma onça pintada das grandes e dois urubus reis para serem presentes a Sua Majestade
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 7 de outubro de 1797.
Ilmo e Exmo Sr. Rodrigo de Souza Coutinho
Bernardo José de Lorena

Nota: Em um braço do rio chamado Abaité está uma serrania muito extensa; na qual se acham lages de chumbo e dentro no córrego, braço sobredito de Abaité, tudo é lageado do mesmo metal onde para se tirar, é necessário ser cortado com alavancas por terem algumas partes sete palmos de grossura; de baixo dos taes lagedos há cristais brancos muito transparentes, e sendo a menor peça. Adverte-se que na primeira fundição daquele metal sai chumbo, e na terceira sai como estanho.
Está conforme. *Pedro de Vellozo*

Depois de fechado este ofício, o tornei a abrir para remeter a V. Exa. a carta inclusa do doutor Joaquim Vellozo de Miranda, acompanhada da amostra do salitre da primeira cozida; o termo chamado Mau Cabelo donde foi extraído, dista de Vila Rica seis léguas, é um sítio do mesmo doutor Joaquim, presentemente se acha continuando as experiências que muito lhe recomendei, dando-lhe todos os auxílios necessários.

Bernardo José de Lorena

Ilmo e Exmo Sr. Bernardo José de Lorena

Desejava eu, em vez desta carta, poder ir a essa capital para ter a honra de beijar a mão de V. Exa., alegrar-me na sua respeitável e sempre amável presença, e juntamente dar contas do estado com que se acha a fatura da nitreira artificial, e apresentar a V. Exa. o resultado de uma pequena experiência sobre o salitre, que aqui fiz; porém não me é permitido ainda ter esse prazer; por enquanto não posso desamparar o trabalho, que ainda está em meio.

Fiz uma casa própria para experiências, com os tanques necessários para a rega dos muros; e agora vou combinar as terras, e mais adjurá-los, que devem dar matéria para a fatura dos mesmos muros; e indústrias a um dos caçadores no modo de os regar; do muito depende o bom êxito de semelhantes estabelecimentos.

No pequeno embrulho, que vai, pode V. Exa. já ver que este terreno tem toda a propriedade para dele se tirar o salitre artificial. Nos dias de maior sol achei, somente em

uma espécie de piçarra, algumas florecências nitrosas, que recolhi. Acabei pela arte, o que só a natureza tinha principiado; e ajuntando-lhes o alixali das cinzas, e aplicados os meios necessários se cristalizou a pequena porção que remeto a V. Exa. Este é o salitre chamado pelos salitreiros da primeira cozida, ou bruto, no qual se acha sempre combinada quase a quarta parte de sal marinho, até de outro sal. Por meio de algumas fáceis manipulações mais se obtém o salitre puro; porém a pequena porção; que pude recolher me não permitiu passar avante com a experiência. A cristalização deste sal em agulhas, o sentimento de frescura na boca, e a detonação que faz unido ao carvão ambos em pó sutil, além de outros caracteres, tiram toda a dúvida sobre a sua existência.

V. Exa. mandará o que for servido, e achará sempre muito pronta a minha obediência. Deus Guarde a V. Exa.. De V. Exa. criado o mais fiel e obediente.

Mau Cabelo, 25 de novembro de 1797.
Bernardo José de Lorena
Joaquim Vellozo de Miranda

AHU - caixa 145, doc. 02

Em carta de 18 de março de 1797 ordena V. Exa. que eu informe sobre todos os descobrimentos de minas que se possam fazer; assim como sobre o estado das mesmas, ao que obedeço na forma seguinte:

No descobrimento de minas de ouro nesta capitania teve a maior parte o acaso e depois desta a diligência mas pouco metódica dos descobridores e dos que lhe foram até ao presente sucedendo. Nenhuma arte, nenhuma indústria foram aqui jamais conhecidas. Destituidos os mineiros dos conhecimentos necessários para semelhantes explorações não há dúvida que felizes acasos mostraram aos primeiros o ouro na superfície da terra: caminhando sobre a experiência destes admira que no decurso de um século os vindoiros pouco melhorassem neste gênero de serviços. Os descobrimentos ricos que houveram e a fácil extração do ouro, por serem mais superficiais os seus filões e matrizes, incitaram a estes povos a fazerem maiores indagações e diligências; porém, diminuindo-se a facilidade dos descobrimentos e continuando uma grande mortandade de escravos (por falta de professores hábeis de medicina e também pela pouca caridade dos senhores) se principiou a observar um grande atraso na extração, porém muito sensivelmente tem crescido aquele pela grande carestia de escravos, ferro, aço, pólvora e sal, que se tem aqui experimentado

há alguns anos. Este aumento de preço nos gêneros da primeira necessidade tem desanimado a muitos mineiros e obrigado a lançar mão de meios mais fáceis para promoverem os seus interesses; quais são os da agricultura. Neste gênero de trabalho acham mais segurança, ainda que pouco interesse; poupam mais do quádruplo de ferro e aço; não dispendem pólvora alguma; os escravos, ainda que velhos, dão serviço considerável; o que não acontece nas minas onde são precisos homens de grandes forças para poderem suportar um serviço rude; exposto além disto aos vapores e exalações minerais e a uma continuada umidade, o que tudo é tão contrário à saúde, como se sabe. Dificulta-se mais a extração pela imperfeição que há no método de se tirar e apurar o ouro; por quanto se não conhecem outras máquinas mais do que a roda de tirar água e em uma só lavra também terra: perde-se muito ouro fino porque se não faz uso do azougue (exceto em uma ou outra parte) como ensina a química e praticam os mineiros das outras nações: falta também o meio de se poder fazer um cálculo sobre uma mina achada e segurarem os mineiros quanto é possível os seus interesses, antes de fazerem grandes mas inúteis, ou melhor diria, prejudiciais serviços. Este meio parece que será achado pela prática da Verúma chamada da Inglaterra; daquela não tenho conhecimento porque a não vi; mas sei que estava uma pronta para vir para esta capitania em tempo do Exmo antecessor de V. Exa., com o socorro desta máquina e com algumas noções gerais sobre os lugares mais próprios para se achar o ouro e conhecer as suas verdadeiras matrizes; facilitando-se ao mesmo tempo os meios de terem os mineiros a bom mercado os gêneros necessários para a extração do ouro; penso que experimentará aquela uma diferença bem sensível; que serão mais felizes estes vassalos de Sua Majestade e que haverá um grande acréscimo no seu Real Quinto.

Têm aparecido algumas minas de metais menos nobres que merecem muita contemplação; porém nenhuma tem havido por falta dos conhecimentos necessários para serem empregados. Na presente ocasião remeto a V. Exa. uma amostra de mina de ferro e cobre do Arraial do Paracatu: outra do manganês, chamado também sabão de vidro, pelo uso que tem nas respectivas fábricas; o qual serve também para os esmaltes: acha-se dele uma rica mina junto à Vila de Queluz. Nas remessas dos anos passados foram remetidas para o Real Museu uma amostra de mina de cobre do Arraial de Catas Altas da Noruega: outra de 'Vismalo' de um lugar chamado Santana do Deserto; outra de chumbo muito rica do Indaiá. De ferro foram também algumas amostras e deste metal há uma grande quantidade neste país; ainda que nada possa dizer da sua qualidade porque não tem sido ensaiado.

V. Exa. mandará o que for servido. Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 12 de junho de 1798.
Ilmo e Exmo Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho
Joaquim Vellozo de Miranda

AHU - caixa 145, doc. 12

Vou responder à carta de V. Exa. de 18 de Março de 1797 sobre minas do Serro Frio: das duas cartas inclusas verá V. Exa. a execução que tenho já dado à ordem de Sua Majestade e tenho feito aprontar ao doutor Couto, e ao bacharel José Teixeira o que eles nas referidas suas cartas me pedem. O estado de saúde do bacharel José Teixeira não promete grandes esperanças, o doutor Couto podia muito melhor ser encarregado de visitar as salinas do Rio São Francisco, porém além de não fazer menção dele a ordem, ele não pode fazer semelhante despesa, sem alguma pensão como se manda dar ao doutor Joaquim Vellozo de Miranda e a João Manso Pereira.

Participarei a V. Exa. em tempo competente o resultado, remetendo as amostras do que se alcançar. Igualmente me pede V. Exa. resposta ao seu ofício de 22 de Agosto de 1796 para remeter produtos naturais; não recebi ofício de V. Exa. desta data mas sim do marquês mordomo mór e outro posterior de V. Exa. com a data de 13 de dezembro do mesmo ano ao mesmo respeito: tenho encarregado ao doutor Joaquim Vellozo de Miranda a sua execução, e neste trabalho está empregado: logo que os ditos produtos naturais estiverem em estado de se remeterem os enviarei a V. Exa. como me determina. Não encontro entre os ofícios que recebi de V. Exa. algum de 14 de dezembro de 1797 sobre planta de canela, porém sim um de 03 de janeiro deste ano acompanhado de vários impressos para espalhar entre os habitantes desta capitania, o que tenho feito, entre os quais vem um sobre a planta de canela que aqui produz bem, e há dela árvores assim como a cochonilha.

Não recebi até agora ofício de V. Exa. de 4 de fevereiro deste ano sobre correios. V. Exa. me determinará o mais que Sua Majestade for servida.
Deus Guarde V. Exa.

Vila Rica, 14 de julho de 1798.
Ilmo e Exmo Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho
Bernardo José de Lorena

Ilmo e Exmo Sr.

Tenho dado princípio aos ensaios das minas depois de uma grande fadiga que tive em erigir laboratório químico que nestas alturas foi preciso, que quase todas as suas numerosas peças de que é composto fossem feitas pelas minhas mãos, e que consumi

infinito tempo. Até o presente tenho visto uma espantosa quantidade e variedade de ferro, e vai aparecendo também seu cobre, que pelo que vejo julgo que a terra terá também abundância deste metal. É por ora o que tenho achado Exmo senhor, porém estou ainda no princípio dos meus ensaios e tenho viajado pouco pelo embaraço que tive na construção do dito laboratório. Quando principiei logo os ensaios achei um estorvo inesperado, tinha preparado muitos cadinhos de excelente argila, a meu ver, e lizongeava-me que faria neles todas as minhas fundições; não sucedeu assim, os cadinhos se derretiam logo no princípio das operações, e eu para não perder mais o tempo recorri ao ouvidor da Vila do Príncipe e lhe pedi em nome de V. Exa. três dúzias de cadinhos que me os mandou dar da fundição. Rogo a V. Exa. queira mandar continuar-me esta assistência dos cadinhos como também de alguma droga mais que precisar da dita fundição, como água forte, nitro e muito principalmente os ditos cadinhos pois enquanto não topar com melhor barro não poderei fazer um só ensaio. Faço tenção de dar um giro ao menos pela Demarcação este ano mas para isto preciso de uma portaria de V. Exa. pela qual me autorize para isso, e que nos lugares, por onde passar, e precisar de auxílios para a expedição do serviço de Sua Majestade se me deem. Lembro a V. Exa. que nesta Demarcação não se pode andar com instrumentos de mineração e para os meus exames estes instrumentos se fazem indispensáveis. Necessito Exmo senhor de quem me ajude. Devo-me repartir entre os montes, o meu laboratório e gabinete, é preciso que haja alguém que me supra as vezes e muito principalmente nas viagens. Acho uma pessoa que virá a ser hábil nestas coisas; e é meu irmão José Joaquim Vieira Couto, tem me ajudado até agora e se acha já meio desembaraçado nestes trabalhos. Não pretende outros interesses se não a honra de servir a Sua Majestade e aplicar-se ao mesmo tempo a estas coisas, porém precisa a aprovação de V. Exa. Recebi uma carta de V. Exa. na qual me recomenda a quina e as observações sobre a terra matriz do nitro; por onde passo tenho toda a vigilância sobre aquela e sobre esta. Farei também as minhas observações logo que me vir mais desembaraçado das minhas fadigas metalúrgicas.
Deus Guarde a V. Exa. muitos anos. Eu sou Ilmo e Exmo senhor de V. Exa. muito reverente e obsequioso criado.

Tejuco, 22 de junho de 1798.
José Vieira Couto

(...) O Ilmo e Exmo Sr.

Determina-me V. Exa que eu na presente estação deva visitar as salinas do Rio São Francisco em cumprimento das ordens de Sua Majestade. Eu as respeito quanto devo, e assaz me honra do encargo delas porém, Exmo senhor, a simples inspeção da minha pessoa no estado presente mostra bem a grande indisposição da minha saúde que faz indispensável um uso prodigioso de remédios. Nestes termos espero que V. Exa haja de me [ilegível] desta diligência, ficando contudo responsável a segunda parte das ordens sobre o exame das substâncias sálicas se bem que limitado só ao [ilegível] de minha casa muito pouco poderei não só por não ser em terreno próprio de minas ou minerais, senão também por me faltarem os utensílios necessários. Fica portanto manifesta a necessidade de me afastar para mais longe e então porque não é da mente de Sua Majestade que eu me sacrifique a dispensas superiores às minhas forças se fazem precisas algumas providências com as quais em estado de minha saúde estou com sumo contentamento, muito pronto para fazer os exames precisos lotando cada uma das minas, descrevendo os seus lugares para assim se deduzir o cálculo do partido que delas se pode tirar.
Deus Guarde V. Exa como é mister. De V. Exa humilde súdito.

senhor Bernardo José de Lorena
José Teixeira da Fonseca Vasconcellos

AHU - caixa 145, doc. 24

Ilmo e Exmo Senhor,

Em resposta ao ofício de 4 de Janeiro do corrente, levo ao conhecimento de V. Exa. das reflexões seguintes: tem mostrado a experiência no Brasil que o centro da terra é fragilíssimo e por conseqüência infrutífero: vê-se com os olhos que todas as árvores e arbustos têm as suas raízes à flor da terra, vindo buscar o calor do sol, planta-se o milho em covas, pouco profundas pela mesma razão, além disto as terras que não são de matos, onde por conseqüência não há derrubadas a que se lance fogo para com as cinzas se estercarem pouco produzem e necessitam [ser] estercadas com esterco de animais; em alguns quintais assim estercados há agricultores que se servem dos arados: nas plantações grandes que são as dos matos não parece possível que os arados possam

romper tantas e tão grossas raízes além de se demorar muito assim a plantação; apesar disto procurei persuadir o uso aqui já conhecido e praticado em pequenas plantações, assim como o método de queimar as canas já moídas. Com as descrições e estampas inclusas tenho respondido ao que Sua Majestade me determina pela referida carta de V. Exa.
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 22 de agosto de 1798.
Ilmo e Exmo senhor Rodrigo de Souza Coutinho
Bernardo José de Lorena

AHU – caixa 147, doc. 03 / APM rolo 132

Na margem: Escreveu-se ao governador de Minas uma carta régia em 27 de setembro de 1799.

Ilmo e Exmo Senhor

Não tomaria eu a liberdade de escrever esta a V. Exa. se me não vira forçado a queixar-me de injustiças e insultos que se me tem sido feito, as quais são tanto mais agravantes porquanto elas me aconteceram sem eu dar causa a isso, e em tempo que me achava ocupado no serviço de Sua Majestade e feitas por acinte para mais me impossibilitarem e estorvarem, faltando nisto ao respeito e acatamento devido ao mesmo Real Serviço.

O intendente dos diamantes que já não me era amigo, por não lhe querer eu vender os ofícios de escravidão, direito que exige de todo este povo; depois que recebi as ordens régias para me empregar na observação dos corpos mineralógicos desta comarca, e que me cingia executá-las com vigor e altividade; porque não lhas fui comunicar, receber dele, como a sua aprovação, direção e conselho, declarou-se totalmente contra mim e principiou-me a fazer uma perseguição e guerra descoberta.

No princípio motejava de todas as minhas fadigas e ordens do Ministério a este respeito, poucos meses depois passou a expulsar sem causa dos Serviços da Extração Diamantina a um meu irmão, e a perseguir a outro: em vésperas de minhas viagens e

sem ainda ter eu saído, expulsou-me do partido de médico da Real Extração, partido que o exerci por dezesseis anos com nome e zelo, e em meu lugar introduziu um destes cirurgiões feitos nestas terras, sem letras de qualidade alguma, mostrando nisto o seu pouco empenho para a Fazenda Real, que é a conservação da vida daqueles escravos: passou depois a expulsar também todos os meus escravos alugados à mesma Régia Extração, sem conservação de um só, não atendendo aos meus serviços passados feitos no dito hospital por tanto tempo, nem a ser eu morador neste país e por conseguinte recomendado pelo regimento e lei do mesmo, para a conservação dos mesmos escravos alugados, lei que aqui se observa exatamente naquilo que lhes fazem conta e que a desprezam quando lhes bem parece.

Não parou só aqui a guerra feita aos meus interesses, foi preciso também passar a insultos. Publicava que me mandaria prender se eu saísse a viajar pela Demarcação Diamantina; os meus amigos corriam à minha casa nas vésperas da minha saída a rogarem-me que suspendesse as minhas viagens e que não pusesse em execução as ordens régias, que me deveriam trazer sem dúvida a minha ruina, o que não podendo ouvir sem indignação e nojo, desprezei tais conselhos, e saí.

Achava-me munido com uma portaria de general para poder fazer as ditas viagens, darem-me os auxílios precisos por onde chegasse e não me embaraçarem nelas. Levava também comigo ferramentas para dar alguns buracos, e arranjar ou quebrar algumas pedras; acompanhava-me um soldado para auxiliar a diligência e livrar-me ao mesmo tempo das aleivosias deste intendente, que dizia já que eu ia aproveitar-me desta ocasião para tirar diamantes; desta maneira e com estas precauções é que eu me achava sobre os montes.

O intendente que pensava que eu ainda não tinha saído, e que era já tempo de pôr em execução os seus designos, mandou-me o escrivão dos diamantes a minha casa duas vezes nessa tarde, não sei a que fim: de noite foi à dita minha casa cercada de pedestres, e assim esteve até de manhã; meu irmão foi preciso sair as escondidas e refugiar-se antes de ser ela cercada, por avisos que teve, que o procuravam para o prenderem e fazerem-no assinar termo de despejo: assim passou este primeiro ímpeto e fúria do intendente.

No fim de nove ou dez dias entrando eu no Tejuco, fui notificado para não sair e prosseguir nas minhas viagens dentro da Demarcação, e como o principal pretexto da proibição era por andar eu com instrumentos de minerar, lhe respondi que eu os deixava,

e não os traria mais comigo e que faria as minhas observações só com os olhos e como pudesse, pois que não podia suspender a minha viagem sem grave prejuizo do Real Serviço. Não tive disto resposta, e persistiu na sua teima: vi-me então proibido com sumo espanto e admiração minha, até de passear por lugares que nunca se vedaram a ninguém, não levando ferramentas como eu já pretendia. O general, perante quem foi remetida a decisão enviou-me ordem para fazer os meus exames por fora da Demarcação; assim o fiz, e o intendente levou a sua avante, pretextando com o zelo e inteireza da sua jurisdição e no fundo das coisas nada era senão ódio, vingança, e impossibilitar-me para não desempenhar a minha comissão.

Este ódio e estes seus designios se tornaram a manifestar ao depois, quando eu menos o pensava com o seguinte caso. Estavam já há muito concluidas as minhas viagens, e um dia seguindo eu a estrada direita para a minha fazenda, deu-me desejos de ver uma mina de enxofre que ficava um tiro de espingarda, desviada da mesma estrada, e ao pé de um quartel ou Guarda Diamantina. Roguei ao soldado que me mostrasse; foi o mesmo como se tratasse com o dito de uma inconfidência, não ouvi senão gritos em resposta. O caso foi logo trazido no mesmo instante ao intendente, que aprovou e louvou muito o procedimento do soldado, e daí por diante se nomeou mais para aquela guarda um pedestre para vigiar unicamente a mina de enxofre e não deixar ninguém ali chegar. Eis aqui, Exmo Senhor, em que já degenerou a Guarda dos Diamantes nesta terra!

Parecerá talvez a V. Exa. incríveis estas coisas; tudo é a mesma verdade, não sei abusar nem da minha pessoa, nem da de V. Exa, perante quem relato estes fatos, todos públicos nesta capitania, e os atesto com a testemunha do Ilmo governador dela a quem dei par de todas estas coisas, como iam sucedendo e quem além disso as ouviu da boca de todos aqueles que desta terra iam aos seus negócios, à capital.

Destes casos que me respeitam poderá também V. Exa. inferir o que tem ido por este aflito povo; uma magistratura toda caprichosa e toda marcada de baixas vinganças tem feito o apoio e quase a perdição total desta terra e com tudo isto este homem obra consequentemente segundo os seus princípios; diz o que tem direito, que não quer servir mais, e que o seu gosto é ir acabar filosoficamente os seus dias entre os copos de água ardente e vinho do Pico, sua terra: alma baixa, que uma pequena massa de ouro é para ela mais sensível, do que o deixar após si uma terra, uma bela memória, uma saudosa lembrança e um honroso desempenho do seu cargo. Tais são as poderosas razões que tive de me dirigir a V. Exa. com os meus gemidos, indispensável preceito que a natureza me impôs de os lançar, vendo-me oprimido e pisado sem razão.

Nesta mesma ocasião envio pela repartição de V. Exa. à Sua Majestade o resultado das minhas observações mineralógicas feitas no limitado espaço de um ano: se V. Exa. achar em mim partes para que de algum modo possa concorrer para a celebridade e aumento das coisas portuguesas, achará em mim, na falta de talentos e gênio, isto recompensado com muito zelo e com uma alma aturadora e sofredora de trabalhos.
Deus Guarde a V. Exa. muitos anos. O Ilmo e Exmo senhor, sou de V. Exa. o mais reverente atencioso e afetuoso criado.

Tejuco, aos 4 de janeiro de 1799.
dom Rodrigo de Souza Coutinho
José Vieira Couto

AHU - caixa 148, doc. 36 / APM rolo 133

Ilmo e Exmo Senhor

Em observância do que me ordena na carta de V. Exa. de 19 de novembro do ano passado, tenho dado todas as providências para o estabelecimento de um jardim botânico; achou-se um lugar excelente, e são casas e terrenos do tenente coronel José Pereira Marques, devedor ainda de grande quantia à Real Fazenda pelo Contrato das Entradas que teve arrematado: em consequência da representação inclusa do doutor Joaquim Velloso de Miranda, se estabeleceu em Junta da Real Fazenda o ordenado de duzentos mil réis por ano ao doutor Luiz José de Godoy Torres, como ajudante do referido Velloso; espero que a despesa não seja excessiva, o tempo o mostrará, e será presente a Sua Majestade pelo Real Erário ficando ao meu cuidado participar a V. Exa. o progresso de um estabelecimento tão útil e tão recomendado.
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 10 de maio de 1799.
dom Rodrigo de Souza Coutinho
Bernardo José de Lorena

AHU caixa 148, doc. 45 / APM rolo 134

Em resposta às cartas de V. Exa. de 20 de setembro e 31 de outubro do ano passado a respeito de uma mina de ferro achada em um sitio pantanoso, remeto a V. Exa. a carta do doutor Joaquim Vellozo de Miranda junto com o ensaio da mina , eu me refiro ao que ele diz: o metalúrgico Manso, é indivíduo que ainda aqui não apareceu. A V. Exa. há-de ser presente a remessa do doutor José Vieira Couto acompanhada da minha carta de ofício de 30 de janeiro do corrente, e por ela virá no conhecimento das riquíssimas minas de ferro pelo mesmo doutor descobertas, quase na mesma distância desta capital do que a pobre de ferro pantanoso mencionada; portanto, julgo que se pode estabelecer a fábrica de ferro, como Sua Majestade intenta, contanto porém que venham dois mestres de fora e um ajudante, pois que pode muito bem servir de outro o armeiro do Regimento Regular desta Guarnição, Manoel João Pereira, que já ajudou ao doutor Vellozo no referido ensaio.

Pelo que pertence à rica mina de chumbo em que V. Exa. me fala, achada no terreno de Tamanduá, até agora certamente é coisa de que não há notícia.
V. Exa. me ordenará o mais que Sua Majestade for servida.
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 10 de junho de 1799.
Ilmo e Exmo senhor dom Rodrigo de Souza Coutinho
Bernardo José de Lorena

Ilmo e Exmo Sr.

Em cumprimento da ordem de V. Exa. ensaiei a mina de ferro pantanoso, a qual deu de produto dezesseis até vinte por cento, o que junto apresento a V. Exa.

Dista o lugar da mina trinta e cinco léguas desviado desta capital; e se devo interpor o meu parecer sobre a sua extração e fabrico, penso que nenhuma conta pode fazer; maiormente aonde se acaba de ver outro ensaio de uma mina feito no Tejuco, bastantemente rica, também, por ordem de V. Exa. V. Exa mandará o que for servido.
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 9 de junho de 1799.
Ilmo e Exmo senhor Bernardo José de Lorena
Joaquim Vellozo de Miranda
naturalista em serviço de Sua Majestade

AHU - caixa 149, doc. 30 / APM 134

Seis meses há que vi-me na precisão de escrever V. Exa dando parte dos incômodos que tenho sofrido, tanto na falta dos meios de subsistência que o presente governo do Tejuco me tem procurado, e muito principalmente depois que entrei a me ocupar no Serviço de Sua Majestade, como ainda nos obstáculos feitos pelo mesmo para que não observe eu a Demarcação Diamantina, e do que muito se comprazem ainda hoje estes ministros; mas nada disto tem afrouxado o meu zelo e fervor por estas coisas, antes mais me aplico, e o céu tem favorecido os meus trabalhos. Nesta presente remessa dou a manifesto riquíssimas e imensas minas de cobre, que na remessa passada as dava de uma maneira incompleta, pois que as minas deste metal que até então tinha observado eram dispersas e solitárias. Estas descobertas e exames tenho-as feito todas a minha custa, e o que admira mais, até a expor-me a ser insultado e preso pelas guardas que estão para isso bem avisadas, de sorte que não posso viajar como minerólogo, porém com um cão de caça e uma espingarda ao ombro é-me concedido observar o que eu quizer: ainda menos mau, e desta indústria me tenho valido para mostrar ao Estado as imensas riquezas que possuia, e ao mesmo tempo até hoje as ignorava.

Tenho também experimentado Exmo senhor grandes dificuldades em muitas experiências químicas por causa de não ter o meu laboratório munido de vasos de vidro, nem nestes sertões há para onde recorrer-se: Se V. Exa. me suprisse com os vasos da lista inclusa, muito V. Exa. promoveria para a glória e aumento do Estado do qual é V. Exa. digníssimo e benemérito ministro.
Deus Guarde a V. Exa. muitos anos. Tenho a honra de ser Ilmo e Exmo senhor de V. Exa. muito reverente e obrigado criado.

Tejuco, 30 de julho de 1799.
dom Rodrigo de Souza Coutinho
José Vieira Couto

AHU - caixa 149, doc. 54 / APM rolo 135

Em vários córregos vizinhos à Vila de Pitangui, principalmente no de Macaco, ao sul da dita vila, se encontram os aljofares que remeto no pequeno embrulho junto, assim como as suas conchas, ou matrizes, em que foram formados, o que bem claramente se observa nas mesmas.
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 21 de agosto de 1799.
Ilmo e Exmo senhor dom Rodrigo de Souza Coutinho
Bernardo José de Lorena

AHU - caixa 161, doc. 25 / APM rolo 147

Ponho na presença de V. Exa. a cópia do meu ofício número 70 com data de 15 de julho de 1799, a que me refiro, em consequência saiu daqui a expedição no tempo indicado com um Destacamento de Tropa Regular, comandado pelo sargento-mór Antonio José Dias Coelho, mandei também o sargento-mór do 1o Regimento de Cavalaria de Milícias desta comarca de Ouro Preto, Manuel Antonio de Magalhães, em quem confio, foi encarregada a diligência em primeiro lugar ao doutor intendente do ouro da comarca do Rio das Velhas, Francisco de Paula Beltrão, ordenei ao doutor José Vieira Couto seguisse como naturalista em serviço de Sua Alteza Real, para todos os exames mineralógicos e metalúrgicos em lugares tão remotos, pouco conhecidos, e de tão grandes esperanças; recolheu-se a expedição a 14 de novembro do ano próximo passado, com o feliz resultado da porção de diamantes que constam do termo da Junta desta Real Fazenda, cópia número um, menos considerável pelo peso total, do que pela de cada uma das pedras em particular, de que se fez remessa pelo Erário Régio com ofício da Junta da Fazenda de 20 de dezembro do mesmo ano, a necessária avaliação mostrará quanto excedeu a despesa número dois; maior grandeza se poderia ter extraído se se tivesse trabalhado em serviços assentados, porém como se tratava de explorar lugares diferentes, foram os ditos serviços volantes, além da pouca aptidão e de pequeno número da gente que trabalhava com o guia o capitão Izidoro; a despesa teria também sido muito menor a não serem os lugares tão desertos, que foi necessário conduzirem-se ali mantimentos por vezes, da distância de mais de vinte léguas: do referido termo consta a união, honra e economia da Real Fazenda com que se

conduziram todos os empregados na diligência. A este ofício vai junta a descrição dos lugares, e a exposição dos ensaios das minas, e das preciosidades que a natureza com mão benigna ali depositou, tudo ordenado pelo doutor José Vieira Couto, assim como a sua remessa que vai em caixão próprio, sou informado que a mina de ferro terrea, e limosa da repartição 61, tem grande abundância de matos e excelentes águas na sua vizinhança. Além das utilidades recontadas tirou-se a maior do conhecimento verdadeiro do local, para se disporem as guardas e patrulhas de forma que não possam entrar garimpeiros; ficam dadas as providências próprias do meu zelo e amor pelo Real Serviço. Devo recomendar muito a V. Exa. o intendente Francisco de Paula Beltrão, que além de ter conduzido excelentemente de muito boa vontade se prestou para o Real Serviço, outro tanto sou obrigado a dizer do sargento-mór do Regimento Regular, Antonio José Dias Coelho, este oficial merece uma muito particular recomendação, o sargento-mór Manuel Antonio de Magalhães desempenhou o bom conceito que sempre tem merecido, nem o ministro nem estes oficiais tiveram ajuda de custo. O doutor José Vieira Couto bem merece que o Príncipe Regente Nosso Senhor o queira honrar com o Hábito da Ordem de Cristo, ele se não poupa a trabalhos, nem incômodos pelo serviço do mesmo Augusto Senhor; o resto da tropa portou-se como se manifesta no termo da Junta, merecem porém muita distinção os furriéis Elesbão Lopes Duro, que sempre acompanhou separadamente o doutor Couto, e Joaquim Mendes de Almeida; toda a expedição sofreu os incômodos naturais de sertões mal sadios, cortados de rios como bem descreve o senhor José Vieira Couto. Resta-me pedir a V. Exa. queira recomendar à grande piedade de Sua Alteza Real o capitão Izidoro de Amorim Pereira, ele foi a causa dos exames e conhecimentos expostos, entregou a pedra de duas oitavas, que foi remetida no Real Erário, sujeitou-se verdadeiramente às soberanas leis, e hoje existe nesta capital, em idade e estado de moléstias, que seguram a sua boa conduta futura, em muita pobreza, e talvez bem desprezado de alguns, a quem não tenha feito conta a sua sincera conversão. Pela minha parte só alego como serviço o desejo que tive de procurar o aumento da Fazenda de Sua Alteza Real, O Príncipe Regente Nosso Senhor, misturado com o cuidado, justo receio e incerteza do bom êxito da expedição. Queira V. Exa. com a honra que lhe é natural pôr tudo o expedido na Real Presença do Mesmo Augusto Senhor, para mandar, e dispor o que for do seu Real Agrado. Deus Guarde V. Exa.

Vila Rica, 6 de fevereiro de 1802.
Ilmo e Exmo senhor visconde de Anadia
Bernardo José de Lorena

AHU - caixa 183, doc. 07 / APM rolo 168

À respeitável presença de V. Exa. trago a relação das sementes das plantas indígenas da capitania de Minas Gerais, que eu recolhi e conduzi a esta Corte por ordem de meu Exmo governador que me dignificou, serem pedidas por um país estrangeiro; por esta razão escrevi em latim tudo o que se desejava saber das mesmas plantas na conformidade da instrução que acompanhava o ofício de V. Exa. para satisfazer mais completamente aos requisitos da mesma, eu procurei com trabalho insano reduzir ao sistema de Lineu todas quantas conheci e pude encontrar floridas; insistindo para este fim sobre os passos dos naturalistas mais célebres que escreveram da América como Joaquim Brown, Forster, Aublet, e outros, que eu me propus como modelos em uma empresa, que parecerá talvez estranha à profissão de um militar; que é na realidade muito superior à tenuidade das minhas forças; mas não aos desejos que me animam de servir bem, e ser útil ao Estado em qualquer gênero de serviço.

Lembrei-me de ajuntar a estas descrições tábuas iluminadas das espécies mais célebres e gêneros que me parecem novos, trabalho que eu continuava sempre que podia, apontando a lápis e [ilegível] alguns traços ligeiros que conservassem a forma e cor natural para com vagar passar a limpo; mas foi muito pouco o tempo e muito menos os auxílios que pude ter para este fim que não passaram de uma besta e um preto escravo que conduziam as sementes que eram todas colhidas e preparadas pela minha própria mão, trilhando de dia os matos e campos, recolhendo flores e frutos e revolvendo de noite aos autores botânicos, ajustando a variedade das suas opiniões com as irregularidades da natureza para delinear desenhos e arranjar descrições sistemáticas sobre objetos de uma ciência inexata e verdadeiramente de olhos, que mais se aprende pela prática que pela teoria. Arrotiando por assim dizer, sem guia, um país inteiramente novo, jamais trilhado por algum dos naturalistas , que passaram às minas, que ou se pouparam aos trabalhos, ou se os fizeram, os não tem publicado. Não encontrando mesmo nem de quem soubesse os nomes triviais de algumas plantas na língua natural do país por estarem retirados ao interior dos sertões de matos e quase sem comunicação conosco, os índios muito mais curiosos e mais industriosos a este respeito, do que os nossos até ao presente.

Mas longe de me desanimar, eu procurarei, se me for lícito, acabar os desenhos, que principiei com tanto gosto e por ora queira V. Exa. acolher estas primícias das minhas

aplicações que só se dirigem a provar quanto eu desejo merecer a consideração de bom servidor.
Deus Guarde a V. Exa. felizmente por muitos anos. O mais reverente súdito de V. Exa.

Lisboa, 09 de janeiro de 1807.
Ilmo e Exmo visconde de Anadia
João Gomes da Silveira Mendonça

AHU - caixa 187, doc. 30 / APM rolo 173

Ilmo e Exmo Sr.

V. Exa. se vê de contínuo perseguido com minhas fastigiosas cartas, queixe-se de si mesmo, e acuse a bondade do seu coração.

Não há muito tempo que tive a honra de escrever a V. Exa. quase sem interpelação de tempo, e agora o faço novamente, não só para reiterar a V. Exa. os meus sentimentos, mas ainda, para lhe apresentar o desenho de um brilhante que foi ultimamente achado na Administração Diamantina do Abaité, ou Nova Lorena, a que me foi por S.A.R. encarregada; podendo segurar a V. Exa. que esta a meu entender é muito mais extensa, e abasta não só de brilhantes, mas de minas de ferro, chumbo, o que se não observa na de Tejuco.

Desejo a V Exa. que haja de ter experimentado todo o alívio na sua moléstia, e que para me honrar se queira convencer de que sou com a maior consideração sempre. De Vosso escravo e criado o mais reconhecido e fiel amigo.

Vila Rica, 18 de janeiro de 1809.
Ilmo e Exmo senhor conde de Galveas
Pedro Maria Xavier de Ataide e Mello

AHU - caixa 188, doc. 35 / APM rolo 174

Diz Apolinário de Souza Caldas, natural de Villa Rica e furriel do Regimento de Cavalaria de Minas Gerais, desde a idade de dezessete anos tem servido a Vossa Majestade com o mais decidido zelo, e atividade, como se evidencia dos atestados constantes dos autos de suplicação (...)

No 4o atesta o procurador da Coroa, e Fazenda e Vossa Majestade o inspetor do selo da capitania de Minas Gerais haver sido igualmente designado para acompanhar o naturalista doutor Joaquim Vellozo de Miranda na exploração dos produtos botânicos, servindo o suplicante pela sua arte de pintura, e desenho para delinear e pintar as plantas, sem outro interesse mais que o seu soldo; (...)

No 7o atesta mais o naturalista José Vieira Couto, haver sido acompanhado igualmente pelo suplicante nas diferentes diligências de que foi encarregado sobre as descobertas e exames da Nova Lorena Diamantina, e os bons serviços que ele prestou

(...)
Atestação:
Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, procurador da Coroa e Fazenda Real, por Sua Alteza Real e inspetor do selo desta capitania de Minas Gerais. Atesto, que Apolinário de Souza Caldas, furriel do Regimento Regular desta capitania acompanhou ao doutor Joaquim Vellozo de Miranda na exploração dos produtos botânicos servindo-lhe pelo seu ofício de pintor para delinear e pintar as plantas sem outro salário além do seu soldo. E pelo conhecimento que dele tenho afirmo ser de bons costumes e ter se conduzido muito bem no que ao seu ofício e lugar ou posto pertence sem fama em contrário. Por me pedir esta lha dou por mim feita e assinada.

Vila Rica 31 de agosto de 1802.
Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos

(...)
Atestação :
O doutor Joaquim Vellozo de Miranda naturalista encarregado das ordens de sua Alteza Real na indagação dos produtos naturais desta capitania de Minas Gerais atesta que o cabo de esquadra Apolinário de Souza Caldas por ordem do Exmo senhor general que então era me acompanhou na qualidade de pintor na diligência em que

andei pela maior parte desta capitania de recolher e observar os seus produtos naturais no que o dito cumpriu muito bem com as obrigações do que por mim era encarregado àquele respeito por ser bastantemente hábil no desenho.

Vila Rica, 18 de maio de 1803.
doutor Joaquim Vellozo de Miranda

(...)
Atestação:
Antonio José Vieira de Carvalho, cavalheiro professo na Ordem de Cristo cirurgião mór do Regimento de Cavalaria de Linha desta capitania e lente de anatomia e cirurgia no Hospital Real Militar desta praça por Sua Alteza Real, atesto que Apolinário de Souza Caldas, cabo de esquadra do meu Regimento acompanhou por espaço de cinco anos pouco mais ou menos por ordem do Ilmo Exmo senhor visconde de Barbacena governador e capitão general desta capitania nas explorações botânicas ao naturalista o doutor Joaquim Vellozo de Miranda para desenhar e pintar as plantas que se remeteram para o Real Museu sem outro algum estipêndio mais que o seu único soldo. Soube ser ágil e pronto nas suas obrigações e de muito bons costumes. Por esta me ser pedida a passei de minha letra e sinal o que tudo afirmo sendo necessário pelo Hábito que professo.

Vila Rica, 08 de junho de 1803.
Antonio José Vieira de Carvalho

(...)
Atestação:
José Vieira Couto naturalista empregado por ordem de Sua Alteza Real certifico que Apolinário de Souza Caldas cabo de esquadra do Regimento regular de Minas, fez comigo várias diligências tendentes ao Real Serviço nas descobertas e exames da Nova Lorena Diamantina em cujos serviços mostrou com muito zelo e atividade no mesmo Real Serviço o que atesto e juro se preciso for.

Vila Rica, aos 08 de junho de 1803.
José Vieira Couto

AHU - Códice 573, fl. 224-225

Querendo Sua Majestade, que nesta Corte haja informações e notícias seguras sobre algumas das muitas riquezas, que em si contém as capitanias de São Paulo, e de Minas Gerais, foi a Mesma Senhora servida eleger a Vmce para fazer uma viagem nas ditas capitanias, pelo modo e com o fim, que passo a participar a Vmce, depois de o assegurar, que, para cobrar a pensão de quatrocentos mil réis anos de que Sua Majestade lhe fez mercê, se ordena ao vice-rei e capitão general de mar e terra do Estado do Brasil, e aos governadores e capitães generais das capitanias de São Paulo, e de Minas Gerais, que pelo subsídio literário daquela capitania, onde Vmce se achar, lhe seja paga a mesma pensão, e que além disto cada um dos referidos governadores dê a Vmce aquela ajuda de custo que foi proporcionada às despesas da sua viagem como igualmente as outras facilidades para os exames, de que por ordem de Sua Majestade passo a encarregá-lo. Vmce dirigirá a sua viagem logo à capitania de São Paulo, e procurará descobrir nas barreiras daquela capitania as nitreiras, de que nesta Corte existe alguma notícia, e examinará igualmente a mina de ferro de Arrassuaba na mesma capitania, e do mesmo modo as minas de ferro de Brussuiaba, junto à Vila de Sorocaba, devendo Vmce informar de tudo o que se achar a este respeito. Igualmente neste lugar deve Vmce reconhecer uns buracos perpendiculares antiquíssimos, que a tradição diz serem minas de prata trabalhadas por espanhóis, e visitar depois certas minas, que dizem haver em Piracicaba, adiante da Vila de Utis. De todos estes diferentes objetos ordena Sua Majestade a Vmce que informe direta, miúda, e regularmente a esta Secretaria de Estado, ajuntando todas as observações que for fazendo nas suas viagens mineralógicas, assim como a notícia dos novos descobrimentos, que pode fazer. Vmce informará do mesmo modo do préstimo e aptidão do padre Francisco Vieira Goulart, e de Manoel Joaquim de Ornellas, ambos familiares do bispo de São Paulo, que Vmce aí achará, e se são dignos de ficarem encarregados de prosseguirem as descobertas, que Vmce fizer na capitania de São Paulo. Depois de Vmce ter concluido as suas observações nesta capitania, passará ao Rio São Francisco, e ao Abaité, e visitará o território intermediário a Goiás e Minas Gerais, marcando o valor das descobertas de ouro e prata, que se têm feito naqueles sertões. Encarregando-o Sua Majestade ao mesmo tempo de observar em toda a sua digressão as casas de fundição, e de informar sobre a qualidade dos trabalhos, que nas mesmas se executam, assim como se estas fundições são tratadas com a devida economia, que a Mesma Senhora tem recomendado, o que tudo confia das luzes e do zelo de Vmce depois de o encarregar de uma comissão tão importante a qual Sua Majestade espera, que Vmce executará muito a Sua Satisfação.

18 de março de 1797.
João Manso Pereira
dom Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 610

Constando nesta corte que no Serro Frio existe um hábil sujeito chamado o doutor Couto, e conhecendo-se a mesma aptidão no bacharel Joze Teixeira da Fonseca e Vasconcelos que está na comarca do Sabará: É Sua Majestade servida, que V. Sª encarregue a um e outro de dar as informações mais circunstanciadas sobre as minas daquele país; como também do partido que delas se pode tirar; podendo V. Sª até incumbir este último de visitar as salinas de São Francisco: O que tudo será muito bem do agrado de Sua Majestade

Palácio de Queluz, 18 de março 1797.
Bernardo José de Lorena
dom Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 611, fl. 6

Pela carta régia inclusa verá V. Sa que Sua Alteza Real acaba de encarregar a João Manso Pereira, como sujeito o mais capaz da inspeção e exame das minas e trabalhos de ferro nas três capitanias de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, e que consequentemente logo que o sobredito João Manso estiver desembarcado da capitania de São Paulo V. Sa então deve procurar que ele vá examinar as minas existentes nessa capitania as quais poderão vir a ser de muito grande utilidade, tendo perto lenhas em abundância de que se possa fazer bom carvão. E V. Sa desde já deverá fazer zelar e guardar com cuidado os arvoredos e matas que houverem na vizinhança, e contorno das mesmas minas para se estabelecerem as grandes carvoarias e para que depois se não experimente na fábrica de ferro, que se erigir, a falta de carvão o qual é essencialmente necessário para os respectivos trabalhos. Será também conveniente que os trabalhos da fábrica do ferro não comecem se não depois que o dito João Manso tiver chegado às mesmas minas e tiver feito as competentes averiguações. Estes objetos são de tão grande importância que Sua Alteza Real os recomenda muito expressamente a V. Sa pelo desejo que tem de os promover e ampliar.

Lisboa, 19 de agosto de 1799.
Bernardo José de Lorena
dom Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 611

Subindo à Augusta Presença do Príncipe Regente Nosso Senhor os ofícios de V. Sª que decorrem de número vinte e quatro até trinta e sete houve Sua Alteza Real por bem tomar sobre o objeto daqueles que pediam resposta, as seguintes resoluções, que passo a comunicar a V. Sª. (...)

Pelo ofício número 28 foi S.A.R. informado dos esforços, que V. Sª vai fazendo para reconhecer o que contém essa capitania, servindo-se dos naturalistas, que o mesmo Senhor lhe apontou para este fim, e ordena que V. Sª continue a empregá-los dentro da capitania, visto que se destinaram outros naturalistas para irem visitar as salinas do Rio de São Francisco. Eu espero que brevemente se dêem grandes providências para aumentar a exploração das minas do ouro, já mandando-se aí pessoa muito hábil nestes trabalhos, já tirando-se a abusiva circulação do ouro em pó, e já mostrando-se os melhores métodos de conduzir semelhantes trabalhos. Igualmente espero, que V. Sª tenha aí brevemente João Manso, que deverá ser empregado na especulação das minas de ferro; o que confio será muito vantajoso a essa capitania. Determina S.A.R. a se examine, e informe sobre que a manufatura da pólvora, que aí puder fabricar-se logo que as nitreiras naturais, ou artificiais, produzam suficiente quantidade de salitre, a no qual caso podem ordenar-se que se faça por conta da Real Fazenda e fique a manufatura do mesmo gênero vedada a todo o particular. (...)

Viu S.A.R. com muita satisfação a notícia, que V. Sª comunica no ofício número 32 a respeito da produção do nitro, e ordena a V. Sª, que procure animar quanto puder a mesma produção para o fim que já lhe participei por ordem do mesmo Senhor, e que poderá vir a ser com grande vantagem desses povos, motivo de um considerável aumento para a Fazenda Real dessa capitania. O mesmo Augusto Senhor autoriza a V. Sª para recompensar competentemente os naturalistas que se forem distinguindo nos trabalhos e comissões de que estão incumbidos. (...)

Enquanto finalmente ao ofício número trinta e sete, houve S.A.R. por bem determinar, que ele se remetesse ao senhor marquês mordomo-mór, a fim de se darem as precisas providências, para que o intendente dos diamantes não embarace ao hábil naturalista Couto, o fazer no Serro Frio as necessárias observações, e também para que se estabeleçam aquelas providências, que S.A.R. tem em vista sobre tão importante objeto, e de que se hão de seguir grandes vantagens. Eu participarei a V. Sª o que a este respeito resolver S.A.R., e desde já recomendo a V.Sª no Real Nome do mesmo Senhor, que

proteja o dito naturalista, e não consinta que seja vexado pelo mencionado intendente, que creio terá brevemente sucessor.

Palácio de Queluz, 19 de setembro de 1799.
Bernardo José de Lorena
dom Rodrigo Souza Coutinho

AHU - Códice 611

Conhecendo o Príncipe Regente Nosso Senhor quanto seria danoso à felicidade e riqueza dos povos dessa capitania o abandonarem a agricultura e o trabalho das minas para se darem as manufaturas, e a uma indústria que apenas reproduz com o seu valor o trabalho, que se consome em haver os seus produtos, quando a agricultura reproduz novas riquezas muito superiores ao trabalho que se emprega em os haver, por tão justos motivos manda S.A.R. recomendar a V. Sª, que procure animar muito os povos à agricultura, e ao trabalho das minas e desviá-los das manufaturas, que nada lhes convém, enquanto as primeiras fontes já citadas da riqueza nacional se não acharem levadas por uma proporcional população limite, em que seja necessário haver recurso às manufaturas para o emprego dos braços: O mesmo Augusto Senhor é servido que V. Sª tenha o maior cuidado em não perder de vista este objeto, como o mais essencial, não se afastando de tão necessários princípios.

Palácio de Queluz, 1 de dezembro de 1800.
Bernardo Jozé de Lorena
dom Rodrigo de Souza Coutinho

Havendo o Príncipe Regente Nosso Senhor encarregado pelo decreto da cópia junta, a João Manso Pereira de visitar as quatro casas de fundição dessa capitania: Ordena S.A.R. que V. Sª o auxilie convenientemente em tudo o que for tendente a exercer ele as funções, de que é encarregado pelo sobredito decreto, e a tirar-se de seu préstimo toda a utilidade a bem do Real Serviço.

Palácio de Queluz, 16 de fevereiro de 1805.
Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello
visconde de Anadia

N.3. O decreto de que se fez menção é o seguinte.

Tendo encarregado a João Manso Pereira de visitar a capitania de São Paulo, para que pudessem haver seguras informações sobre a existência e qualidade de muitos objetos dignos de Minha Real Contemplação, quais as nitreiras naturais, as minas de ferro de Sorocaba, e outras de diversos metais, de que havia tradição naquela capitania, e tendo ele satisfeito à referida comissão, não só remetendo ensaios docimásticos das mesmas minas, mas descobrindo enxofre e caparrosa, estabelecendo nitreiras artificiais, propondo a utilíssima extração da potaça que encontrou em grande abundância nas cinzas do arbusto denominado Cambara, e particularmente trabalhando com aproveitamento por meios os mais econômicos na fundição, e ensaio do ouro; E por esperar que continuará a servir-Me com igual préstimo: Ei por bem encarregá-lo de visitar as quatro casas de fundição de ouro da capitania de Minas Gerais, para dirigir e aperfeiçoar sucessivamente em cada uma delas todas as operações necessárias, sem avultada despesa, que até ao presente se tem feito de água forte, cadinhos, e especialmente de solimão, como Me tem sido constante pelas remessas que se têm feito dos mesmos gêneros, procurando a maior economia possível no consumo deles, e instruindo nos processos convenientes aos atuais fundidores e ensaiadores, e aos que pretenderem habilitarem-se para sucederem nestes empregos. Em atenção aos referidos trabalhos: Sou Servida que o mesmo João Manso Pereira vença anualmente, em qualidade de professor de metalurgia e docimástica a pensão de 800 mil réis, pagos pelo Cofre da Junta da Minha Real Fazenda da dita capitania de Minas Gerais; em cuja pensão ficará compreendida a de 400 mil réis que já recebia em virtude das Minhas Reais ordens; e lhe serão igualmente dadas todas as ajudas de custo que forem proporcionadas de despesas de viagens, e diligências, que fizer a bem das funções de que fica encarregado. Luiz de

Vasconcellos e Souza, do Conselho de Estado, e presidente do Meu Real Erário o tenha assim entendido, e faça executar com as ordens necessárias.

Palácio de Queluz.
Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor
Manoel Travassos da Costa e Araujo / João Fellipe da Fonseca

ANRJ - Códice 69, vol. 10, fl. 18v e 19

Ilmo e Exmo Senhor

A carta régia que tive a honra de receber datada de 19 de agosto do ano precedente, e o ofício de Vossa Excelência da mesma data, me dão toda a certeza assim da satisfação que ao Príncipe Regente Nosso Senhor tem merecido os grandes resultados que João Manso Pereira tem sabido tirar das minas de ferro na capitania de São Paulo, como da Real Atenção com que o mesmo senhor procura felicitar os seus vassalos, e aumentar a opulência dos seus vastos domínios. Eu me lisonjearia de concorrer imediatamente `a recepção das ordens de Sua Alteza Real para o complemento de tão úteis trabalhos, aproveitando-me das tentativas já feitas nesta capitania de ordem minha e dos conhecimentos e direção do referido João Manso. Porém, como tudo quanto é relativo a este assunto deva pôr-se em prática depois que este hábil químico tenha concluído as suas indagações nas duas capitanias de São Paulo e Minas Gerais, só verificando-se a sua chegada a esta cidade poderão ter princípio as diligências que me são recomendadas. E ainda que desde já deveria fazer zelar e cuidadosamente guardar os arvoredos e matas, que houverem na vizinhança e contorno das minas contudo sendo indispensável a presença do mesmo João Manso não só para o descobrimento das minas como principalmente para o conhecimento das que forem mais ricas, parece-me acertado esperar pela sua vinda afim de se estabelecerem as carvoarias nos lugares mais próprios, e não ficarem desde já os moradores privados do uso daqueles matos que sendo indispensáveis para o costeio das suas Fazendas não serão de utilidade alguma pela distância em que ficarão das fábricas de ferro.
Deus guarde a Vossa Excelência.

Rio de Janeiro, 29 de março de 1800.
senhor dom Rodrigo de Souza Coutinho
conde de Resende

Nomenclatura de alguns vegetais cuja existência é conhecida ou se supõe existir dentro da Província de Minas Gerais e são de maior préstimo a economia humana.

A letra D = Duvidosa ou se existe dentro dos limites da Província em lugares pouco conhecidos ou ocupados pelos selvagens: = FC = Fruta Cultivada = FS = Fruta Silvestre = FL = Flor Cultivada = H = Hortaliça Cultivada = * Planta ou vegetal exótico = M = Madeira de Construção grande ou pequena = P = Palmeira.

Nomes Portugueses e Brasileiros	Nomes Gregos e Latinos	Notas
Abacate	Persea Gratissima (Laurus)	FC
Abelha	Ophrys Mijoides	D
Abricó ou Albrico que Persico	Prunus Armeniaca	FC *
Anil ou Lingoa de Galinha	Indigo ifera anil= Hissuta=Tinctoria= Argentea=Disperma	
Arabontam - Nome que dá ao Ibirapitanga ou Pau Brasil; talvez por entender mal a pronunciação dos Indígenas, ou não poder escrever a palavra por um outro modo.		
Indígenas, ou não poder escrever a palavra por um outro modo.		
Bananeira da terra	Musa Paradisiaca = M. Sapientum	FC

Borboleta - As borboletas; e os Banunculos raríssimos vezes dão pequenas flores nos lugares mais frios da Província.	Banunculos Asiaticus	FL
Cacao / Cireiro	Theobrama cação	A. Arm.
Cochonilha vegetal an Barba de velho	Spiloma Rósea	
Erva Babosa	Aloe Vera	
E. Doce	Anethum Forniculum	H
Ervilhas	Pisum Sativum	Legume
Feijão Branco	Phaseolus vulgaris	Leg
F. Caracolla	Ph. Caracollus	Leg
F. Preto		Leg
F. Fradinho		Leg
F. Mendo		Leg
F. Vermelho ou Cavallo		Leg
F. da Praia	Sophora Litoralis	Leg
F. Basado ou Raiado	Ph. Radiatus	Leg
F. Manteiga		Leg
F. olho de pomba		Leg
Guaraná	Paullinia Sorbilis	D
Quina (Pau de)		MC

Limoeiro	Citrus Medica	FC = MC
Mangabeira		FS - MC
Linho Canhamo	Canabis Sativa	
Palmito	Euterpe Edulis	P
Pau Brasil ou Pau da		MC
Rainha	Pinus Silvestris	MC
Pinheiro	Chinchona Officinalis	MC
Quina	Contarea Speciosa / Buena	
Q. do Rio	Exandria	
Q. do Campo (...)	Strischnos Pieudo Quina	
Q. da Serra	Chinchona Ferrujinea	
Q. do Matto	C.	
Q. de Remijo	Chinchona Remijianna	
Q. do Piauhy	Exostema Sonsanum	MC
Q. de Camamú		

Observação

A diversidade de nomes, que nas diferentes províncias do Brasil, e ainda mesmo dentro de cada uma delas se dá aos vegetais, motiva certamente que na tabela que ofereço se achem as mesmas árvores, plantas, e outros objetos botânicos com algumas denominações diferentes das triviais da província de Minas. Isto parecerá erro aos escrupulosos; e amigos do otimismo: mas como eu considero esta corografia como um pequeno Índex das muitas coisas, que há a dizer a respeito de uma província tão cheia de riquezas naturais, e artificiais; e como também me lembro de que não será lida

somente dentro da província; rogo aos amantes das ciências, e artes, que corrijam os erros que acharem nestes escritos, o que muito interessará senão a mim, ao menos àqueles que tendo esta obra vista como simples Índex, queiram dar maiores latitudes às notícias já anunciadas, praticando deste modo aquilo que eu fiz sobre as obras de muitos historiadores e corógrafos, que estiveram ao meu alcance, e serviram de base à memória que apresento.

[s.d.]

MAZUL - Manuscrito CN/ V-61

Remeto a Vmce com esta a memória de José Vieira do Couto sobre as minas de cobalto, e a chave do cofre, em que vem amostras delas, mandadas pelo mesmo naturalista; e fico esperando pela memória, que Vmce me prometeu sobre o modo de tirar partido, em utilidade da Real Fazenda e do Estado, da descoberta das referidas minas.
Deus Guarde a Vmce.

Paço em 27 de junho de 1806.
senhor Domingos Vandelli
visconde de Anadia

MAZUL - Manuscrito CN / V-60

O Ilmo e Exmo senhor visconde de Anadia manda remeter ao senhor doutor Domingos Vandelli um caixote com objetos mineralógicos que lhe remeteu o governador, e capitão general da capitania de Minas Gerais, para que o faça arrecadar no Real Museu; desejando V. Exa. que o senhor Vandelli mande extrair uma relação de todos os referidos objetos conteúdos neste caixote, para sua inteligência, visto não ter vindo especificados nos ofícios do referido governador.

São João dos Bem-casados em 31 de maio de 1806.
doutor Domingos Vandelli
visconde de Anadia

MAZUL - Manuscrito CN / V - 68

O Ilmo e Exmo senhor visconde de Anadia manda remeter ao senhor Domingos Vandelli a cópia inclusa da relação e descrição das sementes vindas de Minas Gerais, que foram remetidas ao Jardim Botânico.

Em 5 de setembro de 1807.
senhor Domingos Vandelli
visconde de Anadia

IHGB - Lata 7 , doc. 1

fl. 21, 21v, 22 - Registro do mapa dos casos memoráveis que apresentou o vereador segundo que serviu no ano de 1790 e de cujo teor é o seguinte :
(...) Entre as povoações notáveis que estão estabelecidas na compreensão do termo deste Senado é bem conhecido o Arraial de Congonhas, não somente por estar a duas léguas e meia distante desta Vila, como por que as lavras que haviam nele; e suas vizinhanças foram em algum tempo muito úteis ao público e ao mesmo Erário Régio por causa de muita cópia de ouro que se extraiu delas (...); contudo presentemente tem uma lavra na paragem denominada Morro Velho que promete grande utilidade ao dono dela o doutor José Conrado da Silva, vigário geral desta comarca. Nela, entre as mais formações que daí ouro se encontra simplesmente grande quantidade de verdadeira Caparroza; e é bem [ilegível] que se houvessem peritos que a soubessem depurar de alguma porção de terra que tem seria tanta a sua quantidade que se poderia fazer para a Europa uma grande exportação daquele mineral.

Na mesma mencionada lavra se tem descoberto também uma grande cordilheira de pedras cristalosas, das entre as quais se acham muitas de configurações tão admiráveis que parece quis a natureza dar a última prova ao conhecimento humano de serem os seus desenhos mais perfeitos do que o dos artífices mais destros. Nas vizinhanças das ditas lagoas, e na vasta extensão dos seus campos e serrados há uma grande quantidade de arbustos que chamam Angico, dos quais brotam uma goma tão perfeita que se equivoca com a da Arábia, e querem algumas pessoas experientes conceder que seja a mesma, por que faz e serve para os mesmos efeitos que faz a outra. O mesmo terreno produz também imensidade de plantas medicinais que são conhecidas pelos seus

habitantes, e entre elas se acha a verdadeira calumba que é mais vigorosa do que a que vem da Índia Oriental e já está tão usada para a manipulação dos remédios que ninguém já faz caso da indiana.

Não somente estas raridades na natureza as quais asseguram a felicidade e a benignidade do clima pois outras mais maravilhas mais caras servem de admiração aos seus habitantes; eu não faço agora resenha delas por falta de autenticidade.(...)

Sabará, aos 18 de agosto de 1792.
João Theotonio da Costa Vianna
escrivão da câmara

fl. 23v-24 - Registro do mapa dos casos memoráveis que apresentou o vereador segundo que foi deste Senado no ano pretérito de 1792 o sargento mór Manoel Pinto Moreira, de cujo teor é o seguinte:
(...) Pelo fim do mesmo ano de 1792 houve também um acontecimento não menos memorável (...) consistindo este em que uns habitantes desta comarca andando na diligência de descobrir ouro no veio de água de um ribeiro chamado Indaiá encontraram uma preciosíssima pedra de diamante com o peso de sete oitavas e meia e quinze grãos, a qual manifestaram ao Ilmo e Exmo governador da capitania o senhor visconde de Barbacena que depois de fazer nela os competentes exames para segura averiguação da sua qualidade, a fez recolher nos cofres Reais da capital para ser transportada para a nossa Soberana na primeira naú de guerra que vier ao Rio de Janeiro. (...)
De Vmce fiel criado.

Sabará aos 20 de março de 1793.
Manoel Pinto Moreira

fl. 28-32v - Registro do requerimento que fez o bacharel Plácido Martins Pereira apresentando o caso memorável que deu na qualidade de segundo vereador que foi do Senado da Câmara no ano pretérito de 1798 e de tudo o seu teor é o seguinte: (...)
Além do que ainda há cá outros muitos gêneros, que cultivados darão muito maior interesse do que o açúcar; o anil é deles e o tempo irá pouco a pouco mostrando isto, este gênero foi um dos que na capitania do Rio de Janeiro começou a dar muita contência aos lavradores que o cultivavam mas por cá ele se há de vir a fabricar no nosso país pela razão de ter já três anos perdido aquele continente a plantação desta preciosa

e útil árvore, isso de curso de todo este tempo não tem os lavradores achado remédio com que reparem tão sensível perda, e em se apesar de muitos esforços propagado o mal (...)"

fl. 34, 34v, 35 - Registro de um caso memorável que escreveu a Câmara vereador que foi no ano de 1803 o capitão João da Silva Ferreira, em conformidade da ordem régia de 20 de junho de 1782 de cujo caso é o teor seguinte :
(...) fazendo uma indagação curiosa, e bem exata (...) pude descobrir que neste país de minas e na compreensão deste termo se tem feito um descobrimento notável de plantas medicinais, e talvez daquelas mesmas que nos vem da Europa por grande preço, e que parecem desconhecidas pelos nomes com que são designadas pelos botânicos sendo de notar que sendo por isto mesmo ao prudente conhecimento de Sua Alteza Real e [ilegível] adiantar os mesmos conhecimentos por via daqueles que têm feito estudos sobre este objeto. O descobrimento do salitre tem sido prodigioso pois hoje muitos indivíduos deste termo vão fazendo o seu estabelecimento na negociação deste gênero porque sem outro trabalho, que depurar algumas terras de campos, lagoas, currais e outros lugares não peniados, fazem quantidade considerável de sal [ilegível] cristalizado que aquele que vem da Europa não se apresenta mais puro.

Nas lavras de Manoel Pereira de Freitas situada em Congonhas, e aonde chamam Morro Velho, há tanta Caparrosa, que se hão e pode fazer uma grande extração os usos respectivos, tanto para este lado, como para o nosso Portugal e nas mesmas se faz também de grande copia de cobre, e é bem notório, que o dono da fazenda a tem servido de mapas das obras de sua casa. (...)
Deus Guarde a Vmces De Vmces Fiel respeitador.

Fazenda das Lages, 28 de março de 1805.
João da Silva Ferreira

fl. 35v - 36v - Registro de um caso memorável que escreveu a esta Câmara da dita vila o capitão Manoel Pereira da Costa na qualidade de vereador segundo que serviu o ano de 1802 em conformidade da ordem régia da qual o seu teor é o seguinte:
(...) Na compreensão do termo desta vila não tem havido descobrimento notável e que sirva de assunto para se preencher os fins da ordem Régia, pois os descobrimentos que podiam ser memoráveis são raros por falta de indústria dos habitantes e não só se teria assim se tivéssemos mineralógicos hábeis, e físicos bem instruídos por que por força da ciência e da indústria se fariam patentes as muitas, e grandes preciosidades que estão [ilegível] neste nosso terreno. [ilegível] e comprovação desta verdade o descobrimento

que fez o doutor intendente Francisco de Paula Beltrão, na viagem que fez para o sertão de Bambuí por ordem do Exmo governador da capitania Bernardo José de Lorena ; pois não só achou alguns diamantes nos rios, e córregos dos mesmos sertões mas em uma serra um vieiro de chumbo com grande largura, e que promete abundância considerável deste metal = Tem sido [ilegível] notável o descobrimento do salitre a que se deve mais ao acaso, do que a indústria, por quanto tendo andado na diligência deste descobrimento dois naturalistas, nunca fizeram os progressos que têm feito muitos homens rústicos, e tais que alguns nem sabem ler, e com tanta copia, que sem trabalho considerável fazem [ilegível] em breve e o estão vendendo por preço muito mais cômodo do que nos vem da Europa como é bem notório, cuja baratez não procede da sua imperfeição mas sim por causa da abundância deste descobrimento e depuração [ilegível] e tem uma fábrica muito diminuta de meia dúzia de pretos, e ainda menos a proporção das [ilegível] destes aventureiros naturalistas. = (...)
Deus Guarde a Vmces. De Vmces atencioso respeitador.

Sabará, 28 de março de 1805.
Manoel Pereira da Costa

ARCL - Manuscrito Azul 1945, fl. 312

Lhe escrevi onde noticiava a minha partida para a Bahia, mas hoje estou de outro ânimo e resoluto a embarcar, por estes três dias para o Rio de Janeiro, a fim de estabelecer-me na capitania de Minas, na Vila de São João d' El Rei, minha pátria, portanto lhe rogo o faça participante à Real Academia de que tenho a honra de ser correspondente, porque aí mesmo me mande as suas ordens, as quais diligentemente executarei não sendo igualmente repetido em cuidar nos progressos da história natural, no descobrimento de mil produtos raros, que aí se encontram, e em comunicá-los. Com brevidade enviarei de lá à Academia o manuscrito da Flora do Porto, o qual busquei aperfeiçoar do modo possível, com a adição de muitas espécies novas, e só lhe falta a ultima revisão. Quanto ao exame do tortulho petrificado, de que me incumbiu, ainda me não trouxeram, sem embargo, de já o ter pedido por carta, por isso nada posso dizer a respeito. Participo também à Academia que o escrivão da Coroa deste juízo, João José da Silva Pereira, tem um belo coral vermelho da altura de palmo e meio, com diversas e muito belas ramificações, o qual não tem dúvida ceder para o seu Museu, por qualquer preço, ele vale sem dúvida

6400 ou 9600, José Bento Lopes, que aqui também é correspondente se pudera encarregar desta comissão.

Porto em 22 de agosto de 1795.
abade Correia da Serra
Manoel Joaquim de Souza

AHU - caixa 123, doc. 88 / APM rolo 110

Ilmo e Exmo Snr.

Em 25 de junho do corrente ano despachei daqui ultimamente a V. Exa. as contas, que indica a adjunta cópia da lista número 1; e pretendendo enviar outras com brevidade, vou por ora adiantar esta para em uma pequenina boceta, e com a cópia número 2 do que proximamente me participou o tenente Marcelino José Cordeiro, manifestar a V. Exa a amostra do perfeitíssimo anil, que se tem principiado a fabricar na parte superior deste rio, debaixo da direção do coronel Manoel da Gama Lobo de Almada, e que na sua ausência tem promovido com o maior zelo o sobredito tenente, conforme a V. Exa. será presente da mencionada cópia, e que da mesma qualidade se achavam já prontas para mais de duas arrobas e meia, cuja porção, e a que houver acrescido se remeterão em se recolhendo do aupés o referido coronel, sobre o qual, além do que já avisei a V. Exa. estou em grandíssimo cuidado e receio.

Vendo pois V. Exa. a qualidade do dito perfeitíssimo anil, segundo também por tal o reconhece o doutor naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira espero que com a possível brevidade se sirva V. Exa. avisar-me o certo preço por que se deve aqui pagar; pois havendo-me V. Exa. declarado, quando este Estado governei, que pelo melhor se poderia dar de dez, até onze tostões por arratel, e daí para baixo a proporção até sete tostões; já disse a V. Exa. o pouco que tais preços lisonjeiam e satisfazem os fabricantes, para neste conhecimento, e em vista de outras amostras, e porções, que em um caixote mais agora mesmo envio a V. Exa. na quantia de catorze libras, se arbitrar a cada uma a sua merecida reputação; sendo que o fabricado no lugar de Poiares, pelo morador Jacinto dos Santos, também é excelente, e costuma aqui vender o pouco que faz a dois mil réis a libra.

Indo o sobredito caixote dirigido a V. Exa. por via do capitão general deste Estado Martinho de Souza e Albuquerque, o mesmo encaminhará outro a V. Exa. com algumas peles de pássaros, e com algumas outras penas, ou enfeites de índios do mato; e assim mais quatro patos, quatro periquitos (dois diferentes e de alguma especialidade), e uma raposa do Rio Branco; e isto, ou parte, do que chegar a termos de embarcar-se.

O referido doutor naturalista, e os seus companheiros, devem partir amanhã para a parte superior deste rio; e da instrução e ordem que ao primeiro entreguei, participo a V. Exa. as relativas cópias, que vão debaixo dos números três e quatro; não me tendo resolvido por mim mesmo a determinar entrada ao Jupurá, visto que a ordem real o não expressa; e por isso para maior acerto, quando o doutor por si se não delibere, ou o não resolva o general do Estado, e como lhe tenho perguntado, pelo que talvez ouviria a V. Exa., convirá que Sua Majestade determine o que quer se obre a respeito daquela parte, a fim de que assim se proceda.
Deus Guarde a V. Exa.

Barcelos em 19 de agosto de 1785.
Ilmo e Exmo senhor Martinho de Melo e Castro
João Pereira Caldas

AHU - caixa 128, doc. 23 / APM rolo 114

Em quatro caixotes cobertos de couro com o seu rótulo a V. Exa. faço dirigir ao Rio de Janeiro para ali serem remetidos ao Real Museu na forma da ordem que recebi de V. Exa para o dito fim, os produtos naturais que pôde adquirir o hábil naturalista o doutor Joaquim Vellozo de Miranda desde a última remessa que já fiz dos mesmos produtos, na outra de 07 de julho de 1787 adquiridos pelo mesmo doutor assim como se verifica da inclusa descrição feita por ele mesmo.

Unidos a mesma remessa vão mais vinte e um caixões mais pequenos de um sal que se extraiu de uma mina que se encontrou na Serra do Itacambiruna quatro léguas distante do Quartel Geral da Sua Guarnição, na idéia de ser salitre próprio de fazer pólvora; porém como na experiência que mandei fazer do mesmo sal se acha ser ainda que de diferente natureza ou serventia, muito mais útil; vão também

entre os mesmos caixões alguns que levam a mesma petição quina em bruto e de onde ele se extrai para o fim de se poder fazer alguma mais exata averiguação. Deus Guarde V. Exa. por muitos anos.

Vila Rica, 17 de fevereiro de 1788.
Ilmo e Exmo senhor Martinho de Melo e Castro
Luiz da Cunha Menezes

AHU - caixa 143, doc. 31 / APM rolo 129

Na Margem : Respondida em 31 de outubro de 1798.

Ilmo e Exmo Sr.

Por contemplação das novas ordens de Sua Majestade sobre a extração das minas de ferro do Brasil, fiz explorar uma novamente, cuja amostra mando remeter em dois caixões dirigidos a V. Exa. Um deles contém o mineral em torrão de cor amarela com mistura de cera, do qual é formada a parte superior de um grande pântano, onde ele se acha; e o outro contém o mineral e terra da parte inferior do mesmo pântano; que é situado no termo da Vila de São Bento de Tamanduá da comarca do Rio das Mortes, junto da estrada que se segue daquela vila para a de Pitanguí na distância de quatro léguas da primeira, de treze ou catorze da segunda, e de trinta e tantas desta capital, sendo o dito pântano de comprimento um quarto de légua, e na sua maior largura cento e cinquenta braças.

Pelo ensaio da mina, que não se achou muito abundante de metal, se conheceu também, que era de fácil redução e o ferro de tão boa qualidade que assim mesmo podia fazer boa conta, por que não depende de preparações nenhumas antecedentes, uma vez fundido e caldeado o ferro fica este logo em estado de se pôr em obra.

Neste país facilmente se encontram minas de ferro, das quais foram várias amostras, para esta Corte na remessa que fiz no ano de 1790, dirigida ao predecessor de V. Exa. na qual tomo a liberdade de notar aqui e pôr na lembrança de V Exa, que foi também compreendida a amostra de uma mina de chumbo muito rica, descoberta então modernamente por Manoel da Assumpção Ferraz Sarmento no termo da mesma Vila de São Bento de Tamanduá.

Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 30 de maio de 1797.
Ilmo e Exmo senhor dom Rodrigo de Souza Coutinho
visconde de Barbacena

AHU - caixa 153, doc. 36 / APM rolo 138

Ilmo e Exmo Sr.

A esta acompanha a planta do Horto Botânico do Ouro Preto que por ordem de Sua Alteza Real foi criado, ele contém já quinhentas plantas, pouco mais ou menos, e se conserva com todo o asseio. Os trabalhos do doutor Vellozo com as nitreiras não têm dado lugar a descrição botânica das plantas, que remeterei a V. Exa. logo que seja possível concluir-se.
Deus Guarde a V Exa.

Vila Rica, 4 de julho de 1800.
Ilmo e Exmo senhor dom Rodrigo de Souza Coutinho
Bernardo José de Lorena

AHU - caixa 153, doc. 44 / APM rolo 138

Ilmo e Exmo Sr.

Remeto a V. Exa. sete caixotes com os números, e produtos da natureza, pertencentes aos reinos animal, mineral e vegetal, e pela relação inclusa verá V. Exa. o que lhes contém: Estimarei que V. Exa se persuada, que eu incansavelmente tenho nestes poucos meses de governo, feito toda a diligência por dar satisfação a tudo quanto corresponde às obrigações inerentes ao cargo que se me conferiu.

Além das plantas, e raízes medicinais indicadas na dita relação, das quais tenho notícia, que produzem ainda melhor efeito neste país, que as que nos vêm de outros,

especialmente a quina e calumba, que obram maravilhosamente: Persuade-me que a descoberta do salitre extraído do sal das salinas, tão recomendada por V. Exa, poderá vir a ser muito vantajosa, mas é indispensavelmente necessário mandar o cirurgião-mór do Pará, José Manoel Antunes, àquele sítio, para ali fazer o serviço para a extração do mesmo salitre, que há todas as bem fundadas esperanças de se poder tirar em grande abundância. Mas para se continuarem estas deligências, não tendo nesta capitania indivíduo algum que tenha instrução de química, como o dito José Manoel Antunes da Frota, me persuadi que não seria do desagrado de V. Exa. demorá-lo aqui, até ele, além de outras indagações de produtos naturais, concluir o estabelecimento de uma fábrica de salitre nas salinas; que estimarei correspondam os efeitos aos grandes desejos que tenho de que se verifique esta descoberta.

Devo lembrar a V. Exa. que o dito cirurgião-mór José Manoel Antunes da Frota, tem trabalhado eficazmente para reduzir os extratos e sais que remeto, e até feito algumas despesas, que se lhe devem remunerar, como for do agrado de V. Exa., em proporção ao que tem merecido neste trabalho totalmente alheio da sua verdadeira profissão, e até pelo gosto com que ele se tem empenhado na pronta execução de tudo quanto lhe tenho incumbido.
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 26 de julho de 1800.
senhor dom Rodrigo de Souza Coutinho
João Manoel de Menezes

P.S. Os caixotes foram pela 1a. via.

Permutação pertencente aos reinos vegetal, mineral e animal.
O Seguinte
Caixões número 1o. e 2o.
Os quais contém em si a casca da quina, que não sendo daquela que se tem descoberto nas províncias de [Soxa?] e Perú de que fala Lineu Chinoyona Official [ilegível] de boa, e ainda que a casca não seja em diversos comprimentos enrolados ou chatos, ainda que no seu quebro se não verifique com a sua barbilhão, que não seja enguiada, áspera, cheia de rachas de travez, coberta as vezes de musgo esbranquiçado, ainda que o seu amargo não seja tão forte, logo que se masca na boca, e que só assim se sinta depois de passado algum tempo, que se desfaça na saliva, e que a tinja de amarelo, que

aplicada à luz de uma vela, e que tirando-se para fora, se veja uma chama azulada, que o seu fumo depois de se queimar não seja muito aromático; porém o seu extrato é muito balsâmico e gomoso, finalmente ainda que não tenha a forma e propriedade daquela que está no uso medicinal, contudo os efeitos dela são de uma verdadeira quina; ela administrada para uso interno cura as febres intermitentes, as febres podres, emenda a diarréia, e petrificação dos humores. O seu uso externo faz separar a podridão das úlceras, e fazer que a natureza conduza a chaga a uma perfeita cicatrização, corresponde neste país e em outros vizinhos maravilhosamente em todos os casos, que se faz aplicável o uso da quina, que está em prática na medicina.

Caixão número 3
O qual contém a raíz de jalapa, esta vai em fibras quase inteiras, partidas ao comprido, em duas metades, por fora enguilhada de cor parda, atirando para amarelo, por dentro avermelhada, cheia de veias, cujo centro é salpicado de manchas denegridas e pardas, mastigando-se se desfaz com facilidade, o sabor é acre enjoativo, e irrita os gorgomilos, reciente quebra sem maior dificuldade, exala seu cheiro pouco aromático, chegando-se à chama acende-se e derrete-se a resina, mas apenas se afasta logo se apaga, e fumega; esta raíz de jalapa só difere da que nos vem do México em ser de fibras muito maiores, e pouco menos abundante de particulas resinosas, razão porque é preciso dar-se maior dose neste país do que d'aquela que nos vem do México; porém isto também poderá suceder pela reciência com que a administram os habitantes sem que se tenha passado tempo suficiente para a sua dissecação, e para o "Bixo" corcomer a sua parte linhosa, e que ficando só a sua parte mais resinosa, vem por boa consequencia, que menos doses serão precisas desta, do que da reciente, por ter a sua virtude expurgante na parte resinosa e não na linhosa.

Caixão número 4
O qual contém a raíz de contra ervas, que há neste país em grande abundância; a que nos vem do México, e do Perú, e da Ilha de São Vicente não é melhor do que a desta capitania, não só porque corresponde bem nos seus efeitos, porém mesmo pelas suas propriedades e forma.

Caixão número 5
O qual contém a raíz de calumba, a sua forma difere muito daquela que nos vem da Ásia, por esta ter raízes muito grandes, a casca é assaz enguilhada, que atirando para pardo esbranquiçado, na sua propriedade, o cheiro é levemente aromático, o sabor amargosíssimo e dura por muito tempo na boca e algum tanto acre, mastigada amolece

e se desfaz na saliva, tingindo-a de cor amarela, pica na língua e gorgomilos com amargo ativo. Esta é a chamada Calumba Goyanense, de que usam os seus habitantes em todas as febres malignas, podres e nervosas de que lhe resultam maravilhosos efeitos, em todos estes casos e naqueles em que se lhe faz preciso um poderoso amargo; também fazem uso dela quando são mordidos de alguma picada de cobra venenosa, ralam uma porção e a bebem em água morna.

Caixão número 6
O qual contém a raíz assim chamada cinco folhas, fazem uso os habitantes do país em toda qualidade de febres e obra evidentemente como uma raíz febrefuga. Não tenho feito desta raíz maiores observações e de outras muitas admiráveis virtudes que aqui há no reino vegetal, por me não caber no tempo fazer análise delas.

Caixão número 7
O qual contém a [Jaléa?] a ponto de quebro, feita da substância animal da galinha do Perú e da Mão de Vaca; e assim mais o sal da quina, tirado pela combustão do lenho, lixiviação, filtração, e evaporação e cristalização, porém como o tempo não permite por ora mais indagações, razão porque se não operou por diferentes princípios os quais se farão com mais vagar. Vai no mesmo caixão o extrato da quina a ponto pareumático, ou de quebro, vai um vaso cheio do mesmo extrato em ponto brando para se julgar o que parecer melhor. Vai no mesmo caixão um pouco de salitre, tirado de um sal mineral que há em um terreno de Goiás, chamado As Salinas, este sal mineral abunda em muito sal marinho, e fica-se na indagação de outro sal mineral, que há no mesmo distrito, que tem as propriedades do sal de Glauber.

AHU - caixa 126, doc. 48 / APM rolo 112

Ilmo e Exmo Sr.

Em virtude da ordem de Sua Majestade que recebi pela mão de V. Exa. na data de 31 do mês de julho de 1785 para o fim de encarregar, como encarreguei, ao hábil naturalista o senhor Joaquim Vellozo de Miranda, de procurar por toda esta capitania todos os gêneros e todas as qualidades de espécies pertencentes à história natural. Faço a primeira remessa nesta ocasião possível, em três caixotes com o subscrito a V. Exa.; e de que são suas chaves as inclusas de uma grande parte dos pássaros e mais alguns animais que têm sido possível ao dito naturalista adquirir e dissecar, constantes todos da sua narração e descrição também inclusa.
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 7 de julho de 1787.
Ilmo e Exmo senhor Martinho de Melo e Castro
Luis da Cunha Menezes

AHU caixa 134, doc. 56 / APM rolo 121

Ilmo e Exmo Senhor

Nesta ocasião faço conduzir ao Rio de Janeiro para serem remetidas à Vila Rica quatro caixas de produções minerais e vegetais, numeradas e sumariamente descritas nas duas relações inclusas.

A coleção das minas consta das primeiras amostras que tinha alcançado, e que não promovi mais por ora, havendo transferido maior diligência para a outra dos vegetais, em que pretendi antecipar-me pela utilidade que dela pode resultar à medicina e ao comércio esperando que seja a primeira que tenha ido à presença de V. Exa deste gênero e nesta conformidade, e que Sua Majestade se satisfará não menos desta indagação e remessa que fico continuando, que das mais que poderão fazer-se na história natural desta capitania.

Espero também que V. Exa. se sirva mandar-me comunicar com brevidade o primeiro resultado dos exames e experiências dos professores, para me regular nas seguintes

remessas; porque de todas as espécies ficam as lembranças necessárias, assim como também pequenas amostras dos minerais com os números correspondentes para dar sobre cada um deles a satisfação que V. Exa. ordenar depois dos ensaios que se tiverem praticado.

Remeto também a V. Exa. várias plantas novas da Ipecamanha ou [Poaya?] como se lhe chama no país, para que seja mais bem conhecida, e se lhes possa fixar o verdadeiro lugar que deve ter nos sistemas botânicos.

A coleção vegetal é devida na maior parte ao doutor Joaquim Vellozo de Miranda em consequência das recomendações que lhe fiz nesta matéria, e a ele mesmo encarreguei também da relação que a acompanha, feita com a individuação e investigação que por ora foi possível.

A respeito deste naturalista dou conta a V. Exa. que o meu antecessor tendo recebido ordem para servir-se dele nas diligências da sua profissão, que lhe foram ao mesmo tempo determinadas, julgou indispensável e conforme a dita ordem, fazer por conta da Real Fazenda algumas despesas necessárias.

Nestas avulta principalmente a comedoria de mil e duzentos réis por dia que determinou o referido doutor, a qual junta ao pagamento de um ajudante, cavalgaduras, bestas de carga e escravos que o acompanham, vem a importar anualmente na quantia pouco mais ou menos de um conto de réis, cujo estabelecimento se tem continuado até ao presente, tendo sido a sua maior ocupação o emprego nas viagens que tem feito no tempo do meu governo o exame, descrição e debulho das plantas menos conhecidas ou que parecem novos gêneros e espécies segundo os atuais conhecimentos de botânica porque também a sua inclinação e estudo propendem muito menos para a mineralogia.

No caso que Sua Majestade haja por bem que esta despesa continue com alguma economia, além das extraordinárias que forem convenientes, entendo que seria melhor determinar ao referido naturalista um ordenado certo, por que ele cuida que tem servido de graça dando-lhe somente algum acréscimo por ajuda de custo nos dias de jornada ou de marcha efetiva, e limitando nas suas viagens, que têm sido quase sempre em povoado e para a botânica somente o gasto que mal se pode proporcionar de uma equipagem, carta e regular, em cuja conservação ele é interessado: e que o ajudante seja um desenhador também com ordenado normal, para se tirar maior fruto das expedições porque somente tem servido até agora, para esse fim, um soldado do regimento

que mandei aperfeiçoar nesta arte e se acha mais adiantado com o uso, depois das poucas lições com que se habilitou.

Querendo Sua Majestade que se empregue maior eficácia no descobrimento das minas que é muito incerto, podem bem suprir e concorrer para ele segundo o estado desta capitania as diligências dos homens curiosos e oficiais dos distritos, tendo ordem para remeter logo ao governo as informações e amostras de todas as que aparecerem; o que depende de poucas despesas extraordinárias nas ocasiões ocorrentes; e será ainda de melhor efeito havendo nesta capital um coletor inteligente, que saiba discernir o que se deve mandar à Corte e fazer os catálogos dos recebimentos ou das remessas, e outras lembranças ou apontamentos que forem necessários.
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica 12 de junho de 1790.
Ilmo e Exmo senhor Martinho de Melo e Castro
visconde de Barbacena

AHU - caixa 94, doc. 29 / APM rolo 84

Ilmo e Exmo Sr.

Neste continente há falta de trigo, que V. Exa. sabe, e examinando se as terras eram capazes de o produzir, me informam que são as mais próprias; de sorte que tendo alguns roceiros curiosidade de semearem alguma pequena porção, têm experimentado não só que produzem trigo do mais perfeito, mas também corresponde a produção, a semente que lançam na terra, colhendo por cada alqueire quantia maior, que em Portugal.

Como a abundância de víveres é o que faz felizes os habitantes, o e trigo é o principal, e havendo-o neste continente, senão tirará do Reino aquele de que se necessita para o sustento dos seus moradores; passei ordem às câmaras, pelos ouvidores, para que cuidassem em ver o modo suave com que haviam de conseguir com que os roceiros semeassem algum trigo sem que para isso os constrangessem, ou violentassem, mas de sorte que tenha efeito esta tão útil providência.

As madeiras se vão acabando nas vizinhanças destas vilas e arraiais e como é coisa também útil ao público determinei aos mesmos ouvidores que fizessem semear nos seus distritos pinhões; o que ponho na presença de V. Exa. que determinará o que for servido. Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, a 24 de fevereiro de 1769.
Ilmo e Exmo senhor conde de Oeiras
conde de Valadares

OBS: Carta enviada também para Francisco Xavier de Mendonça Furtado

AHU - caixa 148, doc. 12 / APM rolo 133

Ilmo e Exmo Senhor.

Em observância do ofício que recebi de 22 de agosto de 1796 de que falei a V. Exa. na minha carta número 28, remeto quarenta e oito caixotes de plantas vivas, e constam da descrição botânica que se vê no catálogo incluso: no caixote número quatro vão alguns ornatos, produtos artificiais, e móveis domésticos dos índios destes distritos, e no caixote número cinco vão algumas das suas armas, ao que acompanha a relação competente inclusa.

É condutor desta remessa o alferes Francisco Xavier Machado, hoje confirmado por Sua Majestade tenente da 5a. Companhia, a quem acompanha o cabo de esquadra Manoel José Pinto:. o cuidado que merece a condução e conservação das plantas vivas me obrigou a não as entregar ao acaso. Incessantemente cuidarei em remeter a V. Exa. todas as qualidades de sementes que se recolherem nos matos e campinas destes distritos com as circunstâncias que V. Exa. me determina na sua carta de ofício de 13 de dezembro de 1796.
Deus Guarde V. Exa.

Vila Rica, 30 de março de 1799.
Ilmo e Exmo senhor dom Rodrigo de Souza Coutinho
Bernardo José de Lorena

Primeira via.

Relação dos trastes, enfeites e armas que se tem alcançado do gentio:
três redes ou macas que lhe serve de camas, cinco tipóias que cruzam de um ombro para baixo do braço oposto, e no vão ou saco que ele fica conduzem os filhos pequenos. Um machadinho, ou pedra aguçada com que cortam e lavram os paus para os seus misteres. Uma casca de pau em figura de saco, onde vão várias penas de pássaros com que ornam as flexas, ou setas, duas coroas das mesmas penas, que servem de insígnias dos seus principais e um pouco de imbira ou certa casca de pau, de que fazem as ditas macas, tipóias e outros teçumes. Dois arcos de rapazes e dez setas que são as armas de que usam.

AHU - caixa 124, doc. 19 / APM rolo 111

Ilmo e Exmo Sr.

Pela ordem de V. Exa. datada de 31 de julho do ano próximo passado, que recebi no mês de janeiro do presente ano, a qual V. Exa. adjuntou por cópia, a que V. Exa. escreveu por ordem de Sua Majestade e o fiscal dos diamantes Luis Beltrão de Gouveia sobre os conhecimentos naturais, suas produções de mineralogia, que a mesma Senhora quer que o mesmo fiscal faça remeter pela mão de V. Exa. ao Real Museu; para o fim de eu mandar fazer também as mesmas remessas encarregando ao hábil naturalista Joaquim Vellozo de Miranda.

Nesta ocasião remeto a V. Exa. em três caixotes diferentes as três espécies que há de tigres e conhecidos pelos diferentes e seguintes nomes:

De tigre o que é todo preto; de onça, o pintado; e o que tem cor amarelada Suçerana. Também em um dos ditos caixotes se há de achar um pequeno bicho que se denomina Tamanduá-mirim, que na língua da terra quer dizer pequeno, por haver da mesma qualidade outro muito maior que se denomina também Tamanduassu, e igualmente uma pele de cobra sucuri.
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 26 de fevereiro de 1786.
Martinho de Melo e Castro
Luiz da Cunha Menezes

AHU - caixa 145, doc. 21 / APM rolo 131

Notícias que deram várias pessoas fidedignas do descoberto do salitre do Monte Alto.

Na era de 1725 foi descoberto o salitre de Monte Alto por Bernardo Barbosa e Castro, o qual mandou de manifesto uma tanta quantidade ao mestre de campo, regente de Minas Novas, Pedro Leonino Maris, e esse depois foi examinar o dito salitre por ordem do vice-rei da Bahia e remeteu quantidade avultada do mesmo, passados alguns anos um ministro da Relação da Bahia chamado João Pedro a fazer outro exame por ordem do dito vice-rei e daí a bastantes anos no de 1759 para 60 passando o desembargador Tomás Robim de intendente dos diamantes para chanceler da Bahia foi ao Monte Alto fazer novo exame, e com grande remessa que fez do salitre mandou Sua Majestade estabelecer a fábrica por um ministro que veio por superintendente e vários oficiais a saber um sargento-mór engenheiro por governador da fábrica chamado Luiz Antônio, o capitão Francisco da Cunha Araújo e o tenente coronel Manoel Cardozo Saldanha, um escrivão e dois refinadores com toda a qualidade de artefatos para o dito ministério e por más informações que deram do referido ministro o mandaram prender e ao seu escrivão pelo sobredito capitão que os conduziu para a cidade da Bahia onde logo foram soltos. Nesta ação ficou suspensa a extração do salitre e foram depositados os artefatos, e entregues a Manoel Antunes Lopes pelo tenente coronel acima mencionado no ano de 1763 e por falecimento desse depositário se passaram a seu filho Manoel Francisco Lopes que ainda existe e outros parentes moradores no mesmo lugar do Monte Alto, cujos artefatos e apetrechos se acham recolhidos em um rancho velho coberto de cascas de pau e são os seguintes: nove tachos de cobre que já tiveram uso e alguns muito grandes, dezesseis fundos de caldeiras por se pregarem nos seus fundos que excedem a altura de um homem. Um Pico mais do peso de nove arrobas. (...)

Segunda Memória para exploração do salitre.

(...) Na Serra da Lapa da comarca do Serro Frio fez o mesmo descobrimento o capitão Miguel Luiz Felgueiras que vivia de minerar dentro da Demarcação Diamantina; e examinando aquela serra consta achá-lo em vicinado nos desaguadouros da serra para o Rio Cipó e trazendo as amostras ao desembargador Tomás Roby de Barros Barreto do Rego que servia de intendente dos diamantes para o representar a Sua Majestade consta o conduzira para a cidade da Bahia quando daquele lugar passou para chanceler desta dita cidade.

No Arraial de Gouveia houve um latoeiro por antinomázia o vinagre que para as suas fundições ia tirar salitre à Serra do Rio Pardo Pequeno; ignora-se o lugar por ser já falecido; mas é certo que ele asseverava que era excelente e vigoroso: fica-se na diligência

de se descobrir se teria algum aprendiz que nesse tempo fosse com o dito tirá-lo na dita serra, e do que houver se participará.

Quarta Memória.

Haverá quarenta anos que fui à Serra da Lapa por mandado do falecido meu tio o capitão Miguel Luiz Felgueiras por lhe terem notificado haver salitre na dita serra, o qual achei em linha de vieiro descangado para o Rio Cipó: os meus anos e pobreza não me dão lugar a ir ver se atinava com o lugar para remeter as amostras que se pedem.

Inácio Vás Rego
morador do distrito do Arraial de Gouveia do Serro Frio

AHU - caixa 180, doc. 79 / APM rolo 166

Na conformidade de dois avisos de V. Exa. em datas de 11 de outubro de 1802 e de 25 de novembro de 1803, que nesta hora tenho presente, nos dois me ordena o Príncipe Regente Nosso Senhor que eu haja de encarregar algumas pessoas assistidas de conhecimentos botânicos para poderem fazer uma coleção das sementes das plantas mais raras, que vegetam neste país, e das cebolas que se encontram das mesmas plantas, para o Jardim Botânico da Corte de Berlim; escolhi para este importante exame e delicada análise o cadete João Gomes da Silveira Mendonça, por ter as mais exatas informações não só da sua atividade, mas ainda dos seus conhecimentos botânicos, tantas vezes perante mim abonados pelo doutor Joaquim Vellozo de Miranda. Creio que consegui o fim a que me propuz, e que tenho a honra de remeter a V. Exa. a mais exata coleção que se possa fazer neste gênero, observando em tudo os planos que acompanharam os dois avisos de V. Exa.; e o mesmo cadete que teve toda a parte nesta comissão é o que vai apresentar-se a V. Exa. com a relação circunstanciada de tudo o que vai dentro nos caixotes, feita esta segundo o sistema de Lineu; e até sei que este moço [ilegível] que V. Exa. queira dignar-se de pôr os olhos no desenho das plantas que ele pretende fazer para se conhecer a sua configuração.

É o que se me oferece dizer a V. Exa. sobre esta matéria.
Deus Guarde a V. Exa. muitos anos.

Vila Rica, 26 de junho de 1806.
Ilmo e Exmo senhor visconde de Anadia
Pedro Maria Xavier de Ataide Mello

AHU - caixa 167, doc. 17 / APM rolo 152

Tendo, há muitos tempos, consagrado o pouco tempo que me resta de uma ocupação trabalhosa ao estudo das ciências naturais, e desejoso de ser útil ao Estado e à Pátria, apliquei todos os meus fracos conhecimentos ao descobrimento da árvore da quina: o fruto desta aplicação tem sido a descoberta de duas espécies, que tenho a honra de pôr na respeitável presença de V. Exa., e juntamente a memória que encerra tão somente as duas descrições.

Esta descoberta feita em setembro do ano passado a participei em 25 de janeiro do presente ano ao governador e capitão general desta capitania, ao qual, conforme as ordens que me dirigiu, fiz remessa da casca, planta com flor, e sementes para serem apresentadas a V. Exa. como o principal autor desta interessante descoberta de que não fui senão instrumento; porque sem as diligências e as respeitáveis ordens de V. Exa. ainda hoje, e talvez por muitos tempos, nos seria incógnita esta preciosa planta, a qual até aqui, segundo me parece, não tem sido descoberta. Queira a providência, que esta não seja a única mas que se completem todas quantas V. Exa. tem em vista, e que nos Anais da Nação atestem às gerações futuras que ao zelo e infatigável diligência de V. Exa. é que se devem todas as descobertas que um feliz agouro me pressaje se-lhe-ão de fazer no tempo em que V. Exa. com tanta honra e glória para a felicidade dos povos administra a parte a mais importante dos negócios da monarquia. Devo ainda certificar a V. Exa. que o país não produz estas duas espécies somente; mas que há outras que por falta de tempo não irão tão depressa, conforme os meus desejos, à respeitável presença de V. Exa., porém, que, pondo toda atividade e diligência da minha parte, farei todos os esforços para que se consiga com toda a brevidade possível a aceleração da sua remessa. Por este motivo tenho a honra de poder protestar a V. Exa. o meu profundo respeito, obediência e veneração.
Deus Guarde V. Exa.

Tejuco, 25 de junho de 1803.
dom Rodrigo de Souza Coutinho
Francisco de Paula Vieira

AHU - caixa 144, doc. 03 / APM rolo 130

Ilmo e Exmo Sr.

Tendo já remetido a V. Exa. uma amostra de salitre da primeira cozida, que acompanhou o meu ofício de 7 de outubro do ano próximo passado, e continuando o Dr. Vellozo na mesma diligência chegou felizmente ao ponto, que se desejava e não há dúvida que aqui se pode fabricar o salitre compreendendo já grande distância a terra própria para a sua extração, o que V. Exa. conhecerá pelas amostras que vão na caixa que remeto, e as explicações necessárias constam da carta, que igualmente remeto do hábil Doutor Joaquim Vellozo de Miranda; e achando-se executadas as ordens de Sua Majestade peço a V. Exa. assim o queira pôr na Real Presença.
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 06 de fevereiro de 1798.
Ilmo e Exmo senhor Rodrigo de Souza Coutinho
Bernardo José de Lorena

AHU - caixa 144, doc. 02 / APM rolo 130

Na Margem: Respondida em 22 de setembro de 1798

Ilmo e Exmo Sr.

Em carta de 10 de dezembro do ano passado dei conta a V. Exa. dos motivos que me tinham obrigado a fazer construir uma nitreira artificial na Fazenda do Mau Cabelo; porém continuando ao depois na diligência da terra própria para extrair o salitre conforme as ordens de V. Exa. e do meu governador achei que nas vizinhanças daquela fazenda, com a mesma facilidade já notada se depositava o ácido nitroso nos muros das povoações e moradores circunvizinhos, até a distância de mais de uma légua, que observei; por serem os ditos muros formados do mesmo piçarrão, ou [comereição?] térrea de que são feitos os do Mau Cabelo; como participei a V. Exa.

De alguns dos mencionados lugares fiz recolher a quantidade de terra nitrosa que as duas semelharam porquanto estes muros são lavados [ilegível] estando expostos a todo o tempo, acabando de fazer o salitre, conforme as regras da arte, entreguei o resultado

do processo ao mesmo meu governador que nesta ocasião remete a V. Exa. É salitre de forma cozida; condição necessária para a pureza do que se emprega na Medicina e [ilegível] iguais circunstâncias, que ocorreram na ocasião da sua cristalização, tiveram alguma diferença na cor das duas porções que são separadas sendo em tudo o mais de igual qualidade.

As pirâmides e muros das nitreiras, que estão a mais tempo feitos (porque acrescentei agora novas experiências) vão continuando a dar sinais da alteração do ácido nitroso; mas só depois do tempo competente se poderá ver o seu resultado, e fazer o cálculo dos interesses. V. Exa. mandará o que for servido.
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica em 4 de fevereiro de 1798.
Ilmo e Exmo senhor dom Rodrigo de Souza Coutinho
Joaquim Vellozo de Miranda

AHU - caixa 154, doc. 44 / APM rolo 139

Ilmo e Exmo Sr.

No meu ofício número 11, de 4 de julho do corrente, disse a V. Exa que apesar de se encontrarem aqui plantas, e árvores próprias para se fabricar papel, estas existiam muito espalhadas, e em lugares remotos, que seria grande a despesa para se ajuntar suficiente porção, e ainda maior para se fazer uma plantação própria; estou pelo mesmo: contudo remeto as amostras inclusas; e nota do doutor Vellozo, que as acompanha.
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 15 de outubro de 1800.
Ilmo e Exmo senhor dom Rodrigo de Souza Coutinho
Bernardo José de Lorena

Lista:
Embiras e cascas de paus maceradas, para as experiências do papel; que gastaram oito para nove meses em se apresentarem no estado em que se acham.
1. Guaxiuma branca
2. Guaxiuma ordinária (a)

3. Embira branca
4. Dita vermelha
5. Paina de emberuçu vermelho
6. Gameleira

Ficam em os boxes de maceração por se acharem ainda muito rijas e intratáveis, as seguintes:

7. Baçoura grande de folha ruiva
8. Carrapixo
9. Iraticu
10. Jequitibá
11. Pindaiba Preta
12. Dita Vermelha
13. Embiruçu branco
14. Dito vermelho
15. Baçoura grande
16. Embaúba
17. Pitta
18. Arco de Pipa

Nota:
(...) Quando procurava em lavagens repetidas branquear e aprontar esta casca, tentei consegui-lo fazendo-a ferver em água mãe do salitre, que então tinha entre mãos: porém foi tal a aderência de princípio extrativo e matéria colorante, de que abunda a mesma água mãe, que, não obstante fazer ao depois ferver por vezes a dita casca, ou em água pura, ou ajuntando-lhe cinza nunca pude reduzí-la à cor, que d'antes tinha, e tem a primeira espécie de Guaxiuma; e por que me não parece desprezível esta observação assim a envio.

doutor Joaquim Vellozo de Miranda

AHU - caixa 182, doc. 53 / APM rolo 168

Ilmo e Exmo Sr. visconde de Anadia

Teria já dado cumprimento à carta de ofício de V. Exa. de 6 de julho deste ano, que me chegou muito retardada, se me não fora de antemão preciso examinar, e ensaiar as amostras que vieram: de mais várias excursões de [ilegível] que fiz me obrigaram igualmente a ser mais demorado em responder, do que quizera.

Dois são os pontos em que devo informar a V. Exa. presentemente sobre o conceito que faço acerca dos trabalhos do naturalista José Vieira Couto, segundo acerca das vantagens que podem resultar da lavra e apuração em grande dos minerais enviados.

Quanto ao presente ponto, devo dizer a V. Exa. com verdade e franqueza, que de todos os minerais que me foram enviados, nenhum é do cobalto, como erradamente se capacita o mesmo naturalista, e a maior parte deles são minerais de ferro, entre os quais há muitos de excelente qualidade e riqueza, como por exemplo os números 3, 4, 6, 7, 8 e 23, dos quais muitos deram no ensaio de sessenta, e setenta de ferro, e mais.

Para não cansar a V. Exa. com escrita supérflua notei à margem da memória a natureza e nome de cada um dos minerais, segundo o sistema do célebre Werner. Entre os que não podem ser aproveitados em grande vem alguns extremamente curiosos, e raros; como por exemplo os números 1, 11,12,15,27 e 33. Podem porém ser aproveitados e lavrados os minerais de manganês No 22, e 26 por ser o manganês de grande uso nas fábricas de vidro, e nas branquearias por meio do ácido muriático oxigenado.

Do que fica exposto vê V. Exa. que José Vieira Couto não é mineralogista, nem docimasta; mas é um moço trabalhador e que tem zelo pela comissão, de que foi encarregado; pois já com esta são quatro as remessas que tem mandado; e ainda que em todas elas se tem enganado na determinação dos minerais, todavia tem sempre remetido coisas interessantes, e muitas novas, que fazem nascer os maiores desejos aos homens da arte de visitarem um dia tão ricas províncias, e tão liberalmente dotadas pela natureza nos seus três reinos. Parece-me pois conveniente que V. Exa. lhe ordene haja de limitar-se à busca e remessa dos minerais, que lhe parecerem curiosos e interessantes, descrevendo com miudeza os jazigos em que se acham: isto é, a natureza das rochas, a sua estratificação, e as mais circunstâncias, como por exemplo, se os minerais se acham em betas, em camadas, quais as suas matrizes, pois executando ele esta comissão com cuidado e exação, faz de certo um grande serviço às ciências, e a geografia física do Brasil, dando-nos além disto as noções para podermos ajuizar da sua natureza, utilidade e aplicações em grande.

Passando ao segundo ponto. As vantagens que devem resultar não aos povos do Brasil, mas à Fazenda de Sua Alteza Real da lavra e apuração dos ricos minerais com que a Providência quiz dotar aquele país e principalmente a capitania de Minas Gerais, são intuitivas. V. Exa. sabe o grande consumo e precisão, que têm de ferro e cobre as capitanias do Brasil, principalmente as do centro. Ora estes dois metais se encontram na maior abundância em Minas Gerais; e eu mesmo conservo belas e riquíssimas amostras. Nada falta pois para se aproveitarem, se não boa vontade, e providências acertadas; sobretudo mestres estrangeiros que vão ensinar a nossa gente a arte de minerar, e a de fundir e apurar os metais. Creio que para Minas Gerais bastará que vão dois fundidores e dois refinadores de ferro, que nas circunstâncias presentes se podem mandar vir muito comodamente da Prússia ou Saxônia, e dois fundidores de cobre que podem tirar-se da

mesma Saxônia. Demais será preciso que venha um engenheiro de minas e dois mestres mineiros de profissão. Com esta gente pode V. Exa. dar um belo princípio a tão importantes estabelecimentos, mas sem eles, por mais vontade que V. Exa. tenha, e por mais providências que se deem, estou certo que pouco se fará. Para não roubar a V. Exa. o seu precioso tempo, deixo por ora de entrar em maiores miudezas a este respeito.

Tenho que rogar a V. Exa. um favor; e vem a ser que tendo enviado a V. Exa. da capitania de São Paulo várias remessas de minerais, meu irmão, Martim Francisco Ribeiro de Andrada; se V. Exa me os puder remeter para examiná-los me fará grande mercê, e à ciência, que professo, não pequeno serviço.
Deus Guarde a V. Exa. muitos anos como Portugal há mister.
De V. Exa. escravo fiel e vassalo.

Coimbra, 2 de dezembro de 1806.
Ilmo e Exmo senhor visconde de Anadia
doutor José Bonifácio de Andrade e Silva

Nas Margens da Memória: [Na parte da Descrição]
I - Fragmentos de Ferro Nativo
II - Mineral de Ferro magnético com puritei sulfúrea deceminada
R3 - Ferro micáceo passando a ferro especular
R4 - Ferro especular denso
R5 - Ferro magnético denso misturado com ferro especular
R6 - Ferro especular
R7 - Ferro Magnético cristalizado
R8 - Ferro magnético granoso
R9 - Ferro magnético cristalizado e denso
R10 - Xisto micáceo com ferro magnético disiminado e granadas
R11 - Rutilo (nova espécie) ou mineral de titâneo
R12 - Rutilo ou mina vermelho de titâneo
R13 - Hematites branca
R14 - chisto argiloso primitivo com rins de quartzo
R15 - espécie nova que se chega a Actinote
R16 - Cianite de Werner
R17 - Tropp ferruginoso denso de grão fino
R18 - Lápis Lidius
R19 - Tourmalinas impuras
R20 - Ferro magnético cristalizado
R21 - Mineral de ferro magnético arenoso
R22 - Manganês negra compacta

R23 - Mineral de ferro homático brunco
R24 - Ferro homatítico negro manganesiado
R25 - Ferro argiloso em bolas
R26 - Manganês gríseo compacta
R27 - Rocha particular ainda não conhecida
R28 - Ferro argiloso
R29 - Ferro argiloso
R30 - Terra vegetal ferruginosa
R31 - Seixos rodado de jaspe Listado
R32 - Argila Bolar
R33 - Rocha composta de quartzo e barrilo em mapa
R34 - Jaspe verde, já algum tanto derregado
R35 - Lithomarga endurecida.

AHU - caixa 128, doc. 60 / APM rolo 114

Em conformidade da ordem, que V. Exa. foi servido dirigir-me no aviso de 31 de julho de 1785, remeto duas caixas de produtos naturais mineralógicos, que pude ajuntar em dois anos; e constam da lista inclusa.

A mania universal de todos os que passam da Europa a este país, a respeito de ajuntarem tudo o que é relativo à história natural, dificulta as remessas; não obstante este embaraço, trabalharei com o maior zelo por satisfazer, como devo, às ordens de V. Exa.
Deus Guarde a V. Exa.

Tejuco 28 de junho de 1788.
Ilmo e Exmo senhor Martinho de Melo e Castro
Luiz Beltrão de Gouvea de Almeida
fiscal da Régia Extração dos Diamantes

Producta Mineralis Regni in districtis vulgo Serro do Frio et Minas Novas ab Ludivico Beltrão de Gouvea de Almeida Collecta et ab ipso ad Regium Museum Serenissimi Brasiliorum Principis missa, an 1788.

Classis 1a.
III - Petra Argilacea
  No. 28 - Amiantus Plumosus Habitat vulgo Villa do Príncipe.
  No. 13 - Mica Argentata
  No. 14 - Mica Talcosa

IV - Arenato - Gen Silex

Phalcedonius vagus subdiaphanus cornei coloris, concentrice varius. Habitat Jequitinhonha diamantino fluvio.

V - Aggregata - Gen Saxum

No. 32 - *Species Inventa fuit in altis montium prope Jequitinhonha et sub terris Cooperta.*

Classis 2a.

I - Salia - Gen Nitrum

No. 1 - Cristalius montana hexagona non colorata

No. 2 - Fluor variet S Nigricans

No. 3 - Fluor variet S Violaceum

No. 4 - Fluor variet B Flavium

No. 5 - Fluor S Cyancun

No. 24 - Fluor variet E coruleum. Habitat Caeté merim

No. 6 - Cristalli varia Corpora ae crystalla etiam intus menstrantes

Gen Berax

No. 15 - Gemma Nobilis var s Smaragdus prysma hexaedrum pyramide rutroque truncata. Habitat Minas Novas

No. 16 - Smaragdus varius coloribus tinncta. Habitat Minas Novas

No. 17 - Smaragdi matricibus suis quartionibus unita. Habitat Minas Novas

No. 18 - Smaragdus inerustata Inventa in fluvio Caeté merim

No. 19 - Smaragdus Crystallus montana ac Mica. Habitat Minas Novas

No. 20 - Smaragdus vaga et fluviorum aqui, levigata. Habitat Minas Novas

No. 21 - Chrysolitus fluviorum. Habitat Minas Novas

No. 22 - Granatus. Habitat Minas Novas

No. 23 - Granatus. Habitat vulgo Goaritos

Gen Alumen

No. 26 - Nativum. Habitat vulgo Serra de Santo Antonio

II - Sulphura, Gen Pyrites

No. 10 - Cupri var Virescens

No. 32 - Var. Hepaticus. Habitat Caeté merim

No. 33 - Var. Cotaceus

III- Metallo, Gen Cuprum

Lazuli. Habitat Caeté merim

No. 12 - Cupriminera. Habitat in deserto vulgo Sertão do Genus Aurum

No. 27 - Natium. Var Crystallinum

Gen Ferrum

No. 31 - Ferri minera firte ab aliquo vulcano antiquo fusa. Habitat prope fluvium Jequitinhonha; est et ibi ditissima ferri minera ad hum non fusa

Classis 3a
Tossílio I - Petrificata
Gen graptolithos
No. 7 - Dendrites
Gen Phytolythos
No. 29 - Lythoxiylon. var. Schistosus. Habitat vulgo Sertão do Rio Verde
II - Concreta
Gen Calculus
No. 8 - Basoar. Habitat in ventriculo animalis vulgo Anta
No. 9 - Gen Stalactites
No. 34 - Crystallus nilidissima Casciforma, inventa fuit ano 1783. prope sti Francissi Ripam. Forte ab antiquis incolis sic fabricata ut objectum divini culti foret. Forte solis aut Luna formam representat, ab illis Barbaris, sacro cultu, veneratam, ut Americana hestoria nos docet.
No. 35 - Quartzus ipsa forma ut supra No. 34 prodita et ad margines ipsius Sti Francissi fluvii inventa. Forte ab ipsus manibus fabricata qua et alteram fecerunt et in ipso usus.
No. 36- Globo Quartzosus in hac ipsa forma sic inventus fuit, et in ipso loco. Forte illorum gentium Deus etian. Forte illis Divinum Luna Globum representat.

AHU - caixa 179, doc. 26 / APM rolo 164

Número 1

Tenho a honra de pôr na respeitável presença de V. Exa. por mão do meu ajudante de ordens João José Maria de Brito, portador do donativo voluntário desta capitania, uma remessa mineralógica, enviada do Serro do Frio, pelo naturalista o doutor José Vieira Couto, para ser presente a Sua Alteza Real.
Deus Guarde a V. Exa. muitos anos.

Vila Rica, 31 de janeiro de 1806.
Ilmo e Exmo senhor visconde de Anadia
Pedro Maria Xavier de Ataíde Mello

AHU - caixa 147, doc. 10 / APM rolo 132

Em consequência das minhas diligências para executar as ordens de Sua Majestade remeto a V. Exa. os dois caixotes números 2 e 3, e as duas notas inclusas mostram o que eles contêm.

Quanto às nitreiras, o doutor Joaquim Vellozo vai, como V. Exa. me ordena, dar-lhe a maior extensão possível, porém com a maior economia da Fazenda de Sua Majestade a fim de se poder formar cálculo da importância de cada quintal de salitre posto no porto de mar, que a seu tempo hei de remeter a V. Exa. e esperar a Régia Determinação: O doutor Joaquim Vellozo se oferece para diretor da fábrica quando deva estabelecer-se; as diferentes nitreiras que constam da nota ao caixote número 3 e a outra de que trata o doutor Couto na sua remessa só poderão servir de subsidiárias à fábrica de Mau Cabello, pela sua distância ao mar. Pelo que pertence ao ferro pantanoso em que V. Exa. me fala na sua carta de 20 de setembro, mandei fazer as diligências necessárias debaixo da inspeção do Dr. Vellozo, logo que se concluam, darei a V. Exa. a mais exata informação, para ser presente a Sua Majestade.

Até agora não tenho notícia alguma do professor Manso.
Deus Guarde V. Exa.

Vila Rica, 12 de janeiro de 1799.
Ilmo e Exmo senhor dom Rodrigo de Souza Coutinho
Bernardo José de Lorena

Caixote número 3

Neste caixote se acham duas amostras de salitre: a primeira que ocupa todo o vão do mesmo caixote, foi mandada da Lapa dos Morcegos aonde se acha muito às paredes de uma grande concavidade daquele nome, e se diz havê-lo em abundância, mas superficialmente. É um misto de salitre, sal marinho e outros sais.

A segunda amostra, que vai em uma chícara foi trazida por José Nogueira Duarte, morador na freguesia de Cural d'El Rei. Acha-se em um lugar chamado a Capela do Piçarrão, desviado desta capital doze dias de jornada.

Caixote número 2

A

Mina de pedra humel Alumen Phimosus e de Caparrosa / Vitriolum Martis / Sotas concressões dos dois diferentes sais parece que procede de uma eflorescência Piriiticosa. Acha-se sobre penedos distrito nas margens do Rio Jequitinhonha, acima do Registro da Passagem da Bahia, de onde avisam que se acha em abundância.

B

Stalactites. São calcárias estas concressões e nelas se sente algum sabor amargo; porém em uma pequena análise senão pode obter cristalização alguma, mas somente um precipitado férreo e insípido, tendo-se evaporado todo o ácido que dava motivo ao sabor, talvez pela sua pouca aderência com o princípio férreo. Acham-se em um lugar chamado a Lapa dos Morcegos aonde se lhes dá o nome de salitre virgem.

Pela calcinação se obtém destas concressões uma branquíssima cal.

AHU - caixa 147, doc. 35 / APM rolo 133

Ilmo e Exmo Senhor,

No caixote com a marca número 1 que remeti à presença de V. Exa. vai a excelente, e ansiada remessa do hábil doutor José Vieira Couto, e na bolsa que inclui esta carta vão as duas chaves que abrem os dois caixotes interior e exterior; ele trabalhou muito, e com o maior desinteresse, apesar dos obstáculos que encontrou, e já expus a V. Exa: é certamente o doutor Couto um vassalo de Sua Majestade muito hábil, muito ativo, serve com o maior gosto à Mesma Senhora, e por todos estes motivos merece muito a sua Régia Contemplação. A respeito da mina de chumbo de que V. Exa. me fala na sua carta de 20 de setembro do ano passado, tinham já sido maiores as minhas tentativas, achando-se aqui um irmão do doutor Couto, o capitão José Joaquim Vieira Couto, e sendo geralmente sabido que a prata é amiga do chumbo encarreguei-o, dando-lhe todo o auxílio de examinar a riqueza da mina, e averiguar se encontrava prata; seguiu-se daqui não a encontrar no mesmo lugar porém mais adiante, e levando-a

a sua irmão o doutor Couto, este fez a análise, que mostra na sua repartição 51, sendo feita a experiência muito à superfície da terra e por isso assenta o mesmo doutor que até a prata será de conta se se fizer maior exame, há muitos matos e água na vizinhança da mina. O mesmo Dr. me avisa que o "Cuprum nativum granulatum" que vai na repartição 45 se acha em um rego pequeno, perto e fora do registro industrial da Demarcação Diamantina, porém que não teve tempo de o analisar; também achou estanho, o que vai a amostra, do que tudo se segue que tem Sua Majestade nesta capitania ouro, prata, cobre, ferro, chumbo, estanho e bismuto.
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 30 de janeiro de 1799.
Ilmo e Exmo senhor dom Rodrigo de Souza Coutinho
Bernardo José de Lorena

P.S.: Depois de fechada esta carta a torno a abrir para remeter a V. Exa. a inclusa do capitão José Joaquim Vieira Couto, irmão do doutor em que declara todas as particularidades da mina da galena que descobriu.

Ilmo e Exmo Senhor: Em cumprimento das ordens de V. Exa. que de viva voz as recebi para ir a procura das amostras das minas de chumbo do Abaité, saí do Tejuco e cheguei ao Quartel Geral do Arraial onde o tenente comandante Antonio da Silva Brandão, em nome de V. Exa. me aprontou logo guia, e gente suficiente, assim para servir-me de companhia como para resistirmos a alguns encontros de gentios se os houvesse. Eu com toda esta gente e escravos meus todos providos do preciso à minha custa e sem despesa alguma da Real Fazenda, entramos pelas matas a pé e carregando tudo em nossas costas, o nosso alimento e cama; pois nós não podíamos servir-nos daí em diante de cavalgaduras, tanto por causa dos rios caudalosos que nos era forçoso vadear, como por não haverem caminhos por onde pudessem seguir estes animais. Antes de chegarmos à paragem do chumbo, seguimos cinco dias inteiros contra a veia de um ribeirão e metidos por ele com água até os peitos, no fim de cujo tempo descobrimos os vieiros de chumbo, que cortavam a ribanceira do mesmo ribeiro que seguíamos. Estes vieiros eram dois e pouco distantes um do outro, tinha cada um de grossura dois palmos que toda esta extensão era de pura pedra metálica e muito ricos.

Não vi mais nada apesar de um incansável zelo, nem se podia ver, pois o mato era muito expesso e cobria toda a superfície da terra e estes mesmos vieiros nunca seriam talvez descobertos se não fosse o patentearem-se eles mesmos no barranco do rio aos

primeiros que por acaso por ali subiam o mesmo rio. É crível que nestas vizinhanças haja ainda muitos outros semelhantes, e por ventura mais ricos e fartos.

Destes vieiros tirei e conduzi obra de duas arrobas ou mais e arrepiei o meu caminho. Chegando outra vez ao quartel com vinte e cinco dias de viagem de pé entre ida e volta e todos nós cheios dos incômodos que é fácil pensar-se que poderíamos passar em uma tal viagem, e por lugares tão ermos.

Logo que cheguei ao Tejuco foi a dita mina ensaiada por meu irmão, que a achou ser muito rica em chumbo, e além disso conter prata com conta cuja vantagem de tanta glória para V. Exa pois como um Deus tutelar, me dirigiu, e encaminhou os meus passos, com que o alento que de V. Exa. recebi é que poderia superar, tantos incômodos, e obstáculos, e afinal ter o contentamento de me poder apelidar criatura de V. Exa. com cujo alento prossigo as minhas viagens, e exames, e de novo me oferecendo para [ilegível] as mais atrevidas diligências que forem do agrado de V. Exa.
Deus Guarde V. Exa. muitos anos. Ilmo e Exmo senhor sou de V. Exa, com o mais profundo respeito criatura sua e o mais reverente criado.

Tejuco, 19 de março de 1799.
José Joaquim Vieira Couto

Está conforme. José Joaquim de Oliveira Cardoso, oficial maior da Secretaria, servindo no impedimento do Secretário do Governo.

AHU - caixa 151, doc. 16 / APM rolo 136

Em consequência do ofício de V. Exa. de 05 de abril de 1799 encarreguei ao doutor Joaquim Vellozo de Miranda o cuidado de fazer as precisas indagações de plantas e árvores que sirvam para fabricar papel; em tempo próprio informarei a V. Exa. do resultado.
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 20 de novembro de 1799.
Ilmo e Exmo senhor dom Rodrigo de Souza Coutinho
Bernardo José de Lorena

AHU - caixa 149, doc. 28 / APM rolo 134

Em respeito ao ofício de V. Exa. de 15 de janeiro do corrente, ponho no vosso conhecimento que a Serra do Grão Mogol é a mesma de Santo Antônio de Itacambira-su e o salitre em que V. Exa. me fala é o da Lapa dos Morcegos e Bola cujas amostras, remeti a V. Exa. acompanhadas com o meu ofício número 17; e pelo que pertence ao barro que dá ferro, igualmente remeti o ensaio da mina e terra que a produz, acompanhado com meu ofício número 67.
Deus Guarde V. Exa.

30 de julho de 1799.
dom Rodrigo de Souza Coutinho
Bernardo José de Lorena

AHU - caixa 149, doc. 50 / APM rolo 135

Esta acompanha a segunda remessa do doutor José Vieira Couto em um pequeno caixote, que contém quase todo ele amostras e ensaios de inexauríveis minas de cobre. É o condutor de todos os meus ofícios presentemente o capitão de ordenanças José Joaquim Vieira Couto, irmão do referido doutor, o mesmo que eu participei a V. Exa. ter ido examinar a mina de galena, de que seu irmão fez o ensaio.

Desejando o doutor José Vieira Couto ser promovido a algum posto militar, e tendo-me pedido a sua reforma, pela sua muita idade, e moléstias, José de Queirós Monteiro, coronel do Regimento de Cavalaria de milícias da Vila do Príncipe, proposto a Sua Majestade em seu lugar ao sobredito José Vieira Couto, no que fica a Mesma Senhora muito bem servida, tanto por ter o mesmo doutor muita gente à sua ordem, até para os seus trabalhos metalúrgicos, como porque nele se encontram todas as qualidades decentes e necessárias para exercer tal posto.
Deus Guarde V. Exa.

Vila Rica, 20 de agosto de 1799.
Ilmo e Exmo senhor dom Rodrigo de Souza Coutinho
Bernardo José de Lorena

AHU - caixa 149, doc. 72 / APM rolo 135

Minas Gerais, 24 de setembro de 1799.

Ao Ilmo e Exmo Sr. João Felipe da Fonseca, seu obrigado criado Alexandre Rodrigues Ferreira, tem a honra de remeter a inclusa para o Ilmo e Exmo senhor dom Rodrigo de Souza Coutinho, a qual achou dentro do baú, onde vem as amostras de cobre, ferro, chumbo, holibedeno, ochras, e vitriolos, que remete seu colega que foi na Universidade de Coimbra, e também com ele nomeado para as viagens filosóficas das quais se excusou por moléstia José Vieira Couto. Participa igualmente que fica em seu poder a memória que acompanha os referidos produtos debaixo do título de: "Memória sobre a Capitania de Minas Gerais" juntamente com a descrição dos metais contidos no referido baú, o que tudo fará ele subir prontamente à presença de S. Exa, sendo essa a sua vontade.

Jardim Botânico, 24 de setembro de 1799.
João Felipe da Fonseca
Alexandre Rodrigues Ferreira

AHU - caixa 156, doc. 28 / APM rolo 142

Em consequência do ofício de V. Exa. número 23 do ano passado, remeto o pequeno caixote, com a participação inclusa de Domingos Alves de Oliveira Maciel, irmão do doutor José Alves de Oliveira Maciel.

É tão grande a abundância de cobre descoberto pelo doutor Couto, que parecem escusadas mais indagações sobre semelhante objeto: e eis aqui quanto posso dizer a V. Exa. para ser presente ao Príncipe Regente Nosso Senhor.
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 4 de fevereiro de 1801.
dom Rodrigo de Souza Coutinho
Bernardo José de Lorena

Ilmo e Exmo Sr.

Meu senhor, o resultado das operações químicas que tenho a honra de apresentar a V. Exa. é quanto basta, segundo me parece, para testemunhar a minha pronta e cega obediência em satisfação do que V. Exa. me incumbiu; fazendo somente ver a existência das minas anunciadas por meu irmão doutor José Alves Maciel, ao Exmo senhor dom Miguel Antonio de Melo, sem ficar porém com a exatidão de um rigoroso cálculo para o qual me seria preciso a providência de vasos próprios, que se não acham neste país, e a construção de fornalhas regulares, que omiti pela brevidade do tempo.

Entre os sítios aportados é o Morro da Saramenha, freguesia de Antonio Dias em o qual a rica mina do pirite de cobre, que se vê na caixa, que ofereço em o número 1 muito digna de ser notada, tanto pelo que em si contém, como por ser um filão de muita largura e de muito fácil extração: dela tirei o enxofre, que se vê na mesma caixa em a número 2 e o cobre número 3. Junto a este segue a mina de vitríolo que apresento em o número 4 da qual extraí o vitríolo, que se vê em a número 5.

Passando depois à mina denominada do Contijo, que é situada no Morro das Lages desta mesma vila, achei as pirites arsenicais, que se vê em o número 6 da qual em pequena quantidade extraí em abundância o arsênico amarelo e o pó ou farinha arsenical de que se veem as amostras nos vidros do número 7 e além de ser um filão de três pés de largura em parte se faz ainda mais apreciável pela quantidade de cobalto que contém: e como todo este morro não admite outros trabalhos para extração do ouro, senão o das minas subterrâneas, me asseveram alguns dos atuais mineiros, que nestas aparecem várias substâncias minerais muito recomendáveis pela sua figura e peso, e outras mesmo pelo seu sabor e cor; mas esta exploração só se pode fazer nos meses de agosto e setembro, pois que na presente estação as águas que vertem interiormente não só põem em confusão todas as terras como até fazem temível a entrada das mesmas minas, o que deu motivo a que eu não apresentasse a V. Exa. nesta ocasião o ouro pimenta, que em uma delas se acha e de que vi já uma pequena amostra; assim como a argila medacea que só nos referidos meses se pode tirar do Rio Saramenho em cujo leito se acha; e para então é que se pode fazer um verdadeiro exame sobre o banco de pedras agregadas, que acusa a mesma carta, sendo agora impraticável a exploração de rios, que correm quase todos por entre matos.

Eu sou com o maior respeito possível De V. Exa o mais obrigado, fiel súdito.

Vila Rica, 4 de fevereiro de 1801.
Ilmo e Exmo senhor Bernardo José de Lorena
Domingos Alvares de Oliveira Maciel

Está conforme. José Joaquim de Oliveira Cardoso, oficial maior da Secretaria servindo no impedimento do secretário do governo.

AHU - caixa 166, doc. 77 / APM rolo 151

Tenho a honra de pôr na presença de S.A.R., por via de V. Exa., dois caixões de salitre, extraidos das nitreiras naturais de uns montes ermos, a que ora lhes chamei Monte Rorigo, e esta diligência foi-me incumbida de próximo e com muitas recomendações pelo Ilmo e Exmo general da capitania. A inclusa memória, que V. Exa. também recebe com esta, contém minhas observações, tanto a fim de fazer melhor conhecer e divulgar a natureza deste mesmo salitre, como também minhas [trações?] para a sua extração, dado caso, que S.A.R. queira utilizar-se de uma tão vantajosa produção da natureza.

Fico rogando a Deus pelas prosperidades de V. Exa. as quais desejo completas; e que também continue a multiplicar minhas descobertas úteis para ter o gosto de repetidas vezes comunicá-las a V. Exa. e que a Pátria do Ultramar desta maneira floresça debaixo do benígno influxo de V. Exa.
Ilmo e Exmo senhor. Sou de V. Exa. muito reverente e obsequioso criado.

Em Tejuco, aos 20 de maio de 1803.
dom Rodrigo de Souza Coutinho
José Vieira Couto

AHU - caixa 152, doc. 36 / APM rolo 137

Na margem: Respondida em 22 de setembro de 1800.

Ilmo e Exmo Sr.

Francisco José da Silveira, capitão da 1a. Companhia do 2o. Regimento de Cavalaria de Milícias da Comarca do Serro, me apresentou a pedra cheia de salitre que acompanha esta carta, e da primeira cozida fica logo o nitro no estado que se vê da amostra inclusa na pequena caixa: o Dicionário das Artes e Ciências impresso em Londres, em 1764 por W. Owen diz assim "A terra de que se faz o nitro na Pérsia e nas Índias orientais, como no Pegú e no Reino de Sião, é um gênero de Marne achado em pequenos oiteiros, escalvados, nos declives dos montes, expostos aos ventos nortes ou lestes, e nunca em nenhuma outra situação" Sendo pois o marne uma pedra calcária, tenra, gorda e russa, parece ser tal a pedra que remeto, que sendo ela como a das Índias orientais, ou contém nitro natural, ou tal coisa não há no mundo. Se houver grande abundância, como se espera, o que agora mandei examinar pelo mesmo capitão descobridor, teremos duas costas de nitreiras, estas que se podem dizer naturais, e as artificiais em que trabalha o doutor Velloso, sendo as naturais de muito melhor conta: feito o exame, participarei a V. Exa. do resultado.

Também devo dizer a V. Exa. que é tão excessiva a quantidade de salitre da qualidade a que monsenhor Saint Remy no tomo 2 das suas Memórias chama de Houssage, nas vizinhanças da Vila do Sabará, mesmo em roda dela, e na comarca do Serro, que há muita gente que vive do o apanhar e vender e tem principiado particulares a fazer tanta pólvora que me vi obrigado a proibir totalmente a extração do nitro em todos os distritos conhecidos, pelo dano que se pode seguir ao Contrato das Entradas, deste gênero, enquanto se não fabrica por conta de S.A.R., e para última prova remeto a amostra da pólvora, que ainda se faz melhor.
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 20 de fevereiro de 1800.
Ilmo e Exmo senhor dom Rodrigo de Souza Coutinho
Bernardo José de Lorena

Mandato:
Sr. João Felipe da Fonseca
Há de tirar-se uma cópia deste ofício e mandar-se ao museu com uma boceta que vai aqui junta, e onde só falta a pólvora e o salitre cristalisado, porque ficou na minha presença.

Ao governador de Minas Gerais se lhe há-de responder louvando-lhe muito o seu zelo, animando-o no prosseguimento do seu trabalho, e que S.A.R. confia que ele dará a este estabelecimento tanto das nitreiras naturais como das artificiais toda a atenção que podem ter e que zelando muito que logo o salitre seja estancado pois que para o futuro, tanto este gênero como o da pólvora devem só ser vendidos pela Fazenda Real; também S.A.R. o encarrega de ver a que preço poderia sair a manufatura da pólvora por conta da Fazenda Real, e que lucro se poderia tirar da venda do mesmo gênero por conta da Real Fazenda, e que de tudo isto informe com o seu conhecimento, zelo, e inteligência, pois que S.A.R. deseja dar a esse respeito as grandes providências que tão úteis podem ser à Real Fazenda e ao bem desses povos.

AHU - Códice 610, fl. 162-163

Por diferentes vezes se tem recomendado aos predecessores de V. Sa. a remessa das produções naturais da capitania de Minas, que são próprias para o Real Gabinete de história natural, e sendo muitas as ditas produções, em tudo semelhantes às que se acham nas outras capitanias do Brasil, das quais o Real Museu está bastantemente provido, recomendarei somente a V. Sa. a indagação, e remessa daquelas coisas mais raras, que houver na capitania de Minas, e muito particularmente dos objetos que são próprios, e particulares à mesma capitania, e se não acham ordinariamente nas outras partes do Brasil, como são pedras com ouro que se extraem das minas e toda a outra sorte de pedras preciosas, não só diamantes, mas de outras cores, matizes todas, águas marinhas, pingos de água, topázios, e cristais principalmente sendo grandes, e tudo o mais pertencente à mineralogia, de que o Museu está muito falto, devendo ser o mais abundante e só se poderá enriquecer com as riquezas que V. Sa. fizer. A respeito dos objetos de história natural, será muito conveniente que V. Sa. se aproveite dos distintos conhecimentos do doutor Velozo, o qual fez ultimamente uma remessa para o Museu perfeitamente bem preparada e com excelente escolha, o que V. Sa. lhe agradecerá muito particularmente da minha parte, segurando-o ao mesmo tempo, que não sendo ignoradas de Sua Majestade as suas boas qualidades.

Lisboa, 4 de fevereiro de 1788.
visconde de Barbacena
Martinho de Mello e Castro

AHU - Códice 610, fl. 212-213

Levei à Real Presença de Sua Majestade o interessante ofício número 10 que V. Sa me dirigiu, e que também incluia a primeira participação dos louváveis trabalhos de Joaquim Velozo de Miranda sobre as nitreiras, tanto artificias,como naturais, o que tudo deu a Sua Majestade a maior satisfação, sendo também muito louvável a atividade com que V. Sa. animou logo estes primeiros trabalhos, cujas consequências podem ser as mais felizes. Quanto às nitreiras, determina Sua Majestade que V. Sa. continue a dar-lhe a maior extensão, procurando examinar a que preço sai cada quintal, partindo V. Sa. do princípio que todas as vezes, que o quintal de bom salitre custar a Sua Majestade posto no Rio de Janeiro de cinco a seis mil réis, lhe dá a maior conveniência. É inútil que eu advirta a V. Sa. que se deve zelar muito esta manufatura, porque a mesma deve ser sempre privativa do Soberano, e S. Majestade espera que V. Sa. animando com os maiores louvores, e distinções as fadigas do hábil doutor Joaquim Velozo de Miranda, procure que ele continue na carreira que abriu com tanta distinção. Quanto à mina de chumbo, logo que aí chegar o professor Manso, que está na capitania de São Paulo, ou pelo mesmo doutor Velozo procurará V. Sa. ver se a mesma mina se pode trabalhar com vantagem da Fazenda Real, e dará parte das tentativas que fizer a este respeito. Chegaram em muito bom estado a onça e os urubus reais, e Sua Majestade os mandou recolher nas suas Reais Quintas. Devo também participar a V. Sa. que Sua Majestade está na intenção de mandar levantar fornos de ferro e trabalhar as minas deste metal em todas as capitanias do Brasil, principalmente em São Paulo, e em Minas Gerais sendo todo o trabalho feito por conta da Fazenda Real, a qual se propõe de tirar somente dez por cento sobre o valor do custo, para as vender depois o mesmo ferro a um preço que será discreto. V. Sa. deve fazer examinar logo que chegar o professor Manso o que se pode fazer a este respeito, e se uma mina que aí exista de ferro pantanoso pode dar alguma utilidade com o seu trabalho, e procurará dar a este respeito a conveniente informação de que colherão igual benefício a Fazenda Real e os habitantes dessa capitania.

Lisboa, 20 de setembro de 1798.
Bernardo José de Lorena
Dom Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 610, fl. 213

Em resposta à carta que V. Sa. me escreveu com data de 11 de dezembro do ano próximo passado, se me oferece participar-lhe, que S. Majestade foi servida nomear por decreto da cópia inclusa a Joaquim Velozo para Secretário desse Governo. E como ele não poderá receber por este comboio a sua carta é S. Majestade servida que V. Sa. lhe dê posse do dito lugar, não obstante a falta daquele título, tendo o seu antecessor Pedro de Araujo de Azevedo completado os três anos da sua nomeação. Igualmente ordena S. Majestade que V. Sa. auxilie o referido Joaquim Velozo de Miranda nos trabalhos, de que ele se acha encarregado sobre as nitreiras, para que dos mesmos possam resultar as mais felizes consequências.

Lisboa, 22 de setembro de 1798.
Bernardo José de Lorena
dom Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - caixa 128, doc. 23 / APM rolo 114

Em quatro caixões cobertos de couro com o seu rótulo a V. Exa. faço dirigir ao Rio de Janeiro, para dali serem remetidos ao Real Museu na forma da ordem que recebi de V. Exa. para o dito fim, os produtos naturais que pôde adquirir o hábil naturalista o doutor Joaquim Vellozo de Miranda desde a última remessa que já fiz dos mesmos produtos na data de 07 de julho de 1787 adquiridos pelo mesmo doutor assim como se verifica da inclusa descrição feita por ele mesmo. Unidos à mesma remessa vão mais vinte e um caixões mais pequenos, de um sal que se extraiu de uma mina que se encontrou na Serra do Itacambiruna quatro léguas distante do Quartel Geral da Sua Guarnição, na idéia de ser salitre próprio de fazer pólvora; porém como na experiência que mandei fazer no mesmo sal se acha ser ainda que de diferente natureza ou serventia, muito mais útil; vão também entre os mesmos caixões alguns que levam a mesma pedra da quina em bruto e de onde ele se extrai, para o fim de se poder fazer alguma mais exata averiguação.
Deus Guarde V. Exa por muitos anos.

Vila Rica, 17 de fevereiro de 1788.
Ilmo e Exmo senhor Martinho de Mello e Castro
Luiz da Cunha Menezes

AHU - Códice 611, fl. 22

Sendo presente ao Príncipe Regente (...) a representação inclusa do feitor da Casa da Índia sobre as qualidades, e preço das cochonilhas. É o mesmo Senhor servido que V. Sa. enquanto aquele precioso gênero se não estabelece e anima pela concorrência dos negociantes, procure animar a sua cultura, fazendo-o V. Sa. comprar por conta da Fazenda Real pelo preço proposto pelo mesmo feitor, para o remeter para aqui bem acondicionado.

Lisboa, 22 de novembro de 1799.
Bernardo José de Lorena
dom Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 611, fl. 84-85

Sendo provável que o naturalista Sieber que atualmente está no Pará passe a essa capitania para completar a coleção de várias plantas e outras produções naturais de que se acha encarregado pelo seu correspondente de Brunswich o conde de Hoffmansegg. É o Príncipe Regente (...) servido que V. Sa. lhe dê o necessário auxílio e lhe facilite os convenientes meios para que ele possa preencher o objeto da sua comissão não lhe enbaraçando que possa passar dessa capitania para outra qualquer quando ele julgar conveniente.

Lisboa, 28 de novembro de 1804.
Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello
visconde de Anadia

MAZUL - Manuscrito CN/C – 112

Tenho a honra de remeter a Vmce o pequeno pacote adjunto que contém várias amostras de borboletas que mandei colher, no meu grande trajeto do sertão, em várias paragens das capitanias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, e, ainda que hão de chegar muito prejudicadas com os incômodos do transporte, me persuado, que sempre

poderão servir, quando não para se notar toda a sua beleza, ao menos para contemplar a sua variedade. Se Vmce puder fazer as suas observações físicas, e o estudo da natureza de que elas ainda forem sucetíveis. No reino mineral, e ainda mesmo no vegetal, espero poder mandar a Vmce em outras ocasiões vários objetos, que possam servir à sua curiosidade e à sua aplicação (...)

Vila Bela, 27 de julho de 1773.
Domingos Vandelli
Luiz de Albuquerque de Mello Pereira

MAZUL - Manuscrito C N / R. 25

Quando eu tive a distinta honra no mês de setembro de 1790 de estar na presença do (...) senhor Martinho de Mello e Castro, (...) me ordenou o mesmo senhor fosse eu ver o Real Museu, dando ordem a Vmce para me mostrar tudo e sendo principalmente do meu conhecimento os cristais e cristalizações que vi, me encarregou da diligência de lhe remeter deste gênero tudo o que me fosse possível conseguir, e feitas elas conforme as suas insinuações, pude aprontar o que se encontra em vinte e dois caixotes, e volumes que na presente ocasião conduz e há de apresentar João de Araújo Silva à ordem do (...) senhor dom Rodrigo de Souza Coutinho. (...) Quero agora merecer-lhe que fazendo logo abrir todos os volumes me diga os que mereceram aceitação para eu continuar, ou suspender remessas, porque já tenho mais alguns gêneros que não posso remeter nesta ocasião.

Vila Rica, 30 de março de 1798.
Julio Mattiazzi
Francisco Antonio Rebelo

MAZUL - Manuscrito C N / V –71

Remeto a V. Exa. em uma caixa bem acondicionada a casca da árvore, a que chamam aqui vulgarmente Para Tudo. Dentro da mesma vai o debuxo tirado ao natural e a descrição feita pelo doutor Joaquim Velozo de Miranda no fim da qual estão indicadas

as virtudes da referida casca, e as moléstias e doses com que os naturais a costumam aplicar, segundo foi possível até agora averiguar-se, porque o uso dela é ainda pouco conhecido fora do sertão. Entretanto fico fazendo mais diligências, cujo efeito terei a honra de comunicar a V. Exa. quando fizer outra remessa, e se poderem recolher as sementes; e também foi incluida na mesma caixa outra porção de casca amargosa, que por informação em que tive de que se aplicava nas febres em lugar da quina, mandei buscar ao Tejuco, donde é natural mas nesta ocasião não veio a flor.

[s.d.]
[s.a.]

A.D.B. - Fundo Barca-Oliveira, caixa 23

Se tivesse mais vagar contaria a V. Exa a história completa desse pretendido cobalto, dado a Tejuco pelo doutor José Vieira Couto, o qual antes de saber distinguir os minerais de cobre, dos de ferro deu antes o nome daqueles, e convencido por fim que não eram da natureza que dizia, chamou aos mesmos cobalto, que ele ainda conhecia menos. Estando em Lisboa teve ocasião de estudar de perto os seus erros, porque o Ministério, me fez sempre juiz das suas remessas, e o pior não foi errar, mas foi ajuntar a conhecidos minerais de ferro, outros de cobre, que ele dizia ter obtido pelo ensaio, e porque nem apoiei semelhantes imposturas, que só faz quem não tem que perder, e fazem-se a quem lhe não sabe dar o devido valor, nunca me viu com bons olhos. Chegando depois ao Tejuco achei aqueles mesmos minerais em minerais de cobalto. V. Exa. poderá, a vista disto, presumir que peso poderia eu dar às suas supostas descobertas, conhecendo tão bem, que não era a verdade. (...)

Tejuco, 27 de abril de 1811.
Antonio de Araújo de Azevedo
Manoel Ferreira da Câmara

ADB - Fundo Barca-Oliveira, caixa 23

Na cópia do ofício que agora faço ao senhor conde d'Aguiar, terá V. Exa. uma fiel história dos meus trabalhos (...), direi a V. Exa. que derrotado de forças com o fabrico desta obra, e em fim com a minha primeira fundição, vou-me andando para Tejuco a ver se descanso e adquiro novas forças para recomeçar. Ali verei se descubro o para mim tão problemático cobalto do doutor Couto, para enviar a V. Exa., como me pede; digo problemático porque não só eu o não tenho achado, como também Eschwege buscando em lugares, que ele determinou, e sempre será para mim problemático e duvidoso tudo o que disser um homem que eu já conheci uma e muitas vezes falso, quem manda ao Ministério minerais de cobre da Alemanha dizendo que pertencem a este país, quem manda botões de ensaio de cobre ao lado de minerais de ferro, de que dizia te-los tirado, não seria capaz de apresentar a V. Exa amostras de cobalto, de qualquer parte onde o haja, dizendo serem do Tejuco? Seja embora malvada a minha dialética, mas ela é uma e consequente.

Morro do Pilar, 13 de janeiro de 1813.
Antonio de Araújo de Azevedo
Manoel Ferreira Câmara

AHU - caixa 126, doc. 48

Em virtude da ordem de Sua Majestade, que recebo pela mão de V. Ex.ª na data de 31 do mês de julho de 1785 para o fim de encarregar, como encarreguei ao hábil naturalista o doutor Joaquim Vellozo de Miranda de procurar por toda esta capitania todos os gêneros e todas as geralidades de espécies pertencentes à história natural: Faço a primeira remessa nesta ocasião possível, em três caixotes com o sobrescrito a V. Ex.ª, e de que são suas chaves as inclusas de uma grande parte dos pássaros e mais alguns animais que tem sido possível ao dito naturalista adquirir e [ilegível] constantes todos da sua narração e descrição tão bem inclusa.
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 7 julho 1787.
Luis da Cunha e Menezes
Martinho de Mello e Castro

AHU - caixa 128, doc. 60

Em conformidade da ordem, que V.Ex.ª foi servido dirigir-me no aviso de 31 de julho de 1785. Remeto duas caixas de produtos naturais mineralógicos, que pude ajuntar em dois anos; e constam da dita inclusa.

A mania universal de todos os que passam da Europa a este país, a respeito de ajustarem tudo o que é relativo à história natural, [ilegível] as remessas; não obstante esse embaraço, trabalharei com o maior zelo por satisfazer, como devo, as ordens de V. Ex.ª.

Vila Rica, 28 de junho de 1788.
Luis da Cunha e Menezes
Martinho de Mello e Castro

AHU - Códice 610

Sua Majestade é servida que logo que Vossa Mercê chegar ao [ilegível], capital do Distrito dos Diamantes, tenha um particular cuidado em mandar procurar recolher tudo que é relativo à mineralogia, como são matrizes de toda a casta de pedras preciosas; e igualmente de cristais e toda sorte de cristalização em que se compreendam não só as matrizes, mas igualmente pedras e cristais soltos, que pela sua singularidade ou grandeza, sejam dignos do Real Museu; como também toda sorte de minerais de ouro, prata, cobre, ferro e outros metais; remetendo Vmce. tudo o que se for descobrindo, em caixotes bem acondicionados no mesmo tempo em que se fizerem as remessas, e condições dos diamantes; e dirigido as ditas remessas a esta Secretaria de Estado, para ser entregue no Real Museu, com uma relação circunstanciada de tudo o que se remete, e continuando Vmce. as sobreditas remessas em todo o tempo em que ocupar o lugar; que vai servir, sem serem precisas novas, ou repetidas ordens: o que tudo há Sua Majestade por muito recomendado a Vmce.

Palácio de Queluz, 31 de julho de 1785.
Luiz Beltrão de Gouvea e Almeida - fiscal dos diamantes
Martinho de Mello e Castro

AHU - Códice 610

Sendo presente a Sua Majestade a carta número 6 com data de 30 de maio de 1797 que me escreveu o visconde de Barbacena, predecessor de V.S.ª, remetendo a amostra de uma mina de ferro de boa qualidade, e de muito fácil fusão, ainda que pouco rica, achada em um sítio pantanoso; e propondo-se a mesma Senhora de fazer trabalhos, tanto em Minas Gerais como em São Paulo as minas de ferro por conta da Real Fazenda para depois revender o ferro com dez por cento de ganho: É a mesma Senhora servida que V.S.ª, servindo-se das luzes do padre Vellozo e do hábil metalúrgico Manso, que vai aí chegar de São Paulo, procure ir tirando partido da mesma mina de ferro, e informe do que poderia necessitar-se para formar um tal estabelecimento, que será igualmente útil ao Soberano e a essa capitania.

O mesmo digo a V.S.ª sobre a rica mina de chumbo, que se achou no terreno de São Bento de Tamanduá, e que V.S.ª deve examinar se não dará conta trabalhada à custa da Fazenda Real, e se junto a ela não haverá alguma mina de galena, quer dizer, de chumbo e prata. Sua Majestade espera que V.S.ª promova com a maior eficácia estes trabalhos em que fará o maior serviço ao Estado.

Palácio de Queluz, 31 de outubro de 1798.
Bernardo José de Lorena
Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 610

Tendo chegado notícias a esta corte de que nessa Capitania, e terras do coronel Domingos da Rocha, morador nas Minas entre a Serra do Grão Mogol e o Arraial do Rio Pardo, se acha descoberta uma grande mina de salitre, e que igualmente apareceram em Vila Rica e Serro Frio outras de aço, assim como também um certo barro, que dá ferro, em que já se fez experiência sendo governador o visconde de Barbacena: Ordena Sua Majestade que V.S.ª procedendo logo a exatas averiguações sobre estes interessantes objetos informe do que achar semelhante respeito com as amostras que deve remeter dos minerais indicados.

Palácio de Queluz, 15 de janeiro de 1799.
Bernardo José de Lorena
Rodrigo de Souza Coutinho

Instruções que levou o intendente geral das minas na capitania de Minas Gerais, Manoel Ferreira da Camara partindo para a Bahia.

Havendo S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor permitindo que Vmce. fosse à capitania da Bahia tratar dos seus negócios particulares e havendo-se Vmce. oferecido para contribuir durante a sua demora naquele país com suas grandes luzes e conhecido zelo pelo Real Serviço, para tudo o que pudesse ser útil ao Real Serviço, foi S.A.R. servido encarregar-me de lhe remeter os seguintes suscintos e breves apontamentos sobre alguns objetos de que S.A.R. o encarrega de observar e informar interpondo o seu parecer, e com a maior exação como é esperado da extensão dos seus conhecimentos.

Em primeiro lugar: S.A.R. ordenou ao governador e capitão general da Bahia que desse a Vmce. todos os auxílios de que possa necessitar para visitar todos os distritos da capitania, onde possa haver minas de ouro, prata, cobre ou ferro, ou outras que sejam interessantes, e lisonjeia-se S.A.R. que Vmce. com o seu conhecido zelo não só faça grandes descobertas a este respeito, mas também informe logo do melhor sistema que se poderá e deverá introduzir a benefício da Real Fazenda, do Real Serviço e da utilidade geral e pública dessa tão interessante capitania. Neste importante objeto manda recomendar S.A.R. a Vmce. que não omita indagação alguma do que julgar necessário para dar fundamento às providências que propuser como convenientes para se adaptarem, e que tenha sempre presente aquele princípio de eterna verdade, que minas e bosques necessitam de ser regulados por princípios científicos, em que se acha calculada a utilidade geral, e não abandonados ao interesse dos particulares, que nestes casos, e só neles contraria, ou ao menos pode contrariar, a pública utilidade, formando uma notável exceção aos princípios gerais da economia política.

Em segundo lugar: S.A.R. manda recomendar a Vmce. que logo que chegar à Bahia, procure ao provedor da Casa da Moeda, que também serve de provedor da Alfândega, e que não só examine o estado da mesma e sugira os meios, e melhoramentos, que lhe parecerem convenientes a benefício da Real Fazenda, seja com alterações nas máquinas e no móvel ou potência, que os põe em ação, seja, e muito principalmente com as alterações, que julgar convenientes nos ensaios, e nas fundições, para o que muito se pode esperar das suas luzes na química e na metalurgia. Não é só este o objeto de que S.A.R. deseja que Vmce. aí se ocupe, mas também que examine com o mesmo hábil Provedor qual é o estado do numerário do país, qual a possibilidade de haver patacaría, e de procurar assim matéria para cunhar moeda provincial para o

grande estabelecimento, de que Vmce. deve ser encarregado em Minas Gerais e no Distrito Diamantino. Tudo o que Vmce. observar sobre tão interessantes objetos, e todas as reflexões fundadas em fatos que fizer chegar à Real Presença, e de que possam deduzir-se luminosos resultados, serão muito agradáveis a S.A.R.

Em terceiro lugar: Confia S.A.R. que Vmce. contribuirá muito com as suas instruções, e luzes para a realização do grande estabelecimento de nitreiras, de que seu digno irmão está encarregado, e para consolidar essa mesma fundação por meio da estrada e dos seus povoadores, que pelas importantes culturas da mandioca, da pimenta e canela, e da criação dos gados, podem procurar a abundância das subsistências na Bahia, e enriquecer o seu comércio com novos produtos. Seria inútil que eu dissesse aqui a Vmce. de quão grande utilidade serão à capitania da Bahia e à monarquia em geral, a realização de tão paternais e luminosas vistas de S.A.R., mas Vmce. que dá peso ao que valem com as suas grandes luzes há de avaliar igualmente o reconhecimento que S.A.R. lhe mostrará, e a seu irmão, se a felicidade da execução corresponder à segurança dos princípios, com que se mandou empreender tão útil obra.

Em quarto lugar: Encarrega S.A.R. a Vmce. ainda que interessado como proprietário de examinar os planos propostos, estabelecidos para a conservação das matas e arvoredos do Cairú, e de observar se com efeito os proprietários têm direito a serem conservados na posse de fazerem imensas derrubadas e horrorosas queimadas, e se a Fazenda Real com vantagem sua e em benefício do país, não deveria reincorporar todas essas matas vizinhas ao mar, na Coroa, indenizando os proprietários, e estabelecendo grandes e econômicos cortes regulares com utilidade da Marinha Real e Mercante; e devo confessar a Vmce. que se à S.A.R. pareceu muito duro o primeiro plano, que não respeita a propriedade, não deixou de ficarem equívocos os princípios do segundo, em que lhe ficou algum receio de se haver sacrificado o interesse público, e geral ao de alguns particulares. Sobre as derrubadas e queimadas a benefício da cultura da mandioca, ordena S.A.R. que Vmce. abra os olhos aos proprietários, e que lhes faça ver quão grandes vantagens tirariam de substituir a um tão absurdo método, o melhor sistema de uma cultura regular, de que se aproveitam as Antilhas, e com que seguram produções abundantes de mandioca. Neste particular artigo de produções necessárias para a subsistência da Bahia, deve Vmce. falar com o hábil diretor nomeado para o Jardim Botânico, e pô-lo de acordo, que veja se o governador pode fazer vir do Pará a árvore e pau, de cuja introdução, se seguiram a essa capitania incalculáveis vantagens; e tudo o que Vmce. lembrar a respeito de aumentar as culturas da capitania, tanto a respeito de plantas necessárias para o sustento, qual a mandioca, como daquelas com que possam estabelecer-se prados para haver grande criação e abundância de gados, fará Vmce. à S.A.R. um incalculável serviço.

Em quinto lugar: Desejaria muito S.A.R. que Vmce. visse e lembrasse tudo o que julgasse conveniente para animar e aperfeiçoar as culturas da pimenta, da canela, das especiarias, que muitas se poderão haver do Pará, da cochonilha, e do linho cânhamo, produto que em alguma parte dessa capitania poderá talvez cultivar-se com vantagem. Sobre culturas de plantas exóticas, aí se remeteu ultimamente alguma semente da preciosa árvore da seca, que é por excelência a mais própria para construções navais, e Vmce. me avisará se a mesma frutificar nas experiências que o governador e capitão general mandar fazer.

Em sexto lugar: Será muito agradável a S.A.R. toda a observação fundada em exatos princípios que Vmce. mandar sobre a imposição, que paga essa capitania, sobre o peso, de que poderá ser aos proprietários e às culturas, sobre a sua proporção com o produto do terreno em que recai, sobre os meios de a fazer mais produtiva e menos onerosa por meio de alguma substituição ou alteração luminosa. Igualmente serão muito interessantes todas as observações, que Vmce. puder mandar sobre os melhoramentos, que se possam introduzir a benefício das culturas da capitania, ou por meio de melhores métodos de trabalhar e adubar o terreno, ou por meio de melhoramentos introduzidos nas máquinas e nos fornos, com que se prepara o açúcar e assim dos mais gêneros.

Estou certo que Vmce. me porá nas agradáveis circunstâncias de dever-lhe agradecer no Real Nome os seus úteis e luminosos trabalhos, e de fazer haver ver, que não me enganei, quando na Real Presença segurei muitas vezes o que se podia esperar das suas luzes, merecimentos e zelo pelo Real Serviço.
Palácio de Queluz, 26 de novembro de 1800.

dom Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 610

Aqui consta que nessa capitania há uma árvore desconhecida na Europa, pertencente à Pentandria Monnogynia, que tem a folha quase cuneiforme e a casca amargosa, e dizem que os nacionais se servem dela em lugar da quina. É Sua Majestade Servida que V.S.ª remeta uma porção da dita casca com a descrição da árvore e uma relação circunstanciada das moléstias em que os nacionais usam deste remédio, e dos efeitos que produz: E que remeta igualmente um pouco de semente da mesma árvore e algumas das suas flores e folhas, que poderão vir em água ardente.

Palácio Nossa Senhora da Ajuda, 19 de fevereiro de 1788.
visconde de Barbacena, Luiz Antônio Furtado de Mendonça
Martinho de Mello e Castro

AHU - Códice 610

Sua Majestade é servida que V.S.ª ordene ao doutor Joaquim Vellozo de Miranda, que vá ao Rio de São Francisco fazer as indagações precisas, para descobrir as nitreiras naturais que consta haver naqueles distritos; e que remeta amostras do salitre que achar, com uma informação circunstanciada, por onde se venha no conhecimento da utilidade que poderá resultar deste descobrimento; calculando a despesa da extração e da condução até o porto de embarque para este Reino. E a esta informação do dito Miranda, ordena Sua Majestade que V.S.ª ajunte as suas reflexões sobre este importante objeto.

Ao governador e capitão general da Bahia, se ordena que auxilie estas diligências, que se encarregarão ao doutor Miranda.

Palácio de Queluz, 10 de novembro de 1796.
visconde de Barbacena
dom Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 610

Havendo Sua Majestade feito a Vmce. a graça de nomear Secretário do Governo de Minas Gerais: Esperava a Mesma Senhora ver continuados os seus trabalhos sobre as produções daquela capitania, e que pelos seus distintos conhecimentos em botânica, Vmce. procurará aumentar as descobertas de novas produções, para o que manda Sua Majestade lembrar-lhe que o célebre Dombey disse ao padre Vellozo, muito hábil naturalista, que em todas as serras entre trópicos havia quina, e que lhe procurava pelo fato de a haver descoberto em lugares fora do distrito em que os espanhóis a encontraram: À vista disto espera a Mesma Senhora que Vmce. empregue o seu zelo e os maiores esforços para tentar algum feliz descobrimento a este respeito.

Igualmente manda Sua Majestade recomendar-lhe que informe sobre todos os descobrimentos de Minas que se possam fazer na mesma capitania assim como sobre o estado das mesmas.

Palácio de Queluz, 18 de março de 1797.
Joaquim Vellozo de Miranda
Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 610

Sua Majestade manda remeter a Vmce. o desenho junto da árvore da quina do Perú (Cinchona Officinalis, segundo [ilegível]) para mais facilitar-lhe as diligências que a Mesma Senhora lhe recomendara já em aviso precedente; esperando que ajudada sua inteligência e atividade por este auxílio mais, Vmce. responderá completamente à confiança, que Sua Majestade faz em Vmce. quando o encarregou de tão importante comissão.

Palácio de Queluz, 29 de março de 1797.
Joaquim Velozo de Miranda
Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 622

Querendo Sua Majestade promover a cultura do linho cânhamo no distrito da Nova Vila da Campanha da Princesa, cujo lugar de juiz de fora Vmce. vai criar de novo; é a mesma Senhora servida que Vmce., logo que tomar posse do seu lugar, informe sobre a propriedade do seu clima e terreno para a produção deste gênero tão interessante, e da possibilidade dos seus habitantes, para a sua cultura, assim como também se será possível que a Câmara da mesma vila destine alguma parte das suas rendas para se empregar anualmente nas despesas necessárias para este tão útil estabelecimento como são o de mandar ir sementes, e os instrumentos para a sua cultura, para se repartirem pelos lavradores, como também para se premiarem aqueles que apresentarem maior quantidade de linho preparado; e igualmente se será útil que a Fazenda Real se obrigue a comprar por um preço que faça conta aos lavradores, todo o linho, que estes apresentarem na Vila de Parati, preparado para se embarcar para o Reino. Entretanto, que Vmce espera as Reais Ordens a este respeito dependentes da sua informação, é a Mesma Senhora servida que Vmce procure animar quanto lhe for possível, e couber nos limites da sua jurisdição, a cultura deste tão interessante gênero, de que devem resultar os maiores interesses ao Real Serviço e o Estado; e para este fim lhe manda Sua Majestade entregar os cinquenta exemplares inclusos, que tratam do modo de cultivar o linho cânhamo, para que Vmce os reparta pelos cultivadores do mesmo distrito, e recomenda que informe circunstanciadamente todos os anos por esta Secretaria de Estado do progresso deste estabelecimento, para que a Mesma Senhora possa dar as providências que julgar úteis ao seu Real Serviço.

Palácio de Queluz, 20 de maio de 1799.
O juiz de fora da Vila da Campanha da Princesa
Rodrigo de Souza Coutinho

AHU - Códice 611

Recebi a Carta de Vmce em data de 12 de junho do ano próximo passado, e com ela a remessa das amostras dos metais e minerais novamente descobertos, pelo que louvo a diligência e curiosidade de Vmce por estas descobertas; mas Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor por ora, a exceção de querer se prossiga nos vantajosos trabalhos dos dois metais preciosos, como são os das minas de ouro e prata, deseja que se empreguem os maiores cuidados possíveis em tirar partido das minas de ferro, tendo

já encarregado para esse fim João Manso para ir a essa capitania: Quanto ao extravio do ouro Sua Alteza Real procura evitá-lo, tirando a circulação do ouro em pó, da qual se seguem tão graves e prejudiciais inconvenientes: Para o fim de alumiar os povos e de os encaminhar no trabalho das minas de ouro, S.A.R. se propõe mandar traduzir várias obras, que ensinam a fazer com vantagem os sobreditos trabalhos, para cuja acertada direção S.A.R. talvez mandará pessoa muito hábil, que será igualmente encarregada de reformar o método até agora praticado nas casas da moeda: O mesmo Augusto Senhor recomenda muito a Vmce a continuação das Nitreiras artificiais; e talvez passará ordens ao governador para nesses territórios se fabricar pólvora por conta da Fazenda Real, e vender-se por preço mais cômodo, logo que haja salitre suficiente: Isto é o que agora se oferece a participar-lhe em resposta à carta de Vmce pelo que respeita ao Real Serviço.

Palácio de Queluz, 17 de setembro de 1799.
Joaquim Velozo de Miranda
Rodrigo de Souza Coutinho

ANRJ - Códice 68, volume 4, fl.122

O governador e capitão geral da capitania de Minas Gerais me remeteu pelo [ilegível] João Bernardo de Moraes, trinta e dois caixotes de plantas, com o destino de serem transportadas na fragata de guerra São João Baptista, indo o mesmo [ilegível] encarregado de cuidar na sua conservação, sobre o que avisei logo ao comandante da mesma fragata Guilherme Roberts, para mandar dispor a acomodação necessária e própria pelo ofício copiado debaixo do número 1 dando-me a resposta copiada debaixo do número 2 me parece não insistir em que fosse na dita fragata.

Por isso remeto vinte e dois caixotes por este navio Graça Divina, de que é capitão Antônio José de Sá, entregues aos cuidados do referido [ilegível], ficando os doze que restam, para serem transportados em algum dos navios, que se oferecer.
Deus Guarde a V. Exa

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1781.
Martinho de Mello e Castro
Luiz de Vasconcelos e Souza

ANRJ – Códice 68, volume 4, fl.123

Agora acabo de receber uma carta do senhor general de minas em que me diz que na forma da recomendação que Suas Majestades lhe fizeram para ele remeter para a cidade de Lisboa, uma coleção de plantas das mais raras que a natureza produzisse nestes climas, me enviara trinta e dois caixões das mesmas plantas, que vinham conduzidas pelo [ilegível] João Bernardo de Moraes por ter sido o jardineiro delas e se achar instruído no modo de as conservar, as devia levar até a mesma cidade de Lisboa. Lembrando-se para esse transporte da fragata de guerra que V. Exa comanda. O que participo a V. Exa para que haja de mandar a um dos seus oficiais a cerca do Hospital Militar ver os ditos caixões, para eleger o lugar mais próprio, em que eles devem ir na fragata do comando de V. Sa e juntamente o dito [ilegível] que deve ser donde haja de circular o ar livre. A fim de que não morram as mesmas plantas e igualmente ver as aguadas que serão precisas, separadas do número de pipas necessárias para que se não experimente falta no que for preciso para serem diariamente regadas.
Deus Guarde a V. Sa

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1781.
senhor capitão de mar e guerra Guilherme Roberts
Luiz de Vasconcelos e Souza

ANRJ - Códice 68, volume 4, fl. 124

Ilmo e Exmo Senhor Vice-Rei

Recebi a carta de V. Exa da data 31 de maio de 1781 na qual V. Exa me faz aviso de terem chegado a esta cidade uma coleção de plantas para o jardim de Sua Majestade remetida pelo senhor governador da capitania de Minas Gerais, com o destino de serem transportadas na fragata de que sou comandante, o que já me tinha sido participado imediatamente pelo dito senhor governador em carta do dia 8 de maio de 1781. Querendo eu examinar as sobreditas plantas para determinar a sua acomodação a bordo, fui para esse fim ao Jardim Botânico onde se acham e vendo-as e os caixões em que elas estão plantadas que são em número 32. Acho que a bordo da fragata se lhe não podem fazer cômodo, ou dar situação em ar livre como V. Exa recomenda porque não tendo a fragata tombadilho onde elas possam ir sem serem molhadas de água

salgada e sem embaraçarem a manobra da artilharia pelo que se obtem estes dois impedimentos um de morrerem as plantas por efeito da água salgada e outro de irem ao risco de serem lançadas ao mar. Logo que seja preciso pôr-se a fragata em ação de combate o que necessariamente há de suceder por muitas vezes nas circunstâncias em que se acham os mares da Europa. O que ponho na presença de V. Exa para determinar o que for servido.
Deus Guarde a V. Exa.

Rio de Janeiro, 01 de junho de 1781.
Luiz de Vasconcelos e Souza
Guilherme Roberts

A N R J - Códice 68, volume 4, fl. 178

Neste navio Santa Rosa e do Senhor do Bonfim de que é capitão Joaquim José de Oliveira, que faz viagem para este porto, remeto o resto dos trinta e dois caixões de plantas vindos de Minas que se oferecesse com a comodidade precisa como havia avisado a V. Exa no ofício de 2 de julho de 1781.
Deus Guarde a V. Exa.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1781.
senhor Martinho de Mello e Castro
Luiz de Vasconcelos e Souza

ANRJ - Códice 69, volume 8, doc.103, fl. 41

Ilmo e Exmo Senhor

Tendo remetido aos generais da Bahia e Pernambuco o desenho, e descrição da árvore da Quina, em observância de um ofício de V. Exa fiz outra semelhante remessa a todos os comandantes dos distritos desta capitania recomendando-lhes fizessem as possíveis diligências a fim de conseguir um descobrimento tão interessante. Todos eles me certificam de terem feito aquelas averiguações que sendo suficientes para darem prova

do seu zelo pela execução das ordens, que recebem, não são bastantes para se decidir da existência da quina nas serras desta capitania, por não serem feitas por pessoas instruídas, e destinadas de proveito a esta indagação.

A cópia da carta, que sobre o mesmo assunto me dirigiu o comandante do distrito de Parati, faz menção de uma árvore, conhecida pelo povo com o nome de Casca de Anta, ou Pau para Tudo, em muito aplicada para febres intermitentes, cólicas e outras moléstias; mas o mesmo comandante observa alguma diferença entre esta árvore, e o desenho que recebeu, e remete um caixão com a marca da mesma cópia, para que se façam alguns exames por pessoas mais inteligentes.

O coronel de milícias do distrito de Guaratiba tendo-me participado o pouco fruto das suas diligências, comunica na sua carta junta por cópia a notícia de haver bastante quina em alguns lugares das capitanias de Minas Gerais, e Goiás, a cujos governadores imediatamente escrevi, remetendo-lhes um extrato da carta daquele coronel, para que façam na parte que lhes toca o que julguem mais conveniente ao Serviço de Sua Majestade.
Deus guarde V. Exa.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1798.
conde de Resende
senhor dom Rodrigo de Sousa Coutinho

ANRJ - Códice 69, volume 8, doc. 105, fl. 41v

Ilmo e Exmo Senhor

Logo que recebi o ofício de V. Exa para entrar na averiguação de terras próprias, donde se possa extrair o salitre, escrevi a todos os comandantes dos distritos sobre este objeto, não obstante estar persuadido que sendo este o meio mais pronto para entrar em semelhantes exames, não é o mais eficaz, por não haverem pessoas instruídas e assalariadas que se ocupem em diligências desta natureza. Não tendo pois conseguido notícia alguma de satisfação, só recebi a carta junta por cópia do coronel da Guaratiba, que cita alguns lugares de Minas Gerais, e Goiás, onde se presume haver salitre. Esta participação tenho comunicado aos generais das mencionadas

capitanias, para que procedam a exames mais sérios e possam informar a V. Exa se assim julgar conveniente.
Deus guarde a V. Exa.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1798.
conde de Resende
senhor dom Rodrigo de Sousa Coutinho

ANRJ - Códice 69, volume 8, doc. 207

Ilmo e Exmo Senhor

Tenho feito toda a diligência para descobrir a árvore da quina ordenando aos comandantes dos distritos, que fizessem vir a sua presença os homens mateiros a vista da estampa, e discrição se instruíssem para entrar no descobrimento desta precisa árvore, todos me respondem que não se tem descoberto; tenho ordenado que se continuasse na diligência, e na minha particular diligência pelos grandes desejos que tenho de executar ordens, descobri por um religioso de Nossa Senhora do Carmo, meu parente, chamado frei Inácio Nunes de Santa Ana, que há bastante quina nos campos do tenente João Pinto de Magalhães, e do alferes Alexandre Pinto de Magalhães, e Campo Redondo entre Rio Grande, Serra da Boa Esperança, Rio Sapucaí, e Águas Verdes na área da lavra do Funil, em uma ermida de Nossa Senhora das Dores, e o Senhor do Bonfim, comarca de São João Del Rei, Rio das Mortes, e com mais abundância no Abaeté, aonde estão os soldados de guarnição, para não entrarem garimpeiros, que andam a furtar diamantes; também se acha a dita quina no Arraial da Formiga, picada de Goiases.
Deus guarde V. Exa.

Marepicu, 26 de março de 1798.
coronel de Milícias
Inácio de Andrade Souto Mayor Rondon

ANRJ - Códice 69, volume 9, ofício 265, fl. 170

Ilmo e Exmo Senhor

Em observância da ordem de V. Exa sobre descobrir-se o salitre, distribui as ordens prontamente, e não se descobriu nada até o presente, e ainda que se continue na diligência deste descoberto dou esta parte a V. Exa, e participo a notícia que tenho descoberto, que nas campinas entre o Rio das Velhas, caminho de Goiás, Dourados, Abaeté, e Rio São Francisco, há salitre, e para o sertão aonde já tiraram no lugar chamado as salinas; e prova-se isto com o que se pratica em Goiás, que se funde o ouro com o sal da terra.

Marepicu, 26 de março de 1798.
coronel de Milícias
Inácio Andrade Souto Mayor Rondon

ANRJ - Códice 69, volume 9, ofício 305, fl. 61-62

Ilmo e Exmo Senhor

Das primeiras tentativas que mandei fazer desde o ano de 1795 em observância das recomendações que por essa Secretaria me foram dirigidas, sobre o descobrimento das minas de ferro, dei conta no mesmo ano, expondo o seu resultado, e requerendo algumas providências sem as quais não se poderá fazer uma experiência decisiva da qualidade e riqueza das minas de ferro, que se tem descoberto, nem pela falta de bons artistas se poderão estabelecer fábricas nesta capitania quando seja ainda esta a intenção de Sua Majestade.

Nessa hipótese não tenho cessado de recomendar a pessoas de conceito a continuação das mesmas tentativas, e delas se tem alcançado que além dos lugares já conhecidos, onde se acharam pedras ferruginosas, de que já enviei amostras com a primeira conta que dei em 31 de outubro do sobredito ano, proximamente se encontraram pedras da qualidade dessa amostra, que remeto à V. Exa com a cópia da participação, que fez um Tenente Coronel de Milícias, encarregado entre outros por mim dessa diligência.

A utilidade que receberiam os povos de todas as capitanias do Brasil quando se fabricassem nela todos os instrumentos de que precisam para os seus trabalhos da agricultura,

são bem evidentes sem prejuízos dos rendimentos reais, pois ficariam bem compensados com qualquer imposição sobre as fábricas que se houvesse de estabelecer, a qual nunca viria a ser onerosa aos povos como atualmente o são os grandes direitos que se pagam por este gênero, mas como nem tenha recebido uma resposta terminante sobre este negócio nem haja nesta cidade um homem hábil, e de conhecimentos mineralógicos, que possa fazer as últimas experiências que exigem grandes escavações, instrumentos e despesas, fica tudo dependente das últimas ordens de Sua Majestade e das providências que são indispensáveis, especialmente a de pessoas inteligentes que não inutilizem gastos, que nas mesmas experiências se façam, porque já tenho significado a Vossa Excelência em outro lugar, que o único sujeito que havia próprio para ser empregado em diligências nesta natureza era João Manso Pereira, que por ordem de Sua Majestade se acha atualmente na Capitania de São Paulo, e que ainda esse mesmo não se animava a empreender ensaios mais importantes, tanto por lhe faltarem as possibilidades, como por desconfiar do seu mesmo juízo sobre a evidência dos seus descobrimentos.
Deus guarde a V. Exa.

Rio de Janeiro, 7 de junho de 1799.
senhor dom Rodrigo de Sousa Coutinho
conde de Resende

ANRJ - Códice 69, volume 9, ofício 111, fl. 55

Ilmo e Exmo Senhor

Tenho a satisfação de oferecer a V. Exa uma amostra de pedra mineral de chumbo que me foi remetida por um oficial desta guarnição que se acha destacado no registro do Rio Paraibuna, o qual me certifica haver grande abundância do mesmo mineral, porém como não haja aqui pessoa hábil, que faça os ensaios necessários, e além desta falta seja o terreno, onde se descobriu esta mina pertencente à capitania de Minas Gerais, por ficar da outra parte do sobredito rio, creio que V. Exa, que tanto atende a promover as vantagens destas colônias, dará as providências que a este fim lhe parecerem mais acertadas.
Deus Guarde a V. Exa.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1800.
senhor dom Rodrigo de Sousa Coutinho
conde de Resende

ANRJ - Códice 70, volume 12, fl.78-78v

Ilmo e Exmo Senhor

Logo que o ofício que V. Exa de 8 do mês passado se me apresentou o anspeçada João Bernardo de Moraes, mandei recolher na cerca do Hospital Real Militar os trinta e dois caixões de plantas de que vem encarregado por V. Exa, com o destino de o conduzir à Corte na fragata de guerra São João Batista, como V. Exa me recomenda: Para este fim dirigi logo ao comandante da mesma fragata a ordem necessária, e me deu a resposta que remeto a V. Exa por cópia, da qual V. Exa verá a justa razão, com que se exime de levar as mesmas plantas, por não ter a comodidade do Jardim, em que V. Exa fala, e que só se encontra nas naus de guerra: Persuadido desta impossibilidade passei logo a mandar encaminhar os cômodos a este respeito nos navios mercantes que hão de sair deste porto, para o de Lisboa, e achei que excetuando o navio Santa Rosa, que tem um pequeno jardim, que por velho pouco peso poderá sustentar, todos os mais são de solda, [castelo?], e poço, como a fragata, e por isso nenhum deles poderá levar, sem grave risco, das mesmas plantas mais de 8 dos ditos caixões; como porém para esta condução V. Exa destinava o dito anspeçada na suposição de irem todas na fragata sobredita, o que não pode ter efeito, me pareceu participar tudo isto a V. Exa, para que me diga se quer que o mesmo anspeçada embarque em um navio mercante com 8 caixas das mesmas plantas as mais importantes, e que eu faça remeter os outros repartidos pelos mais navios, debaixo das grandes recomendações, com que vão as que também remeto por ordem de Sua Majestade ficando V. Exa certo que farei prover por conta da Real Fazenda os ditos navios das vasilhas da aguada, que se julgar necessária para a boa conservação das mesmas plantas, como V. Exa me recomenda.
Deus Guarde a V. Mce.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1781.
Luiz de Vasconcelos e Souza
senhor dom Rodrigo José de Menezes

ANRJ - Códice 70, volume 12, fl. 162

Ilmo e Exmo Senhor

Para essa capitania volta o cabo de esquadra Estevão Gonçalves Rios, comandante de escolta, que acompanhou os Cabedais Régios pertencentes à permuta dos registros, e por ele se remete o importe dos mesmos cabedais em moeda de prata própria para a dita permuta.

O mesmo me apresentou três caixões, que V. Exa me diz serem dos gêneros pertencentes à história natural, com uma bolsa expedida por V. Exa para a Secretaria do Estado desta Repartição, e três mais do escrivão da Junta desta capitania, o que tudo na forma da recomendação de Vossa Excelência, foi remetido para a cidade de Lisboa, no navio Santo Antônio Voador, de que é mestre Nicolau Corrêa Alvares, por ser embarcação segura, a qual seguiu viagem para o porto daquela cidade, no dia 6 do presente mês.

Igualmente apresentou o preso João da Costa, que se acha recolhido nas cadeias desta cidade, para ser remetido para o reino de Angola na primeira embarcação, que se oferecer, com a carta de V. Exa, que o deve acompanhar.
Deus Guarde a V. Mce.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1787.
Luiz de Vasconcelos e Souza
senhor Luiz da Cunha Menezes

ANRJ - Códice 70, volume 18, fl.73

Tendo recomendado a V. Mce com a maior seriedade a plantação e cultura do linho cânhamo, cujas sementes lhe foram entregues na mesma ocasião com as instruções que deviam regular a referida cultura nos seus diferentes estados, e tendo decorrido infinito tempo sem que recebesse de V. Mce a mais leve insinuação do êxito de uma diligência que por tantas e graves razões devia merecer outra eficácia. Ordeno a V. Mce que sem demora me remeta por escrito, uma exata conta do que tem feito neste particular.
Deus Guarde a V. Mce.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1797.
conde de Resende

ANRJ - Códice 70, volume 18, fl.88

Todas as tentativas que V. Mce tem feito para a plantação do linho tem sido inúteis, falta-me agora perguntar se a cochonilha poderá promover-se, ou qualquer outro ramo que faça um objeto interessante a Sua Majestade, e ao Estado, V. Mce me responderá com pressa, com acerto, e com conhecimento da causa que me move a impor-lhe esta obrigação.
Deus Guarde a V. Mce.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1797.
conde de Resende

ANRJ - Códice 70, volume 19, fl.79v

Ilmo e Exmo Senhor

Lembrando-me de repartir com V. Exa sementes do linho cânhamo remetidas do Rio Grande persuadido de que esse clima teria mais analogia com a natureza e produção deste vegetal, do que o desta capitania, dei conta para Lisboa das diligências que tinha praticado, prometendo fazer em tempo competente a participação do seu resultado: e como nesta ocasião me seja necessário tratar para a Corte deste particular tão importante aos Reais Interesses, espero merecer de V. Exa a contemplação de noticiar-me os progressos do mesmo linho, pois entendo que pelo zelo e eficácia de V. Exa serão proporcionados aos meus desejos, e às positivas recomendações de Sua Alteza.
Deus Guarde V. Exa.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1800.
senhor Bernardo José de Lorena
senhor Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça
conde de Resende

ANRJ - Códice 70, volume 20, fl.3v

Tendo a cultura da mandioca a que em todo o tempo deve merecer a maior atenção, presentemente acrescem para se promover ainda com mais cuidado não só as atuais circunstâncias em que se devem prevenir as precisões deste Estado, mas a necessidade que há em Lisboa para onde indispensavelmente se hão de fazer remessas da mesma farinha de mandioca: por este motivo além de competir a V. Mces, positivamente lhes recomendo e os encarrego de fazer promover em todo o termo dessa Câmara esta cultura, de modo que a produção exceda a dos anos anteriores, para se poderem fazer as referidas remessas, sem que o povo deste país experimente falta. E o mesmo fica dito a respeito da mandioca, recomendo a respeito dos mais gêneros comestíveis em que a proporção há presentemente igual fundamento para haver o mesmo cuidado.
Deus Guarde a V. Mces.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1801.
conde de Resende

ANRJ - Códice 70, volume 22, 11v-12

Ilmo e Exmo Senhor

Recomendando-me V. Exa em carta de 30 de março passado que facilitasse o transporte para Lisboa ao bacharel formado José Joaquim de Oliveira Cardoso, oficial maior da Secretaria desse governo conduzindo várias vias de cartas, e remessas mineralógicas, e dois cavalos para Sua Alteza Real, o fiz embarcar em a nau Rainha de Portugal comandada pelo chefe de divisão Mateus Pereira de Campos que daqui partiu em 8 do corrente, não podendo oferecer para o fim, de que se trata, transporte nem mais cômodo, nem mais breve.
Deus Guarde a V. Exa.

senhor Bernardo de Lorena
dom Fernando José de Portugal

ANRJ - Códice 70, volume 20, fl.127

Com esta achará V. Exa 25 exemplares ou folhetos que prescrevem o método de fazer a operação da enoculação das bexigas por meio da vacina que se me enviaram da Corte com ofício expedido pela Secretaria de Estado competente na data de 6 de dezembro do ano próximo passado em que se me determina os remeta a V. Exa a fim de por eles se adquirir a instrução necessária para nessa capitania se praticar a mesma operação, e introduzir em toda a extensão.
Deus Guarde a V. Exa.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1807.
senhor Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello
conde dos Arcos

ANRJ - Códice 97, doc. 27

Ilmo e Exmo Senhor

Achando-se expedido e pronto a partir o furriel João Pedro Soares Jardim, condutor do ouro que a Junta da Fazenda remete dessa capital para ser trocado com moeda, recebi a gostosa notícia da boa vinda de V. Exa e logo tive a honra de escrever e dirigir a V. Exa os meus cumprimentos por uma parada, que deve chegar muito primeiro que o dito furriel, restando agora somente certificar a V. Exa desta diligência, que adiantei com muito gosto pela feliz chegada de V. Exa como pretendo fazer sempre em todas as ocasiões que se me oferecerem ou puder haver de obsequiar a V. Exa.

Pelo mesmo furriel remeto cinco caixas que levam várias produções de história natural para serem enviadas à Corte pelo expediente da Secretaria de Estado desta repartição, e como entre elas vai uma com plantas vivas, peço a V. Exa que se sirva mandar recomendar o bom tratamento delas, e que se faça toda a diligência que puder concorrer para que cheguem da mesma forma ao seu destino. A bolsa inclusa com esta carta contém o ofício e catálogos correspondentes, e por isso deve acompanhar a dita remessa, que espero V. Exa tenha a bondade de ordenar pela fragata, ou pelo primeiro navio que sair desse porto.

Desejo muito que V. Exas estejam inteiramente convalescidos dos incômodos da viagem, e que passem sempre muito bem.
Deus guarde a V. Exa muitos anos.

Vila Rica, 12 de junho de 1790.
Ilmo e Exmo conde de Resende
De V. Exa
Amigo muito venerador e fiel capitão
visconde de Barbacena

ANRJ - Códice 97, doc. 99

Ilmo e Exmo Senhor

O bacharel formado José Joaquim de Oliveira Cardoso, oficial maior da Secretaria deste Governo vai à Real Presença conduzindo várias vias de cartas, e remessas mineralógicas, e também vão dois cavalos para Sua Alteza Real; queira V. Exa facilitar-lhe o transporte pelo modo que é próprio do zelo de V. Exa por tudo que toca ao Mesmo Augusto Senhor, da sua bondade natural.
Deus Guarde a V. Exa.

Vila Rica, 30 de março de 1802.
dom Fernando José de Portugal
Bernardo José de Lorena

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

A. Descrições e Viagens: Os Descobrimentos e os Ecossistemas Coloniais

ACADEMIA PORTUGUESA DE LISBOA. Fontes para a História do Antigo Ultramar Português. Lisboa, 1978.

ACADEMIA DAS CIENCIAS DE LISBOA: Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo, acerca das navegações e conquistas portuguesas. Lisboa, Imprensa Nacional, 1892. 551 p.

ALBUQUERQUE, Luis Mendonça de. Casos de expansão portuguesa II. *Biblos* – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. LI, p. 65, 1975.

ALMEIDA, Manuel Lopes de. Subsídios para a história ultramarina no século XVII. *Biblos* –Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. IX, p. 184-203, 1933.

AMZALAK, M. B. *A economia política em Portugal, o fisiocratismo:* as memórias econômicas da Academia e os seus colaboradores. Lisboa: [s.n.], 1922.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *Mundos novos do mundo*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972. 2 V.

ARNAUT, Salvador Dias. Três séculos sobre os descobrimentos. *Biblos* - Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. LXX, p. 93-118, 1994.

ARTUR, A. de M. Faria. Portugal marinheiro: esboço histórico acerca da expansão e colonização dos portugueses. Lisboa, [s.d.].

AZEVEDO, Ruy d'. Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento das terras doadas. Agentes colonizadores. In: Introdução à História da Expansão Portuguesa no Mundo. *Biblos* – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. XIII, 1937.

BARATA, José. Une carte topographique du Portugal au seizième siècle. *Biblos* - Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. XXIV, p. 552-553, 1948.

BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimentos e Renascimento:* formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1983.

BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimentos e Renascimento:* formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1982.

BARRETO, Luís Filipe. *Os descobrimentos e a ordem do saber*. Lisboa: Gradiva, 1989.

BENSABAT, Amzalak Moses. Conseqüências econômicas dos descobrimentos. In: IV CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS, v. V, 1940.

BOLÉO, José de Almeida. *Descobrimentos marítimos e explorações terrestres*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955. 74 p.

BORBA, Brasil. *Portugal, um estudo sobre expansão, administração e política ultramarina*. Curitiba: Editora Lítero Técnica, 1972. 62 p.

BOTELHO, Sebastião José Xavier. *Memória estatística sobre os domínios portugueses na África Oriental*. Lisboa: Tipografia de José Baptista Morando, 1835.

BOXER, Charles R. *A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Ed. 70, 1989.

BRELIN, Johan. *De passagem pelo Brasil e Portugal em 1756*. Lisboa: Casa Portuguesa, 1955. 140 p.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. As fontes de Duarte Pacheco Pereira no Esmeraldo de Situ Orbis. *Revista de História*, São Paulo, v. 33, n. 67, p. 31-47, jul./set. 1966.

CARVALHO, Joaquim de. Repercussão dos descobrimentos e da colonização na morfologia da Ciência Portuguesa. In: IV CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS, v. V, 1940.

CASTRO, Armando. *As doutrinas econômicas em Portugal na expansão e na decadência (século XVI-XVIII)*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

CASTRO, Armando. *Rumo de Portugal, a Europa ou o Atlântico?* (uma perspectiva histórica). Lisboa: Livros Horizonte, [s.d.].

CASTRO, Augusto de. *A exposição do mundo português e a sua finalidade nacional.* [s.n.t.], 1940.

CORDEIRO, Luciano. *Questões histórico-coloniais*. Portugal: Agência Geral das Colônias, 1935.

CORRÊA, Francisco Antônio. *Consequências econômicas dos descobrimentos*. Lisboa: Off. Ottosgráfica Ltda, 1937. 143 p.

CORTESÃO, Jaime. *Os descobrimentos portugueses*. Lisboa: Horizonte, 1975.

CORTESÃO, Jaime. *Paulicea Lusitana Monumenta Histórica*. Lisboa: [s.n.], 1956.

COSTA, José Pereira da. *As ilhas e a expansão marítima*. Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Angra do Heroísmo, v. XLI, 1983.

COSTA, J. Marques da. *A expansão portuguesa além mar.* Lisboa: Conferência, 1935.

CUNHA, Pedro de Pitta. *Expansão e estabilidade:* os dilemas da política macro-econômica. Lisboa: [s.n.], 1972.

DIAS, José Sebastião da Silva. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973.

DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e mercantilismo:* a Cia. Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778). Belém: Arquivo da Universidade Federal do Pará, 1970. 2 V.

DIFFIE, Bailey W. *Prelúdio ao Império* - Navegações e comércio pré-henriquinos. Lisboa: Ed. Teorema / Publicações O Jornal, 1989.

DIFFIE, Bailey W.; WINIUS, George D. *A fundação do império português, 1415-1580.* Lisboa: [s.n.], [s.d.].

DOMINGUES, J. D. Garcia. *O primeiro projeto de expansão ultramarina portuguesa no reinado de D. Afonso Henriques*. São Paulo: Braga, 1961.

ELLIOTT, John H. Introduction. In: CANNY, Nicholas; PAGDEN, Anthony (Ed.). *Colonial Identity in the Atlantic World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ESPARTEIRO, Antonio Marques. *Portugal no mar (1608-1923)*. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1954. 328 p.

FERREIRE y PERALTA, Martín. *Influencia del descubrimiento del nuevo mundo en las ciências geográficas*. Madrid: Tip. Sucesores de Rivadeneyra, 1892.

FERRO, Gaetano. *As navegações portuguesas no Atlântico e no Índico*. Lisboa: Teorema, 1989.

FICALHO, Conde de. *Memórias sobre a influência dos descobrimentos portugueses no reconhecimento das plantas – memória sobre a malagueta.* Lisboa: [s.n.], 1945.

FONSECA, Branquinho da. *As grandes viagens portuguesas*. Lisboa: [s.n.], 1966.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial.* Lisboa: Editorial, [s.d.].

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Documentos sobre a expansão portuguesa*. Lisboa: Ed. Gleba, 1945.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Ed. Arcádia, 1978.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar - séculos XIII-XVIII.* Lisboa: DIFEL, 1990.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *O papel de Portugal nos séculos XV-XVI* - Que significa descobrir? Os Novos Mundos e um Mundo Novo. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

GODINHO, Vitorino Magalhães. Especiarias. In: SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de história de Portugal.* Porto: Figueirinhas, 1980.

GOES, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas:* aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão / Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1991.

GOREINSTEIN, Riva. *O enraizamento de interesses mercantis portugueses na região Centro-Sul do Brasil – 1808/1822.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978.

HERRMANN, Paul. *As primeiras conquistas:* histórias das primeiras descobertas e explorações. São Paulo: Boa Leitura, 1962. 278 p.

HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num império oceânico. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal:* o Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1993. v. 4.

JACEGUAY, Arthur; OLIVEIRA, Vidal de. *Quatro séculos de atividade marítima* - Portugal e Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil* – Rio de Janeiro e Província de São Paulo. Tradução de Moacyr N. Vasconcelos. São Paulo: Edusp, 1940.

KOSTER, Henry. *Voyages dans la partie septentrionale du Brèsil depuis 1809 jusqu`en 1815, comprenant les provinces de Pernambuco, Seara, Paraiba, Maragnan, etc.* Paris: Chez Delaunay, 1818. 2 V.

LEITÃO, Cândido de Melo. *História das expedições científicas no Brasil.* São Paulo: Ed. Nacional, 1941. 360 p.

LEITE, Duarte. Lendas na História da Navegação Astronômica em Portugal. *Biblos* - Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. XXVI, p. 413-430, 1950.

LEITE, Serafim. *A penetração geográfica da Terra pelos portugueses* – A primeira viagem de São Paulo ao Pará através do Brasil. Lisboa: Ed. Brotéria, 1935.

LINO, Raul. *Jornada Auriverde, recordações de uma viagem ao Brasil.* Lisboa: Ed. Valentim de Carvalho, 1937.

LOPES, Oscar. Academias. In: SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de história de Portugal.* Porto: Figueirinhas, 1980.

MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil até fins do século XVIII.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915. 146 p.

MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira. *Portugal nos mares, ensaios de crítica, história e geografia.* Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1902. 272 p.

MATOS, Gastão de Melo de. Notícias da Corte em 1668. *Biblos* – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. XXV, p. 445-472, 1949.

MIRANDA, Alberto. *Descoberta do mundo vegetal.* Lisboa: [s.n.], 1944.

MOTA, Avelino Teixeira da. *Mar, além mar, estudos e ensaios de história e geografia.* Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

NEMESIO, Vitorino. *Portugal, a terra, o homem.* Lisboa: [s.n.], [s.d.].

NUNES, Carmem; SARDINHA, Maria Leonor. *Viagens do século XVI ao século XX.* Lisboa: Replicação, 1991.

OLIVEIRA, Aurélio de. *História dos descobrimentos e expansão portuguesa.* Lisboa: Universidade Aberta, 1990.

PASSOS, Carlos de. Navegação portuguesa nos séculos XVI e XVII. *Biblos* – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. IV, p. 224-250, 1928.

PERES, Damião. *Sentido universal da expansão portuguesa.* Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1951.

PIMPÃO, Costa. Monumentos da História Científica Portuguesa. *Biblos* – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. XXIV, p. 540-541, 1948.

PINA, Luis de. As conquistas histórico-naturais dos portugueses nos descobrimentos. In: IV CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS, v. V, Lisboa, 1940.

PIRES, Benjamim Videira. *O itinerário abreviado do padre Jerônimo Lobo, S. J., navegante, descobridor e missionário.* Macau: Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989.

PRESTAGE, Edgar. *Viagens portuguesas de descobrimento.* Lisboa: Portugália, 1940.

PRESTAGE, Edgar. *Descobridores portugueses.* Porto: Imp. Portuguesa, 1943. 446 p.

RADULET, Carmen M. *Lisboa Ultramarina, 1415-1580:* a invenção do mundo pelos navegadores portugueses. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

REGO, A. da Silva. *O ultramar português no século XVIII (1700-1833).* Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.

RIBEIRO, Orlando. *Aspectos e problemas da expansão portuguesa.* Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962. 213 p.

B. Cultura Científica e Pensamento Moderno

ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas. Lisboa, 1789-1815. 5 V.

ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. Bibliografia geral portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1941. 2 V.

ACCIAUOLI, Luis de Meneses Correa. *A Academia Real das Ciências e as minas do império até meados do século XIX.* Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1949.

ADAMS, W. H. *Les jardins en France:* le rêve et le pouvoir. Paris: Éd. Équerre, 1980.

AFONSO, Antonio Martins. *Breve história de Portugal.* Porto: [s.n.t.].

ALBUQUERQUE, Luís de. *Para a história da ciência em Portugal.* Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

ALBUQUERQUE, Luís de. Caos de Expansão Portuguesa II. *Biblos* – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. LI. 1975.

ALBUQUERQUE, Luís de. Vandelli. In: SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de história de Portugal.* Porto: Figueirinhas, 1980.

ALBUQUERQUE, Luís de; PEREIRA, Fernando A. B.; BARRETO, L. F. Balanço da obra do professor Joaquim Barradas de Carvalho e perspectivas para a história da cultura portuguesa no século XVI. *Revista História & Crítica,* Lisboa, n. 9, jun./jul., 1982.

ALDRIDGE, A. Owen. The Concept of the Ibero-American Enlightenment. In: ______. (Ed.). *The Ibero-American Enlightenment.* Urbana: University of Illinois Press, 1971.

ALEMÃO, Francisco Freire. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1964. 372 p.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. Alex de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750). Documentos organizados por Jaime Cortesão. *Biblos* – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. XXVIII, 1952.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Aclimatação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII.* Coimbra: Universidade de Coimbra, 1976.

ALMEIDA, João Ribeiro de. *A flora das maravilhas*. Rio de Janeiro: Paiva Henriques, 1931. 93 p.

AMÉRICO, Pedro. *La science et les sistèmes, questions d'histoire et de philosophie naturelle*. 2 ed. Bruxelles: G. Mayolez, 1896. 169 p.

A NATUREZA; a terra; as plantas; os animais. Comissão de redação James Fischer et al. Lisboa: Pub. Europa / América, 1964. 361 p.

ANGELY, João. *Flora do Brasil, livro dos gêneros botânicos brasileiros*. Curitiba: Ed. Phyton, 1960. 58 p.

ANGELY, João. *Index Angely para as plantas brasileiras (1733-1959)*. Léxico dos nomes científicos das plantas descobertas no Brasil desde 1753 até o ano de 1959. Curitiba: Instituto Panamericano de Botânica, 1959. 16 p.

ANGELY, João. *Tábua analítica dos gêneros botânicos, 1735-1935, com indicação de válidos e não válidos até 1940, dos indígenas e exóticos do Brasil, acrescentado do número de espécies não válidas e válidas*. Curitiba: Instituto Panamericano de Botânica, 1949-1951. 8 V.

ANSTETT, J. Philipp. *História Natural popular;* descripção circunstanciada dos tres reinos da natureza. Rio de Janeiro: E. H. Laemmert, 1866-1867. 2 V.

ARAÚJO, Carlos Benjamin da Silva. *A cultura no Brasil colonial vista através de sua literatura, esboço de sua evolução posterior*. Rio de Janeiro: São José, 1955. 71 p.

BARRETO, Luís Felipe. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento. *Revista Oceanos*, Lisboa, Comissão dos Descobrimentos, n. 27, jul./set., 1996.

BARRETO, Luís Felipe. *Ciência em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1992.

BARRETO, Luís Felipe. *Caminhos do saber no Renascimento português:* estudos de história e teoria da cultura. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1986.

BARRETO, Luís Felipe. *Os descobrimentos e a ordem do saber:* uma análise sociocultural. Lisboa: Gradiva, 1989.

BARRETO, Luís Felipe. *Descobrimentos e Renascimento:* formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI. Lisboa: Imp. Nacional, 1983.

BARRETO, Luís Felipe. *Portugal* - mensageiro do mundo renascentista. Lisboa: Quetzal, 1994.

BOWE, Patrick. *Jardins de Portugal*. Lisboa: Quetzal Editores, 1989.

BOXER, Charles R. Two Pioneers of Tropical Medicine: Garcia d' Orta and Nicolás Monardes. In: *Annals of Medical History* / Department of the History of Medicine. New York: Yale University, 1977.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo:* séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BREVES instrucções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre a remessa dos productos pertencentes à história da natureza. Lisboa, Academia Real de Ciências de Lisboa. 1781.

BRITO, Antero de. *História da botânica em Portugal*. [s.n.t.], 1866.

BURNS, E. Bradford. Concerning the Transmission and Dissemination of the Enlightenment in Brazil. In: ALDRIDGE, A. Owen (Ed.). *The Ibero-American Enlightenment*. Urbana: University of Illinois Press, 1971.

CALAFATE, Pedro. *A idéia de natureza no século XVIII em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1994.

CAMACHO, Manuel de Brito. *Política colonial*. Lisboa: Editora Cosmos, 1936.

CAMPORESI, Piero. *Hedonismo e exotismo:* a arte de viver na época das Luzes. São Paulo: UNESP, 1996.

CANDEIAS, Alberto. Biologia e biólogos. In: SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1980.

CANGUILHEM, Georges. *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*. Lisboa: Edições 70, [s.d.].

CARDOSO, José Luís. *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas*. (1789-1815). Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal:* nos finais do século XVIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

CARDOZO, Manoel. The Internationalism of the Portuguese Enlightenment: The Role of the Estrangeirado, 1700-1750. In: ALDRIDGE, A Owen (Ed.). *The Ibero-American Enlightenment.* Urbana: University of Illinois Press, 1971.

CARRISCO, Luis Wittnich. *História natural e o ultramar português* – a flora e a proteção da natureza. Lisboa: [s.n.], 1936.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. *À la recherche de la specificité de la Renaissance Portugaise.* Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Portugal e as origens do pensamento moderno.* Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

CARVALHO, José Cândido de Melo. *Notas de viagem ao Rio Negro.* Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1952.

CARVALHO, Rômulo de. *História do gabinete de física da Universidade de Coimbra:* desde a sua fundação (1772) até o jubileu do professor italiano Giovanni Antonio Dalla Bella (1790). Coimbra: Publicações da Universidade de Coimbra, 1978.

CARVALHO, Rômulo de. *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII.* Lisboa: Sá da Costa, 1979.

CARVALHO, Rômulo de. Química em Portugal. In: SERRÃO, Joel. (Org.). *Dicionário de história de Portugal.* Porto: Figueirinhas, 1980.

CARVALHO, Rômulo de. *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX.* Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1981.

CARVALHO, Rômulo de. *A física experimental em Portugal no século XVIII.* Lisboa: [s.n.], 1982.

CARVALHO, Rômulo de. *A história natural em Portugal no século XVIII.* Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo.* Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

CASTELO BRANCO, Maria Cristina F. Ataíde. *O lugar e o significado:* os jardins dos vice-reis. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, 1992. (Tese de Doutorado)

CASTRO, Armando. *A estrutura dominial portuguesa dos séculos XVI a XIX.* Lisboa. Editorial Caminho, 1992.

CIDADE, Hernani Antonio. Cultura Portuguesa dos séculos XV e XVI. *Biblos* – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. VIII, p. 654-680, 1932.

COREGUINI, Elizabetta. Les jardins des Lumières. In: COLLETTE, F.; PÈRICARD, D. *Les temps des jardins.* Seine-et-Marne: Conseil Général de Seine-et-Marne, Comité Départamental du Patrimonie, 1992.

CORREIA, Manuel Pio. *Diccionario de plantas uteis do Brasil e das exóticas cultivadas.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926-75. 6 V.

CORTESÃO, Armando. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil.* Lisboa: Portugália, 1966.

CORVO, João de Andrade. *Estudos sobre as províncias ultramarinas.* Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1883-1887. 4 V.

COSTA, A. Celestino da. A investigação científica colonial. In: CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS, IV, Lisboa, v. XIV, 1940.

COSTA, A. M. Amorim da. *Domingos Vandelli (1730-1816) e a filosofia natural na Universidade de Coimbra.* Memórias e Notícias, Coimbra, Publicações do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra, n. 106, 1988.

COUTINHO, Manoel Sobral Azevedo. *O Jardim Botânico da Ajuda.* Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1948.

CRUZ, Gilberto Luís da. *Livro verde das plantas medicinais e industriais do Brasil...* descrição das plantas medicinais, industriais, comestíveis, tóxicas e venenosas, suas curiosidades históricas e lendas. Belo Horizonte: Gráfica De Velloso, 1965. 2 V.

CRUZ, Lígia. Domingos Vandelli - alguns aspectos da sua atividade em Coimbra. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra,* Coimbra, 1976.

CUNHA, Alberto Xavier da. *História e desenvolvimento da ciência em Portugal:* a antropologia física em Portugal até os fins do século XIX. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1986. 2 V.

CUNHA, Pedro de Pitta. *Expansão e estabilidade:* os dilemas da política macro-econômica. Lisboa: [s.n.], 1972.

DAVIS, Richard Beale. *The abbé Corrêa in America, 1812-1820.* The contributions of the diplomat and natural philosopher to the foundations of our national life. Providence, RI: Brown Publications, 1993.

DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação das plantas no Brasil. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.

DEBRET, Jean Baptista. *Fauna e flora.* São Paulo: Difusão Nacional do Livro, 1960. 40 p.

DECKER, João Siegfried. *Aspectos biológicos da flora brasileira.* São Leopoldo: Ed. Roteemund, 1936. 690 p.

DIAS, José Sebastião da Silva. Portugal e a Cultura Européia, séculos XVI–XVIII. *Biblos* – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. XXVIII, p. 203-498, 1952.

DIAS, José Sebastião da Silva. Seiscentismo e renovação em Portugal no século XVIII – Estudo de um processo inquisitorial. *Biblos* – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. XXXVI, p. 201-264, 1960.

DIAS, José Sebastião da Silva. Cultura e obstáculo epistemológico do Renascimento ao Iluminismo em Portugal. In: CONTENTE, Francisco; BARRETO, Luís Filipe (Org.). *A abertura do mundo* - estudos de história dos descobrimentos europeus. Lisboa: Ed. Presença, 1986. v.1.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A Ilustração Brasileira. *Revista do IHGB,* Rio de Janeiro, v. 248, 1965.

DOMINGUES, Francisco Contente; BARRETO, Luís Filipe. (Org.). *A abertura do mundo* – estudos de história dos descobrimentos europeus. Lisboa: Ed. Presença, 1986.

DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e catolicismo:* Teodoro de Almeida. Lisboa: Colibri, 1994.

DROUIN, Jean-Marc. *Elementos para uma história das ciências.* - Do fim da idade média a Lavoisier. Direção de Michel Serres. Lisboa: Terramar, 1996. v. 2.

DUCHET, Michele. *Antropologia y historia en lo siglo de las Luces.* Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1975.

EHRARD, Jean. *El concepto de naturaleza. Madrid:* Gredos. 1968.

EHRARD, Jean. *L'idée de nature en France a l'aube des lumières.* Paris: Flammarion, 1970.

FAUNA selvagem e proteção da natureza. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1973.

FEBVRE, Lucien. *A terra e a evolução humana:* introdução geográfica à História. Lisboa: Edições Cosmos, 1991.

FEIJÃO, Raul de Oliveira. *Elucidario fitológico;* plantas vulgares de Portugal continental, insular e ultramarino. Lisboa: Instituto Botânico de Lisboa, 1960. 3 V.

FERNANDES, Abílio. *História e desenvolvimento da ciência em Portugal:* História da botânica em Portugal até finais do século XIX. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1986.

FERNANDES, Abílio. *A Universidade de Coimbra e o estudo da flora e da vegetação dos países africanos de língua oficial portuguesa.* Coimbra: Publicações da Universidade de Coimbra, 1993.

FERRÃO, José E. Mendes. *História e desenvolvimento da ciência em Portugal:* transplantação de plantas de continentes para continentes do século XVI. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1986. 2 V.

FERRAZ, Luiz Caetano. *Compendio dos minerais do Brasil em forma de dicionário.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

FERRAZ. Márcia Helena Mendes. *As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822):* o contexto conflituoso da química. São Paulo: EDUSP / FAPESP. 1997.

FERREIRA, Francisco Ignácio. *Repertório jurídico do mineiro, consolidação alfabética e cronológica de todas as disposições sobre minas compreendendo a legislação antiga e moderna de Portugal e do Brasil.* Rio de Janeiro. Typ. Nacional, 1884.

FERREIRA, Jaime Alberto do Couto. *Questões de abastecimento de cereais e farinhas na abertura da contemporaneidade portuguesa.* Coimbra: Faculdade de Economia, 1959.

FERREIRA, J. Bethencourt. O Museu da Ajuda e a invasão francesa: subsídios para a história das ciências naturais em Portugal. *Boletim da Segunda Classe.* Lisboa. Publicações da Academia das Ciências, 1922.

FERREIRA, Martim Portugal. *História e desenvolvimento da ciência em Portugal:* a mineralogia em Portugal no século XIX. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1986. 2 V.

FINDLEN, Paula. *Possessing Nature:* Museums, Collecting, and Scientific Culture in Early Modern Italy. Berkeley: University of California Press, 1994.

FONSECA, Eurico Teixeira da. *Indicador de madeiras e plantas úteis ao Brasil.* Rio de Janeiro: Officina Gráfica Villas Boas, 1922. 343 p.

FOUCAULT, Michel. *Qué es la Ilustración?* Saber y Verdad. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1995.

FOUCAULT, Michel. Classificar. In:_____. *As palavras e as coisas* - uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo. Martins Fontes. 1987. p.139-179.

FRANÇA, José Augusto Rodrigues. *Lisboa pombalina e o Iluminismo.* Lisboa: Livros Horizonte, 1965.

GALLOWAY, J. H. Agricultural Improvement in Late Colonial Tropical America: Sources and Issues. In: BAKER, Alan R. H.; BILLINGE, Mark. *Period and Place:* Research Methods in Historical Geography. Cambridge: University Press, 1982.

GAMA, José Saldanha da. *Configuração e estudo botânico dos vegetais seculares do Brasil.* Rio de Janeiro: [s.n.], 1872.

GAMA, José Saldanha da. Biografia do botânico brasileiro Frei Leandro do Sacramento. *Revista do IHGB,* t. 32, p.181-225, 1869.

GAMA, José Saldanha da. Biografia do botânico brasileiro José Mariano da Conceição Velloso. *Revista do IHGB,* t. 31, p. 137-305, 1868.

GARIN, Eugenio. *L' education de l' homme moderne:* 1400-1600 - la pédagogie de la Renaissance. Paris: Fayard, 1995.

GAY, Peter. *The Enlightenment:* The Science of Freedom. New York: W.W. Norton & Company, 1996.

GERANI, Giuseppe. *Portugal, a corte e o país nos anos de 1756 a 1767.* Lisboa: Ática, 1945. 197 p.

GERBI, Antonello. *La disputa del Nuevo Mundo:* Historia de una polémica 1750-1900, México: Fondo de Cultura Economica, 1982.

GURSDORF, Georges. *Da história das ciências à história do pensamento.* Lisboa: Pensamento, 1988.

GUYÉNOT, Émile. *Las ciencias de la vida en los siglos XVII y XVIII, el concepto de la evolución.* Mexico: Union Tip. Hispano Americana, 1956. 359 p.

HANKINS, T. L. *Ciencia e Ilustración.* Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1988.

HAZARD, Paul. *La crisis de la conciencia europea (1680-1715).* Madrid: Alianza, 1988.

HENRIQUES, Júlio Augusto. *O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1876.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In:_____. *História Geral da Civilização Brasileira.* São Paulo: Difel, 1971.

IHERING, Herman Von. A organização atual e futura dos museus de História natural. São Paulo. *Revista do Museu Paulista,* v. 7, 1907.

INSTRUÇÃO para os viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e remeter os objectos da História Natural. Rio de Janeiro: Imp. Régia, 1819.

JANEIRA, Ana Luísa. *Jardins do prazer e do lazer.* Lisboa: Salamandra, 1984.

JOBIM, Leopoldo J. Collor. Domingos Vandelli e a Revolução Francesa. *Revista de História das Idéias,* Coimbra, Faculdade de Letras, v. 10, 1988.

JOBIM, Leopoldo J. Collor. Os jardins botânicos e o fomentismo português no Brasil. In: *Anais* da 3ª Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. São Paulo: [s.n.], 1984.

JOBIM, Leopoldo J. Collor. *Os naturalistas e as viagens filosóficas.* São Paulo: [s.n.], [s.d.]. Mimeografado.

JOBIM, Leopoldo J. Collor. *Jardins Botânicos e política agrária setecentista.* [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian, [s.d.]. Mimeografado.

KUBLER, George. *A arquitetura portuguesa chã, entre as especiarias e os diamantes.* Lisboa: Ed. Vega. 1988.

KURY, Lorelai Brilhante. *Civiliser la nature:* Histoire naturelle et voyages (France, fin du XVIIIe siècle: debut du XIXe siècle). Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1995. (Tese de Doutorado)

KURY, Lorelai Brilhante; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. *Revista Acervo,* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 8, n. 1/2, p. 105-123, jan./dez. 1995.

LAFUENTE, Antonio; SALA CATALÁ, José (Ed.). *Ciencia colonial en América.* Madrid: Alianza, 1992.

LEITE, Serafim. *Luís de Góis, senhor de engenho no Brasil, introdutor do tabaco em Portugal, jesuíta na Índia.* Lisboa: Tip. Porto, 1955. 19 p.

LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade:* psicanálise mítica do destino português. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

LUND, Pedro Guilherme. Estudo sumário do Reino Animal no Brasil antes da última revolução do globo. *Revista do Arquivo Público Mineiro,* Ano 5°, p. 3; Ano 6°, p. 29; Ano 7°, p. 767; Ano 8°, p. 853.

LUND, Pedro Guilherme. Suplemento às duas últimas memórias sobre o Reino Animal no Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro,* Ano 6°, p. 69.

MAURO, Frédéric. *La expansión europea (1600-1870).* Barcelona: Editorial Labor, 1979.

MAURO, Frédéric. Comércio com o Brasil. In: SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de história de Portugal.* Porto: Figueirinhas, 1980.

MAXWELL, Kenneth R. The Generation of the 1790s and the Idea of Luso-Brazilian Empire. In: ALDEN, D. (Org.). *Colonial Roots of Modern Brazil.* London: University Press, 1973.

MAXWELL, Kenneth R. *Marquês de Pombal:* paradoxos do iluminismo. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MONCADA, Cabral de. A Ciência e o Estado Planificado. *Biblos* – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. II, p. 571-575, 1947.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza:* a cultura científica do reformismo ilustrado português, na crise do antigo sistema colonial (1779-1808). PUC / Rio de Janeiro, 1993. (Dissertação de Mestrado)

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Uma sinfonia para o Novo Mundo* - a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos de Ilustração luso-brasileiros na crise do antigo sistema colonial. UFRJ, 1998. (Tese de Doutorado)

NEIVA, J. M. Cotelo. *História e desenvolvimento da ciência em Portugal:* a geologia em Portugal no século XIX. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1986. 2 V.

OLIVEIRA, José Claudio de. *Superioridade da colonização portuguesa nos trópicos.* Fortaleza: Tip. Minerva, 1955.

OSORIO, Jorge Alves. Reflexões sobre o horizonte cultural português na segunda metade do século XVI. *Biblos* – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. LIII, p. 459, 1977.

PAGDEN, Anthony. *European Encounters With the New World From Renaissance to Romanticism.* New Haven: Yale University Press, 1994.

PAGDEN, Anthony. *The Fale of Natural Man the American Indian and the Origins of Comparative Ethnologies.* Cambrigde: Cambridge University, [s.d.].

PAIVA, Jorge; PEREIRA, Joaquim Tomaz M. *Um projeto (rejeitado) de Vandelli para o Jardim Botânico de Coimbra.* Lisboa: Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 1989.

PALMA-FERREIRA, João. *Subsídios para uma bibliografia do memorialismo português.* Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1981.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *La diffusion internationale de la physiocratie (XVIII-XIX).* Paris: Présse Université de Grenoble, 1995.

PEIXOTO, José Pinto. *História e desenvolvimento da ciência em Portugal:* a revolução cultural e científica dos séculos XVII e XVIII e a gênese das Academias. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1986. 2 V.

PEREIRA, Miguel Baptista. *Modernidade e secularização.* Coimbra: Almedina, 1990.

PERLIN, John. *História das florestas:* a importância da madeira no desenvolvimento da civilização. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PIMPÃO, Costa. Monumentos da História Científica portuguesa. *Biblos* - Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. XXIV, 1948.

PINA, Luís de. Materiais para a história das ciências no Brasil (medicina e história natural). In: CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS, IV, Lisboa, v. XI, 1940.

PINTO, Joaquim de Almeida. *Diccionario de botanica brasileira ou compendio dos vegetais do Brasil, tanto indígenas quanto aclimatados...* Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1873.

PIZZETTA, J. *Galerie des naturalistes;* historie des sciences naturelles depuis leurs origenes jusqu'à nos jours par J. Pizzeta. Paris: A. Henneujer, 1891.

PLINIUS SECUNDUS, Caius. *Natural History.* Cambridge: Harvard University, 1947.

POMIAN, Krzysztof. *Collectionneurs, amateurs et curieux:* XVI-XVIII siècles. Paris: Fayard, 1995.

RADDI, Giuseppe. *Flora brasiliana.* Roma: Instituto Italo Latino Americano, 1976. 214 p.

RANDLES, W. G. L. *Da terra plana ao globo terrestre:* uma mutação epistemológica rápida (1480-1520). Campinas: Papirus, 1994.

REGER, Jacques. *Les sciences de la vie dans la pensée française du XVIII^e siècle.* Paris: Armand Colin, 1963.

SAMPAIO, Francisco Antonio. *História dos reinos vegetal, animal, e mineral do Brasil pertencente à medicina.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicação e Divulgação, 1971. 91 p.

SANTOS, Ezequiel Correa dos. *Discurso histórico sobre a farmácia no Brasil.* Rio de Janeiro: [s.n.], 1837.

SARAMAGO, José. *Viagem a Portugal.* Lisboa: Editorial Caminho, 1985.

SCHMIDT, Alfred. *El concepto de naturaleza en Marx.* Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1977.

SELLÉS, Manuel; PESET, José Luis; LAFUENTE, Antonio. *Carlos III y la ciencia de la ilustración.* Madrid: Alianza, 1989.

SILBERT, Albert. *Le "Collectivisme Agraire" au Portugal:* histoire d' un problème. Lisboa: Editorial Império, 1960.

SIMON, William J. *Scientifics Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808) and Role of Lisbon in the Intellectual-Scientific Community of the Late Eighteenth Century.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983. (Série Memórias, 22)

STELLFED, Carlos. *Frei Vellozo.* Curitiba: [s.n.], 1958.

STELLFED, Carlos. *Os dois Vellozo, biografia do Dr. Mariano de C. Vellozo e do padre Dr. Joaquim V. de Miranda.* Rio de Janeiro: [s.n.], 1952.

STOCKING, George W. *Victorian Anthropology.* New York: Macmillan Press, 1987.

STRONG, R. *The Renaissance Garden in England.* London: Penguin Books, 1979.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Tratado da cultura do algodão no Brasil;* ou Arte de tirar vantagens dessa plantação, pelo major Taunay e o padre Antonio Caetano da Fonseca. Rio de Janeiro: [s.n.], 1862.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VAN BATH, B. H. Slicher. *História agrária da Europa ocidental (500-1850).* Lisboa: Presença, 1984.

VANDELLI, Domenico. *Diccionario dos termos technicos de história natural extrahidos das obras de Linneo...* Coimbra: Real Off. da Universidade, 1788.

VANDELLI, Domenico. *Índices das memórias.* Rio de Janeiro: Publicações Avulsas do Arquivo Nacional 69: 597-614, 1941. (fac-sim códice 807)

VIEIRA, Alberto *et al. As sociedades insulares:* no contexto das interinfluências culturais do século XVIII. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e Cultura / Região Autônoma da Madeira, 1994.

WHITERHEAD, Alfred North. *El concepto de naturaleza.* Madrid: Gredos, 1968. 226 p.

C. A Capitania de Minas Gerais e o Mundo Natural das Colônias

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *Mundos novos do mundo.* Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1972.

ARAÚJO, Francisco Manoel Álvares de. Relatório da viagem de exploração dos rios das Velhas e São Francisco. *Revista do IHGB,* Rio de Janeiro, tomo 39, p.77-157, 1876.

ARAÚJO, Francisco Lentz. *Geografia do estado de Minas Gerais e noções de História do mesmo estado.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1916.

ÁVILA, Cristina; DUARTE, Juliana Souza; GOMES, Maria do Carmo Andrade; HANRIOT, Renata; THOMASI, Maria Luísa. Cartografia e Inconfidência. Considerações sobre a obra de José Joaquim da Rocha. *Análise e Conjuntura,* Belo Horizzonte, maio/dez. 1989.

BARBOSA, Valdemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Promoção da Família Ed., 1971. 541 p.

BETHENCOURT, Francisco. Apontamentos para o estudo da economia, da sociedade e do trabalho nas Minas coloniais. *Análise e Conjuntura,* Belo Horizonte, maio/dez. 1989.

BETHENCOURT, Francisco. O Brasil na balança do Império (1697-1808). In: ______. *História da Expansão Portuguesa.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p. 38-42. v. III.

BOSCHI, Caio César. *Documentos para a História de Minas Gerais existentes nos "reservados" da Biblioteca Nacional de Lisboa.* São Paulo: [s.n.], 1974. 1.370 p.

BOSCHI, Caio César. *Fontes Primárias para a História de Minas Gerais em Portugal.* Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979. 193 p.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos acompanhado de um mapa.* São Paulo: Livraria Martins, 1952. 341 p.

CANO, Wilson. *A economia do ouro em Minas Gerais.* São Paulo: Contexto, 1977.

CARDOSO, Caetano José; TORRES, Luiz de Godoy. Flora medicinal mineira (de um manuscrito do Arquivo Público Mineiro). *Revista do Arquivo Público Mineiro,* Belo Horizonte, Ano 7, p. 735.

CARRATO, José Pereira. *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais.* São Paulo: [s.n.], 1968.

CARVALHO, Antonio Marques de. *Uma fazenda mineira:* monografia - estudo de uma fazenda modelo, apontamentos de indústria agrícola e pastoril, notas e impressões de uma viagem ao sul de Minas. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1889.

CARVALHO, Daniel Serapião de. *A formação histórica das Minas Gerais.* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

CARVALHO, Joaquim de. Repercussão dos descobrimentos e da colonização na morfologia da Ciência Portuguesa. In: IV CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS, Lisboa, v. V, 1940.

CASAL, Aires do. *Corografia brasílica.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

CESAR, Guilhermino. *Minas Gerais, terra e povo.* Edição comemorativa aos dois séculos e meio da capitania de Minas Gerais. Porto Alegre: Globo, 1970. 336 p.

COELHO, José João Teixeira. Descrição geográfica, topográfica histórica e política da capitania das Minas Gerais. *Revista do IHGB,* Rio de Janeiro, n. 71, 1908.

COSTA, Joaquim Cândido da. Breves considerações sobre a Geologia e Mineralogia dos arredores de Ouro Preto. *Revista do Arquivo Público Mineiro,* Belo Horizonte, Ano 16º, p. 29.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

COSTA, Luiz Adolpho Correa da. Estudo geológico da região de São Bartolomeu e da mina da Tapira, perto de Ouro Preto. *Estudos geológicos e mineralógicos sobre algumas localidades da Província de Minas Gerais (pelos alunos engenheiros da Escola de Minas de Ouro Preto).* Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1878.

COSTA FILHO, Miguel. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais.* Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1963.

CURTES, Nely Pereira Pinho. A realidade sociopolítica nas Minas Gerais em fins do século XVIII. *Revista do Instituto Histórico de São Paulo,* São Paulo, v. 67.

DESCOBRIMENTO e devassamento do território de Minas Gerais, publicado pelo Monitor Sul Mineiro nº 13. *Revista do Arquivo Público Mineiro,* Belo Horizonte, Ano 7º, p. 549.

DORNAS FILHO, João. *O ouro das Gerais e a civilização da capitania.* São Paulo: [s.n.], 1957.

DUPRÉ JR., Leandro. Estudo geológico e mineralógico da região de Ouro Preto, compreendida entre aquela cidade, a povoação do Taquaral e o rio do Carmo. In: *Estudos geológicos e mineralógicos sobre algumas localidades da Província de Minas Gerais (pelos alunos engenheiros da Escola de Minas de Ouro Preto).* Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1878.

ELLIS, Myriam. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII.* São Paulo: [s.n.], 1951.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Diário de uma viagem do Rio de Janeiro a Villa Rica, na capitania de Minas Gerais, no ano de 1811.* São Paulo: Imp. Oficial do Estado, 1936. 40 p.

FERREIRA, Manuel Rodrigues. *Nos sertões do lendário Rio das Mortes.* São Paulo: Editora do Brasil, 1946. 161 p.

FORTES, Solange Sabino Pallazzi. Atividades produtivas em Vila Rica (1808-1825). *LPH* - Revista de História, Mariana, n. 1, v. 1, 1990.

FRADE, Pelicano. *Diccionario chorographico do Estado de Minas Gerais.* Belo Horizonte: [s.n.], 1917. 2 partes.

FRADE, P. *História dos diamantes nas Minas Gerais-século XVII.* Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1945.

FRANCO, Virgilio Martins de Melo. *Viagens pelo interior de Minas Gerais e Goiás.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. 177 p.

GERBER, Henrique. *Noções geográficas e administrativas da Província de Minas Gerais.* Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1863. 85 p.

GONÇALVES, Alpheu Diniz. *O ouro onde ele existe e é explorado no Brasil.* Publicações Históricas do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 33: 339-371, 1936.

GUERZONI FILHO, Gilberto. *Política e crise do sistema colonial em Minas Gerais (1768-1808).* Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto. 1986.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e caminhos de Minas. *Revista do Departamento de História da UFMG,* Belo Horizonte, v. 4, p. 85.

IGLESIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

JACOB, Rodolfo. *Coletânea de cientistas estrangeiros (assuntos mineiros).* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

LEITE, Mario. *A região da Mantiqueira, ensaio descritivo.* Lisboa: Sociedade Industrial, 1951. 244 p.

LEME, Antonio Pires da Silva Pontes. Memória sobre a utilidade pública em se extrair o ouro das minas e os motivos dos poucos interesses que fazem os particulares, que mineram igualmente no Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro,* Belo Horizonte, Ano: 1°, p. 417.

LIAIS, Emmanuel. *Hydrographie du Haut San-Francisco et du rio das Velhas;* résultats au point de vue hydrographique d'un voyage effectué dans la province de Minas Geraes. Paris: Garnier, 1865. 26 p.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. Documentos relativos ao descobrimento dos diamantes na Comarca do Serro Frio. Carta de D. Lourenço de Almeida comunicando à Vossa Magestade sobre as providências a tomar na extração dos diamantes. *Revista do Arquivo Público Mineiro,* Belo Horizonte, Ano 7, p. 265.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais.* Rio de Janeiro: Valverde, 1943.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais, século XVIII.* Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1945. 240 p.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. O ouro das Minas Gerais. In: IV CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS, Lisboa, v. X, 1940.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. O descobrimento das Minas Gerais. In: IV CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS, Lisboa, v. X, 1940.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais, origem e formação.* Belo Horizonte: [s.n.], 1965.

LUNA, Francisco Vidal. *Minas colonial:* economia e sociedade. [s.l.]: Livraria Pioneira, 1962.

MASSENA, José Franklin da Silva. Investigações científicas para o progresso da geologia mineira. *Revista do IHGB,* Rio de Janeiro, tomo 45, p. 249-282, 1882.

MASSENA, José Franklin da Silva. Panorama do sul de Minas. *Revista do IHGB,* Rio de Janeiro, tomo 45, p. 405-435, 1882.

MELO NETO, João Cabral de. *O Arquivo das Índias e do Brasil, existente no Arquivo das Índias de Sevilha.* Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1966.

PEIXOTO, Léa Quintière Cortines. *Principais antigos caminhos fluminenses para as Minas Gerais.* Niterói: Imprensa Estadual, 1951.

PEREIRA, Francisco Lobo Leite. Autoria de um manuscrito antigo; Geografia histórica da capitania de Minas Gerais. *Publicações Históricas do Arquivo Nacional,* Rio de Janeiro, 9: 5-12, 1909. (códice 1.050).

POHL, João Emmanuel. *Viagem no interior do Brasil.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951.

REDONDO, Manoel Ferreira Garcia. *Em prol da lavoura:* artigos publicados no país e reproduzidos no Correio Paulistano e no Minas Gerais. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1895.

ROCHA, José Joaquim da. Geografia histórica da capitania de Minas Gerais. *Publicações Históricas do Arquivo Nacional,* Rio de Janeiro, 9: 13-100, 1909. (Códice 1.058).

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Le diamant au Brèsil.* Paris: Societé d'Editions les Belles Lettres, 1831. 299 p.

SERZEDELLO, José Maximino. *Guia de viagem para as águas minerais de Caxambu e Cambuquira na Província de Minas Gerais.* Rio de Janeiro: Tipografia de Augusto dos Santos, 1884.

SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais.* Juiz de Fora: G. C. Dupin, 1878.

TAUNAY, A. D'Escragnolle. *Viagens na Capitania de Minas Gerais (1811-1821).* São Paulo: Imprensa Official, 1945. 292 p.

TAUNAY, A. D'Escragnolle. *Relatos sertanistas.* São Paulo: Martins Editora, 1953.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais.* Belo Horizonte: [s.n.], 1962. 5 V.

VASCONCELOS, Diogo. *História antiga das Minas Gerais.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904.

VASCONCELOS, Diogo Luís de Almeida Pereira de. *História Antiga das Minas Gerais (1703-1720)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. 2 V.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efeméride mineiras (1664-1897)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1897.

D. O Império Marítimo e a Natureza Colonial

ABREU, João Capistrano de. *O descobrimento do Brasil pelos portugueses*. Rio de Janeiro: Laemmert e Cia., 1900.

AGENCIA GERAL DAS COLONIAS (AGC) - Portugal. Collection of Colonial Reports, Studies and Documents. [s.n.t.].

ALLEMÃO, Francisco Freire. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1964.

ALLEMÃO, Francisco Freire; SERRÃO, Custódio Alves; NETTO, Ladislau; GAMA, J. de Saldanha. *Breve notícia sobre a coleção das madeiras do Brasil apresentada na exposição internacional de 1867*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1867.

ALMAÇA, Carlos. A expedição filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira no contexto histórico-natural da sua época. In: *Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira* - Ciclo de Conferências. Lisboa: Publicações da Academia de Marinha, 1992.

ALMAÇA, Carlos. *Bosquejo histórico da zoologia em Portugal*. Lisboa: Museu Bocage, 1993.

ALMAÇA, Carlos. *The Beginning of Portuguese Carcinology*. Louisiana: Louisiana State University Press, 1993.

ALMAÇA, Carlos. *The Beginning of the Portuguese Mammalogy*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1991.

ANGELY, João. *Index Angely para as plantas brasileiras (1733-1959)*. Léxico dos nomes científicos das plantas descobertas no Brasil desde 1753 até o ano de 1959. Curitiba: Instituto Panamericano de Botânica, 1959.

ANSTETT, J. Philipp. *História natural popular;* descripção circunstanciada dos três reinos da natureza. Rio de Janeiro: E. H. Laemmert, 1866. 2 V.

APONTAMENTOS para a bibliografia botânica referente à flora brazileira e às plantas cultivadas no Brazil. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1914.

ARAÚJO, João Paulo de. *Memória sobre o pao-brazil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Publicações Históricas, 1903.

AZEVEDO, Maria Antonieta Soares de. Anil. In: SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1980.

AZEVEDO, Maria Antonieta Soares de. Cravo. In: SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1980.

AZEVEDO, Maria Antonieta Soares de. Cochonilha. In: SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1980.

AZEVEDO, Maria Antonieta Soares de. Canela. In: SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1980.

BAIANA, Henrique Paulo. *Aspectos da política ultramarina de Portugal*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1966. 209 p.

BOXER, Charles Ralph. *A idade de ouro do Brasil:* dores de crescimento de uma sociedade colonial. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1969. 390 p.

BOXER, Charles Ralph. *Relações raciais no império colonial português - 1415-1825*. Porto: Afrontamento, 1977.

BRITO, Raquel Soeiro de. *Agricultores e pescadores portugueses na cidade do Rio de Janeiro*. Lisboa: Bertrand, 1960. 95 p.

CARNEIRO, Heliodoro Jacinto de Araújo. *Cartas dirigidas a S. M. El Rey D. João VI desde 1817 - acerca do Estado de Portugal e Brasil*. Londres: Mess. Cox e Bayles, [s.d.]. 80 p.

CARREIRA, Antonio. *As companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos, entre a costa africana e o nordeste brasileiro*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1969.

CARREIRA, Antonio. *As companhias pombalinas de Grão Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. Lisboa: Editora Presença, 1983.

CASCUDO, Câmara. *História da alimentação no Brasil:* cardápio indígena, dieta africana, pimenta portuguesa. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.

CHAGAS, Manuel Pinheiro. *Os portugueses na África, Ásia, América e Oceania* - ou História cronológica dos descobrimentos, navegações, viagens, explorações e conquistas dos portugueses nos países ultramarinos desde o princípio do século XV continuada até a atualidade. Lisboa: A. M. Pereira, 1890.

CORREA, M. Pio. *Flora do Brasil:* algumas plantas úteis, suas aplicações e distribuição geográfica. Rio de Janeiro: [s.n.], 1909.

CÔRTE-REAL, João Alfonso. *Testemunha de ação ultramarina na regência de D. João VI.* Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964.

CORVO, João de Andrade. *Estudos sobre as províncias ultramarinas.* Academia Real das Ciências de Lisboa: 1883-1887.

DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e mercantilismo:* política econômica portuguesa na Baixada Maranhense (1755-1778). Coimbra: [s.n.], 1965.

DIAS, Manuel Nunes. *Para a história do cacau na economia atlântica.* São Paulo: Fundo de Pesquisas do Museu Paulista, 1974.

DIREÇÃO GERAL DO ULTRAMAR - Portugal. Álbum de estatística gráfica dos caminhos de ferro portugueses das províncias ultramarinas. Lisboa: Cia. Ed. Nacional, 1894.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul.* Rio de Janeiro: Tipografia de J. Villeneuve e Cia., 1839.

ESTUDOS Transmontanos. Vila Real: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1984.

FALCÃO, João Augusto. *Fomento da agricultura em Sergipe.* Rio de Janeiro: [s.n.], 1939. 55 p.

FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina:* política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982. 532 p.

FALCON, Francisco J. C. *Mercantilismo e transição.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

FALCON, Francisco J. C. Historiografia portuguesa contemporânea: um ensaio histórico-interpretativo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, v. 1, p. 79-99, 1988.

FALCON, Francisco J. C. *Despotismo esclarecido.* São Paulo: Ática, 1989.

FALCON, Francisco J. C. As reformas pombalinas e a cultura colonial. In: *América 92.* Rio de Janeiro: Fórum de Ciência e Cultura /UFRJ, 1992. Mimeografado.

FALCON, Francisco J. C. As práticas do reformismo ilustrado pombalino no campo jurídico. *Biblos* - Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1996.

GARCIA, Nilo. *Aclamação de Amador Bueno:* influência espanhola em São Paulo. Rio de Janeiro: [s.n.], 1956. (Tese de livre docência em História do Brasil, Universidade do Distrito Federal.)

GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810).* Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

GOMES, Bernardino A. *Memória sobre a ipecacuanha fusca do Brasil ou ipó.* Lisboa: [s.n.], 1801.

GOREINSTEIN, Riva. *O enraizamento de interesses mercantis portugueses na região centro-sul do Brasil:* 1808-1822. São Paulo: USP, 1978.

JUNTA DE INVESTIGAÇÃO DO ULTRAMAR - Portugal. Colóquios sobre o Brasil. Lisboa: Brasiliana, 1967. 171 p.

LISANTI, Luís. *Negócios coloniais (uma correspondência comercial do século XVIII).* Brasília: Ministério da Fazenda, Visão, 1973. 5 V.

LISBOA, Cristovão. *História dos animais e árvores do Maranhão.* Lisboa: Publicação do Arquivo Histórico Ultramarino, 1967.

LUISIER, A. *Contribuição para o conhecimento da flora biológica do Brasil-* Separata da Broteria. Lisboa: 1941.

MAGALHÃES, Basilio de. *Estudos de história do Brasil.* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1940. 298 p.

MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial.* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1978. 348 p.

MARCGRAVE, Jorge. *História natural do Brasil.* São Paulo: Imprensa Oficial, 1942.

MATOS, Ilmar Rohloff de. *História do Brasil colonial.* Rio de Janeiro: Campus, 1972. 166 p.

MATTOS. Julio de. *História natural ilustrada, compilação feita sobre os mais autorizados trabalhos zoológicos por Julio de Mattos.* Porto. Ed. Universal. [s.d.].

MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás.* Rio de Janeiro: Tipografia de J. Villeneuve, 1836.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

MELO NETO, João Cabral de. *O Arquivo das Índias e do Brasil, existente no Arquivo das Índias de Sevilha.* Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1966. 779 p.

MOREIRA, Adriano. *O Ocidente e o ultramar português.* Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1961. 208 p.

MOREIRA, Adriano. *Política ultramarina.* Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1956.

NEIVA, Artur. *Esboço histórico sobre a botânica e a zoologia no Brasil, de Gabriel Soares de Sousa:* 1587 a 7 de setembro de 1822. São Paulo: Imprensa Paulista, 1929. 143 p.

NOVAIS, F. Antonio. *Notícias históricas de norte a sul.* Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).* São Paulo: HUCITEC, 1979. 420 p.

NOVAIS, Fernando Antonio. Condições de privacidade na colônia. In: ______. *História da vida privada no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997. V.1.

NOVAIS, Fernando Antonio. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII. *Revista de História,* São Paulo, v. 33, n. 67, jul./set., 1966.

NOVAIS, Fernando Antonio. Passagens para o Novo Mundo. *Novos Estudos CEBRAP,* São Paulo, n. 9, 1984.

NOVAIS, Fernando Antonio. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 2, n. 7, março 1984.

OLIVEIRA, Eusebio Paulo de. *Geologia histórica do Brasil.* Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 1929. 6 p.

PINA, Luis de. *Para a história da história natural brasileira.* Coimbra: [s.n.], 1948.

PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa de 1500 a 1724.* Lisboa: F. Arthur da Silva, 1880.

REGO, Antonio da Silva. *O ultramar português no século XVIII.* Lisboa: Agência do Ultramar, 1967. 404 p.

REIS, Arthur César Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

REIS, Arthur César Ferreira. *Estadista português na Amazônia.* Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1948. 202 p.

REIS, Arthur César Ferreira. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia.* Manaus: [s.n.], 1966.

REIS, Arthur César Ferreira. *Alexandre Rodrigues Ferreira:* um cientista luso-brasileiro na identificação da Amazônia. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971.

REIS, Jaime Batalha. *Estudos geográficos e históricos.* Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1941.

RODRIGUES, Clóvis da Costa. *A inventiva brasileira.* Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973. 2 V.

SANTA RITA, José Gonçalo. Organização da Administração Ultramarina no século XVIII. In: IV CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS, v. VIII, Lisboa, 1940.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Relações comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980. 237 p.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A História Natural no Brasil antes das viagens do Príncipe Maximiliano. *Revista Oceanos*, Lisboa, n. 24, out./dez., 1995.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *História geral das Bandeiras paulistas*. São Paulo: Typ. Ideal-H. L. Canton, 1924-1950.

TAUNAY, Afonso D'Escragnolle. *Visitantes do Brasil colonial (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1938. 252 p.

TORRES, Adelino. *O império português, o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.

VERÍSSIMO, Inácio José. *Pombal, os jesuítas e o Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961. 440 p.

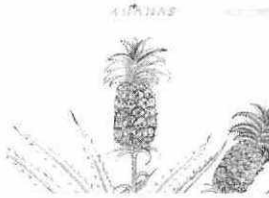
ÍNDICE ONOMÁSTICO

Capa: VANDELLI, Domenico. A classe das plantas no sistema sexual de Linneo e terminologia de Botânica. In: BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes:* um lugar no universo. São Paulo: Metalivros,1994. v.2. p. 19.

VON MARTIUS, Carl Friedrich Phillip. Võgelteich am Rio de S. Francisco (Lagoa das Aves, no Rio São Francisco) In: BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes:* um lugar no universo. São Paulo: Metalivros,1994. v.2. p. 116.

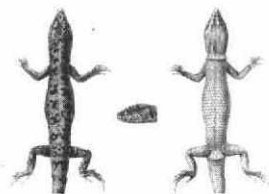
DEBRET, Jean Baptiste. O escravo do naturalista. In: MOSTRA DO REDESCOBRIMENTO, 2000, São Paulo, SP. *O olhar distante.* São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, Associação Brasil 500 anos Artes Visuais, 2000. 303p. p. 141.

PALMAE astrocaryum aculeatissimum (Scott) Burret. "Brejauba". In: EXPEDIÇÃO Langsdorff ao Brasil 1821-1829: aquarelas e desenhos de Rugendas. Rio de Janeiro: Alumbramento/ Livroarte, 1988. v.1. 160p. p. 76.

LISBOA, Christovão de (Frei). "Mandioqua". In: BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes:* um lugar no universo. São Paulo: Metalivros, 1994. 168p. p. 47.

LISBOA, Christovão de (Frei). "Ananas". In: BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes:* um lugar no universo. São Paulo: Metalivros, 1994. 168p. p. 47.

CYATHEACEA alsophila infesta kze. "Samambaia". In: EXPEDIÇÃO de Langsdorff ao Brasil 1821-1829: aquarelas e desenhos de Rugendas. Rio de Janeiro: Alumbramento/ Livroarte, 1988. v.1. p. 75.

LEGUMINOSAE ou connaraceae. In: BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes:* um lugar no universo. São Paulo: Metalivros,1994. v.2. p. 61.

ACANTHACEAE ruellia macrantha mart. ex ness. "Ama". In: EXPEDIÇÃO de Langsdorff ao Brasil 1821-1829: aquarelas e desenhos de Rugendas. Rio de Janeiro: Alumbramento/ Livroarte, 1988. v.1. p. 74.

TEIIDAE. In: EXPEDIÇÃO de Langsdorff ao Brasil 1821- 1829: aquarelas e desenhos de Rugendas. Rio de Janeiro: Alumbramento/ Livroarte,1988. v.1. p. 84.

MILVAGO chimachima vieillot, 1016. "Gavião carrapateiro". In: EXPEDIÇÃO Langsdorff ao Brasil 1821-1829: aquarelas e desenhos de Taunay. Rio de Janeiro: Alumbramento/ Livroarte, 1988. v.2. p. 52.

SARCORAMPHUS papa linnaeus, 1758. "Urubu-rei". In: EXPEDIÇÃO Langsdorff ao Brasil 1821-1829: aquarelas e desenhos de Taunay. Rio de Janeiro: Alumbramento/ Livroarte,1988. v.2. p. 63.

DASYPUS novemcinctus linnaeus, 1758. "Tatu-galinha". In: EXPEDIÇÃO DE Langsdorff ao Brasil 1821-1829: aquarelas e desenhos de Rugendas. Rio de Janeiro: Alumbramento/ Livroarte, 1988. v.1. p. 90.

DISTRITO dos Diamantes, Carta de Nova Lorena Diamantina. C.R.X.D. Villas Boas – 1802. (Detalhe) In: COSTA, Antonio Gilberto; RENGER, Friedrich Ewald; FURTADO, Junia Ferreira *et al. Cartografia das Minas Gerais:* da capitania à província. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 84 p.

Mapa presumivelmente elaborado por José Vieira Couto em 1800, quando de sua viagem de reconhecimento das riquezas minerais da região do rio Abaeté e afluentes, por ele denominada Nova Lorena Diamantina, em homenagem ao governador da capitania de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena. Em 1801, Vieira Couto entregou à Real Academia de Ciências de Lisboa o diário de sua viagem à região, que, se presume, continha anexa a Carta da Nova Lorena Diamantina. A cartela ilustrada que circunda a legenda é um raro registro iconográfico relativo às riquezas do mundo mineral da capitania. O sentido simbólico prevalece na ilustração: raios do sol atravessam os escudos da Coroa Portuguesa para se dispersarem sobre um grupo, composto de um homem idoso e quatro pequenos anjos nomeados como Rio Borrachudo, Rio Andaiá, Rio do Sono e Ribeirão da Galena. Estes *putti* brincam com caixas nas quais estão depositados pequenos objetos, presumivelmente amostras dos tesouros minerais listados na legenda acima da representação - platina, cobre, chumbo - cujos símbolos espalham-se pelo mapa. O velho guardião da cena é denominado "Padre Abaeté", topônimo que, segundo Teodoro Sampaio, significa "o homem ilustre, de respeito". Seria Deus ou o próprio rio Abaeté?